


Alair Ferreira de Freitas
Alan Ferreira de Freitas
COORDENADORES

(RE) PENSANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL A PARTIR DA AGRICULTURA FAMILIAR: Um diagnóstico socioterritorial do Alto Rio Doce, Minas Gerais





**(RE) PENSANDO O
DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL A PARTIR DA
AGRICULTURA FAMILIAR:
UM DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL
DO ALTO RIO DOCE, MINAS GERAIS**

**Alair Ferreira de Freitas
Alan Ferreira de Freitas**
COORDENADORES

REALIZAÇÃO



COORDENADORES

Alair Ferreira de Freitas
Alan Ferreira de Freitas

AUTORES (EM ORDEM ALFABÉTICA)

Alair Ferreira de Freitas
Alan Ferreira de Freitas
Almiro Alves Júnior
Álvaro Antônio Xavier de Andrade
Camila Rafaela Alvarenga
Gabriel Franco Ferreira
Gilmar de Souza Oliveira
João Paulo Louzada Vieira
Marco Paulo Andrade
Priscila Andrade Porto
Soraia Aparecida Monteiro

REVISÃO TEXTUAL

Daniele Renata Silva de Freitas
Marcelo Rodrigues de Lima

REVISÃO TÉCNICA

Graziela Reis do Carmo
Lucas de Oliveira Scarascia
Maurício Kowarick
Marcelo Loures dos Santos
Vitor Herméto Coutinho Campos

DIAGRAMAÇÃO

Carlos Joaquim Einloft
Editora Asa Pequena

CAPA

Almiro Alves Júnior
Foto da capa: Canva PRO

FOTOS INTERNAS

Daniel Hunter
Projeto Renovando Paisagens - WRI & Fundação Renova

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

(RE) pensando o desenvolvimento rural sustentável a partir da agricultura familiar [livro eletrônico] : um diagnóstico socioterritorial do Alto Rio Doce, Minas Gerais / coordenação Alair Ferreira de Freitas , Alan Ferreira de Freitas. -- 1. ed. -- Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021.
PDF

Bibliografia
ISBN 978-65-992975-2-6

1. Agricultura 2. Agricultura familiar 3. Ciências sociais 4. Desenvolvimento 5. Sustentabilidade ambiental I. Freitas, Alair Ferreira de. II. Freitas, Alan Ferreira de.

21-54735

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura e meio ambiente : Ecologia 304.2

Aline Grazielle Benitez

Bibliotecária - CRB-1/3129

Viçosa, MG
Janeiro de 2021

Proibida a reprodução parcial ou total sem a autorização dos coordenadores. Todos os direitos desta obra são a eles reservados.

APRESENTAÇÃO

Este livro apresenta as análises e os resultados do trabalho de pesquisa realizado pela equipe do PROATER – Programa de Articulação e Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável de Municípios da Bacia do Rio Doce em Minas Gerais, vinculado à Universidade Federal de Viçosa. Trata-se de uma rica sistematização sobre características do meio rural de cinco municípios mineiros atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão: Barra Longa, Mariana, Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. A partir das análises, são desvelados processos socioprodutivos e aspectos demográficos, e construídas agendas estruturantes para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar – segmento predominante na estrutura agrária territorial.

O objetivo principal do projeto que resulta neste livro foi conhecer a realidade rural para socializar, com diferentes atores que intervêm nessa realidade, uma leitura coerente sobre o território, com base em dados. Compreende-se, assim, que a leitura sobre o território e a compreensão de sua realidade socioeconômica fundamenta a intervenção sobre ele. O entendimento dos problemas, suas causas e consequências são elementos fundamentais da ação pública e da intervenção de agentes na realidade social. Além disso, após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, tornou-se perceptível a atuação de inúmeras instituições nesses municípios. Contudo, a baixa interação entre elas, limita a convergência de projetos e constrói, por vezes, percepções dissonantes das dinâmicas locais e intervenções descontextualizadas.

Esse livro compila inúmeras constatações e análises empíricas que podem orientar essa convergência e produzir cooperação técnico-institucional para planejar o desenvolvimento rural sustentável, superando projetos imediatistas que desconsideram os meios de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo. Neste trabalho, apresenta-se um diagnóstico, com uma variedade de dados e de diferentes fontes, que pode aportar informações e conclusões. Há também problematizações sobre aspectos e segmentos invisibilizados por outros estudos e pelo Estado, mas que são realçados como estratégicos para pensar e fazer ações e políticas públicas. Assim, este documento é apenas meio e não um fim em si mesmo. Espera-se que ele seja tomado como um auxílio analítico para a construção de projetos locais e territoriais.

As análises aqui empreendidas fundamentam a urgência de olhares mais atentos e sensíveis para as transformações históricas da agricultura e da sociedade rural, que sinalizam o rápido envelhecimento da população rural, a evasão dos jovens, a redução progressiva da importância da agricultura na composição da renda das famílias e a redução da diversidade agrícola. O livro também revela a dinâmica organizativa da agricultura familiar, evidenciando a fragilidade de organizações coletivas formais, algumas dependentes de agentes externos

e de certas políticas públicas ou canais de comercialização. O cooperativismo e o associativismo são colocados em pauta e sua capacidade de promover mudanças na realidade econômica da agricultura familiar, em discussão.

Ademais, a perspectiva interdisciplinar empregada nas análises problematiza a apropriação da noção de rural reduzida ao agrícola e convida as leitoras e os leitores a refletirem, sob uma perspectiva socioterritorial, sobre o desenvolvimento rural sustentável, elucidando diferentes categorias analíticas, perpassando por diferentes dimensões da realidade. Apesar de o texto ser uma síntese, o apoio na dimensão territorial e interdisciplinar das análises teve o propósito também de desnaturalizar certos olhares e de romper com abordagens fatalistas que limitam a construção de um futuro próspero para a agricultura familiar.

Contudo, há limitações operacionais e analíticas expressas nas condições de realização do estudo, que possuía tempo, escopo e equipe restritos. Por exemplo, está ausente uma análise apurada das relações entre campo e cidade e das questões ambientais que condicionam a vida no campo, apesar da tentativa de que isso não fosse invisibilizado. Há outros materiais produzidos sobre o território que podem complementar esses **componentes**

ausentes. Reconhecendo as limitações, pode-se afirmar que este livro agrega conhecimentos e proposições relevantes para a estruturação de uma agenda territorial de desenvolvimento rural sustentável.

Espera-se que a leitura deste material possa contribuir com os gestores públicos municipais, os quais devem assumir o desafio do planejamento e execução das políticas públicas no âmbito local. Almeja-se, também, que as análises aqui realizadas sejam pauta de diálogos e contribuam para as organizações de ATER e da sociedade civil planejarem suas ações e ampliem suas parcerias. Não obstante, tem-se a expectativa de que este diagnóstico inspire as diversas organizações que atuam no território a se conectarem ainda mais com quem socialmente o constrói e lhe atribui sentido. Portanto, a esperança é que os projetos possam ampliar seu engajamento com os atores locais e, assim, fortalecer a agricultura familiar, convergindo esforços para uma governança territorial dessa agenda.

Instituições como a UFV, a UFMG, a Fundação Renova, a IUCN, a WRI, o Painel Independente do Rio Doce e o IEF já publicaram estudos que podem ser acessados e auxiliar nessa complementação.

SIGLAS E ABREVIações

ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu;
ACI	Aliança Cooperativa Internacional;
ADT	Agentes de ATER;
AEC	Associações e Cooperativas (membros e representantes);
AECOFABA	Associação Escolas Comunidades Família Agrícola da Bahia;
AEDAS	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social;
AEFAS	Associações Escola Família Agrícolas;
AGCAT	Associação dos Grupos Culturais e Artistas da Terra de Acaiaca e Região;
AIMFR	Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rurais;
AMA	Articulação Mineira de Agroecologia;
AMEFA	Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas;
APP	Área de Preservação Permanente;
ARCAFAR	Associação das Casas Familiares Rurais;
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural;
BSB	Programa Brasil Sem Miséria;
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados;
CCE	Cadastro Central de Empresas;
CEASA	Central de Abastecimento;
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base;
CECA	Centro de Pesquisa e Melhoramento da Cana-de-açúcar (CECA) da UFV;
CEF	Comerciantes Locais e Feirantes;
CEFFA	Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância;
CEPA	Comunidade Educativa Popular Agrícola;
CFR	Casa Familiar Rural;
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos;
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento;
COOPSOBERBO	Cooperativa Mista de Trabalho, Produção e Agropecuária de Nova Soberbo Ltda.;
CR	Caderno de Realidade;
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas;
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF;
EOA	Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia;
EFA	Escola Família Agrícola;
EFAC	Escola Família Agrícola de Camões;
EFAP	Escola Família Agrícola Paulo Freire;
EJA	Educação de Jovens e Adultos;

EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais;
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais;
EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica;
FAEMG	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais;
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura;
FATES	Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social;
FME	Fundação Marianense de Educação;
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
FOFA	Matriz "forças", "oportunidade", "fraquezas" e "ameaças";
FOMENE	Fórum Mineiro de Entidades Negra;
FOPPIR	Fórum Pela Promoção da Igualdade Racial;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano;
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal;
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária;
INSS	Instituto Nacional de Previdência Social;
ISA	Indicador de Sustentabilidade;
ISAB	Internação Sensível à Atenção Básica;
LAT	Representantes de Laticínios;
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens;
MEC	Ministério da Educação;
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo;
MFR	Maison Familiale Rurale;
MG	Minas Gerais;
OCA	Organização Cooperativa de Agroecologia;
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
ONG	Organização Não Governamental;
ONU	Organização das Nações Unidas;
PAA	Programa Aquisição de Alimentos;
PASEA	Planos de Adequação Socioeconômica e Ambiental;
PDM	Plano Diretor Municipal;
PE	Plano de Estudo;
PIB	Produto Interno Bruto;
PJ	Pastoral da juventude;
PJR	Pastoral da Juventude Rural;
PMDRS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar;
PPM	Poder Público Municipal;

PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural;
PROATER	Programa de Articulação e Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável de Municípios da Bacia do Rio Doce em Minas Gerais;
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
RT	Responsável técnico;
SEAMA	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil;
SIE	Serviço de Inspeção Estadual;
SIF	Serviço de Inspeção federal;
SIM	Serviço de Inspeção Municipal;
SPG	Sistema Participativo de Garantia;
SPR	Sindicato dos Produtores Rurais;
SR	Sindicato de Trabalhadores Rurais;
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais;
TTAC	Termo de Transação e Ajuste de Conduta;
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto;
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária;
UFV	Universidade Federal de Viçosa;
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícola do Brasil;
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura;
VAB	Valor Agregado Bruto.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. METODOLOGIA.....	22
3. SÍNTESES E CONSTATAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO.....	32
4. REALIDADE SOCIOPRODUTIVA E ORGANIZATIVA.....	41
4.1. Reflexão sobre a dinâmica socioprodutiva da agricultura familiar.....	41
4.2. Capacidade organizativa local e desenvolvimento rural.....	94
5. GESTÃO PÚBLICA LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	111
5.1. Atividades de iniciativa da gestão pública local.....	112
5.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar como política para a agricultura familiar	119
5.3. Acesso ao crédito e ao Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar	123
5.4. Políticas regulatórias como barreiras à produção das agroindústrias	129
5.5. Políticas públicas e empreendimentos locais	131
5.6. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).....	137
6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO ALTO RIO DOCE.....	142
6.1. A importância das parcerias para o desenvolvimento das ações de ATER.....	143
6.2. O papel da ATER na execução de ações e demais políticas de desenvolvimento rural....	146
6.3. Desafios da prática extensionista	149
6.4. Metodologias, métodos e perfil das equipes de ATER	152
6.5. O território e as organizações coletivas da agricultura familiar na percepção dos exten- sionistas	155
6.6. Autoanálise da organização de ATER	159
6.7. Lojas agropecuárias e seu papel na orientação técnica	160
7. MATRIZ FOFA: ELEMENTOS QUE FAVORECEM OU QUE LIMITAM A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO.....	163
8. AGENDAS ESTRUTURANTES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO TERRI- TÓRIO	168
8.1. Fomento aos circuitos curtos de comercialização e de promoção da segurança ali- mentar.....	171
8.2. Fortalecimento das organizações econômicas coletivas da agricultura familiar	174
8.3. Ater e financiamento para a produção sustentável de alimentos.....	178

8.4. Desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira familiar.....	181
8.5. Fomento à educação do campo e à cultura e formação sociotécnica da juventude rural.....	184
8.6. Governança territorial e seu papel na execução de uma agenda estruturante	187
9. REFERÊNCIAS.....	190
10. ANEXOS.....	198
ANEXO I - Panorama socioeconômico e demográfico dos municípios.....	198

FIGURAS

Figura 1. Área de Abrangência do Projeto.....	24
Figura 2. Número de comerciantes e feirantes entrevistados, distribuídos por município.....	28
Figura 3. Proporção de mulheres produtoras que utilizou ou não agrotóxicos em 2017.	55
Figura 4. Proporção de de homens produtores que utilizou ou não agrotóxicos em 2017.	55
Figura 5. Proporção de de mulheres produtoras que praticou ou não agricultura ou pecuária orgânica em 2017.....	55
Figura 6. Proporção de de de homens produtores que praticou ou não agricultura ou pecuária orgânica em 2017.....	55
Figura 7. Aquisição semanal de alimentos em estabelecimentos comerciais dos municípios envolvidos no Proater.....	80
Figura 8. Quantidade total da produção de alimentos, agrupados em olericulturas, frutas e cereais (ton).....	93
Figura 9. Capacidade estimada de abastecimento dos mercadinhos dos municípios (%).	93
Figura 10. Números de contratos do Pronaf entre 2013 e 2018.....	127
Figura 11. Valor total dos contratos do Pronaf entre 2013 e 2018.	127
Figura 12. Os 17 ODS.	170
Figura 13. Crescimento populacional dos municípios entre 1991 e 2019.	202
Figura 14. Declínio da população rural dos municípios entre 1991 e 2000.....	203
Figura 15. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) entre 2010 e 2016.	205
Figura 16. Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes (VAB) municipal da Agropecuária entre 2010 e 2017.....	208
Figura 17. Emprego por setor no município de Mariana entre 2014 e 2018.	209
Figura 18. Emprego por setor no município de Ponte Nova entre 2014 e 2018.....	211
Figura 19. Emprego por setor no município de Barra Longa entre 2014 e 2018.	211
Figura 20. Emprego por setor no município de Rio Doce entre 2014 e 2018.	211
Figura 21. Emprego por setor no município de Santa Cruz do Escalvado entre 2014 e 2018... ..	212
Figura 22. Trabalhadores formais no setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca nos municípios entre 2014 e 2018.	213
Figura 23. Proporção estimada do contingente populacional que trabalhava no meio rural em 2017.....	214
Figura 24. Trabalhadores rurais com e sem laço de parentesco nos municípios no ano 2017..	214
Figura 25. Trabalhadores e trabalhadoras rurais com laço de parentesco nos municípios....	214
Figura 26. Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em 2006 e 2017.....	218
Figura 27. Número de estabelecimentos da agricultura não familiar em 2006 e 2017.....	218
Figura 28. Proporção de estabelecimentos da agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos dos municípios nos anos de 2006 e 2017.....	218

Figura 29. Área total dos estabelecimentos em 2006 (ha).....	220
Figura 30. Área total dos estabelecimentos em 2017 (ha).....	220
Figura 31. Tamanho médio dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar nos municípios em 2006 e 2017.....	220
Figura 32. Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Barra Longa.....	222
Figura 33. Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Mariana.....	222
Figura 34. Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Ponte Nova.....	223
Figura 35. Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Rio Doce.....	223
Figura 36. Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Santa Cruz do Escalvado. Nota: Há um produtor sem área no município.....	224
Figura 37. Porcentagem de estabelecimentos com energia elétrica nos anos 2006 e 2017..	225
Figura 38. Percentual de estabelecimentos que utilizaram adubação em 2006 e 2017.....	227
Figura 39. Tipos de adubação utilizados na agricultura não familiar em 2017.....	227
Figura 40. Tipos de adubação utilizados na agricultura familiar em 2017.	227
Figura 41. Percentual de estabelecimentos que utilizaram irrigação em 2006 e 2017.....	228
Figura 42. Percentual de estabelecimentos que utilizaram tratores em 2006 e 2017.....	228
Figura 43. Finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos da agricultura familiar em 2017.	228
Figura 44. Finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos da agricultura não familiar em 2017.	228
Figura 45. Grupos de atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar no ano 2006.....	231
Figura 46. Grupos de atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no ano 2017.....	232
Figura 47. Estabelecimentos da agricultura familiar com acesso a ATER em 2006 e 2017.	233
Figura 48. Percentual de estabelecimentos da agricultura não familiar com acesso a ATER em 2006 e 2017.....	233
Figura 49. Proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram assistência técnica por meio do Governo (federal, estadual ou municipal), nos anos 2006 e 2017.....	234
Figura 50. Proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram assistência técnica por meio de assistência própria ou do próprio produtor, nos anos 2006 e 2017.....	236
Figura 51. Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de Cooperativas, nos anos 2006 e 2017.....	236

Figura 52. Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de Empresas Integradoras, nos anos 2006 e 2017.....	238
Figura 53. Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de Empresas privadas de planejamento nos anos 2006 e 2017.....	238
Figura 54. Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de ONGs, nos anos de 2006 e 2017.....	239
Figura 55. Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de outra origem, nos anos 2006 e 2017.....	239
Figura 56. Percentual de mulheres produtoras rurais nos anos 2006 e 2017, segundo o Censo Agropecuário.....	240
Figura 57. Condição dos produtores e produtoras em relação à terra nos anos 2006 e 2017..	241
Figura 58. Forma de obtenção da terra da agricultura familiar e não familiar no ano 2006..	243
Figura 59. Forma de obtenção da terra da agricultura familiar e não familiar no ano 2017..	244
Figura 60. Idade dos produtores (sexo masculino) em 2006 e 2017.....	245
Figura 61. Idade das produtoras (sexo feminino) em 2006 e 2017.....	246
Figura 62. Porcentagem do valor das lavouras temporárias no valor total da produção agropecuária entre 2010 e 2018.....	248
Figura 63. Valor da produção dos principais produtos agropecuários do município de Ponte Nova entre 2010 e 2018.....	248
Figura 64. Porcentagem do valor das lavouras permanentes no valor total da produção agropecuária entre 2010 e 2018.....	248
Figura 65. Porcentagem do valor da produção pecuária no valor total da produção agropecuária entre 2010 e 2018.....	250
Figura 66. Número de cabeças de bovinos entre 2006 e 2018.....	250
Figura 67. Número de cabeças de suínos entre 2006 e 2018.....	250
Figura 68. Número de cabeças de galináceos entre 2006 e 2018.....	251
Figura 69. Quantidade de vacas ordenhadas entre 2006 e 2018.....	252
Figura 70. Produção de leite entre 2006 e 2018.....	252
Figura 71. Produtividade do leite entre 2006 e 2018.....	252
Figura 72. Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Barra Longa.....	254
Figura 73. Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Mariana.....	254
Figura 74. Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Ponte Nova.....	254
Figura 75. Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Rio Doce.....	255

Figura 76. Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Santa Cruz do Escalvado..... 255

TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Classificação dos respondentes por segmento e sexo	26
Tabela 2. Motivos da escolha dos fornecedores	81
Tabela 3. Vende ou não produtos orgânicos e motivos	85
Tabela 4. Percepção dos comerciantes sobre os motivos que limitam a capacidade dos agricultores locais de abastecerem os mercados locais	87
Tabela 5. O que é necessário para melhorar a produção agropecuária do município.....	89
Tabela 6. Número de registros de venda e de produção nos municípios.....	90
Tabela 7. Produção de alimentos nos municípios, em quilos.....	92
Tabela 8. Número de instituições financeiras em Dez/2019.....	124
Tabela 9. Valor dos financiamentos rurais, em reais, em Mariana e em Ponte Nova (municípios com bancos) em Dez/2019	125
Tabela 10. Matriz FOFA - Agricultura Familiar no território Alto Rio Doce.....	164
Tabela 11. Número total de estabelecimentos em 2006 e 2017	215
Quadro 1. Quantitativo de reuniões - observação participante.....	29
Quadro 2. Tipologia dos mercados acessados pela agricultura familiar	69
Quadro 3. Componentes do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).....	205



INTRODUÇÃO

O projeto Proater está em consonância com o edital “ATER Sustentabilidade – Retomada das Atividades Agropecuárias” e em conformidade com o Termo de Transação e Ajuste de Conduta (TTAC), especificamente com a cláusula 125c. Essa cláusula versa sobre os apoios ao processo de retomada das atividades agropecuárias e a sua readequação ambiental, bem como à aplicação de práticas sustentáveis de produção nas propriedades rurais impactadas, além de apoio na inserção ou na ampliação de mercados para comercialização de seus produtos. O objetivo do projeto é articular e fortalecer os processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estabelecidos, a partir da Fundação Renova, para desenvolvimento rural sustentável nos municípios de Barra Longa, Mariana, Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, em Minas Gerais.

Um dos produtos definidos no âmbito do Proater, que ora se apresenta, é a realização de uma “Análise Socioterritorial”, compreendida como uma pesquisa sobre a realidade socioeconômica do meio rural daqueles municípios, com especial atenção a maior parcela da sociedade rural e dos estabelecimentos agropecuários no território: a agricultura familiar. Desde a elaboração do projeto e, principalmente, com a incursão empírica decorrente de sua execução, foi possível constatar narrativas e leituras contraditórias sobre a realidade socioprodutiva dos municípios, as quais orientavam intervenções distintas, reforçando e marginalizando diferentes aspectos da economia e da vida no campo.

Além disso, diversos estudos e diagnósticos já foram realizados sobre a realidade dos municípios, mas, mesmo assim, há poucas sistematizações que ultrapassem as descrições de dados secundários e o caráter normativo de alguns relatórios que, com base naqueles dados, emitem recomendações para “desenvolver” o território, mas sem desvelar a realidade social dos agricultores familiares¹.

Essas questões emergiram como desafio a este projeto. A primeira iniciativa do Proater foi mobilizar atores-chave do território, principalmente administração pública municipal, escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e organizações de agricultores familiares. Foi frequente a percepção de que já foram feitos inúmeros estudos e poucos tiveram momentos de socialização dos resultados e de que já existe certo incômodo social com o volume de coleta de dados nos municípios².

Com a inserção da equipe Proater em campo e com a análise de relatórios já produzidos por outras iniciativas, a distinção de leituras sobre o território ficou ainda mais evidente e sinalizou a necessidade de construir uma análise reflexiva que ousasse ir além dos índices, gráficos e mapas. Estes últimos, apesar de muito relevantes para qualquer análise, podem reduzir a realidade a métricas e fotografias estáticas.

Alguns questionamentos iniciais balizaram a construção dessa pesquisa: (i) os diagnósticos existentes e que auxiliam a interpretação da realidade rural do território incorporam análises qualitativas, indutivas e/ou aprofundadas sobre os fenômenos analisados? (ii) Como se interpreta a dinâmica social do meio rural desse território? (iii) Quais fenômenos marcam a realidade da agricultura familiar? Percebeu-se que muitos estudos tentavam dar respostas instrumentais a uma realidade supostamente indesejada, antes de elaborar perguntas substantivas que nutririam seus planejamentos com perspectivas mais profundas sobre os municípios e as comunidades que pretendem intervir.

Pensando no contexto encontrado no processo de interação com atores do território, o objetivo aqui é contribuir com a reflexão sobre os municípios, e não apenas apresentar dados censitários ou categorizar percepções de atores locais. Como tal, transcende o formato convencional de um documento, eminentemente, descritivo, apesar de isso ser o fundamento empírico principal para alcançar a análise. O olhar que se ajusta a esse exercício é interdisciplinar, mas busca, em bases sociológicas e antropológicas, superar o senso comum e a superficialidade dos dados quantitativos, para refletir sobre condicionantes e elementos subjacentes aos fenômenos analisados. Pondera-se a necessidade de desvelar elementos sociais, econômicos e culturais que interferem nas dinâmicas do território.

¹ Os relatórios e estudos não se referem apenas àqueles produzidos após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

² Isso ocorre pelas frequentes pesquisas e coletas de dados promovidas pelos estudos desenvolvidos por faculdades, universidades, organizações do terceiro setor e empresas privadas e é uma questão recorrente em territórios de interesse acadêmico.

Espera-se que este documento instigue a crítica dos leitores e das leitoras sobre a complexidade da realidade socioproductiva dos municípios. Este não é, portanto, um documento normativo, que define os caminhos do desenvolvimento, apesar de serem elencadas inúmeras orientações, mas sim um auxílio analítico para o planejamento de intervenções e agendas intersetoriais de desenvolvimento rural sustentável.

A proposta deste diagnóstico apresenta-se como uma forma de descrição, análise e compreensão da realidade, em especial da realidade rural do território. Como processo de investigação social, este diagnóstico exige o afastamento do senso comum e uma postura científica, crítica e reflexiva, ordenando questionamentos em face à realidade social e aos conhecimentos sobre ela produzidos, em consonância com as observações de Simões et al. (2008) sobre esse tipo de estudo.

Para esses autores, um diagnóstico desse tipo permite apurar não só a singularidade do segmento social analisado em um contexto territorial, mas também a transversalidade dos fenômenos e como eles o afetam. Essa opção metodológica tem implicações práticas, no âmbito da intervenção, já que estimula a pensar a intersectorialidade dos problemas e uma intervenção integrada. Pensou-se, portanto, em “diagnóstico” como parte de um conjunto de instrumentos de análise que possa subsidiar as ações de intervenção social, tanto por parte dos gestores públicos, como de agentes de ATER. Trata-se, assim, da capacidade de entender a realidade e das formas de agir sobre ela (SIMÕES et al., 2008).

Concebemos este diagnóstico socioterritorial como uma experiência de investigação da realidade social para melhor guiar ações de ATER, lançando olhar específico para um território. Ao abordar “território”, portanto, relativiza-se a noção entendida apenas como um espaço material ou físico, às vezes, reduzido a um município. Abramovay (2006), por exemplo, defende a definição do território como a maneira pela qual se produzem as interações sociais. Isso requer considerar que a mudança da natureza das relações sociais (cooperação, competição, submissão etc.), modificando as relações de poder, pode reorganizar as formas de acesso aos recursos disponíveis.

Para Santos (1998), é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto da análise social. Assim, apesar das distinções entre os cinco municípios do Proater, as análises buscaram compreensão em âmbito territorial, entendendo que as dinâmicas sociais, econômicas e culturais do rural desses municípios estão interconectadas, expondo a necessidade de estabelecer um olhar crítico e definir perspectivas para além da escala municipal.

O território, nesta pesquisa, é apropriado, portanto, como um plano de referência, incorporando análises sobre os meios de vida das pessoas, os fluxos, as relações sócio-históricas e os processos. Para alcançar esse propósito, foi necessária uma abordagem metodológica e analítica diferente da maioria dos estudos anteriores aos quais se obteve acesso. Pode-se afirmar,

seguindo as orientações de Simões et al. (2008), que não se desconsidera a importância da análise de dados estatísticos, promovendo-se até mesmo a diversificação de fontes, entretanto, foi o recurso às metodologias qualitativas que, estrategicamente, permitiram revelar informações, processos e dinâmicas que, dificilmente, poderiam ser transmitidas pelas estatísticas oficiais e pela análise exclusivamente quantitativa.

Para operar esse conceito de diagnóstico e adequá-lo à prática da intervenção social, este documento descreve, a seguir, o processo metodológico adotado, com apresentação das estratégias de coleta e análise de dados. Posteriormente, apresenta-se a Parte I do diagnóstico, dedicada à sistematização dos dados secundários, referenciando uma síntese sobre o panorama socioeconômico e demográfico dos municípios e de sua realidade rural.

Os dados censitários foram desagregados por município para permitir consultas específicas, mas, para fins de análises territoriais, sintetizam-se constatações em âmbito de território, agregando os dados sob a perspectiva do conjunto dos cinco municípios estudados, emitindo constatações que são generalizáveis. Na Parte 2, muda-se a abordagem e a análise dos dados primários é apresentada buscando sempre diálogo com os dados secundários, apesar de aparentes contradições entre o que foi captado pelos Censos Agropecuários (2006; 2017) e aquilo que emergiu da incursão empírica do Proater no diálogo com atores do território.

Para organizar as análises dos dados primários e facilitar a compreensão deles, foram elaboradas categorias analíticas norteadoras. Primeiro, discorreu-se sobre a capacidade socioproductiva local, considerando elementos que norteiam a produção e a comercialização da agricultura familiar. Para isso, além de compreender resultados de entrevistas com técnicos da Emater, prefeitura e organizações de agricultores, visitou-se mercadinhos privados para entender o fluxo comercial e as demandas dos hortifrutigranjeiros nos municípios.

Outra categoria importante, delimitada e desenvolvida, é a “capacidade organizativa local”, que analisa o processo de organização dos agricultores familiares em cooperativas e em associações, ponderando sobre oportunidades e desafios ocasionados pela constituição dessas organizações coletivas. Na categoria “Gestão pública e políticas públicas”, analisou-se as ações locais das gestões públicas municipais, em prol do desenvolvimento rural, e as políticas públicas acessadas pelos agricultores, principalmente, aquelas voltadas ao acesso ao crédito e à compra institucional de alimentos.



METODOLOGIA

Nesta pesquisa, propõe-se analisar as realidades socioeconômicas vinculadas às atividades agropecuárias dos municípios de Barra Longa, Mariana, Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, que estão na área de abrangência do projeto Proater, conforme Figura 1. Para tal, demanda métodos que permitam compreender as especificidades dos municípios. Trata-se de uma realidade social reconstruída com base nas informações disponíveis, uma tradução do real (MINAYO, 2007).

Este estudo, em relação à classificação quanto aos objetivos, enquadra-se, inicialmente, como uma pesquisa exploratória, pois parte-se da busca por informações que permitam uma leitura ampla das atividades desenvolvidas no meio rural dos municípios. Gil (1999) aponta que a pesquisa exploratória permite desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a partir de levantamentos em fontes secundárias, levantamentos de experiências, observação informal, dentre outros.

Essa exploração inicial das informações relativas ao meio rural proporcionará um caráter descritivo da realidade socioeconômica dos municípios, e tem como finalidade mostrar os elementos de determinada população ou suas características mais significativas. Para Mattar (2001), a pesquisa descritiva exige um profundo conhecimento do problema a ser investigado e a definição do fenômeno. Aliado à descrição dos dados encontrados, buscar-se-á identificar os fatores que contribuem ou explicam esses fenômenos. Segundo Gil (1999), a pesquisa explicativa aprofunda o conhecimento de uma dada realidade ao apontar as razões e as relações de causa e efeito de determinada realidade social.

Quanto à natureza da pesquisa, essa caracteriza-se como quantitativa-qualitativa. A pesquisa quantitativa é definida pelo uso de informações quantificáveis, tanto na coleta quanto no tratamento estatístico. De acordo com Mattar (2001), a principal característica dessa pesquisa é a utilização de dados estruturados, em que se analisa um grande número de casos, que podem se tornar representativos de uma dada realidade, bem como os resultados podem ser generalizados para um mesmo grupo com características semelhantes.

Já a pesquisa qualitativa responde a questões mais particulares, ocupa-se de um nível de realidade que não pode ser quantificável. Para Minayo (2007, p. 21), ela atua com “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...], pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida”. Assim, segundo a autora, algumas informações encontradas em campo não podem ser traduzidas em números.

Minayo (2007) aponta, ainda, que existe um *continuum* entre abordagens qualitativas e quantitativas, que elas não podem ser hierarquizadas por importância, pois a diferença reside apenas na sua natureza. Nesse sentido, a abordagem quantitativa-qualitativa é complementar, ao proporcionar informações aprofundadas, aliando números e interpretações baseadas nas experiências dos sujeitos que vivenciam os fenômenos em estudo.

No que tange ao processo de levantamento de dados, este estudo empregou uma série de técnicas, ou seja, um conjunto de normas e/ou processos para colher as informações no campo. As diferentes técnicas são complementares entre si e permitem vislumbrar as diferentes nuances de um mesmo fenômeno, ou ainda obter uma mesma informação de fontes variadas. As técnicas utilizadas foram: (i) pesquisa documental e levantamento de dados secundários; (ii) entrevistas abertas; (iii) observação participante; e (iv) triangulação.

O levantamento de dados secundários e a pesquisa documental corresponderam ao primeiro movimento desta pesquisa. Considerando os objetivos, foram coletados os dados consolidados dos municípios da área de abrangência deste projeto, tendo como principais fontes: (i) Censos Demográfico e Agropecuário³; (ii) Pesquisa Agrícola Municipal; (iii) Pesquisa Pecuária Municipal; (iv) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); (v) Cadastro Central de Empresas (CCE); (vi) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); (vii) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); (viii) Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A pesquisa documental concentrou-se nos relatórios técnicos disponibilizados pela Fundação Renova que tratam do território.

³ O Censo Demográfico constitui-se em um “retrato em extensão e profundidade” da população brasileira, possibilitando traçar seu perfil e as características dos domicílios. A última pesquisa foi realizada no ano 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>. Por sua vez, o Censo Agropecuário coleta informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas. Essas informações abrangem características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. A última coleta de dados ocorreu no ano 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

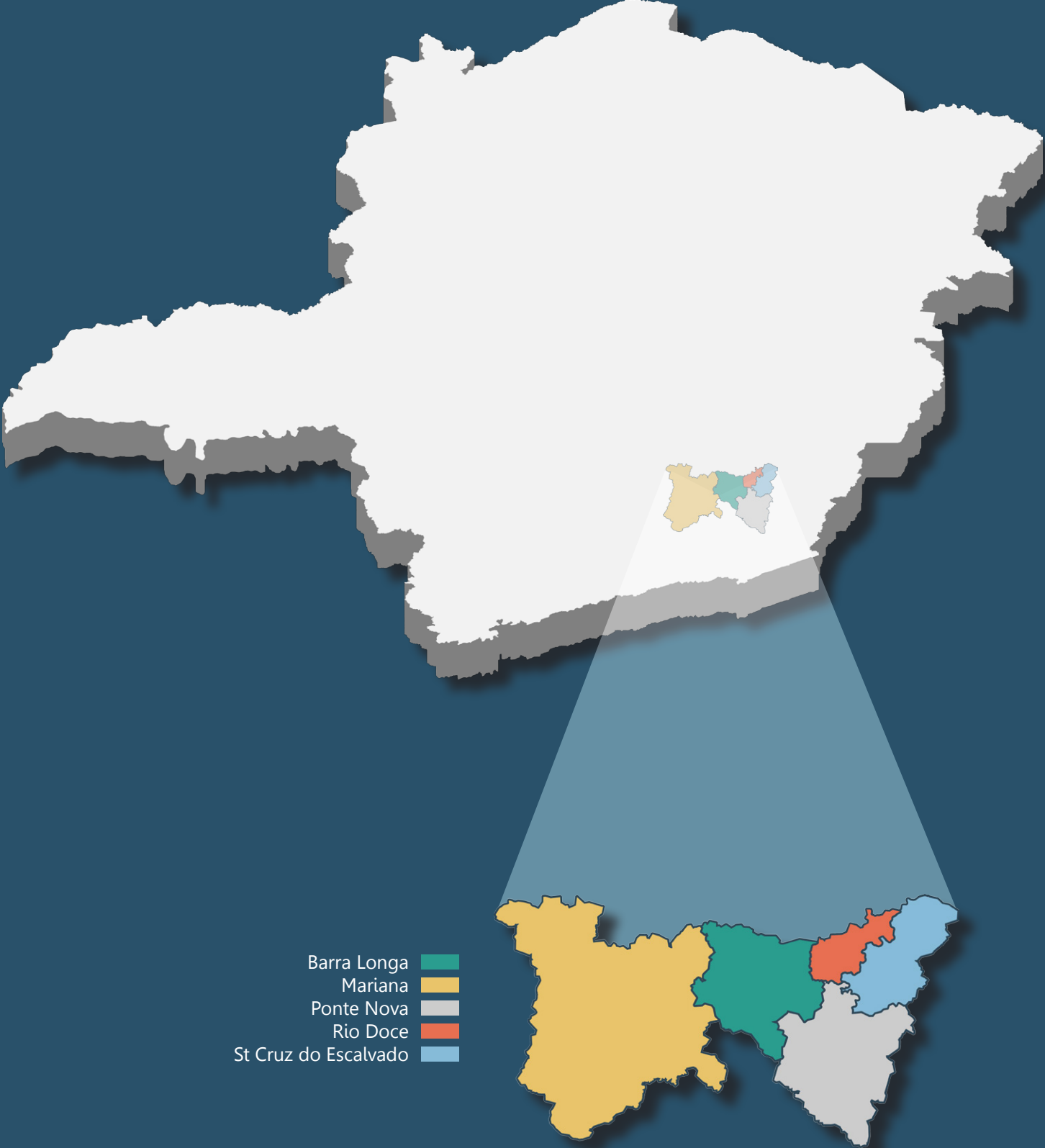


Figura 1 Área de Abrangência do Projeto.

Após o levantamento de dados secundários e a pesquisa documental, estruturou-se a coleta de dados primários, que consistiu na elaboração de roteiros de entrevistas e aplicações. A escolha pela realização de levantamento de dados primários foi motivada pela necessidade de compreender características da realidade local que não são evidenciadas pelos dados quantitativos. As observações informais permitiram a percepção de uma realidade social mais complexa do que aquela apontada pelas estatísticas.

Segundo Minayo (2007), a entrevista aberta é um método de coleta amplamente utilizado em pesquisas de campo, pois se trata de uma conversa a dois ou entre vários pesquisados, em que são feitas perguntas pelo entrevistador, e o informante discorre sobre o assunto com base nas suas experiências. A entrevista tem finalidade específica de permitir acesso a informações e a discursos contidos nas falas dos atores sociais envolvidos, que muitas vezes não se encontram em fontes secundárias de dados.

Os roteiros das entrevistas foram construídos com base nas características e nas questões não respondidas pelo levantamento de dados pertinentes ao objeto de estudo – a prestação de serviços de ATER nos municípios do Alto Rio Doce – e que são importantes para uma leitura mais assertiva da realidade produtiva desses municípios. Foram selecionados, como sujeitos da pesquisa, seis categorias⁴ distintas, das quais as quatro primeiras, reconhecidamente, atuam com a prestação de serviços de ATER em prol do desenvolvimento rural junto aos agricultores dos municípios em questão: (i) Poder Público Municipal – PPM (pastas ligadas à agricultura); (ii) Agentes de ATER – ADT (Emater, Oca e Progen/Renova); (iii) Associações e Cooperativas (membros e representantes) – AEC; (iv) Sindicatos de trabalhadores Rurais – SR; (v) Comerciantes Locais e Feirantes – CEF; e (vi) Representantes de Laticínios - LAT.

Como cada grupo possui funções e características diferentes e, por vezes, complementares, elaborou-se roteiros específicos, os quais foram estruturados a partir das necessidades da pesquisa. Todas as entrevistas foram agendadas previamente de acordo com a disponibilidade dos informantes.

As entrevistas foram documentadas por meio de diário de campo e de gravações em arquivos digitais de áudio (quando permitido pelo informante) e, posteriormente, transcritas na íntegra, buscando a integridade e a fidelidade às informações prestadas. Além dos levantamentos de informações de cunho qualitativo, houve também o levantamento quantitativo acerca da comercialização de produtos hortifrutigranjeiros em estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte nos municípios.

Em toda a pesquisa primária, durante os levantamentos de campo, foram 109 informantes diretamente envolvidos, mapeados durante o trabalho de mobilização do projeto. Algumas

⁴ Cada informante será representado pela sigla referente a sua categoria, seguido de um numeral.

dessas entrevistas foram realizadas em grupo, por opção dos próprios entrevistados. Nesses casos, manteve-se o roteiro previamente organizado, mas cada ator teve a oportunidade de se manifestar na resposta iniciando ou complementando os argumentos. Portanto, criou-se, nessas entrevistas coletivas, um rico diálogo mediado pelos entrevistadores para manter o foco nas perguntas e esclarecer dúvidas.

Essas entrevistas presenciais foram conduzidas durante o período de novembro de 2019 a fevereiro de 2020 e realizadas *in loco* nos municípios de atuação do projeto. No período de março a junho, o diálogo manteve-se constante por mídias sociais, e outros atores foram ouvidos por meio de reuniões e encontros on-line.

Foi realizado um encontro virtual com os técnicos da Emater das cidades envolvidas e com o coordenador regional, no qual todos puderam compartilhar suas experiências, falar das mudanças produzidas pelo trabalho remoto e, principalmente, apontar ferramentas e mecanismos utilizados pela organização e pelos produtores rurais nesse período de isolamento social.

Outro prestador de serviços de ATER, com o qual foi realizada reunião on-line, é a Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA), que atua no território, mais especificamente com os impactados pelo rompimento da barragem. No encontro, estavam presentes 7 dos 13 membros da organização e todos os presentes tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências e expectativas.

Foram entrevistados, ainda, representantes dos laticínios Monte Celeste e Jardim; o representante regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG; técnicos da Progen (empresa terceirizada que presta serviços para a Fundação Renova); e técnicos da Fundação Renova que prestam ou prestavam assistência em ATER.

Para preservar o direito à privacidade e o princípio da isonomia nesta pesquisa, os entrevistados não terão as identidades reveladas. Os respondentes dos grupos 1, 2, 3 e 4 foram caracterizados na Tabela 1, considerando o número, por segmento, e o sexo.

Tabela 1 Classificação dos respondentes por segmento e sexo

Vínculo institucional dos informantes - entrevista aberta					
Sexo	Poder Público Municipal	Agentes de Ater	Membros de associações e cooperativas	Sindicatos	Total por Sexo
Masculino	5	12	17	3	27
Feminino	0	6	23	2	29
Informantes	5	18	40	5	
Total de Informantes					68

Fonte: Dados desta pesquisa.

A necessidade de investigação junto ao segmento de comerciantes e feirantes surgiu, no decorrer das entrevistas com os demais atores, para tentar compreender o processo de fornecimento, de produção e de comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros.

A identificação dos estabelecimentos comerciais ocorreu da seguinte maneira: em Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, municípios menores, a equipe Proater foi a campo e os identificou presencialmente. Em Barra Longa, constatou-se a existência de três estabelecimentos, contudo, apenas um concordou em participar da pesquisa. Em Rio Doce, identificou-se a existência de dois estabelecimentos e ambos participaram da pesquisa. Em Santa Cruz do Escalvado, também foram dois os estabelecimentos identificados, um participou da pesquisa e no outro não houve sucesso nas tentativas de contato com o responsável pelas informações.

Em Mariana e Ponte Nova, realizou-se solicitação via gestão municipal. Apesar da equipe Proater ter recebido as informações, a listagem estava desatualizada e a equipe precisou realizar o levantamento dos estabelecimentos em campo, tendo como parâmetro os dados fornecidos anteriormente. O número de estabelecimentos comerciais que participam da pesquisa nesses dois municípios foram, respectivamente, 16 e 13. Sendo assim, ao todo, 33 estabelecimentos comerciais participaram da pesquisa na área de abrangência do Proater.

Em relação ao grupo de feirantes, foram conduzidas entrevistas apenas nas cidades de Barra Longa e Ponte Nova. A abordagem ocorreu durante a realização das feiras; enquanto trabalhavam, todos cederam um tempo para responder aos questionamentos no próprio local. A Figura 2 expõe o número de entrevistados de feirantes e comerciantes por cidades.

A fim de enriquecer a base de informações coletadas, utilizou-se a técnica da observação participante, que permite averiguar detalhes das situações quando essas ocorrem, oferecendo uma dinâmica enriquecedora para a coleta e a sistematização de dados. Segundo Richardson (1985, p. 215), é importante perceber que “o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno”.

A observação participante ocorreu nos seguintes espaços de interações: reuniões e eventos vinculados às ações do projeto, encontros relacionados à atuação da Fundação Renova no território e feiras da agricultura familiar nos municípios em que elas ocorrem. As reuniões ocorreram entre a equipe do projeto e as seguintes organizações que atuam, direta ou indiretamente, com ATER: (i) EFA Paulo Freire; (ii) EFA Camões; (iii) Emater; (iv) OCA; (v) Rosa Fortini; e (iv) Sebrae, conforme Quadro 1.

As reuniões elencadas no Quadro 1 estão todas vinculadas à atuação da Fundação Renova no território. Além disso, dois eventos foram organizados pelo projeto:

(I) “Encontro Regional de EFAs e convergências de projetos de Extensão Rural”, realizado no

RESPONDENTES POR MUNICÍPIO



Figura 2 Número de comerciantes e feirantes entrevistados, distribuídos por município.

dia 25 de novembro de 2019, cuja pauta foi o planejamento e o alinhamento de ações entre projetos de extensão rural e escolas de educação do campo. O evento contou com a participação dos seguintes atores institucionais: (i) EFA Camões; (ii) EFA Paulo Freire; (iii) Emater; (iv) Fundação Renova; e (v) UFOP.

(II) “Encontro Técnico de Articulação de ATER do Alto Rio Doce”, realizado no dia 18 de fevereiro de 2020, tendo como objetivo articular ações entre as instituições que promovem ATER no âmbito do Alto Rio Doce. O evento contou com a participação dos seguintes atores institucionais: (i) EFA Camões; (ii) EFA Paulo Freire; (iii) Emater; (iv) Fundação Renova; (v) Sebrae; (vi) OCA; e (vii) UFOP.

Vale reforçar que a observação ultrapassa enumerar as frequências de um determinado fenômeno, é preciso descrever e compreender a situação e seu contexto (LEMIEUX, 2015). Os eventos mencionados foram um rico espaço de percepção sobre a atuação dos diferentes segmentos de prestação de ATER e como interagem entre si, vislumbrando seus discursos de convergências e divergências.

Por fim, outra técnica de coleta de dados utilizada foi a triangulação que, segundo Yin (2001), fundamenta-se na utilização e na combinação de diferentes fontes de evidência sobre um mesmo fato. Essa técnica permitiu explicar diferenças e similitudes entre estatísticas descritivas, observação não participante e falas dos entrevistados, baseadas nas suas vivências e crenças sobre um mesmo evento ou acontecimento.

Quadro 1 Quantitativo de reuniões - observação participante

Organização	Relevância	Nº de Reuniões Formais	Data(s) de realização
Centro Rosa Fortini	Como prestadora de ATER aos atingidos, a instituição possui importância fundamental no processo de conhecimento das realidades existentes no âmbito desses serviços nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Além disso, a instituição possui capilaridade em todo o território, atuando há anos com demandas de cunhos sociais.	2	20/01/2020 05/03/2020
EFA Camões	Principais agentes de formação educacional de jovens rurais na região do projeto.	2	27/11/2019
EFA Paulo Freire	Principais agentes de formação educacional de jovens rurais na região do projeto.	3	24/10/2019 27/11/2019 18/02/2020
Emater Escritório Regional	Como principal prestadora de ATER em Minas Gerais e facilitadora do acesso às políticas públicas, a instituição possui importância fundamental no processo de conhecimento das realidades existentes no âmbito desses serviços.	2	08/01/2020 12/05/2020
OCA	Como prestadora de ATER aos atingidos, a instituição possui importância fundamental no processo de conhecimento das realidades existentes no âmbito desses serviços nos municípios de abrangência do projeto.	3	27/11/2019 06/02/2020 13/05/2020
Sebrae - Regional Ponte Nova	Como uma das principais agências de fomento a negócios em Minas Gerais e facilitadora do acesso às políticas públicas, a instituição possui relevância na construção das ações de organização econômica nos municípios.	1	23/01/2020
Laticínios	Laticínios (privados e cooperativas) que atuam no território. São atores relevantes para entender a dinâmica produtiva da cadeia leiteira nos municípios estudados.	2	05/06/2020 08/06/2020
Epamig	Responsável por desenvolver pesquisas que visam o desenvolvimento produtivo das atividades agropecuárias da região. Prioriza o setor agrícola familiar e realiza parcerias para que os resultados satisfatórios sejam multiplicados para os agricultores. Dentre as instituições parceiras, destaca-se a Emater, principal prestadora de ATER do território.	1	23/06/2020
Progen/Renova	Empresa que prestou ATER às propriedades diretamente atingidas, desde o início da atuação da Renova. Atualmente, opera no processo de fiscalização dos contratos de ATER da Fundação.	1	25/06/2020

Fonte: Dados desta pesquisa.

Portanto, a combinação de técnicas demonstrou ser uma metodologia importante para a leitura da realidade produtiva nos municípios investigados. Em termos de técnicas de análise dos dados, a partir dos dados secundários, elaborou-se uma estatística descritiva das informações levantadas nas diferentes fontes, já citadas anteriormente, que gerou a caracterização socioeconômica e demográfica dos municípios.

Para a organização das informações levantadas pelas diferentes técnicas de coleta de dados aliadas à estatística descritiva, foi adotada a análise do conteúdo do material, o que permitiu construir uma análise dos resultados de forma quantitativa-qualitativa. Segundo Richardson

(1999), toda análise de conteúdo deve basear-se em uma definição precisa dos objetivos da pesquisa, os quais variam em cada análise e condicionam a diferença das técnicas utilizadas.

A análise de conteúdo é pertinente para o estudo das motivações, das atitudes, dos valores, das crenças e das tendências, a partir das narrativas das comunidades a serem contatadas. Nesse sentido, em sintonia com as ideias de Bardin (1979), as fases da análise de conteúdo realizadas nesta pesquisa foram organizadas em: (i) pré-análise (identificação e pré-seleção dos documentos a partir da busca e da leitura superficial deles); (ii) exploração do material (análise e seleção final do material por meio da leitura completa dos documentos); e (iii) tratamento dos resultados (aplicação de tratamento quantitativo, quando necessário, com interpretação qualitativa do material selecionado na fase de exploração).

A princípio, optou-se pela grade de categorias abertas, que, segundo Laville e Dionne (1999), é uma grade flexível, na qual as categorias de análise são validadas durante o andamento do projeto. Foi no processo de exploração do material e das respostas das entrevistas de campo, considerando, também, os acontecimentos e observações em campo, que se definiu as seguintes categorias: (i) sínteses e constatações sobre o território; (ii) Realidade socioprodutiva e organizativa (iii) Gestão Pública local e Políticas Públicas; (iii) Assistência Técnica E Extensão Rural (Ater) No Alto Rio Doce; (iv) Matriz Fofa: elementos que favorecem ou que limitam a agricultura familiar no território; e (v) Agendas estruturantes para o desenvolvimento rural sustentável no território.

Essas categorias analíticas orientaram a alocação de todo o material coletado, agrupando o conteúdo por proximidade de sentido e realizando inferências a partir do cruzamento dos dados. A maior parte dos dados secundários foi organizada descritivamente, em conjunto, para oportunizar a consulta pelos leitores-foco, representantes de organizações do território. Os dados primários, seguindo o agrupamento categórico mencionado, e os subsídios dos dados secundários foram a base para análises substanciais em relação à realidade socioprodutiva dos municípios.



SÍNTESES E CONSTATAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO

A partir dos dados secundários sistematizados e descritos no Anexo I deste relatório, apresenta-se, a seguir, uma compilação de constatações, considerando a escala territorial, integrando os cinco municípios, na construção de um olhar panorâmico sobre o Alto Rio Doce. Os tópicos a seguir sintetizam aspectos relevantes das características sociodemográficas e econômicas do território.

A vulnerabilidade socioeconômica é uma realidade no território

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se um equilíbrio relativo no que diz respeito ao salário médio mensal dos trabalhadores formais no território, que gira em torno de 1,9 salários-mínimos, sendo Mariana o município com a maior média salarial: 2,3.

No que tange à situação de vulnerabilidade econômica dos habitantes, verifica-se que os municípios de Santa Cruz do Escalvado, Barra Longa e Rio Doce são aqueles em que grande parte da população tem o rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, sendo, respectivamente, 42,5%, 42,3%, e 39,4% da população. Esses municípios são os que apresentam o maior percentual da população vivendo no meio rural, evidenciando que a pobreza rural, refletida pela vulnerabilidade socioeconômica, é uma realidade encontrada nos municípios.

Os empregos rurais são essencialmente informais e a maior parte dos empregos formais é vinculada à administração pública municipal

Mariana e Ponte Nova são os municípios que possuem a maior taxa de empregabilidade formal em relação ao tamanho populacional, sendo, respectivamente, 36,1% e 29,1%. Utilizando como referência os dados setoriais do emprego nos municípios, a partir das informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), constata-se que, de maneira geral, a maior parte dos empregos formais no território são vinculados à administração pública, com 38% do total de empregos formais no território em 2018.

Para os municípios de Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, o percentual de trabalhadores formais no setor público ultrapassa 50%. Em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, houve aumento da mão de obra empregada na Construção Civil, que, em 2018, correspondeu a uma média percentual de 19,5% do total de trabalhadores. Tal constatação é justificada pela presença das empreiteiras após o rompimento da barragem de Fundão e pela proximidade dos municípios com a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Em relação ao setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, observa-se que o emprego formal representa apenas 3,4% da totalidade de empregados no território, reflexo das características dos municípios.

Nos empregos informais, vinculados à atividade agropecuária, os trabalhadores possuem parentesco com responsáveis pelos estabelecimentos empregadores

Tendo como base o Censo Agropecuário de 2017, ressalta-se que a maior parte da população que trabalha no meio rural possui laço de parentesco com os responsáveis pelo estabelecimento. Não obstante, faz-se pertinente evidenciar que a grande maioria desses trabalhadores se encontra na informalidade.

Quanto ao regime de trabalho, subdivide-se em temporário, permanente e parceiro, sendo que a grande maioria se enquadra como trabalhador temporário. Dessa forma, revela-se a importância do setor agropecuário na geração de trabalho e de renda, especialmente para a população que habita o espaço rural.

A redução da população rural e sua migração para o meio urbano é uma tendência, mas já com importantes evidências empíricas

Com base nas estimativas do IBGE, a população total do território em 2019 era 132.965 habitantes. Em relação ao último Censo Demográfico, realizado em 2010, quando a população total era 125.209 habitantes, percebe-se que houve acréscimo de, aproximadamente, 6,2%. Mariana, Ponte Nova e Rio Doce tiveram aumento na população total na última década, enquanto em Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado, houve redução.

O IBGE não realiza projeções sobre a população rural, como ocorre com o indicador População Total, mas os dados dos Censos Demográficos de 1991, de 2000 e de 2010 comprovam a tendência de esvaziamento do campo no território, assim como vem ocorrendo em todo o Brasil. De 1991 a 2010, a população rural do território reduziu em, aproximadamente, 31,53%, ou seja, em 20 anos, houve redução de quase 1/3 da população rural. Nesse contexto, o êxodo rural é praticado principalmente pelos jovens, o que reflete no envelhecimento da população rural territorial.

Envelhecimento da população rural e presença cada vez menor de jovens nas atividades agropecuárias

Os responsáveis pelos estabelecimentos rurais maiores de 45 anos somavam 1.879 pessoas em 2006 e, em 2017, 2.213 pessoas, o que representa um aumento de 17,8% do número absoluto e um aumento de 8,48% em relação ao total de responsáveis.

Já os responsáveis pelos estabelecimentos rurais com mais de 65 anos totalizavam, em 2006, 644 pessoas e, em 2017, 912, representando um acréscimo de 41,6% do número absoluto nessa categoria e um aumento de 8,7% em relação ao total de responsáveis. É importante ressaltar que, nesse período, o número total de responsáveis pelos estabelecimentos rurais aumentou apenas 5,8%, demonstrando o processo acelerado de envelhecimento diante dos quase 42% de aumento do número de responsáveis acima de 65 anos.

Esses dados confirmam o envelhecimento da população rural, intensificada em relação aos responsáveis pelos estabelecimentos rurais e indicam a continuidade da evasão rural, especialmente entre os jovens: o número total de responsáveis pelos estabelecimentos rurais com até 35 anos reduziu em praticamente 30%. Trata-se de um cenário comum à realidade brasileira, mas que é ainda mais acentuado nesse território. Isso coloca em questão a vida no campo, as atividades agropecuárias e a produção de alimentos. Falta de oportunidades aos jovens, falta de apoio à agricultura familiar, dificuldades de acesso ao crédito e à assistência técnica e educação formal deslocada da realidade social do campo são fatores que contribuíram e continuam reproduzindo esse cenário.

O rural é cada vez menos agrícola e a agricultura cada vez menos diversificada

Diante do envelhecimento da população rural, cada vez mais as atividades agrícolas vêm tendo sua importância reduzida na composição da renda das famílias rurais, cedendo espaço para as rendas não produtivas e para a especialização produtiva, com ampliação da importância da pecuária para a economia rural e para a vida de muitas famílias no território.

No ano 2019, foram pagos, no território, R\$ 513.708.762 em benefícios do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), dos quais R\$ 109.221.730 foram para o meio rural (21,26%). Com base no Censo Agropecuário 2017, dos 952 estabelecimentos agropecuários classificados como

“não familiares”, 267 recebiam esses benefícios (28%). Entre os estabelecimentos “familiares”, a proporção é ainda maior: dos 1.712 estabelecimentos desse setor no território, 1.090 foram beneficiados (63,67%), sendo que pode haver mais de um beneficiário por estabelecimento.

Isso comprova a importância das aposentadorias na composição da renda familiar no meio rural, em especial para a agricultura familiar do território. Essa condição, associada à evasão dos jovens, à falta de mão de obra e de oportunidades no campo, bem como à presença de grandes laticínios da região, tem induzido a redução da produção agrícola e a ampliação da pecuária no território. A produção agrícola é, principalmente, oriunda das lavouras temporárias, responsável por 27,8% do valor de produção da agropecuária em 2017, em especial por meio dos cultivos de cana de açúcar, milho, mandioca e feijão.

Portanto, observa-se que, nesse contexto, os dois principais cultivos temporários também estão ligados à pecuária: a produção de cana e de milho para alimentação dos rebanhos. Já as lavouras permanentes, que em 2018 foram responsáveis por apenas 3,15% do valor da produção agropecuária do território, têm como principais culturas o café e a banana. Ponte Nova é o município que mais se destaca na produção de lavouras permanentes, ainda assim, os dados indicam que apenas 7 culturas compõem a produção municipal oficial: banana, goiaba, manga, maracujá, café, tangerina e laranja.

A pecuária de leite é a principal atividade na composição da economia rural

No atual cenário da produção pecuária como principal atividade no setor rural, cada vez mais o valor de produção do leite vem se destacando em relação às demais atividades. Em 2018, o valor total da produção agropecuária no território foi de R\$ 49.759.000, dos quais R\$ 34.364.000 foram oriundos da pecuária, representando 69,06% do total. A produção de leite foi responsável por 92,93% do valor de produção da pecuária e 64,18% de todo o valor da produção agropecuária do território.

Nesse contexto, a especialização produtiva tem se dado cada vez mais de forma contundente, mas expõe a necessidade de ampliar a produtividade e, assim, a oferta de tecnologias, de crédito e de ATER para os produtores. Os dados indicam que, em Minas Gerais, a produtividade média da produção de leite em 2017, por vaca/ano, foi de 2.840 litros, enquanto no território, foi de 2.124,1 litros vaca/ano, indicando a possibilidade de melhora de produtividade no território.

Há demasiada insuficiência na oferta de serviços de ATER e a principal origem desses serviços são as instituições governamentais

Os serviços de ATER ofertados são insuficientes para atender às demandas do território, algo comum no país. Apesar da impossibilidade metodológica de se entender a mudança no cenário do número de estabelecimentos agropecuários ocorrida entre os Censos Agropecuários

de 2006 e 2017, é sabido que, entre um censo e outro, o número de estabelecimentos variou e o acesso aos serviços de ATER também. Em 2006, existiam no território 580 estabelecimentos agrícolas “não familiares” e 1.980 “familiares”; o número de estabelecimentos que recebeu serviços de ATER foi, respectivamente, 223 (38,45%) e 324 (16,36%).

Em Minas Gerais, essas porcentagens foram de 44,53% e 20,89%, ou seja, o território estava abaixo da média do estado no acesso aos serviços de ATER. Os dados do Censo de 2006 apontaram que, para os estabelecimentos “não familiares”, as principais fontes de prestação dos serviços de ATER foram “própria ou do próprio” (55,16%), seguido das governamentais (34,08%) e cooperativas (3,6%). Para os estabelecimentos “familiares”, as fontes foram governamentais (62,04%), “própria ou do próprio” (29,63%) e cooperativas (3,7%). No Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos “não familiares” aumentou para 952, acréscimo de 64,14%. Desses, 274 receberam serviços de ATER (28,8%), uma perda de quase 10% em relação ao censo anterior.

O número de estabelecimentos “familiares” no território caiu para 1.712, o que representa uma queda percentual de 11,39%. No entanto, o número de estabelecimentos desse setor que recebeu ATER subiu para 33, 19,45% do total, um leve aumento de 3,09% em relação ao censo anterior. Em Minas Gerais, essas porcentagens foram de 35,52% e 20,89%⁵, ou seja, o território estava abaixo da média do estado no acesso aos serviços de ATER.

Nesse novo cenário, a principal prestadora dos serviços de ATER foi “serviços governamentais”, tanto para os estabelecimentos “não familiares” (37,96%), quanto para os “familiares” (69,67%). Em seguida, “própria ou do próprio”, com 27,73% para os estabelecimentos “não familiares” e 21,32% para os estabelecimentos “familiares”. A terceira fonte foram as empresas integradoras, responsáveis por prestar ATER para 5,1% dos estabelecimentos “não familiares” e 8,7% dos “familiares”. Outras fontes, tais como empresas privadas, ONGs e cooperativas, com porcentagens menores, foram responsáveis por totalizar a prestação de ATER nos dois Censos Agropecuários citados, mas com porcentagens bastante reduzidas.

Apesar de ter seu trabalho e contribuição econômica invisibilizados, a porcentagem das mulheres responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários cresceu, entretanto, os homens ainda são a grande maioria

O Censo Agropecuário de 2006 demonstrou que a porcentagem de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários no território era de 13,2%, no entanto essa porcentagem

⁵ Nessa base de dados sobre assistência técnica, o Censo Agropecuário 2017 não apresentou nenhuma alteração no número de estabelecimentos agrícolas “familiares” de Minas Gerais se comparado com o Censo de 2006. O número de estabelecimentos que receberam assistência também não alterou entre um censo e outro. Existe alteração para os estabelecimentos “não familiares”. Ainda assim, apresenta-se o dado para relacionar a porcentagem dos estabelecimentos “familiares” que recebem assistência técnica no território com a porcentagem do estado.

elevou-se no Censo Agropecuário 2017 para 21,15%, comprovando que as mulheres estão assumindo cada vez mais a direção dos estabelecimentos.

Contudo, essa porcentagem ainda pode ser considerada baixa, uma vez que é sabido que aproximadamente 50% da população que habita o campo é composta por mulheres, apesar de o Censo Agropecuário (2006; 2017) invisibilizar seu trabalho agrícola, mostrando que a considerável maioria de trabalhadores rurais são homens. O município de Rio Doce foi o único do território que não teve aumento na porcentagem das mulheres que dirigem os estabelecimentos agropecuários.

Os responsáveis pelos estabelecimentos rurais são proprietários. Na agricultura familiar, a principal forma de acesso à terra é por meio da herança

Sobre a situação dos responsáveis pelos estabelecimentos em relação à posse das terras, os dados não possibilitam a desagregação entre os dois Censos (2006 e 2017) para os setores agrícolas "familiar" e "não familiar". O Censo Agropecuário 2006 indicou que 92,2% dos responsáveis pelos estabelecimentos no território eram proprietários, e o Censo Agropecuário de 2017 apontou que essa proporção reduziu a 87,8%. Em 2006, a 2ª categoria em ordem de importância foi a dos arrendatários, com 3,7% dos casos. Em 2017, essa categoria cedeu espaço no território para os comodatários, com 6,54% dos casos, categoria que em 2006 não integrava o Censo Agropecuário.

Nota-se que categoria de comodatários teve representação expressiva devido ao município de Ponte Nova, responsável por 90,2% desses casos. Nesse contexto, em 2017, os arrendatários passaram a ocupar no território a 3ª colocação, com 3,1% dos casos. Assim, as demais possibilidades que expressam a condição dos agricultores em relação a terra (assentado sem titulação definitiva; ocupante; parceiro; e produtor sem área), apesar de serem relevantes para o contexto social, em termos de porcentagem, representaram a menor fração da realidade territorial: em 2006, 4,1% e, em 2017, 2,56%.

No que tange à forma de aquisição das terras, foram duas as mais importantes em ambos os censos citados, tanto para a agricultura "não familiar" quanto para a "familiar". No Censo de 2006, a compra de terras foi indicada por 64,6% como sendo a forma responsável pelo acesso à terra entre os agricultores "não familiares"; entre os familiares, essa proporção foi de 47,2%. A herança foi apontada por 33,78% dos agricultores "não familiares" como a 2ª principal forma de acesso à terra; entre os agricultores "familiares", foi a principal forma, atingindo 50,47%.

Em 2017, a compra entre os "não familiares" foi indicada como forma de aquisição das terras por 53,7% dos responsáveis pelos estabelecimentos; entre os agricultores "familiares", a porcentagem foi de 43,2%. Por sua vez, a herança alcançou 45% entre os "não familiares" e 54,3% entre os "familiares". Percebe-se, pois, que as demais formas de aquisição de terras, crédito

fundiário, reforma agrária, doação, usucapião, entre outras, apesar de serem relevantes para o contexto nacional, não alcançaram porcentagens representativas no contexto territorial, o que não diminui a importância delas.

Essas constatações expressam características do rural do território, que o marcam profundamente, e são produzidas historicamente. Desde aspectos da realidade social e configuração da sociedade rural, com ênfase na agricultura familiar, à composição da economia rural, muitos são os fatores que interferem na dinâmica socioeconômica dos municípios. Essas constatações empíricas, balizadas pelos dados secundários, são subsídios para operar uma análise interpretativa a partir dos dados primários, evidenciando novas constatações e qualificando e reforçando as constatações anteriores.

A seguir, portanto, apresenta-se uma reflexão sobre a dinâmica socioprodutiva e organizativa da agricultura familiar, bem como sobre a atuação pública e as políticas públicas no território, o que possibilita a emergência de análises substantivas acerca da realidade rural.

O acesso a crédito é limitado e quem acessa, em geral, é ligado à pecuária

No território, apenas Ponte Nova e Mariana possuem agências bancárias e em Barra Longa é recente a presença de um posto de atendimento de uma cooperativa de crédito. Essa evidência demonstra a baixa presença de instituições financeiras, o que incide na limitação de crédito, de forma intensiva, no meio rural. Os dados do Censo Agropecuário (2017) demonstram uma margem muito pequena de estabelecimentos agropecuários que tiveram acesso a algum tipo de financiamento. Em Barra Longa e Ponte Nova, o montante de estabelecimentos que acessa crédito é de aproximadamente 9%, enquanto em Rio Doce é de apenas 3,6%. Já em Santa Cruz do Escalvado, chega a 5,22%, e em Mariana aproximadamente 7%.

O maior volume de crédito nos municípios foi para investimentos diversos, confirmando uma tendência nacional. No que se refere à utilização dos recursos, os dados do IBGE apontam que a maior parte dos financiamentos é direcionada para o custeio da produção. Em termos de comercialização, Ponte Nova foi o único município que buscou financiamento para tal fim. Em todos os municípios, majoritariamente, acessaram financiamento aqueles estabelecimentos em que o grupo de atividade econômica estava ligado à pecuária e à criação de animais, com poucas exceções para horticultura e floricultura (Mariana e Ponte Nova) e produção de lavouras temporárias (Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado).

Há grande limitação de acesso a tecnologias de informação e comunicação no meio rural

Apesar de a maioria dos estabelecimentos possuir telefone, o acesso à internet é ainda limitado. Ponte Nova é o município com maior número de estabelecimentos com acesso a telefone

(81%), enquanto Barra Longa possui o menor número (63%). Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado chegam próximos do índice de 70% e Mariana se aproxima de 80%. O acesso à internet, em todos os municípios, está diretamente ligado à posse de telefone, uma vez que ele se dá, majoritariamente, via redes móveis. Contudo, a disponibilidade de internet é ainda muito baixa.

Ponte Nova tem o maior índice de acesso à internet nos estabelecimentos rurais, chegando próximo de 40%. Mariana tem, aproximadamente, 30% de acesso, e Santa Cruz do Escalvado também está próxima desse número. Já em Barra Longa, aproximadamente, 20% e em Rio Doce 10% de estabelecimentos têm acesso à internet, refletindo um cenário preocupante diante da grande importância da internet para a sociedade e da rápida digitalização de processos e serviços, intensificados durante a pandemia da Covid-19, que tem exigido o acesso e a habilidade de uso da internet para a comercialização de produtos da agricultura familiar.

Ainda é interessante notar que, apesar do amplo acesso à rede, menos de 10% dos estabelecimentos possuem alguma conta de e-mail, o que mostra que esse acesso é ainda limitado em termos de recursos, haja visto que contas de e-mail são, ainda, instrumento básico para diferentes operações on-line.

Os recursos hídricos usados em atividades produtivas no meio rural são destinados predominantemente para a pecuária

A origem dos recursos hídricos utilizados na agropecuária é diferente entre os municípios. Enquanto em Barra Longa e Mariana, utilizam-se, majoritariamente, poços convencionais ou água de nascentes, os estabelecimentos de Ponte Nova têm como fonte de água, principalmente, poços tubulares não jorrantes. Em Rio Doce, por sua vez, os estabelecimentos utilizam, principalmente, água dos rios ou dos riachos protegidos por mata. Já em Santa Cruz do Escalvado, as principais fontes dividem-se entre poços convencionais, rios e nascentes.

Entretanto, se os municípios do território variam entre si em relação à origem, eles convergem sobre a destinação da água. Existe um padrão para a finalidade de seu uso: a pecuária e a criação de animais. Cruzando informações sobre a produção pecuária e o uso de recursos hídricos, constata-se que a atividade econômica que mais utiliza recursos hídricos é a pecuária leiteira. Em alguns municípios, como Mariana, Barra Longa e Rio Doce, nos quais há grande índice de estabelecimentos integrados à cadeia produtiva do leite, registra-se aproximadamente 80% dos recursos hídricos destinados à pecuária. Em Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova, esse índice está em torno de 65%. Os dados mostram a importância de refletir sobre a sustentabilidade dessa atividade produtiva, definindo condições para o uso racional dos recursos hídricos.



REALIDADE SOCIOPRODUTIVA E ORGANIZATIVA

Neste capítulo, objetiva-se apresentar e caracterizar a realidade socioprodutiva dos municípios abrangidos pelo Proater, por meio da interpretação dos dados secundários sobre o território, analisados no Anexo 1, em conjunto com as fontes primárias da pesquisa, colhidas em campo, por intermédio das entrevistas, das reuniões, do diário de campo e das observações participantes.

4.1. Reflexão sobre a dinâmica socioprodutiva da agricultura familiar

Como os dados secundários mostraram, há significativa produção agropecuária nos municípios em análise. Pode-se afirmar, sim, que o volume e a diversidade produtiva têm diminuído e a consequente especialização aumentado, com a estruturação de determinadas cadeias produtivas, especialmente a do leite. Porém, conforme aponta esta pesquisa, trata-se de uma falácia a afirmativa de que “a agricultura familiar praticamente não tem produção na região”, recorrente em narrativas de diferentes atores que atuam na Bacia do Rio Doce⁶.

Tal falácia é descontextualizada da gênese e do desenvolvimento sócio-histórico da agricultura familiar e do fato de que a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários são familia-

⁶ Isso foi registrado por meio de diálogos informais com representantes de universidade e empresas que atuam no território.

res. Até mesmo boa parte daqueles classificados como não familiares, como visto no capítulo anterior, só não o são pela composição da renda familiar, com baixa contribuição da agropecuária (reflexão que se fará a seguir). De fato, há limitação em relação ao volume de produtos agrícolas ofertados, mas essa retração faz parte das estratégias de reprodução social das famílias, cada vez mais pluriativas, envelhecidas e com menos terra (esse assunto também será abordado na sequência). Há potencial enraizado territorialmente, contudo, essa discussão é conjuntural e precisa ser devidamente contextualizada nas análises.

Pode-se caracterizar a produção agropecuária dos municípios como uma consequência histórica da marginalização da agricultura familiar na agenda pública governamental e da reconfiguração do sistema agroalimentar, edificado atualmente sobre longas e verticalizadas cadeias produtivas. Não é possível, assim, tributar à própria agricultura familiar essa condição, tão pouco concluir, de maneira superficial e empiricamente deslocada, que depende apenas das próprias famílias agricultoras a superação desses desafios estruturais.



“[...] O povo é trabalhador! se você anda nas roças você vê uma horta, uma produção de mandioca, um quintalzinho de feijão” (SR 02).

Essa passagem elucida parte do fundamento de controvérsia da falácia anteriormente enunciada. Há produção comercializada, consumida, trocada e doada em circulação nas cidades e comunidades rurais. Boa parte da diversidade produtiva, como observado nesta pesquisa, é registrada como produto dos quintais e hortas, que assumem papel estratégico para a segurança alimentar e para a economia familiar.

Contudo, percebe-se que as principais narrativas que estruturam a falácia e parte das interpretações sobre as atividades agropecuárias estão alicerçadas em uma visão economicista da produção voltada para o mercado, que deturpa a complexidade da dinâmica econômica da agricultura familiar, das estratégias de reprodução social das famílias, das diferenças de gênero e de seus relacionamentos comunitários e ecossistêmicos.

Não se pode negar a importância de ampliar a produção para o abastecimento local e para a geração de renda para as famílias, tão pouco a necessidade de inserção comercial. O argumento anterior, porém, apenas ressalta que a equação que resolverá esse “problema” não é tão simples quanto “incentivar a produção” ou “garantir um mercado”, pois esse “problema” não se reduz à “ausência” de mercado e produção ou ao dilema do “quem vem primeiro” (ter mercado para aumentar a produção ou ter produção para acessar mercados - diário de campo). Aí reside a importância de reconhecer o papel estratégico da agricultura familiar (social, ambiental e econômico) para os municípios, as limitações estruturais existentes hoje e os tipos de estímulos ofertados, para então construir uma agenda pública com maior complexidade, voltada à reestruturação de cadeias produtivas e à ampliação da produção agropecuária. Leituras míopes, recortadas unicamente pela produção, dificilmente darão conta de alterar os

padrões institucionais e culturais que hoje encolhem gradativamente esse segmento e sua capacidade produtiva.

O depoimento a seguir contribui para ilustrar percepções sobre o contexto produtivo que, por sua vez, demonstra o avanço da produção de leite, que ajudou a manter a estabilidade de muitas famílias no campo, mas também a reduzir a diversidade produtiva:

“[...] muita gente adquiriu essa cultura de mexer só com leite, quase na monocultura. Então eu acho assim, que está mexendo com leite, mas também pode plantar um pouquinho do milho, feijão, horta, diversificar. Hoje em dia a produção agrícola, milho, feijão, aqui é pouca pelo tamanho que a gente vê da potencialidade do município. [...] O mesmo caso do PNAE, as escolas reclamam que é, nem tudo que elas pedem eles dão conta de estarem entregando e a gente faz reunião, explica, mas eu acho que essa dificuldade também é de plantar. (PPM 01; ADT 01).

A percepção geral compartilhada entre os entrevistados é que os produtores agrícolas estão “desamparados”. Como veremos, não há um governo com políticas estruturantes para o desenvolvimento rural e a agricultura familiar e também não há uma organização coletiva forte nos municípios, consequência histórica que reverbera atualmente. Portanto, as condições atuais não são apenas decorrentes da atuação de determinadas indústrias no território, mas de um processo histórico de marginalização política do rural. De acordo com o ator ADT 04, que converge com outras percepções presentes em todos os municípios:

“[...] o maior problema nosso chama política pública. Então eu acho que não existe uma política pública. E é praticamente impossível... Hoje por que o pessoal está parando de produzir, está desistindo da produção por quê? Porque os produtos não têm valor, aí você vai lá, você não produz nada, mas como produzir? (ADT 04).

Há, ainda, aqueles que traçam percepções paralelas e apresentam dificuldades em se relacionar com os governos locais: “A prefeitura aqui né. Que tudo que você vai mexer lá é muito difícil. Não dá apoio, não ajuda a gente. Então o que você depende lá é muito difícil de você conseguir” (AEC 03). Isso varia, no entanto, de município para município e de grupo para grupo. Na medida em que não há política estruturante e planejamento estratégico para o desenvolvimento rural, a ação governamental é reativa e imediatista (em capítulo posterior, isso será analisado) e tem dificuldade de atender às demandas associadas a problemas complexos da agricultura familiar.

De maneira geral, os cinco municípios, como já relatado, possuem predominância da produção de leite, como diversos dados secundários reforçaram o aumento significativo do número de estabelecimentos integrados a essa cadeia produtiva e do volume de leite produzido na região. Um dos principais lastros empíricos desse fenômeno é a presença direta e

articuladora de grandes e importantes indústrias de laticínios na região, como a Porto Alegre e a Monte Celeste (as mais citadas). Na cadeia do leite, as empresas assumem status de segurança e de amparo, coordenando a logística e a compra da produção e, às vezes, o auxílio no fornecimento de insumos.

Apesar disso, uma variedade de produtos oriundos da agricultura familiar foi relatada além do leite, com predominância para os seguintes produtos: queijo, doces, quitandas, hortaliças, artesanatos, frutas, polpas de frutas e compotas, milho, feijão, mandioca, cana de açúcar, eucalipto e silagem. Dentre essas, as cadeias produtivas mais estruturadas na agricultura familiar são a do leite e a do eucalipto, que se amplia gradativamente, especialmente em Mariana. Ambas são integradas à indústria e menos intensivas em mão de obra e, apesar de serem as que oferecem “facilidades” para a produção e a comercialização, geram pouca autonomia sobre o processo produtivo e comercial às famílias.

De acordo com o ator ADT 02, o município deve possuir em torno de 500 produtores de eucalipto. Para ele:



[...] uns 400 produtores é agricultura familiar, de 25 mil pés a 30 mil pés, e é tudo fomentado. Eu acredito que quase que 90% é fomentado e é tudo pra carvão, pra essas empresas. É bem mais fácil pra eles e não tem dor de cabeça. (ADT 02).

A estruturação dessas cadeias produtivas, mediadas e organizadas verticalmente pela indústria, associada às características da população rural (envelhecimento e evasão dos jovens) e a seus modos de vida (cada vez mais urbanos) induzem a migração da produção agrícola tradicional diversa para a especialização produtiva.

Interessante observar que nenhum dos entrevistados mencionou a relação entre a produção agropecuária e outros setores da economia no território, como o turismo e a gastronomia. Apesar de o artesanato ter sido considerado, ele não aparece integrado comercialmente com outras cadeias produtivas. Essa constatação demonstra uma lacuna e uma oportunidade, tendo em vista que a rede de pousadas e hotéis e restaurantes poderia ser abastecida e ornamentada com produtos oriundos de grupos e famílias tradicionais do rural da região, gerando valor com os turistas e renda para seus fornecedores.

Associado ao contexto acima, as dificuldades de acesso à terra por famílias que pretendem produzir também interferem na produção. Apesar dos dados do Censo 2017 não permitirem concluir precisamente sobre essa questão, devido a alterações metodológicas em relação ao tamanho da área recenseada, eles apontam evidências contraditórias, mostrando grande aumento no número de estabelecimentos em Mariana e grande redução em Barra Longa. Em Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova, as entrevistas fizeram emergir preocupação latente sobre essa questão:

“” O milho, o feijão, amendoim, cebola acabaram. O café era a gente que fazia. A gente plantava a meia, a terça nas fazendas. Dava um jeito. Falta acesso à terra. Hoje não consegue mais isso. (SR 04).

“” Pra produzir mais falta é espaço pra quem... Os que mora dentro da comunidade, eles não têm espaço. São poucos que tem: eu, ela, uns 5 que tem um pedacinho de terra que tem mais espaço. (AEC 09).

Com base nas entrevistas, a redução da diversidade da produção agrícola é, dentre outras, consequência da mudança das atividades, dos estabelecimentos maiores, da cana de açúcar para pecuária. Na época da cana, após o corte, os proprietários cediam parte das terras para que os trabalhadores que moravam nos povoados cultivassem gêneros alimentícios em regime de parceria, na “terça” ou na “meia”. Ao mudar para pecuária, essa prática deixou de existir. Com isso, diminuiu-se a área plantada e a produção, o que, conseqüentemente, implicou na venda do excedente.

Muitos trabalhadores tiveram sua área de cultivo reduzida aos quintais que possuem em suas residências nos povoados. Esse fato gerou um dos principais gargalos apontados pelos agricultores das associações que comercializam para aos mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o acesso à terra em quantidade apta aos cultivos maiores e que englobe também os filhos e suas famílias.

A importância da pecuária de leite é latente em todo o território e sua relevância não pode ser negligenciada. Contudo, essa atividade econômica não pode ser naturalizada, ou seja, admitida como uma “tendência natural”, sem a devida reflexão sobre os processos sociais subjacentes, que condicionaram a transição produtiva nos municípios.

Como já mencionado, isso é um reflexo conjuntural de diferentes fatos históricos implicados sobre a agricultura familiar; alguns deles serão tratados de forma mais descritiva no tópico sobre meios de vida rural. Como apontado pelo ator ADT 03, “não é uma coincidência a migração dos agricultores daqui para o leite”. A seguir, tem-se a fala de um associado que dá o depoimento sobre sua trajetória de vida que perpassa esse contexto:

“” Eu vou explicar por que eu criei 10 filho, trabalhando na terra. Eu fiz feira 22 anos de charrete, um domingo em Dom Silvério e outro em Rio Doce. Foi assim durante muito tempo, eu levava de tudo pra vender, até cabo de enxada eu levava pra vender, e ajudava. Eu voltava na época do cruzeiro com 80-100 cruzeiro no bolso, livre, eu acostumei a fazer isso. Onde é que eu vendo muita coisa até hoje? Em Dom Silvério. É porque tem o conhecimento antigo lá, né? Mas depois veio o asfalto e eu fiquei com medo de transitar de charrete pra Dom Silvério, aí mudei pra outras atividades que dava mais segurança e facilidade, passei pra pecuária. Fiquei velho também. (AEC 09).

O entrevistado SR 04 complementa:



O produtor da região, por falta de opção, ele acaba caindo no leite! Por que o leite já tem aquilo que eu falei: o caminhão que busca, a compra garantida. Apesar de que eu acho uma vergonha o litro de leite a mais de vinte anos custar em torno de um real. O poder de compra do produtor de leite sumiu. Um carro popular era doze mil reais, hoje ele é trinta e tantos e o litro de leite era um real e continua um real, dá para comprar só os pneus do carro. Mas ainda continua mais fácil fazer o leite. (SR 04).

Esses relatos são consonantes com inúmeras outras percepções encontradas em campo e com análises emitidas por diversas organizações. Entretanto, um grande desafio é reduzir os juízos de valor construídos em torno dessa atividade, como se ela fosse a salvação (ou a perdição) para a agricultura familiar e não houvesse alternativas viáveis para o segmento. De fato, na conjuntura atual, é complexo e desafiador pensar outras cadeias produtivas e a geração de renda pelas famílias rurais, sem estímulos, apoio e segurança.

A consequente baixa da diversidade produtiva é reflexo desse processo de reorganização socioprodutiva do rural dos municípios. Para o entrevistado AEC 01, “a maioria da produção na região já é leite. O pessoal tudo planta braquiária pra tratar das vacas pra dar leite. Ninguém tá plantando mais milho. E aí ninguém planta mais milho, feijão... acabou”. Esse relato é, inclusive, convergente com os dados dos censos agropecuários, que apontam para a redução significativa da produção de grãos e leguminosas na última década e para o aumento da produção de leite. Os relatos de campo a seguir ratificam essas constatações:



Os fazendeiros parou de plantar porque viu que o leite tava dando mais. Aí no lugar de plantar alimento, vai e planta braquiária. (AEC 01).



Quem planta milho hoje? Até quem plantava pra tratar de bicho, hoje passou tudo pra tratar de gado. Então, ao passar de tratar de gado nas roça a produção de alimento também diminuiu. (PPM BL 01; ADT 01).

É nítido, portanto, que a reestruturação produtiva da agricultura na região, centrada principalmente na pecuária, interferiu completamente no abastecimento alimentar e nos meios de vida das famílias. Reforça-se, porém, que não é objetivo, aqui, fazer juízo de valor sobre isso. Esse é um fato histórico, socialmente construído, com várias nuances, que os dados secundários não são capazes de descrever por si só, e apenas indicam uma fotografia superficial da situação produtiva da região.

A produção de leite é, portanto, fundamental para a sobrevivência de muitas famílias que vivem no campo. Com o sistema agroalimentar centralizado, baseado em cadeias longas de abastecimento, altos custos de produção, escassez de mão de obra e falta de apoio público,

o leite tornou-se uma alternativa concreta à reprodução social das famílias, e a presença dos laticínios na região tem sido de fundamental importância para muitos agricultores familiares. Para AEC 03, “por mais que eles [agricultores] têm outra atividade, a renda mesmo é o leite. Porque mandando pro laticínio é certo né”.

Apesar da existência de muitas associações de produtores de leite na região e do volume de leite ofertado, há baixa governabilidade da agricultura familiar sobre a cadeia produtiva, verticalizada e dependente da indústria. O volume e, principalmente, a qualidade do leite são as variáveis dependentes dos produtores que interferem no preço e, por isso, diretamente na renda auferida por eles. Os laticínios, como prática comum nessa cadeia produtiva, pagam proporcionalmente em relação à qualidade do leite.

A pesquisa de campo, porém, identificou que a qualidade do leite na região é relativamente baixa, bem como a produtividade das vacas em geral. A produção pecuária, como mostrado no tópico anterior, representa em média mais de 50% do valor de toda produção agropecuária dos municípios e é preponderante, demarcando um mínimo de 63% (Ponte Nova) e um máximo de 82% (Rio Doce) dos estabelecimentos dos municípios. Porém, como mensurado anteriormente, a produtividade média dos municípios é bem abaixo da média do estado de Minas Gerais.

O ator ADT 02 registra sua percepção sobre isso, que converge com extensionistas dos outros municípios:



A gente tem problema sério de qualidade de leite nas propriedades. A gente já tentou fazer várias palestras, várias demonstrações técnicas e não adiantou muito não. Então, esses municípios não servem muito de base para as questões agropecuárias não. (ADT 02).

Assim, considerando a importância dessa atividade econômica atualmente e essa realidade impetrada no território, é necessário ampliar os esforços públicos para melhorar a qualidade e a produtividade do leite, com programas de boas práticas de manejo e melhoramento genético dos rebanhos.

Não obstante a valorização econômica da pecuária e a redução da diversidade produtiva, sua emergência e centralidade não pode invisibilizar a existência da produção e da oferta de outros alimentos no território, cuja importância para a manutenção das famílias no campo e para o abastecimento alimentar, por meio de circuitos curtos e longos de comercialização, é explícita.

Falar-se-á, adiante, sobre os meios de vida, tema em que se retomará o papel e a relevância das hortas e dos quintais, mas, neste momento, já é necessário fazê-los emergir como espaços produtivos centrais da agricultura familiar na região, presentes em praticamente todos os estabelecimentos e consenso entre os sujeitos da pesquisa como ponto focal para a alimentação das comunidades e auxílio à renda das famílias.

Compreende-se os quintais, neste trabalho, como sistemas socioprodutivos que consistem, de forma geral em “uma combinação de árvores, arbustos, trepadeiras, herbáceas, algumas vezes em associação com animais domésticos, crescendo adjacentes à residência” (CARNEIRO, et al. 2013, p. 137), constituindo espaços de produção de alimentos, de cuidado com a natureza e de socialização da família.

Com base nos dados de campo, nos estudos de Amorozzo (2002) e em outros trabalhos sobre o tema, pode-se destacar que os quintais produtivos concentram as principais oportunidades de diversidade alimentar da região, associados com a preservação da cultura alimentar e do ecossistema, contribuindo para suplementar necessidades cotidianas das famílias e promover a segurança alimentar.

Como mencionou o entrevistado ADT 01, “apesar da especialização produtiva, todos mantêm seus quintais para consumo próprio ou para a comunidade”, ressaltando que o papel dos quintais não é exclusivamente doméstico, mas produtivo e vinculado à dimensão comunitária e não apenas familiar. É preciso, assim, ressignificar e territorializar os quintais na região. Apesar de não haver bases de dados que registrem quantitativamente a produção dos quintais, todos os entrevistados registraram sua predominância e funcionalidade nas dinâmicas sociais e nas paisagens rurais (e urbanas).

A existência dos quintais não é novidade. Eles foram naturalizados como espaço acessório à economia da família. E muito antes da institucionalização dos mercados de compra governamental de alimentos (PAA e PNAE), seu papel econômico era invisibilizado, juntamente com quem protagoniza seu manejo e gerencia essa atividade econômica: as mulheres.

Como argumentaram Telles, Alvarenga e Freitas (2019), às mulheres, historicamente, foram atribuídas as atividades domésticas e de cuidado, tendo seu trabalho marginalizado analiticamente da compreensão sobre a economia rural. Como acessórias ao trabalho produtivo dos homens, as mulheres deixaram de se reconhecer e serem reconhecidas como economicamente relevantes e assim também os produtos e serviços que elas geravam, especialmente porque restringimos a noção de economia ao comércio e ao dinheiro.

Como o trabalho das mulheres era direcionado ao cuidado com a vida familiar e comunitária e os alimentos que elas produziam, em geral, eram destinados para a família, vizinhos e conhecidos, transacionados por mecanismos como confiança, solidariedade e cooperação e não por meio do dinheiro, a invisibilidade tornou-se um fato.

O exercício desse diagnóstico contribui para que os quintais e o protagonismo das mulheres na produção de alimentos e na oferta de serviços essenciais para a reprodução social das famílias⁷

⁷ E da natureza, já que elas operam cotidianamente importantes serviços ecossistêmicos.

sejam desvelados, reconhecidos e elevados à condição estratégica para orientar uma agenda positiva de desenvolvimento rural sustentável.



“Quem de fato mais fornece para a merenda escolar hoje são as mulheres. É elas, porque elas que cuidam lá, dos quintais. É principalmente né. Veio como uma oportunidade para elas e aí ajuda a ter mais alimento também” (SR 03).

Percebe-se pela fala de SR 03, que os quintais, portanto, são espaços produtivos governados principalmente por mulheres. Não é possível, assim, dissociar as mulheres da produção agropecuária, apesar da histórica desigualdade de gênero arraigada na cultura e na organização do sistema agroalimentar. Como visto na descrição dos dados secundários, a partir do Censo Agropecuário 2017, praticamente 50% da população rural são mulheres e, na última década, registrou-se aumento no número de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários.

Contudo, o próprio censo indica contradições e invisibiliza o trabalho das mulheres ao mostrar que a considerável maioria de trabalhadores rurais com laços de parentesco são homens. Desvelar os quintais produtivos e sua diversidade e as diferentes formas de trabalho feminino é essencial para elucidar esse fenômeno subjacente a retomada das atividades agropecuárias no território. Pode-se constatar, assim, que a ampliação da produção de alimentos, a consequente geração de renda e a promoção da segurança alimentar não podem ser alcançadas, nessa configuração social e territorial, se não estiverem associadas à valorização das mulheres e dos quintais.

O componente de gênero para discutir a produção é então relevante. Já há inúmeras experiências em curso nesse sentido, por meio de projetos em parceria com organizações da sociedade civil e universidades; por exemplo, no município de Acaiaca, o projeto Cadernetas Agroecológicas⁸ além de viabilizar um instrumento didático para registro da produção diária das mulheres, realiza cursos, oficinas e intercâmbios para formação das mulheres agricultoras, com as temáticas de gênero, cultura, produção ou temas ligados à natureza e à conservação da biodiversidade.

Falar em valorização das mulheres, porém, não significa reunir um grupo de mulheres, criar um CNPJ para elas, mediar todo o processo de venda da sua produção, tornando-as fornecedoras de uma cooperativa ou de uma associação. A palavra-chave desse processo é “autonomia”, dimensão implícita na fala de algumas das entrevistadas, mas fundamental para o planejamento de intervenções futuras que, por falta de compreensão sociológica do fenômeno, podem, apesar de bem intencionadas, focar nas mulheres, mas reproduzir relações de tutela. Uma agricultora de Barra Longa relata a importância da autonomia econômica para redução das desigualdades de gênero, ilustrando as reflexões anteriores:

⁸ Para mais informações, consulte: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/cartilha-cadernetas-agroecologicas-267.pdf>.



“[...] mas a gente também quer ter a nossa parte, quer ter a nossa ajuda. E às vezes a gente quer ter alguma coisa pra gente, pra não ter que continuar ficando: ô marido, me dá um dinheiro aí... é difícil, é complicado isso” (AEC01).

Relatos complementares mostram, também, que o dinheiro tem usos sociais distintos, conforme sua origem. Mulheres declararam, por exemplo, que



“a produção é toda familiar aqui, eu cuido da horta e da casa. O marido, que cuida da roça, e o filho também. Uma filha resolveu estudar, e parte do que ganho com a muçarela é para os estudos dela” (AEC 03).

Apesar de o foco desse estudo não ser a unidade doméstica e a dinâmica econômica das famílias, as evidências empíricas levam à constatação de que parte dos recursos financeiros da mulher são para a manutenção dos estudos da filha e para a complementação das atividades de cuidado da família. Uma renda própria das mulheres é essencial para garantir a autonomia no consumo e a efetividade de sua participação nas decisões orçamentárias da família.

A importância da produção de alimentos processados está também aí salientada. Dessa forma, a agregação de valor a produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente pelo processamento e pela agroindustrialização, é parte das atividades econômicas de muitas famílias. Muitas das práticas de processamento e alimentos produzidos e comercializados são heranças culturais, que marcam a cultura alimentar das pessoas e das comunidades. A produção de doces artesanais, por exemplo, bem como de outros produtos caseiros, especialmente protagonizada pelas mulheres, não resume apenas mais uma atividade econômica para geração de ocupação e renda.

Não obstante esse fim essencial para a reprodução social das famílias da comunidade, essa prática produtiva, socializada em âmbito comunitário, alicerça-se na tradição e no conhecimento popular, herdados pelas famílias e compartilhados entre gerações. A fala a seguir ilustra essa constatação:



“os doces que a gente já tinha costume de fazer e cultivaram daqui, é que as mulheres foram passando de uma pra outra. E virou uma tradição!” (AEC 01).

Em Mariana, a produção de geleia de pimenta biquinho é outro exemplo relatado nesse sentido; essa produção já havia se institucionalizado como tradição e foi reestruturada, com o apoio da Fundação Renova, após o desastre do rompimento da barragem de Fundão, que devastou as plantações de pimenta.

De forma geral, em todos os cinco municípios, os relatos de representantes de organizações da agricultura familiar, sublinhados por extensionistas rurais e por gestores públicos, evidenciam que

existem diversas pequenas unidades de processamento no território e a comercialização de vários produtos processados, alguns já listados anteriormente, como queijo, rapadura e quitandas.

Mais uma vez, o papel das mulheres precisa ser ressaltado, pois o processamento de alimentos é um trabalho que, com frequência, é associado a elas e é de essencial importância para as famílias, pois contribui para aumentar o tempo de conservação dos alimentos que serão consumidos, diversifica a forma como os alimentos são ingeridos (não apenas *in natura*) e amplia as fontes de renda, uma vez que boa parte da produção é comercializada, principalmente de maneira informal, como será explicitado na sequência.

Constatou-se, portanto, com referências empíricas, que as mulheres protagonizam a grande intensidade existente de processamento e de transformação de alimentos nas comunidades rurais dos municípios. Isso auxilia no abastecimento das famílias e na geração de renda com as vendas, mesmo que informalmente, dos produtos derivados, caracterizando as estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Estas são atividades da pós-colheita e, geralmente, decorrentes da produção da própria família, tais como: seleção, lavagem, classificação, transformação, armazenagem, conservação e outras associadas à destinação do produto final.

O trabalho e a gestão são do próprio núcleo familiar, que atribui sentidos e significados e define as melhores formas de realizar a atividade, de acordo com a dinâmica socioeconômica da família. Além de famílias que definem o processamento de alimentos como atividade regular, há aquelas que o fazem para reduzir perdas e aproveitar oportunidades econômicas, mas que, empiricamente, contribuem para reforçar o caráter estratégico do processamento de alimentos. A passagem a seguir ilustra essa prática:

“[...] eu planto maracujá, chega na época de férias num tem pra onde tá mandando, aí surgiu a ideia da gente fazer fruta processada, entendeu? Aí nas férias a gente não perde, faz todo o esquema e congela, tudo direitinho e aí vende pras escolas. (AEC 09).”

Apesar de menos frequente, é possível dizer que há presença de agroindústrias familiares nos municípios. Diferentemente do processamento e da transformação de alimentos, que diz respeito a atividades realizadas na unidade doméstica, em geral nas próprias cozinhas das casas ou em cômodos anexos, a agroindústria familiar representa um novo empreendimento, constituindo um novo espaço⁹. Entretanto, poucas delas são formais e estão regularizadas em relação à legislação sanitária.

Eis aí uma limitação estrutural da atividade de agroindustrialização, já que é necessário um investimento relativamente alto para padronizar as instalações e adquirir os insumos necessários

⁹ Para mais informações, consultar PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008.

para manipulação correta dos alimentos em todas as etapas do processamento; o custo fixo de manutenção é significativo; e exige, na maioria das vezes, cooperação para viabilizar a agroindústria de forma associativa. Essa atividade é ainda mais complexificada pela necessidade de viabilizar mercados para comercialização contínua dos produtos, conhecimentos e tempo disponível para gerenciar e realizar as atividades cotidianas de uma agroindústria, o que interfere profundamente na dinâmica das famílias.

Ressalta-se essa última reflexão para explicitar que o raciocínio simplista e imediatista, que por diversas vezes operou estímulos de agentes externos ao induzirem a constituição de agroindústrias, desconsiderou os meios de vida das famílias e suas perspectivas de engajamento em novas atividades intensivas em mão de obra e conhecimento técnico. Dar-se-á ênfase a esse processo em outro tópico.

A seguir, lista-se alguns relatos de diferentes informantes de Barra Longa, município em que essa temática emergiu com mais força, mas que, também, sintetizam as percepções de sujeitos de outros municípios acerca do perfil das atividades de processamento e de transformação de alimentos:

“ ” O único produto que tem informação nutricional é o doce mole e o canudinho, que tem informação nutricional. (AEC 01).

“ ” Aqui tem muitos queijos bons, só que assim, todo mundo entrega e vende na ilegalidade, na clandestinidade. (ADT 01).

“ ” Quase todo mundo aqui produz o queijinho dentro da cozinha e gera um dinheiro com isso. Mas quem tem o espaço separado são poucos, uns 8 no máximo. (PPM 01; ADT 01).

“ ” Tem uns 6 alambique aqui. Só tem a Tiara que é legalizada. Rapadura, que eu sei quem faz é Netin de Seu Tito, Rafin também faz de vez em quando, mas não é legalizado também não. (PPM 01; ADT 01).

Esses trechos evidenciam, portanto, que grande parte das atividades de processamento, transformação e agroindustrialização de alimentos da agricultura familiar é informal e não possui inspeção e certificação sanitária que lhes permitam acessar mercados formais e auferir maior renda sobre o valor agregado. Contudo, como mencionado, apesar de haver inúmeras atividades nesse sentido, e o entendimento de que formalizados eles poderiam conseguir ampliar a lucratividade, não se pode recomendar diretamente a necessidade de investir na criação de uma agroindústria padronizada e regular para várias famílias, ou ajustar estruturalmente as unidades domésticas de processamento.

Apesar de ser uma atividade econômica frequente, o que define o processamento de alimentos e a agroindustrialização não são apenas questões de estrutura física, mas também, e princi-

palmente, da estrutura social na qual está enraizada, com a disposição dos tempos e trabalhos da família, do nível de capital social comunitário¹⁰, da matéria prima disponível, dos tipos de relacionamentos necessários para ampliar o comércio, entre outros.

Outro tema associado à produção agropecuária, latente no território e cada vez mais emergente no cenário global, é o uso de agrotóxicos, que, para extensionistas e representantes de sindicatos e associações, é indiscriminado e de difícil controle, intensificado pela configuração do sistema agroalimentar da região, baseado em cadeias longas, com abastecimento alimentar efetivamente definido por grandes centros de distribuição, como a Ceasa/MG. Os relatos a seguir explicitam a preocupação em relação a isso:

“ [...] acho a gente tem que mudar pra ... sem agrotóxico, produto orgânico e agroecológico... tem que partir pra isso. (PPM 02).

“ A gente tá vendo que as pessoas tão refazendo o pomar, tão preocupadas com a horta, mesmo por causa dessa questão de agrotóxico né, de saber de onde vem o alimento. (ADT 03).

“ É urgente trazer uma palestra, uma coisa pra chocar o produtor. Porque eles tão usando muito agrotóxico, tudo de qualquer jeito, cê passa de manhã tá aquela nuvem de agrotóxico, tá até branco. (SR 02).

Nota-se que há percepções sobre o uso intensivo de agrotóxicos na região, o que gera preocupação para a saúde do solo, da água e das pessoas. Apesar de não ter sido objeto de análise direta desta pesquisa, é preciso encontrar alternativas a essa prática, negativa a qualquer processo de reparação e recuperação da bacia hidrográfica e da paisagem territorial. Além disso, como um dos informantes citados registra, há fundamento econômico para induzir a redução dos agrotóxicos: além dos custos envolvidos, a tendência dos consumidores brasileiros é cada vez mais adquirir alimentos livres de agrotóxicos, e esse movimento de consumo consciente deve aumentar consideravelmente nos próximos anos¹¹.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017, porém, não demonstram o grande uso de agrotóxicos, em contradição com os relatos da pesquisa de campo, apesar de registrarem variação percentual positiva no uso de adubação química e misturada (química e orgânica), com destaque para Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado, em que a utilização de adubo mais que dobrou de 2006 para 2017. Esses dados do censo são baseados na declaração dos respondentes no momento de aplicação do questionário.

¹⁰ Capacidade das pessoas de uma mesma comunidade de empreender e autogerenciar ações cooperativas.

¹¹ Para conhecer mais sobre consumo de produtos orgânicos no Brasil, consulte: <https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2019/>.

Há aqui, portanto, uma contradição entre os dados primários e os dados secundários. Contudo, uma convergência possível e reveladora é que, em relação ao uso de agrotóxicos, os estabelecimentos chefiados por mulheres agricultoras usaram menos agrotóxicos e declararam praticar mais a agropecuária orgânica em comparação aos estabelecimentos chefiados por homens agricultores. As Figuras 3 a 6 apresentam esses dados.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 também trazem outras contradições sobre o que foi apresentado anteriormente: apesar de a maioria dos estabelecimentos declarar que não usa agrotóxico, a maioria também declara que não praticou agricultura ou pecuária orgânica. Um fato que se observa a partir dos dados, é que os agricultores familiares dos municípios, mesmo os que declaram não utilizar agrotóxicos, não recebem valor agregado pela produção orgânica, já que são mínimas as propriedades certificadas como tal. De acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos cinco municípios, há apenas dois estabelecimentos agropecuários certificados, um em Ponte Nova (certificação participativa) e um em Mariana (certificação por auditoria).

Outro fato já destacado, e que aqui, com base no Censo Agropecuário 2017, se reafirma, é o papel central das mulheres para a sustentabilidade na agricultura, demonstrando a variação do uso de agrotóxicos e o uso de práticas orgânicas por elas realizadas. Portanto, além de serem responsáveis pela diversidade produtiva e pela segurança alimentar, as mulheres têm grande potencial para serem protagonistas da mudança da forma de produção, com a ampliação das experiências de agropecuária sustentável. Qualquer que seja a agenda de retomada das atividades agropecuárias e os projetos orientados ao desenvolvimento da agricultura na região, deve-se valorizar a capacidade produtiva e o protagonismo econômico das mulheres.

Esse tópico é especialmente relevante na conjuntura do território, marcado por um grande desastre ambiental, intensificado por um modelo de agricultura predatória deslocada de práticas de conservação da natureza e de exploração racional dos recursos naturais. A recomposição da paisagem, as atividades de ATER, os projetos de restauração florestal e de desenvolvimento das atividades agropecuárias precisam se preocupar com isso e buscar sinergias para construir uma agenda de reconversão da matriz produtiva do território, orientada pela agroecologia.

Entende-se agroecologia, nesta pesquisa, não apenas como práticas agronômicas voltadas para a sustentabilidade, mas como novos meios de vida e de integração das famílias em seus agroecossistemas. Importa, assim, valorizar conceitualmente a agroecologia, porque no seio dessa ciência, do movimento e das práticas não se definem apenas formas de cultivo, mas se constrói uma perspectiva ecológica integral, na qual gênero, geração, raça, cultura, economia e natureza dilatam a percepção sobre o desenvolvimento rural.

Entretanto, isso diz respeito a uma mudança gradativa e, principalmente, cultural. As estratégias de intervenção e as metodologias adotadas pela ATER interferem diretamente na per-

Figura 3 Proporção de mulheres produtoras que utilizou ou não agrotóxicos em 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Utilizou
Não utilizou

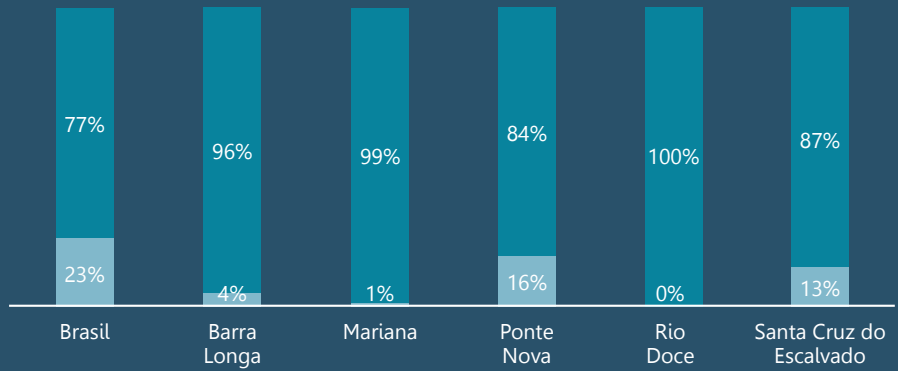


Figura 4 Proporção de homens produtores que utilizou ou não agrotóxicos em 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Utilizou
Não utilizou

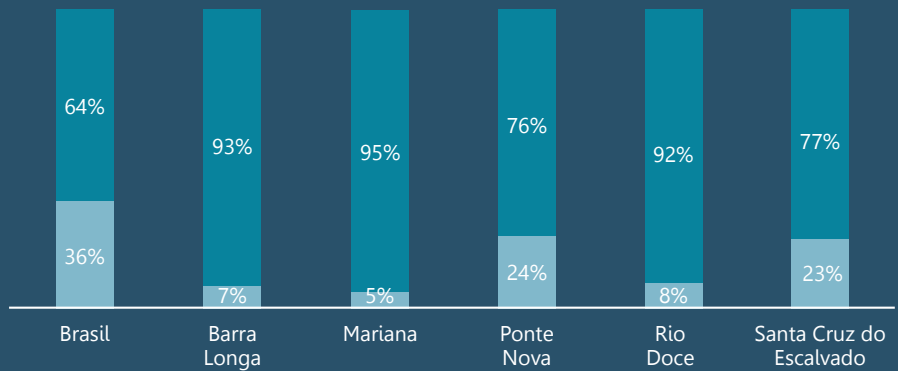


Figura 5 Proporção de mulheres produtoras que praticou ou não agricultura ou pecuária orgânica em 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Sim
Não

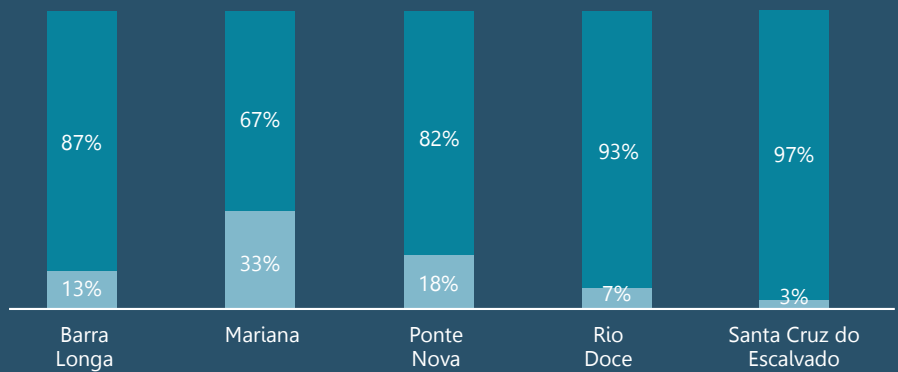
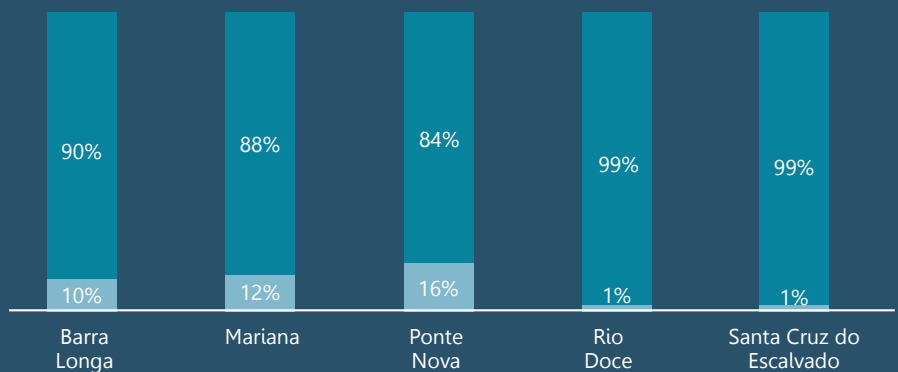


Figura 6 Proporção de homens produtores que praticou ou não agricultura ou pecuária orgânica em 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Sim
Não



cepção das famílias e de organizações locais sobre essa transição, ampliando ou retraindo o engajamento nesse processo. Por isso, apesar de ser uma alternativa para repensar e reorientar a matriz produtiva do território, a agroecologia não pode ser tomada como panaceia e apropriada como um “pacote tecnológico” que será oferecido (ou imposto) como solução da agricultura familiar. Ela deve ser a base a partir da qual se planeja um processo de transição produtivo e cultural, sem se esquecer que os comportamentos, escolhas e estratégias de muitas famílias estão ancoradas em modelos de produção agrícola distintos.

Portanto, há que se considerar que, apesar de ser possível definir alternativas viáveis para direcionar os esforços institucionais, como a agroecologia, não há uma receita padronizada passível de recomendar os caminhos do sucesso para a retomada e o fortalecimento das atividades agropecuárias. Qualquer tentativa que não considere as especificidades das famílias, seus modos de vida e a estrutura social e comunitária rural, será equivocada, porque marginaliza os alicerces sociais que sustentam as iniciativas econômicas coletivas.

Já existem experiências de criação de sistemas participativos de garantia da qualidade da produção orgânica da agricultura familiar na região, que envolvem diversas organizações da agricultura familiar e todas as universidades instaladas no território. Essas iniciativas constroem experiências de redes de agroecologia e de certificação participativa de produção de orgânicos, com baixo custo e alta interação entre os participantes. Ademais, exploram, além das dimensões simbólica e agrônômica que revestem a transição produtiva, a dimensão econômica como um dos eixos aglutinadores, buscando a formação de circuitos curtos e solidários de comercialização e nichos de mercados formais que demandem produtos orgânicos certificados.

Assim, é importante que os esforços despendidos, no território, em relação à transição produtiva, rumo a um modelo de agricultura sustentável e capaz de produzir água e não contaminá-la, não sejam deslocados das experiências em curso; ao contrário, as potencializem para aproveitar o *know-how* construído e sua capilaridade, mas sem impô-las como único caminho possível.

Reflexões sobre a cadeia produtiva do leite

Neste tópico, faz-se uma síntese sobre aspectos da cadeia do leite, a partir da percepção de dois laticínios que captam leite no território. Um deles é uma cooperativa e outro um laticínio privado, dois modelos empresariais distintos, que se organizam e se relacionam com os produtores de forma diferente, mas compartilham desafios similares dentro de uma mesma cadeia produtiva. Eles atuam há anos no território e apontaram que não percebem mudanças na captação de leite antes e após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

Ambas as organizações convergiram, também, em identificar, em seus municípios de captação, uma realidade marcada pelo envelhecimento da população rural, o que coloca em risco o futuro da própria pecuária leiteira e a qualidade do leite. Para o representante da cooperativa,



“[...] a maioria do nosso produtor não evoluiu, principalmente em genética né. Ele tá lá ainda amarrando uma vaca pra tirar cinco litros de leite” (LAT01).

Esse entrevistado aponta que o manejo e a genética são entraves importantes para a produção de leite.

De acordo com os relatos, com frequência observa-se produtores de leite reclamando das condições de produção e da continuidade da atividade leiteira, porque os filhos foram para a cidade em busca de oportunidades e estudos e não querem voltar para o campo. A sucessão, assim, é um tema central relacionado à perspectiva da produção de leite na agricultura familiar, já que esse fenômeno afeta diretamente esse segmento, que depende da mão de obra da família para sua realização.

Essa cooperativa opera com captação diária em torno de 50 mil litros e possui, registrados em seu quadro social, 3.200 cooperados, mas apenas 1.500 são considerados ativos, ou seja, aqueles que entregam o leite e adquirem insumos com a cooperativa. Da captação diária dessa cooperativa, cerca de 20 mil litros são coletados em Santa Cruz do Escalvado, em Sem Peixe e adjacências. Já o laticínio privado realiza captação média de 140 mil litros/dia, sendo que desses, cerca de 15 mil são coletados em Barra Longa, somados a mais três caminhões diários que fazem a rota de Ponte Nova a Mariana, cada um com cerca de 8 mil litros/dia.

Isso demonstra que essas duas empresas adquirem volume considerável de leite no território aqui analisado, representando importante papel econômico. Os produtos industrializados nesses laticínios são vendidos em diversas regiões de Minas Gerais e possuem grande inserção nos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Nas entrevistas, ficou clara a distinção entre o funcionamento e a perspectiva da cooperativa e do laticínio privado. Uma das questões discursivas centrais que fazem a marcação dessa diferença foi sobre a propriedade da indústria, já que para o laticínio privado sempre se referiam à pessoa, ao “dono” do negócio, nominando-o e definindo-o como dono absoluto do laticínio. Já na cooperativa, pelo seu caráter jurídico e organizacional, o entrevistado LAT01, apesar de assumir cargo de liderança, sempre se remetia aos cooperados.

Em ambos os laticínios, apesar de se remeterem aos produtores como fornecedores, o tratamento também foi muito diferente. O entrevistado da cooperativa explicitou que “eu costumo dizer que a gente não compra o leite do produtor, a gente repassa né” (LAT01), afirmando sobre o papel de intermediação comercial, que permite tratar o cooperado como dono do negócio e não como “fornecedor de leite”.

O representante da cooperativa explica, também, uma diferença importante, relacionada à distribuição dos resultados econômicos da cooperativa, ou seja, à destinação dos “lucros” do laticínio:



[...] resumindo, a gente pega o leite, industrializa o que consegue, normalmente no fim do ano tem assembleia... todo ano tem que ter assembleia né! O produtor é que define o que vai fazer com as sobras. Normalmente fica tudo mesmo pra investir na cooperativa, é voltado pra isso, todas as votações foram 100% pra ficar na cooperativa e a gente tá investindo. A questão de insumos, a gente, como a gente tem a fábrica de ração, a gente compra hoje é carreta fechada... compra mais quantidade, como a gente já tá com dinheiro em caixa compra tudo à vista pra ter um preço melhor pro produtor e ao contrário: a gente compra à vista e vende a prazo. (LAT01).

Portanto, como a cooperativa é uma organização que não visa o lucro e os cooperados são considerados, ao mesmo tempo, donos-usuários-clientes, o resultado financeiro proveniente das operações econômicas é reinvestido na estrutura e nos serviços da própria organização ou rateado aos cooperados proporcionalmente a suas atividades com a cooperativa. Nesse contexto, surge também outra diferenciação, ligada ao relacionamento com os produtores e aos serviços a eles prestados.

Para a realização de suas atividades e suporte aos cooperados, a cooperativa possui, além da estrutura industrial do laticínio, fábrica de ração, oficina mecânica, lanternagem, oficina de conserto de tanque de expansão, armazém, loja veterinária e apoio contínuo para transferência de embrião (melhoramento genético de rebanhos). A cooperativa possui, também, dois tratores com equipamentos à disposição para apoiar os cooperados em suas demandas na propriedade relacionadas à aragem, movimentação de terra, silagem etc. Além disso, há três veterinários, um zootecnista e um agrônomo para dar assistência técnica diretamente nas propriedades dos cooperados; a cooperativa oferece, ainda, cursos e palestras sobre a produção de leite.

Já o laticínio privado dispõe de quatro técnicos de campo, com formação superior na área de ciências agrárias (um responsável por compra e três, por orientação aos produtores). Um desses se dedica a “fazer contato com o produtor, prospectar novos recebedores e defender o leite que vem para gente aqui em caso tem uma proposta de outro laticínio” (LAT02); os outros três fazem acompanhamento técnico do leite.

Na visão do laticínio privado:



[...] são muitos produtores. A gente tem aqui em torno de 900 aqui do Laticínio. Então a gente faz mais a questão de instrução, mas a gente ranqueia os produtores que mais precisam de ajuda e vai lá faz o treinamento, acompanha a ordenha, limpeza de tanques, limpeza de teta de vaca. (LAT 02).

Portanto, isso indica uma relação mais pontual com os produtores fornecedores e, ainda, em caráter seletivo, pois é voltada para aqueles que tenham baixa qualidade do leite.

A cooperativa mantém uma estrutura de governança de suas operações similar à da indústria convencional na cadeia do leite, assim como o laticínio privado. Ela é central e irradiada por associações comunitárias que auxiliam a organizar localmente a oferta de leite, bem como o processo de armazenagem e coleta do produto na comunidade, gerenciando o compartilhamento de tanques de expansão. Contudo, as entrevistas apontam que, no seio dessa governança, a cooperativa apropria-se das relações como oportunidade de socialização entre os produtores e difusão de informações, como relatado a seguir:

“ [...] marca uma reunião lá na escola tal, no lugar tal, na casa do fulano de tal, aí reúne ali aquele grupo de produtores né. Eu vou, marco sempre a tardezinha, a gente reúne, bate um papo, toma umas cachaça depois e tal e faz isso aí. [...] Costumo também fazer uma palestra de três em três meses, convido toda a turma. Por exemplo, a gente deu palestra lá sobre vacinação, sobre reprodução, sobre um tipo de sal mineral, aí a gente faz essa palestra, aí faz um churrasquinho pra eles depois. Que aí a gente reúne ali, produtor de uma região fica conhecendo de outra, surge negociação, é bom isso aí, faz parte da cooperativa isso aí. (LAT01).

Outra questão importante para ilustrar o funcionamento da cadeia produtiva do leite é a dinâmica do mercado, com a qual as duas organizações entrevistadas precisam lidar cotidianamente e definir estratégias. De acordo com o informante da cooperativa, ela foi uma das únicas que sobreviveram em um raio de 300 km e reforça que a existência de um laticínio cooperativado, para agregar valor, é fundamental para preservar a economia dos produtores quando o preço do leite cai, pois os grandes laticínios monopolizam os preços.

Tanto a cooperativa, quanto o laticínio privado deixaram claro que o mercado do leite é muito exclusivo e altamente concorrencial, que não está preocupado com as condições de vida de quem produz, mas com o volume e a qualidade do leite. Um informante ressalta que:

“ [...] tem um laticínio grande, vizinho nosso aqui, que a diretoria nos procurou e falou comigo: vamos fazer com essa cooperativa igual a gente fizemos com a de Dom Silvério. Vamos fechar e você repassa o leite pra nós e a gente tira 5 centavos/litros pra cooperativa (LAT01).

Esse processo de integração de pequenos laticínios pelos grandes, de transformação dos produtores em apenas fornecedores dependentes da indústria, é uma realidade no território e mostra como a cadeia produtiva organizada dessa forma pode apresentar riscos importantes para o meio de vida dos agricultores.

No caso da cooperativa, essa deixa claro que a sua base de cooperados é majoritariamente de pequenos produtores e que os grandes produtores, com produção acima de 2 mil litros/dia, não precisam da cooperativa, pois



“[...] qualquer empresa quer comprar o leite dele, quer oferecer preço, e quem acaba pagando esse preço do grande é o pequeno que vende barato, porque produz pouco” (LAT 01).

Ambos os entrevistados ressaltam que é importante a organização coletiva, em associação ou em cooperativa, pois isso contribui para reduzir a pressão dos grandes laticínios e para conseguir melhores preços no mercado.

O laticínio privado expõe, também, a grande concorrência mercantil na cadeia do leite e comprova a marginalização dos produtores, bem como a lógica de interação dos laticínios com os produtores:



[...] hoje tem uma especulação muito grande aqui na região do lado de Barra Longa e Águas Claras. Tem um laticínio que veio de fora e tá querendo fazer a compra do leite da turma, então acaba que inflaciona o leite de lá. Tem outras regiões que o preço de mercado já tá relativamente competitivo. Então a gente não tem tanta necessidade de ficar fazendo reajuste. Isso varia por região e depende como que tá e o que tá acontecendo lá. (LAT02).

A passagem anterior sublinha a “luta” entre os laticínios para “ganhar” o leite das associações, mas também evidencia que a preocupação das empresas privadas está em balizar o preço. “Preço competitivo”, como assinalado acima, está em encontrar preço baixo, sem proposta mais alta de outro laticínio, o que permite adquirir o leite sem “reajuste”. A definição do preço, assim, não se orienta pela condição de pagamento, mas pela oscilação de preço do mercado, buscando pagar sempre o mínimo possível.

As questões anteriormente suscitadas são importantes e fundamentam a constatação de que a cadeia produtiva do leite é dependente da indústria e tende a marginalizar os produtores, evidenciando e apoiando o produto (leite), mas, em geral, preocupando-se pouco ou nada com a reprodução social das famílias que vivem no e do campo.

Constata-se, também, que a indústria privada segue essa lógica e tende a reproduzi-la, diferente do laticínio cooperativado, que, apesar de se preocupar centralmente com a sustentabilidade financeira, imerge de maneira mais efetiva nas comunidades e oferece inúmeros serviços complementares aos cooperados, além de democratizar a decisão de alocação das sobras financeiras.

Conclui-se, com isso, que o leite é de fato um produto muito importante no território e que o volume expressivo captado todos os dias nos municípios os colocam como importantes produtores de leite (apesar do grande potencial de expansão da produção e da produtividade). Contudo, entende-se que induzir ou facilitar uma cadeia produtiva mais centralizada e verticalizada pode repercutir em vulnerabilidades às famílias, pela dependência econômica. A governança da pecuária leiteira familiar é o que está em jogo, elucidando a necessidade de refletir

sobre o fortalecimento das associações comunitárias e, também, sua integração a estruturas organizacionais cooperativas.

Meios de vida pluriativos

Como explicitado anteriormente, o contexto produtivo do rural no território possui algumas características importantes relacionadas à redução da diversidade produzida e ao aumento da especialização, vinculada a algumas cadeias integradas à indústria. Isso ressoa e é também influenciado pelos meios de vida das famílias. Não se pode olhar apenas para a atividade econômica e mercantil, deslocando-a de seu contexto cultural e de seu enraizamento social, ou seja, dos condicionantes que lhes são subjacentes, porque subjetivos. Esse tópico complementar vem elucidar a reflexão sobre um componente analítico fundamental, ausente de muitas das proposições sobre alternativas à retomada das atividades agropecuárias e à promoção do desenvolvimento rural no território: os meios de vida das famílias rurais (*rural livelihoods*).

Trata-se de um fenômeno de considerável investimento teórico e empírico nas últimas décadas, por meio do qual pesquisadores e governos tentam descrever estratégias de reprodução social e dinâmicas econômicas (não necessariamente mercantis) na agricultura familiar. Autores expoentes internacionalmente, como Ellis (1999), já sistematizaram que os meios de vida rurais deixaram de ser exclusivamente agrícolas e associaram geração de renda com trabalhos não vinculados à atividade agrícola. Essa característica pluriativa das famílias refere-se, assim, à combinação de diferentes formas de geração de renda ou de inserção profissional dos membros de uma mesma família.

Com base nas evidências empíricas desta pesquisa e alinhado ao que a literatura especializada tem apontado para países em desenvolvimento, pode-se constatar que, embora ainda seja de importância crucial no território, a agricultura por si só é cada vez mais incapaz de fornecer meios de sobrevivência suficientes para as famílias rurais. Além disso, o peso de recursos financeiros não produtivos, oriundos de aposentadoria e de programas sociais compensatórios, para a economia rural local (e, assim, para a composição do orçamento familiar), é cada vez maior.

Nos municípios analisados nesta pesquisa, foi recorrente, tanto por parte das organizações de agricultura familiar, quanto de agricultores e agricultoras, assim como de extensionistas, a seguinte observação: a pluriatividade é uma das características marcantes da economia das famílias rurais e foi intensificada após o rompimento da barragem e frente a uma trajetória de redução do número de empregos gerados no campo e de trabalhadores que vivem da agropecuária.

Os sujeitos da pesquisa indicam as atividades não agrícolas como estratégias para sustentar ou apoiar a unidade doméstica e a reprodução social da família. As passagens a seguir enfatizam a condição pluriativa e sua importância para o rural dos municípios estudados:

“” Porque os maridos geralmente trabalham em roça, trabalham na construção civil e tal. (AEC 01).

“” [...] elas moram dentro da vila e... os maridos são trabalhadores rurais, e elas trabalham de diarista [...]. (PPM 01; ADT 01).

Para Schneider (2003), esse é um fenômeno social expresso pelo fato de que membros de famílias rurais praticam diferentes atividades econômicas, mais especificamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mas continuam mantendo vínculo produtivo com a agricultura e o espaço rural. Em todos os cinco municípios, há relatos contundentes dessa dinâmica familiar, que não segue um padrão de gênero ou de geração, permeando, de forma geral, todos os membros da família.

Contudo, argumentos distintos justificam a pluriatividade. Para os homens, é uma complementação de renda para prover a família e auxiliar o abastecimento “da casa”. Já para algumas mulheres, a pluriatividade é também estratégia de autonomia econômica, alcançando um “dinheiro” que é produzido por elas, reduzindo assim a dependência do marido. Como visto acima, além de atividades não agrícolas, outras estratégias protagonizadas pelas mulheres são cunhadas com o mesmo objetivo.

Uma característica do rural nos municípios já mencionada anteriormente, e que não é mais novidade para os atores locais, é o envelhecimento da população rural, fenômeno associado com a, cada vez maior, evasão dos jovens no campo. A análise do Censo Agropecuário 2017 mostrou o quão considerável foi o envelhecimento na última década, sugerindo, inclusive, que, se esse aumento persistir, na próxima década, a função agrícola do espaço rural será ainda mais comprometida. Em relação a isso, ADT 03 e AEC11 apontam:

“” [...] de uma forma mais ampliada que o pessoal do meio rural tá... assim... tá envelhecendo né, a capacidade de produção deles tá diminuindo com a própria faixa etária. (ADT 03).

“” [...] o êxodo rural foi muito grande, o pessoal saiu do campo e foi ficando as pessoas mais velhas. Isso vai ser problema futuro, porque os mais novo tão indo tudo embora e não tá tendo, na hora que esses velho morrer vai ficar isolado ou então isso aqui vai virar um grande patrimônio de um só e o cara vai mexer só mesmo com pecuária e pronto acabou. (AEC 11).

Esses depoimentos, colhidos em campo, confirmam a constatação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG- 2019), elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, de que êxodo rural da população jovem deverá continuar. Esse censo mostra, como já apresentado em tópico anterior, que, em 2017, 83% dos produtores e produtoras rurais tinham mais de 45 anos e 34,3% tinham mais de 65 anos, um aumento de 8% e 8,5%, respectivamente, na última década, o que é bastante considerável e indica, de fato, que

os jovens não estão permanecendo no campo e que a população responsável pela produção agropecuária está cada vez mais idosa.

Já relatou-se algumas variáveis que interferem nessa permanência dos jovens no meio rural, como: a precariedade das estruturas de vida no campo, em que os serviços públicos têm dificuldades concretas de chegar; a falta de apoio à agricultura familiar; a baixa dos preços dos alimentos e o aumento dos custos; a ausência de educação contextualizada à realidade do campo, dentre outras.

Todos esses fatores têm implicado no meio de vida das famílias, que encontram poucas oportunidades para atrair e manter os jovens vinculados ao meio rural e à atividade agropecuária. A pluriatividade é, assim, uma estratégia de reprodução social das famílias, que engaja fortemente os jovens e amplia os condicionantes de sua evasão do campo.

Após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, as inúmeras empresas prestadoras de serviço que se instalaram e que desempenham atividades ao longo da calha do rio intensificaram esse fenômeno e têm alterado profundamente a dinâmica de trabalho de muitas famílias, emergindo como oportunidade aos jovens que não encontram na agropecuária perspectivas para suas vidas. O trecho a seguir explicita isso:



As firmas de fora elas vêm e contratam essas pessoas, principalmente jovens né, por que eles ganham tudo aí um salário mínimo, aí passa 8 meses e é tudo mandado embora, fica desempregado tanto tempo, corre atrás de uma outra firma e emprega de novo. Eu não sei se melhorou ou piorou. Eu acho que piorou. Isso deixa as pessoas mais dependentes. Ele deixou de ser um proprietário e ser um dependente pra correr atrás de um salário mínimo. (SR 03).

Esse é mais um fenômeno que não pode ser naturalizado, porque, em essência, ele é socialmente construído e não um acontecimento natural da sociedade. É histórico o literal abandono do campo, a falta de políticas públicas e de condições de viver no meio rural para quem de fato tem sua vida vinculada ao uso do solo e da natureza.

O momento atual é de reflexão sobre a natureza das oportunidades no campo e nas cidades, especialmente para os jovens. A evasão histórica e estruturalmente justificada dos jovens apresenta-se em um rural com pouca disponibilidade de mão de obra, envelhecido e cada vez mais multifuncional, em que a função de produção agrícola tem perdido importância e a função de lazer e moradia tem aumentado.

São vários os relatos em campo que confirmam os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 e reforçam a evasão dos jovens:

“ ” E outra coisa que eu vejo também, mais de jovens, a gente tem uma dificuldade de inserir os mais jovens nesses projetos. Porque o jovem hoje em dia tá indo tudo pra cidade, né. Não quer ficar no meio rural, porque a gente sabe das dificuldades que o meio rural tem. (PPM 01; ADT 01).

“ ” O jovem, ele não tá permanecendo no meio rural, ele tá buscando outros tipos de atividade, principalmente em Ponte Nova, que é uma cidade polo, eles almejam muito trabalhar em comércio, trabalhar é... aí nós temos o Laticínio Porto Alegre, temos aí perto a Saudali. Então, assim, eles, a gente percebe que parece que hoje é sonho sair da roça e vir para a cidade trabalhar, ou comércio, ou alguma coisa desse tipo. (ADT 03).

Essa é, portanto, uma questão central para se pensar as intervenções, as orientações técnicas e os arranjos institucionais que sustentam e apoiam agendas de desenvolvimento rural nos municípios. O modelo educacional tradicional, com escolas sediadas, principalmente, no meio urbano, com foco nas cidades, é também um gatilho para a mudança de perspectiva dos jovens, que reforça as condições mencionadas anteriormente.

Nesse contexto, a escola é um dos principais espaços de socialização dos jovens e influencia profundamente seu comportamento e projeto de vida. Alguns entrevistados reforçaram a importância da educação para a transformação da realidade do campo, como apontado pelo ator AEC 13:

“ ” [...] a maioria das pessoas foram embora, quem está voltando é aposentado que fez a vida fora. Mas potencial tem muito, basta educar os mais jovens para que eles fiquem, trabalhem na terra e tirem renda sem ser de boi pé duro. Educação agrícola é o principal. Uma EFA, uma coisa assim de inicial. Uma escola agrícola na comunidade. Nossa, ia ser lindo. (AEC 13).

Criar experiências educativas e promover uma formação educacional e técnica para os jovens, conectada à realidade do campo e engajada no território, pode ser uma estratégia substancialmente considerável para o desenvolvimento rural sustentável. As Escolas Família Agrícola (EFAs), que operam em regime de alternâncias educativas, são voltadas para jovens do campo e estão totalmente imersas na realidade rural dos territórios que as sediam, portanto, precisam ser valorizadas, fortalecidas e ampliadas como experiências para reestruturação produtiva dos municípios. Sobre a educação do campo e as EFAs no território analisado, ver Anexo II deste relatório.

As EFAs são muito mais do que uma escola, são instituições educativas voltadas para a formação de jovens técnicos agrícolas, engajadas em seus municípios e projetos produtivos familiares. Estimular a educação do campo poderá incidir, a médio e longo prazo, nos rumos do desenvolvimento rural e, a curto prazo, na participação de jovens em projetos de retomada das atividades agropecuárias.

Entretanto, com base nas análises até aqui empreendidas, se essa iniciativa não for articulada a outras intervenções na estrutura da vida no campo e na organização de cadeias produtivas, seu potencial pode ser reduzido, pois os jovens, apesar de ampliarem suas perspectivas no campo, encontrarão um rural com poucas oportunidades.

Gênero e geração tornam-se, assim, chaves explicativas dos meios de vida rural. O êxodo rural, que a cada ano se intensifica, precisa ser freado com um planejamento de longo prazo, com políticas públicas estruturantes e não apenas ações imediatistas e reativas das prefeituras e de outros players do desenvolvimento; é preciso considerar modelos educativos enraizados, como as EFAs, e orientações para a transição produtiva da agricultura e da pecuária, reconfiguradas sob premissas de sustentabilidade. Os dados primários e secundários mostram que há potencial para fortalecer a produção agropecuária, mas que, cada vez mais, os estabelecimentos integram-se a cadeias produtivas verticalizadas e reduzem a diversidade de sua produção e de seus meios de vida.

Contudo, vale ressaltar, novamente, que, apesar da importância da presença da indústria e de sua coordenação da cadeia produtiva do leite, que cria oportunidades aos agricultores, isso repercute em vulnerabilidades e dependências. A diversidade de meios de reprodução social, ou seja, a diversificação das atividades econômicas das famílias é importante para a manutenção e a sobrevivência dessas famílias no campo, e isso não pode ser negligenciado. Como aponta a consolidada agenda de pesquisa de Ellis (1999), a diversidade dos meios de vida está intimamente ligada à flexibilidade, à resiliência e à estabilidade e tem o potencial para possibilitar adaptação positiva às novas circunstâncias que a conjuntura apresentar.

Para o autor, com o qual concorda-se nesta pesquisa, pensar a diversidade dos meios de vida das famílias rurais é ainda mais essencial em contextos de alta sazonalidade da produção agropecuária; de altos riscos produtivos, econômicos e ambientais; de infraestrutura precária no meio rural; de declínio no tamanho das propriedades; e de envelhecimento da população rural. Essa é a descrição literal de problemas recorrentes do rural nos municípios estudados, o que desvela a necessidade de alçar a diversidade ao topo da agenda pública de desenvolvimento rural.

Essa literatura ainda aponta que o capital humano é a chave para a diversificação dos meios de reprodução social da família e do fortalecimento da agricultura familiar. O capital físico e o capital financeiro são fundamentais, mas não suficientes para alterar os padrões institucionais e culturais que transformam a realidade rural dos municípios. A essência das mudanças substanciais requeridas a esse contexto está, portanto, nas pessoas. A educação do campo e a formação técnica dos jovens requer, assim, status estratégico e ênfase contínua nos programas de reparação e recuperação da Bacia do Rio Doce, bem como nas políticas públicas municipais.

Estratégias e canais de comercialização

As discussões anteriores contribuem para contextualizar e subsidiar a reflexão sobre a comercialização e os mercados acessados pela agricultura familiar nos municípios. Os dados do Censo Agropecuário (2017) reforçam a necessidade de refletir sobre essa temática não apenas com a descrição dos dados, uma vez que mostrou que quase 70% dos estabelecimentos agropecuários possuem como finalidade principal a comercialização da produção, incluindo troca ou escambo, o que alarga a noção de mercado. Como mostrado anteriormente, apenas em Ponte Nova essa realidade se altera, já que cerca de 65% dos estabelecimentos são voltados para o consumo próprio da família.

Um primeiro passo de retomada é ajustar o fenômeno à complexidade que lhe é devida. É preciso constatar, desde o início, que produzir, vender e comprar não são tarefas triviais e que garantir quem compra e estimular a produção da agricultura familiar não é uma equação simples, como se o estabelecimento de um mercado fosse a porta para a qualidade de vida das famílias. Muitas das variáveis que precisam ser aí consideradas já emergiram nos tópicos anteriores e espera-se que esteja explícita a necessidade de compreender a montante e a jusante da produção agropecuária e os condicionantes sociais, econômicos, ambientais e culturais que mediam as decisões e as oportunidades das famílias.

Antes de apresentar dados da pesquisa de campo, vale refletir sobre alguns dos principais fatos econômicos que afetaram a agricultura familiar desde a década de 90 e que ainda se projetam como tendência, assim como identificado por Wilkinson (2008). Nas últimas décadas, presenciou-se mudanças radicais nos mecanismos de acesso e de regulação dos mercados agrícolas convencionais. A natureza da intervenção estatal alterou-se, reduzindo sua interferência e fomentando a abertura concorrencial, a integração regional e a verticalização das cadeias produtivas, modificando drasticamente a dinâmica econômica de produtos tradicionais, como milho, feijão, arroz, algodão, soja, leite e diversos outros, transformados em *commodities*.

Para o autor, esse novo ambiente mercantil e globalizado foi associado a mudanças estruturais do rural brasileiro, como a ocupação dos cerrados e a ampliação das fronteiras agrícolas, induzindo economias de escala em cadeias verticalmente integradas como aves, suínos e leite. A reorganização dessas grandes cadeias de *commodities* passou a ser uma ameaça, até mesmo para produtores consolidados, e, em muitas regiões, influenciou consideravelmente os meios de vida na agricultura familiar, tornando-a um elo dependente da indústria, cada vez mais especializada.

Para Schneider e Ferrari (2015), a integração vertical da agricultura familiar às cadeias agroindustriais especializadas, como a do leite, limita-os à condição de tomadores de preços fixados à jusante por empresas/agroindústrias. De acordo com Ellis (1988), os mercados são de grande importância e podem representar tanto oportunidades como limitações. O autor afirma que o acesso a mercados pode ampliar a qualidade de vida das famílias, diversificando os bens de

consumo acessados, mas também pode subordiná-las a condições desiguais de poder, instabilidade de preços e dependência de empresas em relações utilitárias.

Portanto, o acesso a mercados representa, com frequência, um conflito que expõe decisões complexas entre participar e manter relações mercantis monetizadas, uma organização produtiva mais comunitária e não mercantil ou vender a força de trabalho. Dessa forma, quanto mais os mercados acessíveis aos agricultores familiares se tornam concorrenciais, edificados sobre cadeias produtivas longas e verticalizadas, mais se cria um ambiente econômico que favorece e induz a transição de famílias que produzem de forma diversificada para produtores especializados e integrados, mesmo que informalmente (dependentes da comercialização), às agroindústrias.

Na pesquisa de campo, ficaram evidentes variados tipos de mercados acessados pelos agricultores familiares dos municípios analisados. É importante, portanto, caracterizar os tipos de mercado e os canais de comercialização, para ampliar a compreensão sobre a dinâmica econômica das famílias. Para isso, precisa-se alargar a noção de mercado, que não se restringe à formação de preços oriundos do equilíbrio entre oferta e demanda ou ao processo de compra e venda mediado por dinheiro, tão pouco, ao espaço físico em que as transações se realizam.

Os mercados compreendem relações sociais, aspectos culturais e cognitivos, significados e valores, que condicionam e regulam o acesso e a manutenção dos agentes a determinadas transações e trocas, monetárias ou não. Essa não é apenas mais uma reflexão teórica, mas aspectos analíticos fundamentais para se compreender, empiricamente, por que determinadas famílias escolhem acessar ou recusar certos mercados ou parceria com determinadas organizações no âmbito econômico.

Assim, não se pode reduzir o mercado aos canais de comercialização, ou seja, ao mecanismo por meio do qual o produto é escoado, passando de um elo a outro da cadeia produtiva, geralmente mediado por uma transação financeira. Cada tipo de mercado promove implicações específicas na dinâmica das famílias rurais, possui canais de comercialização determinados, são regulados por diferentes dispositivos e possuem transações com escalas e naturezas distintas. Alargar a noção de mercado contribui para pensar para além da venda de produtos, desvelando as relações que lhe são subjacentes e que interferem nas estratégias de reprodução social da agricultura familiar.

Para facilitar o entendimento e complexificar¹² a compreensão sobre o assunto, apresenta-se, a seguir, uma tipologia dos mercados acessados pela agricultura familiar nos municípios desta

¹² Entenda como complexificar: não o aumento da dificuldade, mas o exercício de minimizar o reducionismo economicista do mercado a simples transação de compra e venda, apropriando de forma singular do substantivo mercado. Considerar outros aspectos e noções sobre esse fenômeno ajuda na apropriação do termo mercado no "plural", já que há diversas combinações de interações que produzem mercados diferentes, contextualizados por distintos canais de comercialização.

pesquisa, exercício esse elaborado com base nos dados primários e orientado pela literatura especializada. Como qualquer tipologia, a classificação dos tipos é um trabalho analítico e categórico do pesquisador, mas também arbitrário, pois trata-se de tipos ideais, como diria Max Weber¹³.

Assim, este trabalho ilustra as distintas esferas de interação social para trocas materiais e circulação de produtos agropecuários acessadas pelos agricultores familiares, que podem apresentar características híbridas. Contudo, a tipologia é importante para que os leitores compreendam a diversidade de mercados acessados e consigam visualizar que isso repercute na dinâmica social e econômica das famílias.

Vale frisar, também, que dificilmente uma família acessa exclusivamente um tipo de mercado, apesar de muitas concentrarem suas atividades econômicas em algum. E isso acontece não necessariamente porque é mais rentável ou sustentável para a família, pois as decisões de acesso a determinados mercados não são tomadas com base unicamente em uma racionalidade de maiores ganhos (racionalidade mercantil e utilitária). Diversos fatores influenciam essas decisões, como relação de amizade construída com atravessadores ou donos de mercadinhos; compromisso moral com lideranças comunitárias ou membros de associação; percepção de segurança e estabilidade em compras governamentais apoiadas por agentes de ATER; percepção de insegurança e dependência com agroindústrias que são as principais (às vezes entendidas como únicas) compradoras do produto na região etc.

A tipologia verificada no Quadro 2 versa sobre seis tipos distintos de mercados, traçando características que lhes são próprias, distinguidas entre: (i) natureza e lócus das transações, referindo-se à essência das interações que marcam esse mercado e à escala territorial na qual elas se materializam; (ii) formas de regulação, que explicita os mecanismos que regulam as transações, sejam eles formais ou informais, sociais ou legais; e (iii) canais de comercialização, que indica os canais por meio dos quais a produção é escoada em direção ao consumidor, podendo ir diretamente a este ou passar por atravessadores que contribuem para a deslocalização dos alimentos, fazendo com que sua origem seja perdida ao longo da cadeia produtiva.

O primeiro tipo de mercado elencado no quadro anterior, “mercados institucionais de caráter privado”, emergiu, principalmente, segundo os informantes, após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Trata-se de um mercado cujos principais canais de comercialização são empresas e organizações do terceiro setor, como a Fundação Renova.

Esse mercado opera e é regulado, principalmente, por meio de contrato entre organizações privadas (a que compra os produtos e a que fornece), em geral uma cooperativa ou uma as-

¹³ Trata-se de tipo ideal, não como idealização do que deveria ser. Isso ressalta que, em realidade, um tipo definido pode ter nuances de outros tipos, ou seja, é ideal, porque na realidade empírica pode haver mesclas que alteram características básicas. Porém, é um exercício analítico, que serve para ser referência para quem precisa compreender essa realidade e pensar em como intervir sobre ela.

MERCADOS ACESSADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR

Quadro 2 Tipologia dos mercados acessados pela agricultura familiar

 Tipo	Natureza e lócus das transações	Formas de regulação	Canais de comercialização
 1. Mercados institucionais de caráter privado	Relação comercial e privada, baseada na procedência e na responsabilidade social de alcance local ou regional	Contrato privado	Empresas e organizações do terceiro setor
 2. Mercados institucionais de caráter público	Relação comercial e pública de alcance multiespacial	Chamadas públicas e legislação própria	Alimentação escolar (PAA e PNAE)
 3. Mercados de proximidade e venda direta	Relações interpessoais ou conexões digitais diretas de alcance local	Procedência; reputação; confiança	Feiras; eventos; cestas; redes sociais e aplicativos de mensagens; cooperativa (produtos processados – venda direta aos consumidores)
 4. Mercados de proximidade e venda indireta	Relações interpessoais e concorrenciais de alcance local	Preço; reputação; confiança	Restaurantes; mercadinhos e sacolões
 5. Mercados convencionais	Relações concorrenciais e sem localização definida (desterritorialização dos alimentos)	Contratos; tabelas de preço	Associações (leite – entreposto para agroindústrias); agroindústrias; atravessadores
 6. Mercados de interação comunitária	Relações de vizinhança e/ou parentesco de alcance local	Confiança; reputação; solidariedade	Relação direta de troca e doação

Fonte: Dados desta pesquisa, com base em Schneider (2016).

sociação. É baseado em relações comerciais para fornecimento de alimentos, mas orientado pela procedência e pela responsabilidade social. Isso quer dizer que a organização compradora adquire produtos de organizações coletivas do território, e não de outros fornecedores convencionais, por orientação de valores, princípios e até normas institucionais que forçam ou induzem a compra direta de organizações atingidas pelo desastre de Fundão; ou mesmo por referência a agricultura familiar da região. É também por isso que esse mercado foi classificado como institucional de caráter privado e, em geral, possui lastro local ou regional¹⁴, sem ampliação das fronteiras comerciais.

Apesar de a frequência das relações entre sujeitos representantes dos compradores e dos vendedores poder se ampliar ao longo do tempo, criando amizade e influenciando sim o relacionamento, a natureza da relação foi indicada como comercial porque faz a mediação de interesses institucionais na aquisição de determinados produtos e é vinculada a certos programas ou projetos, ou seja, não se trata de um interesse pessoal. Esse é um mercado de fundamental importância para algumas organizações coletivas do território, chegando a ser seu principal, e às vezes até o único, canal de comercialização. No seio das transações nesse mercado, é preciso ter cuidado para analisar também o nível de autonomia da organização da agricultura familiar.

Uma organização criada de forma imediatista e vinculada quase que exclusivamente a esse mercado pode apresentar autonomia reduzida, com forte dependência de certos canais de comercialização. Há geração de renda para as famílias integrantes, mas a dependência de certos mercados fragiliza a organização coletiva e deixa a sustentabilidade do grupo a cargo dos interesses e da iniciativa dos compradores. Contudo, esse mercado pode também “abrir portas” a outros mercados, como os mercados de proximidade, colocando produtores e consumidores em contato, expondo seus produtos e criando relações interpessoais que poderão viabilizar novas estratégias de comercialização fora do âmbito institucional inicial.

Em Barra Longa, há um exemplo contundente desse tipo de mercado, envolvendo uma cooperativa de mulheres que fornecem produtos alimentícios processados, como doces, quitandas e salgados para a Fundação Renova. Trata-se de um grupo de pessoas de uma comunidade diretamente atingida pelo rompimento da barragem, colocada em situação de vulnerabilidade, que teve sua organização formal constituída e atividade econômica impulsionada por entidades externas no âmbito do processo de reparação. A passagem a seguir registra percepção sobre o tipo de mercado já referido:

¹⁴ Ao fazer referência local, delimita-se essa escala não apenas ao município de origem dos agricultores, mas também ao seu entorno imediato, já que as fronteiras administrativas municipais podem não ser uma boa referência territorial, uma vez que a localização em determinados pontos do rural de um município pode tornar mais próximo o acesso a mercados do município vizinho. A escala regional transpõe os limites locais e expande a comercialização para outros municípios.

“ [...] Sempre quando tem feira lá nos escritórios lá em Mariana, no assentamento do Bento e Paracatu e evento deles, eles pegam a gente e leva as coisas pra vender. E eles sempre encomenda também né. Mas a gente vai em feira na Renova, e aí tipo assim, a gente vende lá um mês. Mas tem vez que a gente vai lá e eles fala: ahh... porque eu ainda tenho isso lá em casa, que não sei o quê... e não compra. Aí acaba que a gente vai lá, nem todo mês a gente vende. E também vendendo só pra Renova é complicado, porque um dia a Renova vai embora. Isso não é uma coisa que vai ser eterna. Se a gente tiver outros clientes, eles podem divulgar pra outras pessoas, e outras pessoas podem saber, e aí vão vir mais pessoas. Só não é muita confiança não. (AEC 01).

Não obstante a limitação que o acesso exclusivo a esse mercado pode representar com a dependência de um único canal que não expõe o grupo a atividades comerciais autônomas, é preciso reconhecer que esse acesso é um impulso fundamental. Entretanto, as intervenções e assessorias orientadas a esse grupo precisam construir as competências necessárias para que a cooperativa profissionalize sua gestão, planeje sua produção e acesse outros mercados formais para diversificar suas estratégias de sustentabilidade organizacional.

O segundo tipo, “mercados institucionais de caráter público”, tornou-se bastante popular nos últimos anos por se tratar de uma determinação legal vinculada ao PNAE e, em menor ênfase e praticamente extinto nos municípios, ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos direcionados para agricultura familiar e agenda prioritária da Emater. São mercados baseados em relações comerciais de compra e fornecimento de alimentos da agricultura familiar para escolas e outras entidades da rede socioassistencial dos municípios, viabilizados e regulados por meio de chamadas públicas com dispensa de licitação e formalizados por meio de contrato, assim como dispõe a Lei 11.947/2009.

Esse é um mercado de grande relevância para o território e, apesar de ser institucional como o anterior, por ser controlado por leis e vinculado ao setor público, com mecanismos de regulação mais efetivos do que no setor privado, parece transmitir maior segurança aos agricultores familiares. Essa percepção de segurança é construída também a partir do envolvimento direto da Emater, que assessora a produção e a gestão do processo de venda.

O mercado institucional de caráter público tem se tornado mais estratégico para a agricultura familiar porque consegue absorver uma variedade maior de produtos, in natura ou processados, induzindo o cultivo de maior diversidade de alimentos nos estabelecimentos rurais. Um extensionista ilustra essa questão com sua opinião:

“tem uma gama de produtos que agricultura familiar entrega no PNAE. Tem sido ótima alternativa pra região. Tem gente que tá entregando bolo, pão, todas essas coisas também além da horta” (ADT 02).

O PNAE é hoje o principal canal de comercialização nesse mercado, com a venda direta dos agricultores para as escolas públicas e tem possibilitado algumas organizações a ampliarem suas fronteiras comerciais, vendendo fora de seus municípios de origem, apesar de isso ser pouco frequente nos municípios estudados, principalmente pela falta de tradição associativa da região e pela conseqüente fragilidade organizativa e gerencial das cooperativas e associações.

Assim como no tipo 1, no mercado do tipo 2, identificou-se organizações e famílias praticamente dependentes desse mercado, sem alternativas comerciais. Além disso, apesar de sua grande importância, é preciso destacar também o risco da construção, como no tipo 1, de relações tuteladas de acesso a esse mercado, uma vez que uma entidade externa aos agricultores fornecedores, como a Emater e a própria prefeitura, cuidam de todo o processo de compra e venda e apenas orientam os agricultores sobre o quê, quanto e quando devem ofertar, apartando os agricultores da gestão do programa e da oportunidade de aprenderem e de se empoderarem sobre a implementação da política pública¹⁵. A fala a seguir ilustra esse risco da dependência:



Nós estamos limitados somente ao projeto PNAE, nós não temos outra atividade, então se a gente conseguisse abranger um mercadinho maior, mais amplo, melhoráramos demais. Então, ficar preso só ao PNAE é complicado, porque a escola, Rio Doce, é pequena, quando tinha o projeto PAA era outra história. Mas agora só com o PNAE fica difícil. (AEC 09).

A fragilidade desses casos intensifica-se quando esses agentes externos o fazem, mesmo que com “boas” intencionalidades, em um pragmatismo que ajuíza valores que marginalizam os agricultores familiares como “sem condições”, “acomodados” ou “se deixar por conta deles não sai nada”, expressões registradas em campo. As intervenções técnicas para garantir a execução do PNAE precisam sim acontecer, contudo, questiona-se a natureza dessas intervenções e sublinha-se a necessidade de definir metodologias e processos formais que garantam o envolvimento dos agricultores na gestão do programa e, assim, fomentem seu protagonismo, ampliando ainda mais a relevância desse mercado na vida das pessoas.

O mercado de tipo 3, “de proximidade e venda direta”, talvez seja um dos mais difundidos nos municípios e que possibilita maior autonomia e, às vezes, maior rentabilidade aos agricultores. Trata-se de mercados regulados pela procedência, com lastro na agricultura familiar local, na confiança e na reputação, porque é baseado diretamente em relações interpessoais (face a face). As transações não deixam de ter um caráter comercial, mediado pelo dinheiro, mas a transação acontece de forma direta entre quem planta e quem consome, reveste-se da história do produtor(a), na negociação direta do preço, do enunciado da forma de produção. Mesmo que essa relação aconteça por meio digital, cada vez mais comum em função da grande di-

¹⁵ A pesquisa realizada por Freitas (2017) é uma referência para estudar o processo de implementação do PNAE e suas limitações.

fusão de aplicativos de mensagens, como o WhatsApp, e das redes sociais, como Facebook e Instagram, o contato direto elabora um elo de confiança, que pode ser tão funcional quanto um contrato.

As feiras livres são o principal canal de comercialização nesse mercado. Já consolidadas há bastante tempo e hoje objeto de políticas públicas, as feiras não são apenas espaços de compra e venda de produtos agrícolas, mas também importante espaço de socialização para produtores entre si e destes com os consumidores. Contudo, em pesquisas nas próprias feiras nos municípios, foi possível perceber que muitos dos expositores não são da agricultura familiar, mas sim atravessadores ou representantes de estabelecimentos comerciais da cidade que vendem produtos oriundos da Ceasa. Apesar de eles apresentarem maior diversidade de produtos à feira, pode ser prejudicial, uma vez que os produtos expostos não possuem lastro de procedência. A passagem a seguir, de um entrevistado, relata sobre isso:

“ A feira não é aberta a todos. Só o pessoal que tem mais contato com a Emater é convidado. Inclusive, tem agricultor lá que não planta, compra no Ceasa e revende na feira. E tem agricultor da feira que eu conheço que usa agrotóxico de qualquer jeito, usa em excesso. (SR 02).

Dos três homens, um disse que a mulher é que produzia e ele vendia. Os outros dois relataram que eles é que produzem e vendem e as mulheres ajudam. Dos feirantes entrevistados, quatro disseram que não vendem apenas seus produtos, pois também comercializam os dos vizinhos, mas não como atravessadores e sim em uma relação de reciprocidade/interdependência: eles não produzem o que o vizinho produz e isso amplia seu portfólio na feira. Uns ganham porcentagem sobre a venda, outros ganham o próprio produto em troca do serviço de vender na feira.

Uma das feirantes de Acaiaca relata:

“ Na feira é onde tiro sustento, mas a gente não vem só pra isso né. Lá em casa eu trabalho o dia todo. E aqui é que eu distraio. Quer dizer, lá em casa eu tenho as galinhas né. Muitas. E eu me distraio com elas também, porque sou eu que cuido e fico por conta. Mas o resto é trabalhar. Então aqui a gente conversa, encontra com as pessoas, bate papo, vê gente né. Eu gosto. (CEF 04).

Esse caso demonstra como as feiras transcendem, de fato, espaços de compra e venda. Outra questão relevante é que a configuração da feira oportuniza ou limita a participação ampliada da agricultura familiar e a sua organização é papel da gestão pública municipal (isso será discutido posteriormente). A maioria das feiras municipais analisadas envolvia agricultores de fora do município e expressa, novamente, o papel estratégico das mulheres e como a feira é um tipo de mercado que contribui com a autonomia econômica delas.

Pensar as feiras estrategicamente, como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, fomentando e viabilizando a participação de famílias agricultoras e atraindo e conscientizando os consumidores da cidade sobre a procedência e a importância de frequentar esses espaços é uma ação necessária. Não basta, assim, ceder espaço e barracas às feiras, elas são objeto de políticas públicas municipais e precisam ser associadas a uma agenda de desenvolvimento rural.

Vale ressaltar, porém, que, com frequência, a importância de outros canais de comercialização direta ascende nesse mercado. As vendas de cestas pré-definidas ou personalizadas e a venda de porta em porta apareceram como estratégias de comercialização da agricultura familiar. Os aplicativos de mensagens têm reforçado esse vínculo direto e dinamizado a comunicação entre produtor e consumidor, encurtando essa cadeia produtiva e possibilitando rastreamento imediato do produto:



Os da horta, todos comercializam, nas portas das casas, passa com o balaio vendendo para todo mundo, a gente vende muito pelo Whatsapp e Facebook, o pessoal da horta, eles têm celular. Eu publico aqui no Facebook, no Whatsapp, eles falam para mim, fulano tem 50 kg de abobrinha, ele fala eu tô com muita abobrinha e quiabo, aí eu pego e coloco no grupo de comercialização que a gente criou com o telefone dele e as pessoas ligam e ele entrega em casa. (ADT 04).

O depoimento anterior exemplifica essa estratégia, mas a mostra ainda mediada por um técnico extensionista, que apoia com os recursos tecnológicos, conecta o interesse do consumidor com a oferta dos produtores e efetiva a comercialização. No período da pandemia da Covid-19, que tem exigido o afastamento social e, conseqüentemente, novas estratégias para comercialização dos produtos agrícolas, forçou-se, conjuntamente, as cadeias produtivas longas e as cadeias curtas têm emergido com bastante força na região, especialmente com o uso de tecnologias. Criou-se, também, uma oportunidade para aproximar produtores e consumidores e isso está mostrando que encurtar as cadeias produtivas é possível, e necessário, e que as ações podem envolver o uso de tecnologias de informação e de comunicação.

No tipo de mercado 4, "de proximidade indireta", os agricultores acessam a canais de comercialização locais, especialmente restaurantes, mercadinhos e sacolões. Esses espaços de comercialização de alimentos estão presentes em todos os municípios. Alguns deles compram direto dos produtores e fazem a mediação com os consumidores ou com outras empresas que farão essa mediação, por isso esse tipo foi classificado como indireto. Em geral, são relações interpessoais que criam vínculos de proximidade entre os proprietários dos estabelecimentos comerciais e os agricultores, mas também um modelo concorrencial que define o fornecedor com base em tabela de preço, volume e regularidade de oferta.


São canais de comercialização importantes porque demandam volume significativo com frequência, mas, ao mesmo tempo, seletivos, pois poucas famílias têm condições de oferta. No

subtópico seguinte será realizada uma análise sobre os mercadinhos locais dos municípios, que explicitou que a grande maioria dos produtos agrícolas adquiridos por eles é de origem da Ceasa. O preço já se tornou o principal mecanismo de regulação desse mercado, mas ele é também permeado pela reputação e a confiança entre as partes, o que garante fidelidade ao processo de comercialização.

O tipo 5, “mercados convencionais”, é mais frequente e presente na dinâmica econômica dos municípios. São convencionais porque já são historicamente marcantes da vida no campo, têm características de um sistema agroalimentar baseado em cadeias muito longas, com diversos elos entre produção e consumo, com agentes comerciais especializados em compra e venda de produtos agropecuários. Trata-se de um tipo de mercado definido por condições concorrenciais, cujo principal mecanismo de efetivação e regulação das transações é o preço, às vezes, tabelado conforme referências estaduais, com pouquíssima margem de negociação entre comprador e produtor, mediado, em muitos casos, por meio de contrato.

É um mercado que, territorialmente, não tem localização definida, aliás, uma grande característica desse mercado é a deslocalização dos alimentos, pois a procedência e a história produtiva é residual; a qualidade importa e é tecnicamente verificada, influenciando no preço. Os principais canais de comercialização desses mercados encontrados nos municípios analisados são as agroindústrias de laticínios, atravessadores e associações de leite.

Os atravessadores são importantes atores da comercialização da agricultura familiar, pois compram com regularidade e diretamente na propriedade. Essa prática contribui para reduzir o valor auferido pelos agricultores, que recebem preços abaixo de outros canais de comercialização. Porém, com a segurança da compra regular e com a ausência do componente logístico na responsabilidade dos agricultores, os atravessadores tornam-se uma boa opção. Segundo ADT 03,

 “o que acontece muito aqui é que os atravessadores compram direto dos agricultores, na roça, levam os produtos para a Ceasa e voltam carregados pra distribuir nos municípios”.

As agroindústrias e as associações de produtores de leite estão diretamente integradas nesse mercado tradicional. Como já mencionado, a cadeia produtiva do leite é complexa e verticalizada, com coordenação centrada em grandes laticínios da região. As associações locais identificadas nesta pesquisa que operam comercialmente com a venda de leite assumem papel de mediação e de negociação do leite com os grandes laticínios compradores.

As associações, por serem organizações coletivas da agricultura familiar, são potencialmente elos que encurtam o tamanho das cadeias produtivas e garantem maiores retornos aos produtores. Contudo, a natureza das associações locais identificadas é outra. Como um membro de uma associação mencionou,



“a função da associação é só juntar o leite num tanque e entregar. Nada mais que isso”
(AEC 04).

Essas organizações não realizam qualquer tipo de beneficiamento do leite e são funcionalmente integradas à cadeia como entreposto do leite, realizado por meio de tanques de resfriamento que concentram a produção comunitária e facilitam a coleta pelos laticínios. Além disso, atuam como veículo de comunicação com os produtores, contribuindo para dar capilaridade à estratégia de captação dos laticínios.

Há que se considerar que tanto os grandes laticínios que operam a compra do leite, quanto as associações que mediam esse processo são fundamentais para os produtores rurais familiares. São elos intrínsecos ao funcionamento da cadeia produtiva. Sem a existência de associações que organizam a entrega do leite e concentram o pagamento por ele, os laticínios teriam um custo operacional maior e poderiam migrar seus esforços de captação para outros municípios e regiões.

Outro papel importante que as associações assumem para os associados e para a própria cadeia produtiva é o de “regulador de preço”. Como elas organizam o quadro social e conseguem, assim, representar comercialmente um volume significativo de leite, possuem um relativo poder de mercado, rejeitando e aceitando propostas comerciais para aquisição da matéria-prima. Como esse é um mercado muito concorrencial, quando a associação rejeita um preço e aceita um contrato com preço maior, contribui para balizar os preços pagos no litro do leite no município e até na região. Um extensionista da região, ao explicar a dinâmica comercial das associações de produtores de leite, auxilia a explicitar esse papel:



O leite hoje, cerca de 80% é comercializado para a Porto Alegre de Ponte Nova. O custo de produção é muito alto, então o fato de todas as comunidades terem associação facilita bastante essa questão de comercialização, de barganha de preço, então, de vez em quando eles saem da Porto Alegre e vão pra Monte Celeste, de vez em quando eles saem da Monte Celeste e vão pra uma outra, mais o que tá sempre direto aqui é a Porto Alegre. (ADT 02).

Contudo, apesar desses importantes papéis, vale ressaltar que sem a capacidade de agregar valor à matéria-prima, a associação contribui pouco para interferir na rentabilidade dos agricultores, já que o leite é economicamente muito volátil e possui custo de produção relativamente alto, sendo comercializado a preços muito baixos.

A principal retenção de valor ao longo da cadeia fica concentrada na agroindustrialização do produto. E mesmo como agente regulador de preço, a interferência das associações na definição dos preços de mercado é baixíssima; ocorre quando isso é permitido pelas condições concorrenciais do momento em que apresente mais opções de compra, o que acontece de forma bastante sazonal. Ao analisar a capacidade das associações locais na região, o extensionista explica:



“[...] eles negociam, eles negociam, mas não depende muito deles, o preço é meio que imposto né” (ADT 02).

Essas limitações convergem para destacar a baixa autonomia dos agricultores produtores de leite e das associações, dependentes dos laticínios da região.

Já o tipo 6, “mercados de interação comunitária”, são aqueles mais marginalizados analiticamente e invisibilizados às análises econômicas, porque não são operados por trocas monetárias em ambientes formais de comercialização. Inclui-se na tipologia porque, com frequência, mencionou-se nas entrevistas que as famílias produzem para consumo próprio, e nisso se incluíam trocas comunitárias e doações.

A prática da circulação de produtos agrícolas entre as famílias nas comunidades é, sem dúvida, um componente econômico importante da sua reprodução social, que não é calculado por uma equivalência monetária, mas como uma relação de dívida, regida pela solidariedade e pela confiança, que faz retribuir as ações e ampliar a circulação local. São principalmente as relações de vizinhança e de parentesco que conduzem a circulação de produtos alimentícios e de serviços a eles associados.

No exemplo das feiras, isso foi mencionado: quando um feirante vendia produtos de seu vizinho, repassaria o valor integral (baseado na confiança entre eles), e poderia ser retribuído com produtos. No tópico que tratou dos quintais e das mulheres, essa dimensão comunitária das trocas também emergiu, o que mostra a importância desse mercado para a sobrevivência das famílias, não apenas para garantir alimentação, mas porque é nesse conjunto de relações que se trocam cotidianamente serviços e produtos no âmbito de redes de ajuda mútua e de solidariedade.

Essa tipologia dos mercados acessados pela agricultura familiar auxilia a enxergar não apenas os espaços de compra e venda de produtos agrícolas, mas, também, e de modo especial, as configurações do sistema agroalimentar do território, que se articula formalmente em torno de longas cadeias produtivas, por sua vez, responsáveis pelo abastecimento alimentar das cidades, centralizado na Ceasa. Um representante de associação ilustra isso mais uma vez:



“vem o caminhão da Ceasa aqui, vende com o preço barato, não tem condições da gente plantar pra vender não” (AEC 06).

O tipo 5, “mercados convencionais”, materializa os circuitos longos de comercialização, que deslocalizam os produtos e reduzem a retenção de valor de quem produz, limitando, também, a autonomia das famílias e ampliando a dependência quando a cadeia produtiva é muito verticalizada. Contudo, são circuitos mais estabelecidos, de acesso e comercialização relativamente fácil e frequente.

Entretanto, a análise revela, também, a importância crucial de sistemas alimentares localizados, baseados em circuitos curtos de comercialização de alimentos - *short food supply chains* (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000), que possibilitam a venda direta ao consumidor e, em alguns casos, operam também em vendas indiretas, mas mantendo as referências territoriais e originárias dos produtos.

Para Ferrari (2011), uma característica importante das cadeias agroalimentares curtas é a habilidade para reespecializar o alimento, abreviando as distâncias que os alimentos percorrem até chegar ao consumidor, possibilitando o julgamento de valor por ele e seu contato com o produtor. Os tipos de mercados 1, 2, 3, 4 e 5 podem ser classificados como circuitos curtos, que possibilitam maior autonomia na negociação dos produtos, apesar de que, como já discutido, esse é um item relativo à configuração das relações em cada canal de comercialização.

Estratégias e agendas de desenvolvimento rural sustentável que envolvam mercados e comercialização da agricultura familiar deveriam dar conta de visualizar esses mercados e pensar em modos diversificados de escoamento dos produtos, diversificando também as fontes de renda e os vínculos comerciais estabelecidos. É essa diversidade que amplia a autonomia das famílias, as quais expandem suas possibilidades de tomadas de decisão sobre a economia familiar e podem dar prioridade a certos canais, sem deles depender. O planejamento de intervenções deve ser pragmático e conseguir estabelecer propósitos conectados a melhoria da qualidade de vida das famílias, mas sem impor a elas novos meios de vida.

Refletindo sobre o abastecimento alimentar e o dimensionamento da demanda por alimentos no território: uma análise sobre os mercados de proximidade de venda indireta

Toda a discussão sobre a realidade produtiva e sobre os mercados e os canais de comercialização suscita a reflexão sobre o abastecimento alimentar das cidades, em busca do dimensionamento da demanda por alimentos no território. Se por um lado há afirmações de que a agricultura familiar não tem produção suficiente, há também percepções de que falta mercado, o que restringe o investimento dos agricultores na produção de alimentos.

Nesse sentido, para complementar as análises anteriores, apresentar-se-á, nesta seção, a exposição de informações e análises sobre o abastecimento alimentar a partir da realidade dos estabelecimentos investigados que comercializam hortifrutigranjeiros nos municípios, excetuando dessa amostra os hipermercados. Foram, no total, analisados 32 estabelecimentos classificados, localmente, como mercadinhos de bairro, sacolão, mercearia e supermercado (desde que não integrado a redes de varejo), por meio de entrevistas com os responsáveis pelos estabelecimentos, para dimensionar o volume de produtos alimentícios adquiridos semanalmente e sua percepção sobre o fornecimento de alimentos na região.

A pesquisa indica, reforçando uma percepção territorialmente conhecida, que a Central de Abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte – CEASA, localizada no município de Contagem, é a principal responsável pelo abastecimento dos estabelecimentos pesquisados. Os comerciantes que possuem boa condição financeira utilizam caminhão próprio para realizar o deslocamento até a Ceasa, enquanto aqueles que não possuem adquirem os alimentos por meio de atravessadores que se profissionalizaram em “levar e buscar produtos à Ceasa” ou se juntam a outros donos de estabelecimentos e dividem o custo do transporte ou frete. Ponte Nova é o município que mais se destaca na aquisição de alimentos de agricultores municipais ou regionais pelos estabelecimentos comerciais pesquisados, apesar de também depender, demasiadamente, da Ceasa em termos gerais.

Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores nos municípios são os seguintes: hortaliças (couve, alface, cebolinha, almeirão, taioba, espinafre, quiabo, jiló, abobrinha, batata doce, mandioca); frutas “de época” (manga, goiaba, banana, limão e maracujá); queijos; linguiças; cachaaas; biscoitos diversos; ovos; doces; fubá; e rapaduras. A variedade de produtos alimentícios adquiridos pelos estabelecimentos comerciais é enorme e caracteriza a demanda. Excluindo alimentos ultraprocessados¹⁶, identificou-se que, em Rio Doce, são adquiridas 29 variedades de produtos; em Barra Longa, 17; em Santa Cruz do Escalvado, 16; em Mariana, 137; e em Ponte Nova, 148.

Nesses dois últimos municípios, a variedade é muito maior, expressa também pela maior quantidade de estabelecimentos comerciais. Conforme observado nos trabalhos de campo, a maioria dos alimentos processados, principalmente os de origem animal, não seguem a legislação vigente e não possuem Serviços de Inspeção Municipal, Estadual ou Federal (SIM, SIE ou SIF), sendo esse um dos principais gargalos a serem superados para expansão dos canais de comercialização no território, junto com o aumento, a diversificação e a organização da produção e da comercialização de maneira geral.

A pesquisa de campo possibilitou dimensionar a demanda semanal dos estabelecimentos comerciais locais, para compreender o tipo e a quantidade de alimentos que eles adquirem semanalmente para comercialização. Estão incluídos nesses registros, o volume de leite, produtos processados (linguiças, queijos, farinhas etc.) e grãos. Nesse último item, porém, só está contabilizado na Figura 7 o volume adquirido diretamente da agricultura familiar, mas há um volume muito maior de grãos adquiridos de grandes cerealistas e de redes varejistas. A seguir, apresentam-se dados que sintetizam essa rica informação.

Essa figura dá a dimensão do volume de produtos adquiridos pelos estabelecimentos comerciais, reforçando que o mercado de produtos agrícolas é grande. Apesar de aí estar o

¹⁶ Para maiores informações sobre alimentos ultraprocessados e sua participação na dieta da população brasileira, consulte: MARTINS, A. P. B. et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). Rev. Saúde Pública [on-line], v. 47, n. 4, p. 656-665, 2013.

VOLUME DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR SEMANA















	 Frutas (kg)	 Legumes (kg)	 Hortaliças (molhos/pés)	 Grãos (kg)	 Ovos (dúzias)	 Leite (litros)	 Proces- sados (kg)
 Mariana	16.273,5	17.644,9	3.997	275	1.574	0	326,5
 Ponte Nova	10.569	13.199	5.975,4	145	1.690	30	717,3
 Rio Doce	462,5	885	0	100	36	650	210
 Santa Cruz do Escalvado	360	1.210	0	0	30	0	35
 Barra Longa	160	1.180	0	0	90	0	12
 Total	27.825	34.118,9	9.972,4	520	3420	680	1.300,8

Figura 7 Aquisição semanal de alimentos em estabelecimentos comerciais dos municípios envolvidos no Proater.
Fonte: Dados desta pesquisa.

dimensionamento de alguns dos diversos canais de comercialização desses produtos, o comércio local já explicita que o mercado existe, mas o processo de aquisição e de garantia do abastecimento é bastante complexo e arquitetado institucionalmente a partir de um modelo centralizado, influenciado por um padrão de consumo baseado na uniformidade e na estética dos alimentos.

No que tange aos motivos para a escolha dos fornecedores desses alimentos, apenas um estabelecimento comercial em Barra Longa mencionou que os clientes não querem consumir alimentos locais com medo de estarem contaminados por rejeitos oriundos do rompimento de Fundão, o que faz com que a Ceasa da região metropolitana de Belo Horizonte seja a melhor opção de fornecimento.

Nos demais estabelecimentos comerciais que participaram da pesquisa, foram categorizados sete motivos que orientam a definição da origem do fornecimento de alimentos, expressos na Tabela 2, que também quantifica a frequência de cada um deles. Os motivos foram agrupados por similaridade de sentido, e nominados a partir de uma frase que sintetiza o motivo da escolha do fornecedor/origem dos alimentos. Assim, um estabelecimento pode ter apresentado mais de um motivo e foi a frequência de ocorrência desses motivos, nas justificativas dos informantes, a base para a quantificação retratada na Tabela 2.

Com base na Tabela 2, é possível observar que dos sete motivos apresentados para escolha dos fornecedores pelos estabelecimentos comerciais, cinco referem-se positivamente à Central de Abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte. Em relação a frequência desses motivos nas justificativas de cada estabelecimento, a proporção é de 92,15%, confirmando a relevância da Ceasa para o abastecimento alimentar do território, sob a percepção dos comerciantes que a utilizam como fonte principal de produtos hortifrutigranjeiros para venda aos consumidores.

O motivo mais citado pelos comerciantes para escolha do fornecedor foi “Compro no Ceasa porque a produção da região é insuficiente”, com 28,9% das citações. De acordo com os entre-

Tabela 2 Motivos da escolha dos fornecedores

Motivo	Frequência das citações (%)
“Compro no Ceasa porque a produção da região é insuficiente”	28,9
“Compro no Ceasa porque é mais barato”	24,45
“Compro no Ceasa pela facilidade”	13,34
“Compro no Ceasa porque o fornecimento é garantido”	13,34
“Compro no Ceasa porque os produtos possuem qualidade”	12,12
“Compro na região porque sei a procedência dos produtos”	6,15
“Compro na região porque o Ceasa é mais caro”	1,7

Fonte: Dados desta pesquisa.

vistados, os agricultores locais não produzem alimentos em quantidade e variedade necessária para atender à demanda que eles necessitam e que seus clientes exigem, na regularidade devida. Essa informação é relativamente passível de entendimento, tendo por base os dados do Censo Agropecuário 2017, que confirmam que a principal atividade agropecuária dos municípios é a pecuária de leite e que isso tem sido uma mudança histórica.

“Compro no Ceasa porque é mais barato” obteve a 2ª maior frequência das citações, com 24,45%. Essa citação retrata a realidade das Ceasas. É sabido que nas Centrais de Abastecimentos se transacionam vendas de alimentos em volumes e diversidade muito grandes e de diversos lugares de Minas Gerais e até do país, principalmente para abastecer grandes centros urbanos, como a região metropolitana de Belo Horizonte.

Com garantia de escala e baixo custo dos produtos, que antes de chegarem à Ceasa são adquiridos por valor significativamente abaixo do praticado nos mercados formais, consegue-se negociar e vender com melhores preços (CÓCARO, et al., 2019; MACHADO, 2004), o que faz com que os comerciantes do território também se beneficiem. Todavia, é fato que o valor adquirido na Ceasa, adicionados custos de logística e de perda, é muito acima daqueles que os atravessadores pagaram aos produtores. Se essa circulação de alimentos fosse local, os custos seriam diluídos, a cadeia encurtada e todos os elos ganhariam mais. Contudo, essa é uma complexa manobra de engenharia social e institucional.

Com 13,34% da frequência das citações, a expressão “Compro no Ceasa pela facilidade” é ilustrativa de como a composição do sistema agroalimentar historicamente centralizou a distribuição de alimentos e marginalizou os produtores de alimentos. Com localização estratégica em regiões metropolitanas, as Ceasas são os principais pontos de referência para a venda de alimentos, de tal forma que qualquer varejista possa encontrar lá a variedade e o volume de produtos que deseja, na regularidade que quiser e com preços baixos.

Um sistema como esse, além de centralizar a distribuição, cria e institucionaliza por si só a necessária figura dos atravessadores, e torna-se o principal mecanismo de deslocalização dos alimentos, de modo que os estabelecimentos comerciais do território encontram facilidade em comprar na Ceasa e podem, inclusive, estar comprando lá, para revender nos municípios, produtos que tiveram origem de agricultores familiares do próprio município.

A relação com o Ceasa, alicerça-se na falta de organização da produção e dos produtores, local e regionalmente, para conseguirem abastecer ao menos parte desses estabelecimentos. Os atravessadores, como mediadores comerciais dos processos de abastecimento alimentar, podem ser considerados importantes tecelões do sistema agroalimentar tradicional, que assumem de fato papel de gestores e planejadores da produção nos territórios, adquirindo visão macro analítica sobre o que se planta e se colhe, onde cada produto está localizado e em que quantidade, e as principais necessidades dos estabelecimentos comerciais dos municípios,

mapeando tudo isso e, em conexão direta com a Ceasa, operando as transações de produção de hortifrutigranjeiros. O motivo a seguir associa-se a essa questão.

Também com 13,34% da frequência das citações, “Compro no Ceasa porque o fornecimento é garantido”, o 4º item da Tabela 3, é de fácil entendimento. Uma vez que as Ceasas compram e revendem de vários locais do país e não dependem dos produtores, mas dos atravessadores, dificilmente elas ficarão sem um determinado produto, por isso, os comerciantes afirmam que o fornecimento é garantido. Os produtos são de múltiplas origens e isso garante que seu abastecimento seja regular, minimizando, inclusive, efeitos sazonais ou regionais.

Por sua vez, a continuidade e a regularidade da produção e da comercialização representam um dos grandes gargalos da agricultura familiar brasileira, conforme elucidam Buainain (2006) e Campos e Navarro (2013). Segundo esses autores, a realidade produtiva, no âmbito da agricultura familiar, é afetada por alguns elementos, já mencionados anteriormente, dentre os quais: i) envelhecimento dos responsáveis pelas atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários; ii) êxodo rural, principalmente por parte dos jovens; iii) encarecimento da mão de obra, gerado justamente pela escassez de força de trabalho; iv) restrição à terra; v) agregação de valor insuficiente, por meio da agroindustrialização; e vi) comercialização deficitária, cuja restrição e falta de apoio induzem a especialização produtiva e a restrição do volume produzido.

“Compro no Ceasa porque os produtos possuem qualidade” obteve 12,12% da frequência das citações, o 5º motivo mais citado. Na percepção dos entrevistados, a qualidade dos alimentos está ligada à durabilidade e às características trazidas pelos alimentos adquiridos na Ceasa, que, para eles, são transmitidas por meio da uniformidade e da beleza visual, inclusive padronizada nesses alimentos. É perceptível, assim, que “qualidade” para os comerciantes está ligada a “padrão estético” e a “potencial de venda”, ou seja, associada à qualidade de poder serem vendidos com rapidez.

Essas características são obtidas, principalmente, pelo modelo de produção convencional pautado na tecnificação dos processos produtivos e no uso de agrotóxicos, largamente difundido no país e, principalmente, em lavouras comerciais. Ao estudar sistemas de produção e comercialização de frutas, por exemplo, Souto Jr. (2019, p. 220) descreve que os sistemas de produção são voltados a atender especificações técnicas exigidas pelos países compradores, nesse contexto, “estas exigências estão relacionadas ao *marketing*, que padroniza os produtos definindo os elementos estéticos como tamanho, cor do fruto, forma da embalagem, além dos elementos de composição do sabor, como a quantidade mínima de água e açúcar”. Nesse âmbito, midiaticamente, a sociedade é levada a crer que a qualidade pode ser expressa apenas por meio da uniformidade e da aparência visual dos alimentos, conforme relato dos entrevistados, inclusive quando eles dizem que os clientes preferem alimentos da Ceasa porque são mais “bonitos”.

Essa é uma constatação relevante que impacta diretamente as estratégias de desenvolvimento da agricultura na região. Além de se reproduzir um sistema convencional e centralizado de abastecimento, que deslocaliza e corrói as referências originárias dos alimentos, o padrão de consumo da sociedade, associado a esse sistema agroalimentar, relaciona qualidade à estética e à uniformidade, o que induz o comportamento dos consumidores e, assim, o interesse de compra dos comerciantes.

Contudo, a produção da agricultura familiar, em especial aquele agricultor que não usa agrotóxicos, dificilmente atenderá essa especificação. Ações de educação e de conscientização dos consumidores nos municípios são fundamentais para interferir no padrão de consumo, ressignificando a noção de qualidade e, assim, tornando-se mais um componente da reestruturação produtiva e do apoio à agricultura familiar.

Com 6,15% da frequência das citações, “Compro na região porque sei a procedência dos produtos” foi o único motivo que possui relação com a valorização da agricultura local. O relato de um dos entrevistados exemplifica esse cenário; ao ser perguntado o porquê de preferir comprar dos agricultores locais, ele respondeu:



“Porque a gente quer levar para as pessoas o gostinho da roça. Ter produtos que você sabe a procedência” (CEF04).

Uma questão que ajuda a entender essa lógica da comercialização é que os alimentos mais vendidos nos estabelecimentos visitados são hortaliças, muitas vezes folhosas, cultivos altamente perecíveis, que, por esse motivo, podem ter seu transporte semanal vindo da Ceasa inviabilizado. Depois das folhosas, biscoitos, queijos e linguiças caseiras são os alimentos de origem local mais comercializados nos estabelecimentos, produtos ligados ao hábito cultural de consumo alimentar, como indicado por Pinheiro (2005), portanto, procurados pela população, o que faz com que comercializá-los seja interessante.

Por fim, contestando aqueles que afirmaram que escolhem a Ceasa porque lá encontram produtos mais baratos que em seus municípios, com frequência de ocorrência de 1,7%, “Compro na região porque no Ceasa é mais caro” encerra os motivos descritos na Tabela 2. Esses são estabelecimentos que possuem relação direta com produtores do município e conseguem negociar o preço, pagando mais barato que em qualquer outro canal de fornecimento de alimentos para o comércio. Conforme relatado na análise dos mercados, essas transações não são sempre impessoais e concorrenciais e as relações de confiança constituídas pela interdependência produtor-comerciante possibilitam margens de preços vantajosas a ambas as partes.

Também foi perguntado aos responsáveis pelos estabelecimentos sobre a opção de vender ou não alimentos orgânicos. A Tabela 3 apresenta os motivos e a frequência de citação dos entrevistados sobre esse assunto. Como os comerciantes conhecem a região e os agricultores,

Tabela 3 Vende ou não produtos orgânicos e motivos

Motivo	Frequência das citações (%)
Vendo, os clientes procuram “alimentos da roça”	37,5 ¹⁷
Não vendo, não há demanda	27,5
Não vendo, é mais caro	10
Vendo às vezes, os clientes preferem sem agrotóxicos	10
Não vendo, os agricultores não têm para entregar	5
Não vendo, o Ceasa não tem	5
Não vendo, as características visuais deixam a desejar	2,5
Não vendo, não penso nisso	2,5

Fonte: Dados desta pesquisa.

eles afirmaram, durante as entrevistas, que os alimentos são cultivados sem o uso de agrotóxicos; apesar de relatarem que não vendem os alimentos adquiridos dos agricultores locais com a propaganda de “alimentos orgânicos”, quando questionados sobre o assunto, afirmaram a procedência orgânica dos produtos. Contudo, é raríssimo encontrar algum produto hortifrutigranjeiro que possua certificação orgânica.

Apesar de afirmarem que não vendiam os alimentos como orgânicos, a Tabela 3 indica que 37,5% dos entrevistados relatou que comercializava alimentos orgânicos. Contudo, essa elevada porcentagem refere-se, justamente, ao que foi explicado anteriormente: os comerciantes disseram que os produtos são orgânicos por conhecerem a procedência e afirmarem que os agricultores não utilizam agrotóxicos no processo produtivo.

Dos 33 estabelecimentos comerciais que aceitaram participar da pesquisa, apenas em 2 os responsáveis disseram que vendiam produtos orgânicos com certificação, ainda assim, apenas 1 produto em cada estabelecimento (alface em um e tomate no outro). Ao afirmarem “Vendo, os clientes procuram ‘alimentos da roça’”, os comerciantes estão afirmando que os clientes preferem alimentos locais por entenderem que os agricultores não utilizam agrotóxicos, conforme mencionaram os comerciantes. Dessa maneira, entende-se que a população valoriza a agricultura local por conhecer a procedência dos alimentos produzidos e esse é um dos mecanismos de regulação desse tipo de mercado, como já analisado neste relatório.

Com 27,5% das citações, “Não vendo, não há procura” e com 10%, “Não vendo, é mais caro”, os motivos foram os 2º e 3º mais citados, apresentados na Tabela 3 e, possivelmente, possuem relação. Apesar do progressivo e tendencial aumento do consumo, a demanda por alimentos orgânicos ainda é baixa no Brasil, especialmente em pequenas cidades, justamente devido ao preço mais elevado, o que afasta a clientela dos alimentos mais saudáveis (SILVA; ZAMBRANO; ACOSTA, 2019).

¹⁷ Essa frequência só ocorreu por causa do município de Ponte Nova: dos 13 estabelecimentos visitados, 9 relataram comercializar algum tipo de produto orgânico não certificado.

“Vendo às vezes, os clientes preferem alimentos sem agrotóxicos” obteve 10% da frequência das citações e expressa a preferência dos clientes que se preocupam em consumir alimentos mais saudáveis e podem pagar por esses produtos. Apesar da realidade econômica citada no parágrafo anterior, essa afirmação corrobora também com a primeira afirmação mencionada na Tabela 3: o número de pessoas preocupadas com o consumo de alimentos sem o uso de agrotóxicos vem aumentando (SOUZA; RIBEIRO; OCCHI, 2017). Entretanto, como o enunciado da categoria explícita, a venda não é regular e, às vezes, acontece sob demanda, já que não há um nicho específico de compradores regulares.

Com 5% da frequência das citações, as afirmações “Não vendo, os agricultores não têm para entregar” e “Não vendo, o CEASA não tem” apontam para a ausência da oferta de alimentos orgânicos e não para a ausência do consumo. Apesar de necessitar de complementariedade para qualquer conclusão consolidada, já é um indicativo da necessidade de ampliar as informações sobre produção e consumo de alimentos orgânicos e difundir a prática, para ampliar o comércio e, assim, a demanda.

Os dois últimos motivos, “Não vendo, não penso nisso” e “Não vendo, as características visuais deixam a desejar”, obtiveram apenas 2,5% das citações, cada. A 1ª é uma questão bastante subjetiva, demonstra a falta de interesse dos comerciantes nesse tipo de comercialização, que pode ser induzida pela falta de interesse frequente dos consumidores e da própria oferta, mas demonstra claramente desinteresse sobre o assunto. A segunda está imbuída no que já foi comentado em relação ao padrão estético atribuído aos alimentos produzidos por meio do modelo convencional, pautado no uso de insumos químicos. Segundo os comerciantes que estão nessa opção, seus clientes acham os “alimentos da roça”, locais ou orgânicos, feios. Sem beleza visual, optam pelos alimentos trazidos da Ceasa, por serem maiores, uniformes e “mais bonitos”.

Perguntados se acreditavam que os agricultores locais conseguem atender a demanda dos mercados e da população local, os comerciantes responderam: “Sim, mas em hortaliças” (6,25%); “Sim” (6,25%); “Não sei” (15,6%); e “Não” (71,9%). Considerando o apontamento expressivo de que os agricultores da região não conseguem atender a demanda dos estabelecimentos comerciais, resolveu-se investigar a percepção dos comerciantes sobre os motivos para isso, categorizando-os e definindo a frequência de ocorrência, expressos na Tabela 4.

Com 37,8% da frequência das citações, “Produção insuficiente e entrega irregular” foi o principal motivo apontado pelos comerciantes que acreditam que os agricultores do território não são capazes de atender às demandas locais, convergindo com os motivos de preferirem adquirir na Ceasa.

Conforme indicado nos textos e comprovado por estudos, os agricultores familiares, muitas vezes, enfrentam dificuldades para viabilizar o aumento da produção e manter a entrega regular dos alimentos que produzem, gargalo que precisa ser sanado quando se discute o desen-

Tabela 4 Percepção dos comerciantes sobre os motivos que limitam a capacidade dos agricultores locais de abastecerem os mercados locais

Motivo	Frequência das citações (%)
“Produção insuficiente e entrega irregular”	37,8
“Mão de obra insuficiente no campo”	29,7
“Os agricultores priorizam a pecuária de leite”	16,2
“Falta incentivo e apoio da administração pública municipal”	10,8
“O acesso à terra é insuficiente”	2,75
“A produção caiu. Não há demanda por medo dos alimentos estarem contaminados com os rejeitos de Fundão”	2,75

Fonte: Dados desta pesquisa.

volvimento rural do território. Entretanto, a solução precisa ser discutida de forma coletiva e com programas estruturantes, evidenciando que isso é potencial para o município.

O 2º motivo mais citado, com 29,7% da frequência, influencia diretamente no 1º: a escassez de mão de obra. Também já relatado, o envelhecimento do campo e o êxodo rural dos jovens é uma realidade nos municípios, bem como no Brasil de maneira geral.

Os comerciantes também disseram que a produção de alimentos é incapaz de suprir a demanda dos mercados e da população dos municípios porque a prioridade dos agricultores não é a produção agrícola. “Os agricultores priorizam a pecuária de leite” obteve 16,2% da frequência das citações. Nesse contexto, as adversidades não foram lembradas, e a “priorização” é citada apenas como uma escolha, não como uma realidade de exclusão a qual o setor agrícola familiar historicamente foi submetido no país.

Alguns entrevistados lembraram-se da importância do apoio governamental e disseram que a produção agrícola local é incapaz de atender à demanda, pois “Falta incentivo e apoio da administração pública municipal”, motivo que obteve 10,8% de frequência das citações. Isso coincide, também, com a percepção de representantes de organizações da agricultura familiar, que expressam a sensação de ausência de apoio governamental e de políticas públicas para a agricultura familiar.

Ambos com 2,75% da frequência das citações, “O acesso à terra é insuficiente” e “A produção caiu. Não há demanda por medo dos alimentos estarem contaminados com os rejeitos de Fundão” finalizam os motivos expostos na Tabela 4. O 1º também foi citado pelos agricultores que participam das associações e residem nos povoados, principalmente em Rio Doce e Santa Cruz do Escaldo. Esses agricultores eram trabalhadores nas grandes fazendas desses municípios e, com a mudança da atividade da cana de açúcar para pecuária, deixaram de cultivar “na terça” ou “na meia” durante a entressafra. Muitos ficaram apenas com os quintais de suas casas nos povoados para cultivar alimentos. Esse é mais um motivo para que seus filhos migrem quando alcançam a maior idade.

A diminuição da produção devido à falta de demanda por produtos locais foi citada apenas no município de Barra Longa. Segundo os entrevistados, os clientes possuem muito receio dos alimentos produzidos no município estarem contaminados pelos rejeitos da barragem de Fundão.

Indagou-se aos comerciantes, também, o que eles percebiam como medidas necessárias para melhorar a produção agropecuária no município. A tabela a seguir aponta as respostas e a frequência das citações, seguindo o mesmo critério de aproximação que vem sendo utilizado desde o início desse relatório.

Com 36,2% da frequência das citações, a insuficiência do apoio governamental para os agricultores foi lembrada pelos comerciantes como o principal motivo da realidade produtiva da agricultura no território. Nesse contexto, a principal medida a ser adotada no território para melhorar a produção agropecuária, na percepção dos entrevistados, seria ampliar o apoio governamental, o que corrobora com o que já foi descrito neste documento no que tange à exclusão sofrida pela agricultura familiar em relação à falta de apoio por parte das gestões governamentais.

A 2ª medida mais citada, com 17%, diz respeito à necessidade de mão de obra para colaborar com a produção, outro gargalo que já foi apontado pelos comerciantes em outras questões. Voltando ao contexto das políticas públicas, a necessidade de investir em seus sistemas de produção foi a 3ª mais apontada pelos comerciantes. Diante dos dados levantados, é relevante citar a importância do crédito no contexto da agricultura familiar, principalmente porque os comerciantes citaram que os agricultores não possuem condição financeira de realizar os investimentos necessários para potencializar a produção.

A próxima medida citada pelos entrevistados alcançou 8,5% das citações, ocupando a 4ª posição. Segundo os entrevistados, os agricultores precisam ter sua produção de alimentos valorizada, fazendo-se necessário que a população se conscientize sobre a importância da agricultura familiar no território e sobre a procedência do que consomem.

Dessa forma, talvez seja interessante que as administrações públicas municipais, além de maior apoio à produção e à comercialização, possam investir, também, na educação dos consumidores, corroborando para que o consumo de alimentos de origem local possa aumentar em detrimento dos alimentos vindos da Ceasa, incentivando a economia local e a promoção da segurança alimentar, intervindo, ainda, em problemas de saúde pública.

As próximas quatro medidas percebidas como necessárias pelos comerciantes obtiveram a mesma frequência de citação, 6,4% cada uma delas: "Os agricultores precisam ter acesso a assistência técnica"; "Os agricultores precisam ter acesso à terra suficiente para o cultivo"; "Os agricultores precisam ter acesso a cursos de capacitação"; e "Os agricultores precisam produzir

Tabela 5 O que é necessário para melhorar a produção agropecuária do município

Medidas a serem adotadas	Frequência das citações (%)
Os agricultores precisam de mais apoio governamental para produzirem, comercializarem e os projetos precisam ter continuidade	36,2
Os agricultores precisam de mais mão de obra em seus estabelecimentos agropecuários	17
Os agricultores precisam investir mais nos sistemas de produção, mas não possuem recursos	10,6
Os agricultores precisam ter sua produção valorizada e a população conscientizada sobre a importância da agricultura local	8,5
Os agricultores precisam ter acesso à assistência técnica	6,4
Os agricultores precisam ter acesso à terra suficiente para o cultivo	6,4
Os agricultores precisam ter acesso a cursos de capacitação	6,4
Os agricultores precisam produzir sem uso de agrotóxicos	6,4
Não sei dizer	2,1

Fonte: Dados desta pesquisa.

sem uso de agrotóxicos”. Todas essas ações estão diretamente ligadas ao apoio que pode ser dado pelas gestões governamentais ao setor agrícola familiar.

Os serviços de ATER, para serem disponibilizados gratuitamente, precisam ser custeados pelos governos municipais, em parceria com a Emater, ou por meio de chamada pública direta do governo federal. As três demais medidas podem ser alcançadas por meio dos serviços de ATER, uma vez que todas se enquadram nos serviços que os extensionistas devem desenvolver no cotidiano, por meio da assistência técnica nos estabelecimentos e do papel que eles desenvolvem para possibilitar que os agricultores acessem às políticas públicas, inclusive o Programa Nacional de Crédito Fundiário, política pública que possibilita crédito, regularização e acesso à terra no país (GALDINO et al., 2019).

Por fim, perguntou-se aos comerciantes se eles possuíam contato direto com as organizações da agricultura familiar do município e região, associações ou cooperativas. Dos 33 entrevistados, apenas 2 responderam que possuíam contato. Um comerciante de Mariana relatou que uma associação realiza venda para a Ceasa; o outro entrevistado em Ponte Nova disse que possui contato porque compra via associação.

A compra de hortifrutigranjeiros de agricultores da região ocorre, eminentemente, de forma individual, o que imprime ao processo de abastecimento uma complexidade muito grande para os comerciantes. Não há, assim, produção em escala que possa ser negociada com regularidade com uma organização. De fato, é muito mais difícil adquirir produtos diretamente nos municípios e isso induz e reforça a necessidade da existência dos atravessadores e da Ceasa. Essa realidade produtiva e comercial dos municípios demonstra a importância crucial do cooperativismo para a reconfiguração do sistema de abastecimento alimentar.

Considerações sobre a capacidade da agricultura familiar local de abastecimento das cidades

Percebe-se, com os dados dos estabelecimentos comerciais locais, que a demanda por hortifrutigranjeiros nos municípios é considerável. O volume apresentado anteriormente considera apenas a demanda desses estabelecimentos e não o volume escoado por outros canais de comercialização. A partir dos dados de produção de alimentos coletados pela Emater-MG, foi possível estabelecer um quadro comparativo entre a produção municipal e a venda de alimentos nos “mercadinhos”, por meio de informações coletadas no contexto da atuação do Proater, no final do ano 2019 e início de 2020. Em alguns municípios, existe uma desconexão entre o que se produz localmente e o que é vendido nos mercadinhos. Nesse sentido, essa análise permite desvelar a produção até então desconhecida e estabelecer possibilidades de abastecimento regional.

Foram cruzadas as informações de 46 alimentos de origem vegetal, distribuídos entre oleiculturas, frutas e cereais. O município de Santa Cruz do Escalvado não está contemplado na análise, pelo fato de que não se teve acesso à produção de alimentos dele¹⁸. Como ilustra a Tabela 6, nos municípios de Mariana e de Ponte Nova, foram maiores as possibilidades de cruzamento, em função da maior compatibilidade entre a oferta da agricultura familiar registrada pela Emater (registro de produção) e a demanda de alimentos de origem vegetal registrada pelos mercadinhos locais (registro de venda).

De acordo com essa tabela, apesar da diversidade significativa na produção de alimentos em Barra Longa (28 registros), os mercadinhos do município relataram vendas de apenas 6 desses alimentos: batata doce, beterraba, chuchu, inhame, limão e repolho. Em Rio Doce, a diversidade produzida é pequena; são 8 produtos alimentícios, dentre os quais 3 são comercializados pelos mercadinhos: banana, milho verde e quiabo. Nos municípios de Mariana e de Ponte Nova, as possibilidades de análise são maiores, visto que mais de 90% dos bens localmente produzidos são comercializados nos mercados da cidade.

Observa-se que, em Mariana, isso corresponde a 18 dos 19 alimentos produzidos e, em Ponte Nova, a 31 dos 34 alimentos produzidos no município. No 1º caso, o alimento sem registro de

Tabela 6 Número de registros de venda e de produção nos municípios

Município	Registros de venda	Registros de produção	Venda/Produção
Barra Longa	6	28	21,40%
Mariana	18	19	94,70%
Ponte Nova	31	34	91,20%
Rio Doce	3	8	37,50%

Fonte: Dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), em 2019, e dados primários do Proater, coletados em 2019 e em 2020.

¹⁸ Neste município não há escritório da Emater e, por isso, esses dados não foram coletados.

venda nos mercadinhos é o ora-pro-nóbis, enquanto, no 2º caso, tem-se a abóbora jacarezi-nho, o espinafre e a tangerina ponkan.

Na Tabela 7 estão detalhados os alimentos produzidos em 2019 e quantidades corresponden-tes.

A Figura 8 compila a produção anual total de alimentos de origem vegetal nos 4 municípios.

De acordo com a Figura 8, Ponte Nova produziu aproximadamente 250 toneladas de frutas em 2019, sendo quase a totalidade correspondente à banana. Em Mariana, também se destaca a produção de frutas (banana e mexerica), seguidas de perto pelas olericulturas, em especial a mandioca, a couve, a moranga e o alface, que juntos somam 39 toneladas.

Esses números já são um indicativo da existência de uma estrutura produtiva compatível com o abastecimento dos estabelecimentos comerciais locais (mercadinhos). Para avaliar essa ques-tão, foi realizada a intersecção entre produtos ofertados e demandados, e calculada a capa-cidade estimada de abastecimento: trata-se da razão entre a quantidade produzida de cada grupo (olericulturas, frutas e cereais) e a quantidade comercializada nos mercadinhos, expres-sa em termos percentuais. A Figura 9 apresenta essa estimativa.

De acordo com a Figura 9, em Mariana, a capacidade de abastecimento de olericulturas e frutas excede 100%, dado que a produção da 1ª categoria é mais de 3 vezes maior do que a quantidade registrada nos mercadinhos e, no caso da 2ª categoria, esse multiplicador chega a 7 vezes. Não foi registrada produção de cereais. Em Ponte Nova, a produção de cereais (feijão) é suficiente para suprir 76,9% da quantidade comercializada pelos mercadinhos, enquanto a produção de olericulturas e frutas fica abaixo da metade da demanda.

Como já indicavam as análises anteriores, em Barra Longa e em Rio Doce, a base de produtos para comparação é limitada e, de maneira geral, a capacidade de abastecimento das matrizes de produtos específicos é pequena, com exceção para a produção de olericulturas em Rio Doce, que se justifica pela produção de 5 toneladas anuais de milho verde e quiabo, somados.

Nota-se que produção atual se situa muito abaixo da demanda em Barra Longa e em Rio Doce, entendendo que a demanda por alimentos hortícolas acontece por meio de diferentes canais de comercialização e os mercadinhos e sacolões são apenas um deles, apesar de serem os maiores vendedores de legumes e verduras nos municípios.

Esses números, mesmo que relativos, precisam ser analisados e pensados a partir das reflexões anteriores. Esse quadro, se intensificado, pois é uma tendência caso nada de concreto seja feito, impactará diretamente a vida de muitas famílias e a segurança alimentar dos municípios, influenciando na qualidade dos alimentos ofertados à população.

Tabela 7 Produção de alimentos nos municípios, em quilos

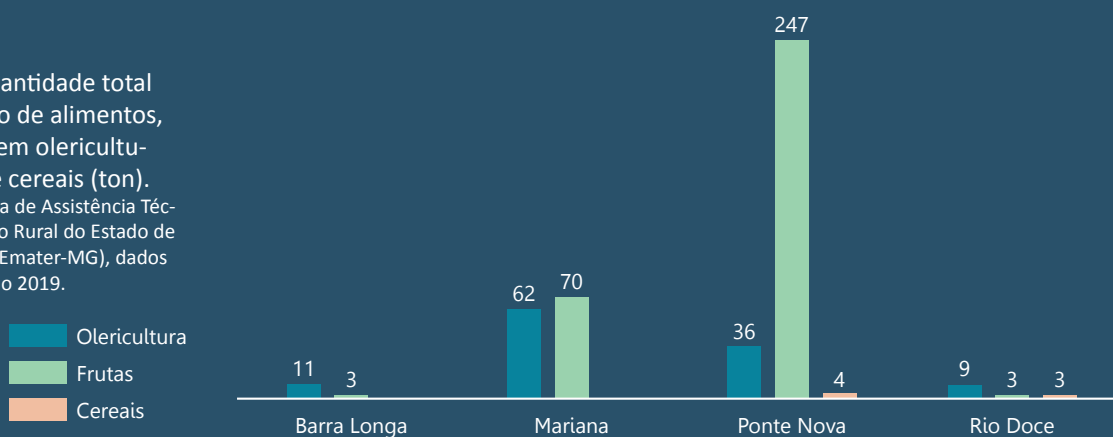
Produto	Barra longa	Mariana	Ponte nova	Rio doce	Total geral
Abacate	100		600		700
Abóbora Jacarezinho			400		400
Abobrinha Menina	200		1600		1800
Acelga		1200			1200
Acerola	200				200
Alface	2000	7000	5400	5	14405
Almeirão	400		600		1000
Banana	1400		240000	5	241405
Banana Prata		60000			60000
Batata Doce	100		1030		1130
Berinjela	60				60
Beterraba	500	3000	400		3900
Brócolis	120	1600	600		2320
Cebola			800		800
Cebolinha	600	1100	800		2500
Cenoura			400		400
Chuchu	500	4000	800		5300
Couve	600	10000	1600	5	12205
Couve-flor		1400	950		2350
Espinafre			1000		1000
Feijão	200		4000	3000	7200
Goiaba	50		1800		1850
Inhame	200	1800	4000		6000
Jabuticaba	50				50
Jiló			300		300
Laranja - Outras	100		700	3000	3800
Limão	400				400
Limão Tahiti			1600		1600
Mandioca de Mesa	4000	14000	3800	4000	25800
Manga	200				200
Maracujá	50		1200		1250
Mexerica	100	10000			10100
Milho Verde				3000	3000
Moranga Comum		8000			8000
Moranga Híbrida			1300		1300
Mostarda			400		400
Ora-pro-nóbis	60	400			460
Pepino			700		700
Pimentão			1400		1400
Quiabo	400	3000	1600	2000	7000
Repolho	200	2700	2200		5100
Salsa	500	1000	2200		3700
Taioba	60	400			460
Tangerina Ponkan			1000		1000
Tomate Santa Cruz			1000		1000
Vagem		1000	600		1600
Total Geral	13350	131600	286780	15015	446745

Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), dados relativos ao ano 2019.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Figura 8 Quantidade total da produção de alimentos, agrupados em olericulturas, frutas e cereais (ton).

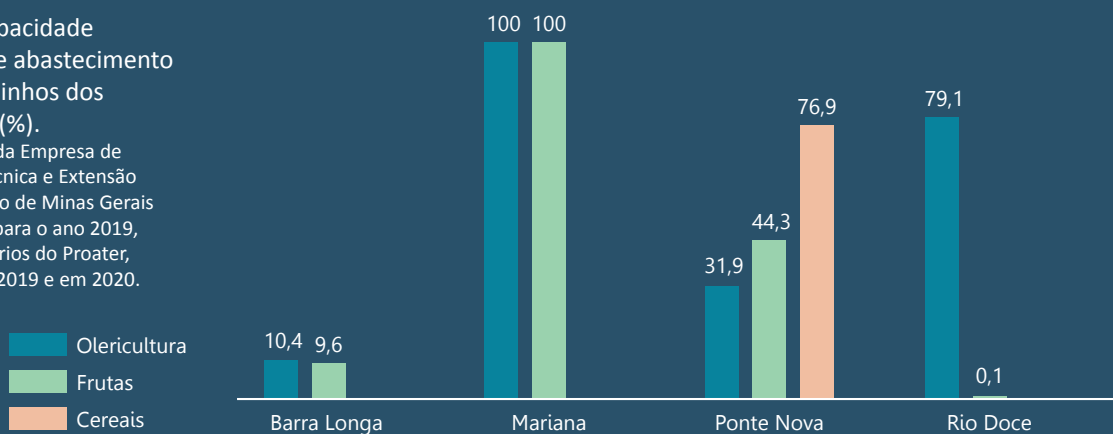
Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), dados relativos ao ano 2019.



ABASTECIMENTO DOS MERCADINHOS DOS MUNICÍPIOS

Figura 9 Capacidade estimada de abastecimento dos mercadinhos dos municípios (%).

Fonte: Dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) para o ano 2019, e dados primários do Proater, coletados em 2019 e em 2020.



Pensar o quadro da produção agrícola municipal e o processo de desenvolvimento rural é estratégico no âmbito das agendas de redução da pobreza rural e promoção da saúde pública, devido ao padrão alimentar da sociedade. Os dados definitivamente não são um veredito sobre a falta de capacidade produtiva da agricultura familiar, mas sim sobre sua limitação atual em abastecer os mercados locais. O que os dados evidenciam é a necessidade urgente de repensar as estratégias de desenvolvimento rural e superar o imediatismo das intervenções ligadas às ações públicas e privadas em prol do desenvolvimento dos municípios. A produção de alimentos saudáveis e a circulação local desses alimentos precisam figurar em conjunto a essas ações.

O abastecimento, nesse contexto, está associado, também, como relatado, à capacidade organizativa da agricultura familiar: da condição dos agricultores em organizarem sua produção para manterem volume e regularidade na entrega de produtos. Isso está relacionado, sobretudo, à natureza da cooperação econômica, que demanda a superação da ação individualista e passa a pensar coletivamente todo o segmento, em torno de organizações coletivas que ampliem as condições de negociação, escala e redução de custos. A seguir, será discutida a capacidade organizativa local e sua relação com o desenvolvimento rural nos municípios.

4.2. Capacidade organizativa local e desenvolvimento rural

A discussão que se quer levantar aqui não é sobre quantas e quais são as organizações, mas identificar o sentido da ação (coletiva) e seus desafios. Por que os indivíduos constituem associações ou cooperativas no território? Eles agem coletivamente? Qual o sentido da ação? Qual curso de ação é necessário empreender para fortalecer as organizações locais e ampliar o capital social do território? Qual é o papel da extensão rural?

Esses questionamentos foram balizadores da discussão sobre as organizações e pretende-se com eles compreender como as organizações coletivas são importantes para a promoção do desenvolvimento rural. Com a intensificação das indústrias de laticínios no território e a pressão sofrida pelo pequeno produtor de leite, é cada vez mais importante pensar e compreender estratégias autônomas de agroindustrialização, de agregação de valor e de inserção dinâmica nos mercados.

Para todo um conjunto de produtores da agricultura familiar do território, o futuro depende não só da capacidade de inserção nos mercados, por meio dos agentes dominantes econômicos (os grandes laticínios, por exemplo), mas também da capacidade de criar novas formas organizacionais para alcançar uma articulação dinâmica com os mercados. O debate do cooperativismo e do associativismo faz-se crucial nesse ponto.

Compreender a realidade socioeconômica e organizacional (das organizações coletivas) dos municípios rurais é um passo básico para fortalecer as ações de ATER. Isso porque as estra-

tégias de desenvolvimento rural perpassam por considerar a capacidade organizativa local. É por meio das organizações coletivas que comunidades e agricultores conseguem extrapolar o mercado estritamente local e acessar novos mercados para além do seu território. Há um exemplo claro desse processo com organizações coletivas de Rio Doce e de Barra Longa.

Parte-se do pressuposto que capacidade organizativa local é um atributo do território baseado na existência de um capital social. Outro pressuposto é que as organizações coletivas locais produzem e se alimentam de capital social. A lógica presente é que o associativismo produz capital social porque fortalece as redes de cooperação e de solidariedade, ao mesmo tempo que se nutre delas. É sabido que abordagens mais recentes sobre o desenvolvimento rural apontam o capital social como elemento que antecede a produção de capital econômico (FREITAS, 2015).

Dessa forma, é possível, mesmo em condições adversas, utilizar-se de políticas públicas e de incentivos estatais e privados para gerar o capital social, por meio do fortalecimento das associações de agricultores e, assim, gerar oportunidade de produção e de comercialização, promovendo o incremento da economia local e o aumento da capacidade empreendedora dos agricultores familiares. Ou seja, gerar capital social é elementar para promover o desenvolvimento dos territórios rurais.

Não foi objetivo da análise desta pesquisa verificar o processo de formação do capital social ou do fortalecimento das organizações coletivas após o rompimento da barragem de Fundão e o início do trabalho de reparação e compensação realizado pela Fundação Renova. Porém, com o trabalho de campo, surge como hipótese que diversas ações promovidas, direta ou indiretamente, pela fundação podem, de algum modo, estar promovendo ou induzindo a formação de capital social. Seja em processos de mobilização, seja em eventos coletivos, em decisões que necessitam consenso comunitário ou em recursos que são destinados a grupos e os forçam a agir coletivamente, as redes locais dos agricultores se fortalecem, fomentando capital social.

Woolcock e Narayan (2000) argumentam que capital social está relacionado com as normas e redes que permitem às pessoas atuarem de maneira coletiva. A organização social é o elemento central no entendimento do capital social. A confiança entre os atores, por exemplo, é um tipo de norma social que facilita a cooperação. Assim, o importante não é apenas compreender a existência das organizações sociais no território, mas como elas agem, como os agricultores interagem a partir delas e como os agentes de ATER, ONGs e outros atores estão apoiando e assessorando as organizações.

A natureza e o alcance das interações entre as organizações rurais e destas com o Estado e demais agentes externos moldam, significativamente, as dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Governos locais podem atuar como parceiros na criação eficaz das organizações locais, mas também podem subverter essa relação, tornando-a instrumental e clientelista.

Assim, cabe pontuar que, primeiro, não se concebe pensar o desenvolvimento sem organizações ou com as organizações deslocadas de um processo de desenvolvimento. É preciso ressaltar, porém, que as organizações locais não se restringem a estruturas formais e legais que operam em determinado espaço.

Destarte, o recorte analítico desta reflexão não se centra apenas na organização como substantivo (*organization*), mas também como verbo (*organizing*), pois, mais que as organizações formalizadas, o importante é o processo organizativo da qual elas resultaram e que as transformam recorrentemente (WEICK, 1973). Assim, a capacidade organizativa que pretende-se destacar não está vinculada à quantidade das organizações coletivas, mas à qualidade delas, à capacidade que elas possuem de contribuir com a transformação da realidade social.

Nesta pesquisa, após dados coletados nos escritórios locais da Emater e nas prefeituras, identificou-se a existência de 11 associações rurais em Mariana, 5 em Ponte Nova, 3 em Rio Doce, 2 em Barra Longa e 3 em Santa Cruz do Escalvado. Esse número foi relatado pela Emater, levando em consideração àquelas associações que estão ativas e desenvolvem atividades com foco na agropecuária. Nesse caso, são associações que possuem algum tipo de relação com a instituição de ATER. Em relação às cooperativas, foram identificadas 2 em Barra Longa, 1 em Mariana, 2 em Ponte Nova e 2 em Santa Cruz do Escalvado.

O primeiro ponto de reflexão é que, como já colocado, a existência de associações e cooperativas não pressupõe a existência de capital social local. Toma-se capital social, também, nas perspectivas de Nan Lin (2001) e James Coleman (1990), que o concebem como um recurso, uma vantagem que um grupo possui, por meio das relações que estruturam entre si. Para Putnam (2002), a existência de capital social pode fornecer as bases para que grupos locais se mobilizem e criem mecanismos de superação de barreiras.

Dessa forma, entende-se associação (no sentido de se associar) e associativismo, como processos diferentes. A associação, como espaço de realização material das transações e como mecanismo de mediação comercial. Já o associativismo, como práticas coletivas representadas por processos de cooperação e pelo capital social. Não necessariamente a existência de associação exprime a intensidade do associativismo. A associação pode ser uma organização meramente formal, utilizada de forma instrumental, mas pode, também, ser a expressão do movimento coletivo comunitário que se justifica por finalidades baseadas no interesse comum.

Assim como apontado por Freitas (2017), o associativismo no meio rural ganhou mais expressão com a emergência de políticas públicas voltadas à ampliação dos mercados, como PAA e PNAE. Um exemplo dessa realidade é que, no Brasil, existiam, em 2008, 13 Declarações de Aptidão a Pronaf (DAP) de pessoa jurídica, contabilizando apenas 2.150 agricultores familiares vinculados a organizações coletivas com DAP jurídica. Em 2016, já totalizavam mais de 6.500 organizações coletivas e mais de 626 mil agricultores familiares vinculados como associados.

A expressividade das organizações locais ocorreu, sobretudo, com sua legitimação via políticas públicas de desenvolvimento como modelo organizativo. Nos cinco municípios analisados, compreendeu-se que o processo de criação de associações, com foco no acesso às políticas públicas, levou à formação de ações organizativas, na busca por oportunidades de ampliação de mercados, por meio das compras públicas, mas também levou à demanda por auxílio das atividades burocrático-administrativas, decorrentes da participação nesses programas. Nesses municípios, o discurso da importância das organizações locais é perceptível em todos os atores, sejam governamentais, sejam da sociedade civil. Parece não haver dúvidas de que fortalecer as organizações coletivas é estratégico para promover o desenvolvimento rural.

Para ilustrar as reflexões empreendidas e justificar alguns elementos de análise pontuados, apresenta-se uma reflexão sobre o processo de constituição das organizações locais e o papel dos agentes externos, bem como destaca-se a forma como as organizações coletivas podem ser usadas como instrumento de equilíbrio no preço de mercado. Posteriormente, apresenta-se pontos de maior carência das organizações e que são cruciais para pensar sua viabilidade: a gestão e o funcionamento. Na sequência, descreve-se o caso da cooperativa de Gesteira, como forma de ilustrar algumas afirmativas e questões pontuadas. Por fim, apresenta-se as considerações e reflexões finais.

Organizações meramente formais: desafios e vantagens do associativismo no território

Neste tópico, disserta-se sobre o papel dos agentes externos na constituição das organizações e sobre a influência desse processo na capacidade organizativa do território, ou na formação do capital social. Todas as cooperativas entrevistadas, ligadas diretamente à atividade da agricultura familiar, tiveram sua constituição fortemente entrelaçada ao incentivo de algum agente externo: Emater, prefeitura ou assessoria contratada por alguma mineradora. Considera-se “incentivo”, como uma forma “bem intencionada” de promover uma mudança positiva da realidade.

Não se pondera, aqui, se é positiva ou negativa a constituição da cooperativa por incentivo (ou exigência) de um agente externo. É importante refletir sobre a forma de constituição e como esse processo vai refletir no modo de funcionamento das organizações. Nas entrevistas realizadas com associações rurais e com cooperativas, questionou-se: como surgiu a associação/cooperativa? A intenção era compreender o processo de constituição e quais atores estavam envolvidos. Foi possível considerar que agentes externos sempre possuíram papel determinante.

As associações rurais tiveram na Emater e na prefeitura os maiores incentivadores para que as organizações fossem constituídas. Grande parte das organizações associativas foram criadas com foco na possibilidade de melhorar o processo de comercialização, seja para acessar programas governamentais de compra institucional, como no caso de associações de produtores de hortifrutigranjeiros, seja para conseguir melhorar a barganha no preço do leite, no caso

de associações de produtores de leite. Em relação ao acesso a políticas públicas, tratar-se-á, no próximo capítulo, sobre organizações induzidas por demandas públicas. No caso do leite, apontar-se-á como as associações podem ser mecanismos de regulação do preço de venda.

O que se pode inferir com a pesquisa realizada é que as organizações (associações ou cooperativas) têm pouca capacidade de expandir suas atividades econômicas e ampliar seu protagonismo no desenvolvimento das cadeias produtivas, funcionando basicamente para as demandas (pontuais) que as formalizaram. A dependência a determinados canais de comercialização e/ou instituições, as colocam em relação de fragilidade organizacional, vulneráveis a qualquer alteração nas configurações atuais de mercado.

A cooperativa de Gesteira, por exemplo, é dependente das demandas da Fundação Renova, pois sua produção é dependente dos pedidos oriundos da organização. Demandas de organizações que atuam no território podem induzir maior produção e criar oportunidades comerciais para as organizações, gerando renda. Há um trabalho gerencial, de captação de demandas e de organização da produção, que vai além do produto final. A ampliação da demanda para induzir a produção deve estar vinculada a um processo de acompanhamento em gestão.

Algumas preocupações foram levantadas em campo, no âmbito da dependência de mercados: (i) associações sofrem com as oscilações do preço do leite e com a baixa rentabilidade, submetidas às tabelas de preço de grandes laticínios, percebendo a saída de muitos produtores; (ii) associações cuja finalidade é a venda para o PNAE, com a diminuição dos recursos e o recuo do programa, ficam com suas operações fragilizadas, o que resulta em insegurança aos agricultores familiares sobre o escoamento de sua produção agrícola.

Essa realidade possui grande relação com outras duas constatações importantes: (i) o vínculo de muitos associados é meramente formal e objetivado na realização econômica individual; (ii) não existe interesse em assumir atividades (responsabilidades) administrativas. Independentemente se associação ou cooperativa, a gestão é um ponto crucial. Sabendo que a inviabilidade de uma organização pode se encontrar aí, será dedicado um ponto de reflexão à gestão.

Identificar o vínculo instrumental dos agricultores com as organizações ocorre quando sua ligação é apenas com a demanda que a originou e não propriamente com seu potencial como instrumento coletivo. Ou seja, se a associação foi criada para “vender para o PNAE”, e as vendas para o programa diminuíram consideravelmente, tornando-se um canal não rentável, então o agricultor não se vê mais com vínculos à organização. Nesse caso, a associação ou a cooperativa é meramente formal e desenraizada do contexto social, embora tenha papel importante no acesso a um mercado.

Então, não se questiona a importância da organização, mas o imediatismo com a qual elas foram criadas e o tipo de vínculo que elas constroem com os agricultores e a comunidade. As

análises demonstram que muitos dos empreendimentos se encontram sem a mobilização e a integração social necessária à sustentabilidade socioeconômica do empreendimento coletivo, visto que o capital social antecede o capital econômico. A falta de enraizamento social, provocada pelo caráter imediatista da intervenção dos agentes externos, também estimula a baixa apropriação da comunidade em relação à dimensão coletiva da atividade de produção e de comercialização.

Essa baixa apropriação está ligada à histórica relação clientelista estabelecida entre os agentes externos e as comunidades rurais nos municípios analisados. Assim, como a associação é promovida e constituída pelos agentes externos, a relação estabelecida entre agricultores e organizações subverte-se também a uma relação de clientelismo e não se constrói uma relação de apropriação como um bem coletivo: constroem-se associações, mas não o associativismo.

A mera formalidade de alguns empreendimentos coletivos pode ser evitada por meio de ações que busquem ajustar, adaptar e apropriar as demandas públicas e privadas às formas organizativas locais e à sua cultura política, potencializando, dessa forma, processos de promoção do desenvolvimento rural. Ou seja, quando se leva em consideração as contingências, as práticas organizativas locais e se consegue fortalecer o tecido social em prol do objetivo constituído (formação do empreendimento), essas organizações podem se transformar em ferramentas de desenvolvimento e em mecanismos de governança local.

Uma abordagem mais analítica sobre a indução da constituição das organizações locais será feita no capítulo referente à gestão pública e às políticas públicas. Nele, será descrito como as políticas públicas, sobretudo, PNAE e PAA, foram indutoras da constituição das organizações e/ou de seu funcionamento.

Não obstante às reflexões sobre a constituição das organizações e os desafios de fortalecer a capacidade organizativa local, é preponderante afirmar que associações e cooperativas de agricultores familiares são um ponto focal para indicar elementos de melhoria na vida dos agricultores ao possibilitar, mesmo que de forma pontual, oportunidades comerciais. Isso indica que organizações dessa natureza possuem grande potencial na geração de alternativas locais.

Como um dos grandes gargalos da agricultura familiar é a comercialização, as organizações figuram como alternativa na busca de melhorias. Por isso, é importante pontuar como as associações e as cooperativas podem, também, ser vistas como instrumentos de regulação de preço. Isso reforça seu potencial e a necessidade de sua viabilidade.

O foco da ATER não pode ser, exclusivamente, a produção, ou a qualidade da produção, deixando de lado o processo de comercialização. A geração de renda familiar perpassa pela necessidade de compreender o ciclo da renda básica familiar, o que indica, mais uma vez, a importância de se discutir o papel das organizações locais.

Em municípios como Mariana, Ponte Nova e Barra Longa, o associativismo/cooperativismo na produção de leite é uma realidade inquestionável. O associativismo na produção de leite, nesses municípios, tem um objetivo muito claro: o de melhorar o preço do leite. Sobre a produção e a comercialização do leite, o capítulo anterior já tratou de forma mais cuidadosa; foca-se, aqui, na relação que o leite possui com o associativismo. Coletivamente, de forma organizada, os produtores conseguem ter maior capacidade de barganha com os grandes laticínios da região.

Segundo Leite e Gomes (2001), o associativismo e o cooperativismo na produção de leite representam movimentos que surgiram na tentativa qualificada de ajustar as relações produtor/ indústria. Produtores começaram a organizar-se em associações, que, via contrato de compra e venda, estabelecem com as indústrias as regras para negociação ou negociam sem contrato e conseguem barganhar com mais de uma indústria para avaliar a melhor opção de venda do leite.

A associação de produtores e a negociação coletiva com regras preestabelecidas ou não, parecem configurar uma alternativa de harmonização nas relações do agronegócio do leite, já que imperam as determinações das indústrias em contraposição à necessidade do pequeno produtor de leite (LEITE; GOMES, 2001). Assim como pontuaram esses autores, a relação produtor/ indústria nem sempre é benéfica para o produtor, que é o elo mais vulnerável dessa cadeia. As próprias associações ponderam sobre isso, conforme relato a seguir:



Os laticínios todos você sabe que é uma máfia né? Então o que que acontece, o produtor, a gente tava na mão do laticínio, ele pagava o produtor o que ele queria. E hoje não, a associação criou forças na união que nós estamos tendo. E o que que acontece, o pequeno produtor, o leite dele é vendido pelo mesmo preço do maior produtor e impõe preço, você tá entendendo? Porque hoje já tem uns três laticínios brigando pelo nosso leite. (AEC 02).



Quando fez a associação aqui no município, a gente conseguiu melhorar e igualar o preço aqui pra todo mundo. Porque a diferença de preço aqui é exorbitante de um produtor pra outro. (ADT 02).

Por meio do cooperativismo e do associativismo, pequenos produtores de leite conseguem vantagens comerciais que levam a ganhos líquidos e individuais. O maior volume de leite permite que o grupo construa melhores relações de barganha. Indispensável nesse processo é considerar as associações e as cooperativas, além de intermediários da venda do leite, como instrumentos de melhoria de produção, promovendo compras coletivas e outras ações que podem melhorar a qualidade e reduzir o custo da produção.

Os exemplos citados mostram como as associações são instrumentos de barganha. A organização coletiva é usada para obter vantagens que sozinhos os produtores não conseguiriam.

Porém, é importante notar que as vantagens obtidas dependem do funcionamento da organização e qualquer melhoria estrutural e de processos na associação ou na cooperativa depende da sua gestão. Logo, não se pode deixar de ponderar que, quando se constitui uma associação ou cooperativa, é preciso considerar os desafios gerenciais. Quem vai assumir a gestão? A gestão importa para o fim ao qual a organização foi constituída? A seguir, algumas reflexões sobre a gestão nas organizações analisadas.

Gestão e o funcionamento das organizações coletivas

As associações rurais são criadas com o objetivo de integrar as ações dos associados em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem. Cada comunidade tem uma cultura e uma estrutura própria, as quais influenciam a forma de ação e de organização das associações (FRANTZ, 2002). Independentemente dos objetivos e da forma de criação das associações e das cooperativas, elas precisam ser gerenciadas. Cooperativas cuja finalidade é econômica, apesar de não visarem lucro, prescindem de uma gestão democrática e transparente, pois os recursos aplicados são coletivos. Um dos grandes desafios compreendidos pelas associações e cooperativas do território está na sua gestão e no seu funcionamento.

Está em jogo, aqui, um complexo processo de aprendizagem de todo um conjunto de atividades que não são tradicionais da produção familiar. Além da exploração de novas tecnologias e novas formas de organização coletiva, trata-se da gestão de empreendimentos, de conhecimentos e da capacidade de lidar com o mercado, de identificar e negociar com organismos financiadores, de lidar com organismos intermediários, como ONGs, fundações etc. No contexto da reestruturação produtiva do território, a emergência das organizações traz consigo inúmeros desafios que extrapolam a questão produtiva e exigem, dos agricultores, novas rotinas, preocupações e novas competências.

Exemplo disso pode ser a constituição de uma cooperativa de produtores de leite cuja missão é coordenar o processo industrial necessário à produção de lácteos e sua inserção no mercado altamente competitivo. A cooperativa, nesse caso, significa novas aquisições de tecnologia, novos processos comerciais, novos *networks* e desafios imprevistos.

Nesse sentido, há, igualmente, a necessidade de utilização de ferramentas que visam demonstrar a origem e a forma como foram aplicados os recursos. Cada modo de funcionamento vai definir a complexidade da gestão. A cooperativa pode só fazer a intermediação entre a demanda recebida e a produção dos cooperados, ou pode gerenciar uma estrutura de produção, ter produção coletiva e realizar a venda dos cooperados. Independentemente, as cooperativas precisam realizar declarações para comprovar sua regularidade, ou seja, a gestão não se limita somente ao processo de controle de entradas e saídas e de divisão de sobras, mas também de planejamento, de prospecção de mercado, entre outros elementos importantes.

Em Santa Cruz do Escalvado, segundo o membro de uma associação:

“tem uns 50 agricultores que fazem parte da associação. Mas cada um comercializa sozinho. Não é em conjunto, é individualmente” (AEC 12).

Mesmo que haja comercialização de forma individual, a associação precisa remunerar-se para se manter funcionando. Nesses casos, o presidente acaba assumindo as funções básicas da organização, assim como relata outro membro:

“[...] aqui, se eu não assumo as coisas, nada acontece. O pessoal não quer mexer com a associação. Só quer vender” (AEC 04).

Assim, a gestão parece estar centrada na figura de uma ou duas pessoas, normalmente aquelas que são apontadas como lideranças da organização, e que assumiram protagonismo no processo de criação. Como a maioria dos cooperados ou dos associados não possui interesse em se envolver com as atividades administrativas e burocráticas, esse trabalho fica relegado aos que estão mais envolvidos, igualmente como afirmado pelo representante de uma associação:

eu acabo sendo presidente, vice, tesoureira, como um todo. Porque os meninos assumiram de nome, porque mora na roça, é difícil até pegar telefone, só que assim, eles confiam no meu trabalho e isso eu devo a eles. Então não me atrapalham em nada que eu faço, assinam embaixo de tudo que eu faço, então pra mim foi muito bom. E é tudo com transparência, tudo com planilha de custo, tudo tudo [...]. (AEC 02).

As decisões sobre o funcionamento de organizações coletivas são outro elemento importante no processo de gestão. Associações podem comercializar? Se a cooperativa não movimentar nada, os cooperados precisam fazer alguma coisa? Caso a cooperativa possua milhares de reais em dívida, como cooperado, eu tenho que pagar? A associação pode emitir nota fiscal? Essas são dúvidas que apareceram em campo e sinalizam para os desafios gerenciais que impactam diretamente a organização. O depoimento a seguir mostra as dificuldades de compreender a forma de funcionamento:

Eu até quero até olhar o estatuto da associação, se a associação pode comprar em nome dela e passar pros produtores, porque até então eu não sei. Semana passada, eu tava até pensando nisso, porque ela não pode ter fins lucrativos, né? Mas eu não sei se ela pode comprar e repassar pros produtores, mas eu acho que não. Porque eu acho que ela, não pode se comprar em nome dela, não sei, vou até conferir no estatuto. (AEC 04).

As formas de funcionamento e os processos burocráticos das organizações locais são questões relevantes que precisam ser discutidas antes da constituição. Um dos princípios que norteiam as cooperativas é a educação cooperativista. A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) define

como princípio básico de qualquer cooperativa a “formação” e a “informação”, tendo como parâmetro o necessário processo de educação inerente à cooperação. Além disso, contabilmente, toda organização cooperativa precisa recolher no mínimo 5% de sua receita líquida para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES). Esse fundo financeiro é destinado a investimentos na própria formação dos cooperados. Entretanto, considerando a situação financeira das cooperativas analisadas, a destinação de recursos para formação não é uma realidade plausível. Ademais, identificou-se o completo desconhecimento dessa estrutura de destinação de sobras e receitas. Assessorar a gestão, compreendendo-se o funcionamento, é tão importante quanto definir a assessoria técnica para a produção.

Além de compreender sobre a estrutura legal de funcionamento das organizações, quando se analisa o processo de comercialização, faz-se necessário entender a relação da organização com o mercado, as formas de vender e de comprar. Visando a perenidade das organizações, é preciso traçar estratégias e parcerias que as ajudem a compreender os caminhos de organização e de funcionamento.

De acordo com uma associação analisada, o rompimento da barragem de Fundão foi um fator que gerou perda de demanda dos produtos que eram produzidos pelas mulheres. Segundo a associação:



“Pedido que não tá tendo. O pessoal não compra por medo da lama. A produção de biscoito é a única fonte de renda das mulheres daqui. De 2016 pra frente, foi tudo ruim” (AEC 08).

As oportunidades comerciais são responsáveis por gerar as demandas de trabalho, por meio das organizações coletivas. Logo, a falta de oportunidades comerciais ou os desafios de acessar alguns mercados também são questões gerenciais importantes.

O depoimento de uma das representantes de uma associação também é contundente em relação a essa questão:



Nós estamos limitados somente ao projeto PNAE, nós não temos outra atividade, então, se a gente conseguisse abranger um mercadinho maior, mais amplo, melhoráramos demais. Então, ficar preso só ao PNAE é complicado, porque a escola Rio Doce é pequena, quando tinha o projeto PAA era outra história. Mas agora só com o PNAE fica difícil. (AEC 08).

Em Rio Doce, com uma associação específica, houve um estímulo, por parte da Emater, para que as associadas pudessem diversificar seus canais de comercialização e sair da dependência do PAA, como pode ser conferido no capítulo sobre gestão pública e políticas públicas deste documento. Ao mesmo tempo em que programas de aquisição de alimentos como PAA e PNAE estimularam maior produção da agricultura familiar, a descontinuidade representa diminuição da renda da família por falta de oportunidade comercial. A dependência desses

programas não esteve vinculada à importância de ampliar a oportunidade comercial pela diversificação de canais.

Por fim, outro elemento importante no processo de gestão das organizações coletivas rurais está relacionado aos custos. A contabilidade dos custos é imprescindível para conseguir mensurar os ganhos reais das operações. Custos com transporte e armazenamento do leite, com a logística de entrega dos produtos, com a matéria prima para fabricação de pães e biscoitos, por exemplo, deveriam ser considerados no processo. Essas questões podem ser tratadas em assessorias às comunidades rurais. Grande parte das associações e das cooperativas afirmaram que não realizam nenhum tipo de controle de custos.

Para ilustrar todos os elementos discutidos nesta seção, será analisado um caso específico, que serve como elemento ilustrativo. A cooperativa de Gesteira teve sua constituição vinculada ao incentivo de um agente externo e possui grandes desafios gerenciais, entretanto, é um instrumento importante para gerar oportunidades de comercialização para a produção do grupo de mulheres que a compõe.

O caso da cooperativa de Gesteira

A história da cooperativa de Gesteira serve de análise para reflexões sobre o processo de constituição e seus desdobramentos no funcionamento de uma organização. Pode-se constatar que a cooperativa de Gesteira é um instrumento de valorização do trabalho das mulheres, figurando-se como a organização de trabalho para viabilizar a produção e garantir a comercialização. Embora tenha significativa importância no empoderamento feminino e na geração de valor para a comunidade, a cooperativa, como organização coletiva de personalidade jurídica, enfrenta vários desafios.

Segundo relatos de campo, o movimento de organização coletiva já existia em Gesteira e a relação com empresas mineradoras foi indutora da organização atual:



A associação aqui foi criada pela BHP. Eles perguntaram se tinha associação. Aí ela montou uma consultoria. E aí eles conversaram com nós, se a gente queria fazer uma associação ou uma cooperativa. E aqui já tinha uma associação de mulheres, só que ela não estava funcionando. (AEC 01).



A Samarco doou pra gente muitos equipamentos. É porque aqui passa o mineroduto. Aí pra compensar que passa e que faz muito estrago, essas coisa, eles deram um curso agrotécnico. A gente podia escolher entre curso de música ou de doce essas coisa. Escolhemos o de doce e aí eles deram um tanto de equipamentos, como fogão, panela, deu máquina de bordar, deu vidro pra colocar os doces, deu tudo, né. Aí ficava no salão paroquial lá de Gesteira, perto da Igreja. Não tinha lugar certo pra colocar. Aí veio a lama e levou tudo embora. (AEC 01).

Os relatos apontam para a narrativa de incentivo à produção coletiva das mulheres, por meio do suporte direto e pontual da mineradora Samarco. O benefício pontual é importante e, em muitos casos, determinante para que cooperativas consigam viabilizar o início da organização e da produção coletiva e ampliar a renda, por meio da expansão do acesso a mercados. O primeiro impasse começa com a principal dúvida inicial: cooperativa ou associação? A definição da personalidade jurídica é uma decisão técnica e leva em consideração as diferenças de modelos organizacionais e a finalidade para a qual se pretende constituir uma organização coletiva.

Após o rompimento da barragem de Fundão, nomeada nas narrativas como “chegada da lama”, novos e velhos atores entraram em cena, novamente, com a premissa da constituição e do fortalecimento da organização coletiva local, gerando, conseqüentemente, mais demandas. Segundo representante da AEC 01:



Aí, através da lama foi vindo né, a Renova, a Samarco, né, pra compensar. Aí fizemos uma reunião com a Associação de Cultura Gerais (ACG), financiada pela Renova, e ela perguntou o que a gente queria, se era uma associação, se era cooperativa. Aí a ACG falou que a cooperativa era melhor que a associação. Aí fizemos, abrimos a cooperativa com 24 mulheres e um homem. (AEC 01).

É imprescindível que agentes externos, ao promoverem ações focadas nas organizações locais, conheçam o contexto social no qual essas estão sendo criadas. No caso da cooperativa em análise, a consultora Associação de Cultura Gerais (ACG) foi definidora da personalidade jurídica ao ponderar sobre as vantagens e as desvantagens de cada uma das opções. Assessorias externas como a da ACG tornam-se importantes para direcionar as atividades das organizações e assessorar o trabalho.

Nesse contexto, a grande questão é como o trabalho é feito. De acordo com uma cooperada, “depois que a Samarco deu pra gente os negócios, equipamentos, eles não voltaram mais. Aí a gente ficou parado” (AEC01). Quando a indução da cooperativa ou da associação não vem acompanhada de uma assessoria sistemática, os riscos de inviabilidade aumentam consideravelmente.

Das dificuldades que podem assolar as organizações coletivas da agricultura familiar, a gestão é a mais complexa. A gestão pressupõe a utilização dos recursos, o controle financeiro e a relação com o mercado. Não existe uma cooperativa agropecuária ou de produção sem uma relação efetiva com o mercado, pois é para isso que elas são criadas. Na Cooperativa de Gesteira, a produção das mulheres precisa ser vendida, razão da existência da organização.

De acordo com as entrevistas, há uma dependência do mercado institucional privado aberto pela Fundação Renova, o que sinaliza a importância de investir em outros canais de comercia-

lização. Outro relato importante sobre a organização é que “a gestão é uma bagunça danada” (AEC01) e centralizada na figura de duas cooperadas, que também são as responsáveis por direcionar o trabalho individual de cada uma das outras cooperadas, a partir da demanda que elas recebem da Renova.

Além das dificuldades gerenciais, que estão atreladas ao controle financeiro e à organização do processo produtivo, identificam-se outras questões que surgem como empecilho no processo de consolidação da cooperativa. Pode-se citar: ausência de estrutura própria de produção, de um padrão de higiene e da posse coletiva dos meios de produção. Geralmente, os meios de produção são as cozinhas das próprias cooperadas.

Por um lado, essa realidade traz uma diminuição de custos, pois os cooperados não precisam manter uma estrutura própria do coletivo. Por outro, fortalece o papel protagonista das duas cooperadas que recebem as demandas e as distribuem. Dessa forma, o funcionamento da cooperativa concentra-se na distribuição do trabalho e na organização do processo produtivo individual para satisfazer a demandas pontuais.

Outros problemas enfrentados são a cadeia de fornecedores de matéria-prima e o processo de entrega dos produtos acabados. Segundo relatos de uma representante:



Aqui não tem produto de matéria-prima, tem que ir em Barra Longa buscar. Às vezes eu tenho que pedir, e tipo assim, não é um dia que eu tenho que ir lá, aí eu tenho que pagar um carro, um carro daqui lá é 50 reais. Entendeu? E a outra dificuldade que a gente enfrenta também é pra saí né, pra gente vender o produto, porque a gente não tem carro próprio. Então a gente... vai pagar um taxista daqui em Mariana é 150 reais. (AEC 01).

Na comunidade, as restrições de acesso à matéria-prima para a elaboração dos produtos demandados é uma realidade. Da mesma forma, quando é necessário escoar aquela produção para cidades vizinhas, também há um aumento do custo total de produção. Como os relatos apontam que a “gestão é uma bagunça”, é provável que não haja nenhum tipo de controle sobre receitas líquidas da produção.

Quando questionados sobre a contabilidade da cooperativa, os informantes disseram que ainda não é feita. Entretanto, seria iniciada por um contador do município de Mariana, que, inclusive, também é o contador da ACG. Os relatos indicam a intenção de começar o trabalho com o contador:



Aí então vai começar esse ano a contabilidade, só que aí ele falou assim que quando tiver movimento de caixa, eles vão cobrar, aí quando não tiver movimento de caixa, eles não vão cobrar. Porque não é todo mês que a gente mexe. (AEC01).

Como nem todos os meses a cooperativa possui receitas, o contador proporcionaria a flexibilidade de pagamento dos serviços contábeis, ou seja, apenas quando houvesse movimentações financeiras. Porém, é importante salientar que “a contabilidade” elevará os custos de produção, pois inclui custos com contador e, provavelmente, mais um gasto de transporte até Mariana.

O caso da Cooperativa de Gesteira pode ajudar a compreender que as cooperativas e as associações podem ser ferramentas de ampliação das possibilidades de comercialização, de criação de identidade e de empoderamento e até propiciar o acesso a recursos públicos e privados, cuja viabilidade dependerá do processo de organização do trabalho, da produção e da gestão.

Reflexões

Pode-se concluir com as entrevistas que, historicamente, e após o rompimento da barragem de Fundão, os programas públicos e os projetos para as comunidades rurais valorizaram o *organization* (como substantivo), ou seja, a associação, em detrimento do *organizing* (como verbo), isto é, o processo de organizar, que é a base para perenidade das organizações. Em outras palavras, voltaram-se mais para as associações¹⁹ do que para o associativismo. Entretanto, é exatamente no processo de organizar, que é constante, que se deve focar a ação de ATER e a intervenção técnica, neste momento da história do território. Deve-se preocupar agora mais em organizar do que em criar organizações. O imediatismo de formalizar as associações repetirá os erros históricos de desenraizamento e de criação de “elefantes brancos”.

Constatou-se, no desenvolvimento desta pesquisa, que o associativismo e o cooperativismo são os instrumentos mais eficazes na direção de implementação de estratégias de desenvolvimento rural e no aproveitamento de oportunidades de acessar diferentes mercados, sejam os que se abriram após as ações de reparação e compensação pós-rompimento da barragem de Feijão, sejam os referentes a cadeias produtivas que tangenciam a agricultura familiar, como o turismo e a gastronomia do território. Dessa forma, torna-se imprescindível a organização e a organização coletiva formalizada para superar o limite geográfico e inserir-se em mercados regionais.

Para o aumento da capacidade organizativa local, que proporcione a formação de um capital social forte o suficiente para sustentar o processo de desenvolvimento, faz-se necessário a mobilização e o envolvimento de diferentes atores: sindicatos, associações comunitárias, grupos de mulheres, organizações governamentais e não-governamentais. Além disso, necessita-se de ATER e de pesquisas que possam contribuir de maneira eficaz com a transformação da realidade social e econômica do território.

¹⁹ Nesse caso, para a constituição das associações. Quando se fala “para as associações”, a maior referência é a constituição dessas organizações para canalizar oportunidades de acesso a recursos e a projetos.

A formação da rede é mais importante do que a criação de organizações apenas para se obter personalidade jurídica. A prática da assistência técnica às organizações perpassa pela necessidade de investir em educação cooperativista e gerencial, com o intuito de se atentar para os principais problemas levantados até aqui. Importa formar pessoas, mais que organizações. A estratégia de ATER para as organizações deve colocar as pessoas no centro das transformações econômicas.

Nesse contexto, a extensão rural pode qualificar a organização e o sistema produtivo, e o governo municipal pode dispor de serviços para contribuir com a formação de capital social e com a apropriação eficiente dos recursos disponíveis. Como afirma Evans (1996), uma densa rede de relações sociais formada entre técnicos (agentes do Estado) e agricultores é a chave para a eficácia de projetos produtivos locais.

A principal questão apontada por esse autor é que a capacidade organizativa local requer uma sinergia entre governo, atores externos e organizações locais, ou seja, requer uma atuação de parceria. Entretanto, talvez, os limites da sinergia estão localizados no governo, e não na sociedade civil, pelo formato da intervenção, caracterizado como clientelista. Esse processo pode acontecer, também, na relação entre Emater e comunidades rurais, quando a proximidade existente é subvertida em uma relação mais clientelista.

Por meio das entrevistas e da pesquisa de campo, pode-se compreender que o associativismo, nos cinco municípios analisados, obedece a um modelo de sociabilidade clientelista. Porém, observa-se no depoimento dos agentes governamentais um “discurso institucional do associativismo”, como uma saída econômica viável e socialmente justa, embora haja o consenso de que não há “cultura da cooperação”, ou seja, capital social. Nesse caso, evidencia-se o discurso do “associativismo como uma solução”, mesmo sabendo dos desafios de organização da ação coletiva.

Algumas análises sobre a imbricação entre processos de cooperação/associação e incentivo/direcionamento do Estado sugerem uma participação instrumental dos agricultores, ao mesmo passo em que reforça o sentimento de identidade e de pertencimento à comunidade (MELO; SCOPINHO, 2015). Em alguns casos analisados, pode-se compreender que o associativismo e o cooperativismo institucionalizado permeiam a reprodução dos interesses dos agentes externos que pairam sobre o espaço de relações dos agricultores. Isso significa que o cooperativismo como solução para sanar alguma demanda é mais interesse do agente externo do que propriamente resultado da relação entre os agricultores.

A análise apontou que a participação nas associações, de uma forma geral, está ligada a dois fatores: (i) apenas o alcance de objetivos individuais e, notoriamente, econômicos; e (ii) participação de forma mais engajada e ideológica, no sentido de criar uma alternativa ou uma nova forma da relação entre o trabalho e a terra. Nos municípios analisados, a primeira opção

é a dominante. Porém, pode-se também afirmar que, principalmente no caso das associações e das cooperativas vinculadas à venda do leite: (i) as relações econômicas estabelecidas por meio das associações e seus desdobramentos podem ser determinantes para a reprodução social dos produtores familiares do território; (ii) as motivações dos produtores para a permanência na associação ou na cooperativa são a conquista de financiamentos e de projetos facilitados quando feitos coletivamente e a possibilidade de ampliação das relações comerciais.



GESTÃO PÚBLICA LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A gestão pública local e as políticas públicas possuem um papel determinante na promoção do desenvolvimento rural (ABRAMOVAY; MORELLO, 2010). Muitas políticas são pensadas no âmbito nacional, mas são implementadas localmente. A descentralização das políticas públicas e o papel assumido pelo poder público local revela-se como determinante da efetividade municipal da ação pública, ao mesmo tempo em que pode, a depender de como as prefeituras se estruturam, representar uma barreira.

A estrutura pública para o desenvolvimento rural, traduzida empiricamente para a existência de secretaria ou de diretoria ligadas ao tema; os recursos disponibilizados; os programas criados; as políticas públicas promovidas e as parcerias edificadas representam condições para analisar aspectos relevantes da atuação da gestão pública e das políticas públicas na promoção da agricultura familiar.

Neste capítulo, analisa-se as ações do poder público e dos processos desencadeados pelas políticas públicas. Para operar a reflexão, o capítulo foi estruturado em tópicos que se referem às políticas públicas que tiveram maior incidência no âmbito local. A partir dos relatos de representantes das associações, do poder público e dos órgãos de extensão rural dos municípios, foi possível perceber aspectos relevantes sobre: (i) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); (ii) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); (iii) o apoio às feiras livres da agricultura familiar; (iv) a política de ATER; (v) as boas práticas de algumas prefeituras; (vi) o processo de indução da criação de associações comunitárias para acesso a políticas públicas; e (vii) a atuação dos Conse-

lhos de Desenvolvimento como institucionalidade que faz parte da política de desenvolvimento rural e, assim, pode influenciar na agenda pública. A partir desses pontos, organiza-se as seções a seguir, para melhor compreender as especificidades de cada tópico.

5.1. Atividades de iniciativa da gestão pública local

Além de políticas e de programas de âmbito federal e estadual que podem ser implementados, localmente, com a iniciativa da gestão municipal, algumas ações consideradas políticas municipais precisam ser citadas nesta discussão. São ações criadas de forma independente pela prefeitura municipal, as quais representam uma resposta a algum problema público que se tornou pauta da agenda.

Nesta análise, pode-se constatar que a política de desenvolvimento rural do poder público local, nos cinco municípios pesquisados, possui quatro focos principais: (i) apoio a feiras livres; (ii) promoção de ATER, principalmente, por meio de convênio com a Emater; (iii) serviços de infraestrutura rural e de suporte à pecuária leiteira; e (iv) incentivo ao associativismo, visto que todos os representantes do poder público que foram entrevistados relataram destinar atenção às associações, pelo fato de elas representarem as comunidades.

Embora esses quatro tópicos tenham ganhado relevância nas análises das ações do poder público local, é imprescindível afirmar que não há uma homogeneidade no formato das ações, ou seja, cada município tem sua forma de atuar em relação às especificidades encontradas. Os tópicos referem-se a ações e não, propriamente, a políticas e/ou leis aprovadas e institucionalizadas nos municípios.

Quando se discute incentivo ao associativismo como política pública local, isso não quer dizer que a prefeitura desenvolva ações de garantia de autonomia ou de aprimoramento da gestão e do funcionamento das organizações, mas sim, que considera relevante o associativismo e prioriza as organizações coletivas em determinadas ações públicas.

Cabe, ainda, afirmar que as ações do poder público, às quais faz-se menções, são caracterizadas como reativas, em outras palavras, quando a demanda aparece, o governo age. Pode-se também dizer que não há uma agenda positiva para o fortalecimento da agricultura familiar ou uma estruturação de cadeias produtivas, nem uma prática de planejamento a médio e a longo prazo que estabeleça cenários de desenvolvimento rural.

Ademais, cabe ressaltar que algumas práticas locais da administração pública merecem destaque por terem sido ponderadas em entrevistas como práticas importantes ou exitosas. No entanto, os atores entrevistados também apontaram que há falta de diálogo entre as administrações municipais, na troca de informações, na construção conjunta de produtos etc. No Box 1 são apontados alguns elementos de destaque das prefeituras.

BOX 1

EXPERIÊNCIAS POSITIVAS NA GESTÃO PÚBLICA

Neste box, destacam-se boas práticas em gestão pública para o desenvolvimento rural. São experiências que foram evidenciadas em campo, em entrevistas com gestores públicos e com outros atores. Mas qual a razão para evidenciar aqui boas práticas para o desenvolvimento rural? Simples, compreende-se que não há significativa interação entre as administrações municipais e as trocas de experiências são ínfimas. Evidenciar algumas práticas proporcionará reflexões sobre consequências e possibilidades de replicação.

A primeira prática em destaque é a política de compra conjunta de adubo em Mariana. O município possui um fundo municipal para o desenvolvimento sustentável e utiliza os recursos disponíveis nesse fundo para organizar uma compra conjunta de adubos, em que o produtor consegue preços melhores na aquisição do insumo e recebe condições de pagamento de longo prazo. Também há compra conjunta de mudas de hortaliças e de frutíferas. As mudas são compradas na cidade de Dona Euzébia, e a prefeitura apenas faz a intermediação; quem paga diretamente é o produtor solicitante. Esse caso mostra que a prática de compra conjunta, apoiada pela prefeitura, traz vantagens significativas aos produtores rurais. Nessa prática de compra conjunta, como no caso do adubo, o recurso inerente ao fundo de desenvolvimento sustentável funciona como um sistema de crédito, como um financiamento.

Outra experiência de destaque em Mariana é a viabilização da comercialização de produtos da agricultura familiar por meio digital. Claramente, essa ação não se viabiliza da mesma forma em outros contextos, dada

a exigência de mercado consumidor. Em Mariana, essa experiência é possível com a parceria da UFOP, que criou um site para ajudar a Associação de Goiabeiras a vender seus produtos na modalidade on-line. Por meio de um link enviado ao consumidor, pode-se acessar aos produtos disponíveis e realizar o pedido.

O município de Mariana estuda, também, a implementação de outra ação que, se bem executada, já pode ser considerada de destaque. De acordo com o representante do poder público, as cestas básicas que são entregues no município à população em situação de vulnerabilidade social têm um potencial de agregar muito do que é produzido localmente pelos agricultores familiares e melhorar a alimentação dessa população carente. Em frente a essa possibilidade, estuda-se a pertinência jurídica da inclusão dos produtos da agricultura familiar nas cestas básicas.

Já no Município de Rio Doce, um programa público considerado relevante e de interesse comunitário é o Horta Família. Segundo o entrevistado PPM03, é “uma horta dentro do município, no perímetro urbano de 7000m², que atende até 12 famílias, gerando renda e alimento de boa qualidade”. Esse programa surgiu da necessidade de potencializar a produção local de hortaliças e de promover oportunidade de trabalho e de geração de renda às famílias de agricultores. A prefeitura cedeu o terreno e garante suporte técnico e matéria-prima para a produção. A criação dessa horta urbana foi uma forma encontrada pelo poder público de aproveitar um terreno sem utilidade, aumentar a disponibilidade de hortaliças no município e proporcionar alternativa de geração de renda a essas famílias.

Apoio às feiras livres da agricultura familiar

Dos municípios pesquisados, apenas em Rio Doce e em Santa Cruz do Escalvado, segundo relatos, “a feira não funciona”. As pesquisas mostraram que as características municipais vinculadas à baixa densidade populacional são fator limitante. Contudo, falta, também, organização e ação do poder público, que poderia contribuir para gerar um bom funcionamento da atividade.

Em Barra Longa, Mariana e Ponte Nova, as feiras livres da agricultura familiar recebem apoio direto do poder público local. Em Barra Longa, na visão dos feirantes entrevistados, a prefeitura contribui com as barracas e com a promoção da feira, assumindo-a como um benefício proporcionado pelo esforço do governo local. De acordo com um agricultor feirante, a

“prefeitura ajuda na montagem das barracas da feira e no acesso ao PNAE, e pra gente é muito importante manter a feira e esse apoio da prefeitura para que ela aconteça” (CEF 03).

Em Mariana, a feira livre é uma das principais ações do órgão público direcionado ao desenvolvimento rural. Há um projeto aprovado de feiras itinerantes, um dos grandes projetos apresentados pelo secretário entrevistado. Juntamente com as feiras, as associações, principalmente, de leite, são vistas como prioritárias nas ações do poder público local. Então, apoio às feiras e às associações são ações públicas em execução pelo poder público para fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar local.

Também há, em Mariana, um projeto de expansão das feiras, assim como salientou o depoimento do ator PPM 02:

A intenção nossa é fazer uma feira aqui nas cabanas, já está até dentro do projeto e depois nós queremos estender, por exemplo, nós temos a arena Mariana no bairro Colina, que tem um espaço muito grande de estacionamento, então nós pensamos em estar até levando pra esse local também, porque lá já abrange Colina, Vila Maquine, São Cristóvão, Jardim Inconfidentes. (PPM 02).

No relato, fica evidente a importância atribuída às feiras, mas também a falta de planejamento existente para tornar essa estratégia mais efetiva. Em Ponte Nova, na Secretaria de Agricultura, existe o cargo de coordenador de feira, demonstrando que as feiras livres são políticas públicas da gestão pública local. Segundo relato do entrevistado ADT03:

[...] as feiras em Ponte Nova têm sido muito importantes para trazer a agricultura familiar para o centro da cidade. Gera renda pra eles e traz alimentos saudáveis para o pessoal da cidade. A prefeitura de Ponte Nova vem construindo muito apoio para que as feiras sejam realizadas. (ADT03).

Salienta-se, por fim, que as feiras livres são instrumentos da ação governamental e merecem atenção, principalmente, quando em relação às estratégias de desenvolvimento rural elaboradas pelas prefeituras municipais. Se política pública é considerada toda ação do Estado, sobretudo em resposta a problemas públicos, então, o apoio à realização das feiras é uma política que merece relevância.

No entanto, chama-se atenção para a necessidade de compreender a feira não apenas como espaço de venda dos produtos da agricultura familiar, mas como espaço de interação social e de trocas simbólicas, para além das monetárias. A ação do poder público local pode organizar e impulsionar a realização das feiras, logo, pode ser objetivo de intervenção. Também é importante ressignificar as feiras. No início deste relatório, foram apresentadas reflexões sobre as feiras livres como canais de comercialização, mas cabe, neste momento, uma complementação.

Por que as feiras livres da agricultura familiar são tão importantes? Tal importância é atribuída pelo poder público, ao compreender que esta estratégia de comercialização contribui com a geração de renda local e com o acesso dos munícipes a hortifrutis frescos. Entretanto, além de um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, as feiras também são espaços de socialização, de identidade regional e cultural e de articulação política.

É inquestionável que as feiras geram trabalho e renda no campo, dinamizam a economia local e possibilitam mais condições de segurança alimentar para a população que se encontra no núcleo urbano, além de ser espaço privilegiado de organização e de participação social. Ademais, as feiras podem ser consideradas uma verdadeira teia de relações, tornando-se lugar social de trocas, não apenas materiais, mas também imateriais (sociais, históricas e culturais). São espaços públicos e lugares de interação, onde diferentes racionalidades, para além da econômica, tais como a comunitária, a religiosa, a familiar e a societária, influenciam-se mutuamente, com imenso potencial para a reprodução social (MOREL et al., 2015).

Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Os cinco municípios estudados possuem expressiva parcela da economia com foco no meio rural, e grande parte dos moradores são residentes em áreas rurais. Essa realidade faz com que o suporte técnico à produção agrícola e à pecuária seja pautado na agenda governamental como uma demanda latente. Quando se torna parte da agenda pública, a administração pública local precisa dar uma resposta. Em Minas Gerais, existe a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), organização pública de assistência técnica e extensão rural de maior capilaridade no meio rural atualmente. No entanto, para seu funcionamento efetivo em um município, o poder público local precisa realizar um convênio que garanta parte do suporte financeiro necessário para a execução regular e eficiente das atividades. Dessa forma, a Emater torna-se um “braço da prefeitura para auxiliar a agricultura familiar”, conforme relatou o ator PPM 04.

Assim, as prefeituras estabelecem ações de ATER, seja via contratação de profissionais da área de Veterinária, Agronomia ou Engenharia que darão assistência técnica, seja via estabelecimento de parceria (convênio) com a Emater. Desse modo, constatou-se que a ATER é uma política pública comum e importante a todos os municípios.

O único município no qual não existe apoio da prefeitura para a implantação de uma unidade da Emater é Santa Cruz do Escalvado. Nesse município, um dos entrevistados sinaliza o desejo de que a Emater retorne como uma política de desenvolvimento rural:



“Eu acho o seguinte, hoje se a gente tivesse uma Emater aqui para dar todo suporte, melhoraria bem” (PPM 05).

Esse depoimento demonstra como a prefeitura, atualmente, não possui capacidade de dar respostas às demandas provenientes do meio rural. Mesmo assim, a Emater possui grande capilaridade e reconhecimento dos trabalhos realizados por parte dos atores entrevistados.

Em Barra Longa, há uma política pública municipal com foco na inseminação artificial. O município tem um veterinário contratado para dar subsídio às demandas locais na área de produção de leite, atendendo os participantes do programa de inseminação. Assim, verifica-se uma eficiente política de ATER local, focada na melhoria da produção e da qualidade do leite.

Para o chefe do Departamento de Agricultura de Rio Doce, além do referido departamento vinculado ao executivo municipal, a Emater e o sindicato são organizações de referência no trabalho com a agricultura familiar. Grande parte das demandas oriundas dos agricultores e de suas organizações ou são resolvidas pela Emater, ou são canalizadas por ela.

A conclusão que se chega é que a Emater é o principal instrumento de política pública para o desenvolvimento rural do poder público municipal dos cinco municípios. A Emater tornou-se, assim, uma ponte entre a agricultura familiar e o poder público, transcendendo a função de apenas prestadora de serviço de assistência técnica. Além da Emater, todas as prefeituras focam na assistência técnica como uma política cujo objetivo é proporcionar maior produtividade.

Por fim, cabe dizer que, pela existência dos convênios com a Emater, muitos municípios terceirizam a ação de desenvolvimento rural, deixando a cargo da citada empresa de ATER as ações da pasta. Dessa forma, a Emater tem sua capacidade operacional limitada diante do volume de trabalho em cada município. Como muitas prefeituras ausentam-se do planejamento estratégico para o desenvolvimento rural, faz-se necessário ressignificar a ATER no contexto dos cinco municípios, entendendo-a como uma política pública e reconhecendo seu papel no desenvolvimento rural.

Serviços de infraestrutura rural e de suporte à pecuária leiteira

Em todos os municípios estudados, há ações das prefeituras no que se refere à “infraestrutura e suporte à pecuária leiteira”. Após análise, constatou-se que as gestões públicas subsidiam horas de trabalho de máquinas pesadas (escavadeiras e tratores) e tecnologias para que os agricultores possam usufruir em benefício da produção nas propriedades. Essa é uma prática recorrente e operada por demanda.

Em Barra Longa, o poder público local concede alguns benefícios direto aos produtores organizados e também aos individuais. Assim como em outros municípios, a utilização dos tratores, para aração de terra e outras atividades, figura como uma ação pública focada no desenvolvimento rural. Essa forma mais reativa de ação pública possui caráter pontual, e muitas vezes imediatista, mas é uma ação importante no contexto do desenvolvimento rural. No município citado, o poder público concede o trator e o óleo, e os produtores pagam o motorista, assim como mostra a afirmativa do representante da associação: “porque a prefeitura tá cedendo o trator e o óleo e a gente paga o motorista, o operador do trator” (AEC 02). Nesse caso, o subsídio da prefeitura é parcial, mas representa uma redução considerável nos custos totais.

Em Mariana, a estrutura de gestão pública com foco no desenvolvimento rural é destoada das outras realidades pelos recursos disponíveis. Há verba específica para a pasta de desenvolvimento rural. Diferentemente de Barra Longa, o uso de tratores para preparação da terra é realizado pelo poder público, sem custo para o produtor, limitado a seis horas de aração por propriedade e ainda é disponibilizada, gratuitamente, a ensilagem. Vacinações de brucelose e de raiva também são custeadas pelo ente municipal, mas as vacinas para a aftosa são de responsabilidade dos produtores. Ademais, há dois veterinários à disposição da prefeitura para realizar trabalho diretamente com os produtores locais.

A ação do poder público de Rio Doce é, declaradamente, baseada nas demandas encaminhadas à prefeitura, assim como relata o entrevistado PPM 04:



[...] nosso trabalho é por demanda, quando o agricultor ou uma pessoa física tem uma horta em casa, alguma coisa de demanda assim, a gente vai lá e atende, mas tem um plano elaborado de visitas e ensaios junto a Emater e eu estou sempre na zona rural, sempre dando incentivo ao agricultor. (PPM 04).

O trabalho do órgão público com atribuição focada no desenvolvimento rural baseia-se no processo de proximidade com os agricultores para compreender suas demandas. Em municípios de pequeno porte, como Rio Doce, essa é uma prática recorrente e importante. Todavia, sinaliza para a falta de planejamento a longo prazo ou mesmo estratégico. Também há programas focados em aração da terra e em silagem, assim como nos outros municípios. Essas ações favorecem, sobretudo, os produtores de leite.

Na prefeitura de Santa Cruz do Escalvado, não é diferente dos outros municípios e não há um planejamento das ações. A atuação segue sendo reativa e imediatista. O poder público também realiza atividades de aração da terra e de ensilagem. São serviços com custo baixo para o produtor rural, mas que, segundo o entrevistado PPM04, “compensam muito por estar bem abaixo do mercado”. Na silagem, há a trituração do capim que foi plantado. Esse é um método que se fundamenta na conservação de forragem para alimentação animal, baseado na fermentação láctica da matéria vegetal.

De forma geral, no que tange aos serviços de infraestrutura e de suporte à produção de gado de leite, as administrações públicas municipais possuem programas específicos, sendo que, em todos os cinco municípios, há subsídio para aração da terra e ensilagem. Em municípios como Mariana e Ponte Nova, por terem um porte maior, o volume de recursos disponíveis na pasta da Agricultura é mais expressivo.

Incentivo ao associativismo

O apoio às feiras livres da agricultura familiar, a promoção de ATER e o serviço de infraestrutura rural e de suporte à pecuária leiteira foram questões recorrentes nas entrevistas realizadas no que tange à ação do poder público local para o desenvolvimento rural. Além das ações específicas de cada prefeitura, é importante atentar-se à constatação em campo de que o apoio às associações também deve ser considerado uma política pública.

Em todas as entrevistas com agentes públicos, nos cinco municípios, verificou-se que prefeitos, secretários e diretores ligados à pasta de agricultura colocam as associações como prioritárias no trabalho público ou recorrem às associações para implementar certos programas. Nota-se que esse apoio ao associativismo é vinculado, sobretudo, à noção de que, por meio da associação, acessa-se facilmente lideranças comunitárias. Cabe ressaltar que o apoio ao associativismo diz respeito ao direcionamento de recursos, aos benefícios oriundos de políticas federais, entre outros.

Nos municípios analisados, verificou-se que criar associações é uma ação pública, assim como mostra a fala do ator PPM 02: “E a gente criou junto com a Emater a associação de leite. E com essa associação a gente conseguiu acessar recursos do Cervas e conseguiu um caminhão para fazer coleta de lixo nas propriedades rurais”. Essa fala demonstra como a organização coletiva pode ser um instrumento de captação de recursos por parte da prefeitura. O apoio às associações configura-se, também, como uma política pública relevante ao município, que coloca como diretriz o apoio a estes grupos, compreendendo que eles representam as comunidades e são unidades de implementação de ações.

Assim, o associativismo e o cooperativismo são incentivados pelo poder público, por serem um meio pelo qual se facilita o acesso dos agricultores a determinadas políticas públicas. Como há a crença de que “constituir associação é bom” e “favorece o acesso a recurso e po-

lítica”, conclui-se que os motivos de constituição das associações também têm relação com essa questão. Dessa forma, faz-se necessário discutir a constituição de organizações induzidas pelas políticas.

Ao analisar as políticas públicas de maior incidência nos municípios, e dentre os programas públicos mais citados pelos atores participantes das entrevistas, destacam-se: (i) o Programa de Alimentação Escolar (PNAE); (ii) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e (iii) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse último é um programa de crédito rural que concede financiamento para o custeio e para o investimento em implantação, em ampliação ou em modernização da estrutura de produção, de beneficiamento, de industrialização e/ou de serviços nos estabelecimentos rurais.

O PAA e o PNAE são programas de compra institucional de alimentos da agricultura familiar. O PAA atualmente foi interrompido em todos os municípios analisado, mas, em seu tempo de execução, foi um programa que impactou positivamente a agricultura familiar. Já o PNAE, em vigência, é um programa de compra de alimentos da agricultura familiar para fornecimento na alimentação escolar. Com a aprovação da Lei 11.947/2009, no mínimo 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados para comprar produtos da agricultura familiar. Na próxima seção, serão discutidos aspectos relevantes do PNAE, como programa público de incidência nos municípios.

5.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar como política para a agricultura familiar

O PNAE é a política pública de alimentação mais antiga do país. No entanto, em 2009, com a lei 11.947, foi reformulado e passou a exigir a compra de produtos da agricultura familiar para compor as refeições nas escolas públicas. Com isso, além de promover a segurança alimentar, o PNAE tornou-se instrumento de geração de renda para os agricultores. Para que a lei seja colocada em prática e os municípios consigam alcançar o mínimo exigido, é necessário que haja interação e colaboração entre diferentes atores.

Desta forma, cabe salientar que é importante analisar aspectos da operacionalização do PNAE para a efetividade da compra institucional local. Não é objetivo desta pesquisa discutir o processo de implementação local do PNAE, mas quando se questiona sobre quais políticas públicas existem, tanto atores da agricultura familiar, quanto do poder público, respondem o PNAE como a principal.

Em todos os cinco municípios pesquisados, o PNAE é a principal política pública federal acessada. Nos municípios onde existe a Emater, a operacionalização do programa é fortemente apoiada por esse ator. Além disso, em todos os municípios, o PNAE depende veementemente

do protagonismo da prefeitura e/ou da Emater. Nesse cenário, as organizações da agricultura familiar assumem um papel acessório. Segundo relatos de um feirante “só com a ajuda da prefeitura e da Emater que a gente consegue vender para o PNAE”.

Outro depoimento que ajuda a corroborar nossas afirmativas é do entrevistado PPM 02:

“” Hoje, para o produtor sair de casa e trazer os produtos dele até as escolas, e hoje são mais de 30 escolas municipais fora as estaduais, então ele não vem, então se o município não colocar transporte pra dar esse apoio logístico, não colocar mão de obra, não ficar junto, se a prefeitura não está junto, não sai nada. Mas se a gente não der esse apoio, não só a prefeitura como todos os órgãos públicos, nada consegue ir pra frente. (PPM 02).

O depoimento do ator PPM 02, que é um argumento compartilhado e percebido nas demais entrevistas, indica o papel de tutela assumido pelo poder público no que tange à implementação de programas públicos, principalmente o PNAE. O programa é operacionalizado, localmente, com o protagonismo da prefeitura e mostra o papel passivo assumido pelos agricultores familiares nesse processo. Sendo assim, uma das razões para o funcionamento adequado da compra institucional de alimentos é o poder público ser o ator central na rede de implementação.

Em Ponte Nova, a relevância do PNAE como política pública para o desenvolvimento rural também está declarada no depoimento de todos os atores entrevistados. Basicamente, é uma oportunidade aos agricultores familiares que cultivam hortaliças, que possuem quintais. Em Ponte Nova, a Emater possui papel de ator central no processo de operacionalização do programa, sinalizando que os fluxos de planejamento e de diálogo são coordenados pela Emater, com forte parceria com os atores do poder público municipal. No depoimento, a seguir, é possível compreender melhor esses elementos:

“” Hoje o PNAE ele é assim, primordial para as pessoas que produzem hortaliças e frutas, né, e agroindústria. O PNAE, ele demanda um tempo muito grande da Emater, hoje é o programa que mais dá demanda, que é um programa a nível das escolas municipais, que são 23 escolas. E assim né, o projeto, a documentação, a assistência e o controle de qualidade do produto que chega, todos os tipos... o PNAE ele é assim, muito instável, você não tem como, você sabe programar o projeto, mas o andamento dele você tem que ir se adaptando, negociando a demanda da escola com a oferta dos produtores. (ADT 03).

O fato de “ir se adaptando” e “negociando” as demandas com as ofertas revela outro elemento importante: a adaptação. Esse processo ocorre exatamente na medida em que parâmetros exigidos pelas escolas não podem ser atingidos. A adaptação é uma forma de alcançar entendimento necessário e regras definidas para operacionalizar o programa de acordo com as necessidades de ambos os atores envolvidos. Tal adaptação também ocorre com os acordos

entre necessidades das escolas e características dos produtores. Mas, mesmo que as adaptações aconteçam, ainda pode ocorrer de o programa não atingir os objetivos ou não cumprir com a necessidade de alcançar os 30%. Em Ponte Nova, os produtores locais não conseguem atender à demanda do PNAE do município.

No município de Rio Doce, operacionalizado desde 2009, o PNAE é considerado um programa de relevância para o desenvolvimento rural e para a segurança alimentar. Para a Emater, no início do programa, houve muitas dúvidas e dificuldades para a implementação, mas foi um trabalho conjunto com os produtores e com a prefeitura. A parceria entre os atores citados, nesse caso, refere-se à articulação necessária para que o programa possa acontecer de forma efetiva. Rio Doce é o único dos municípios pesquisados em que algum grupo ligado à agricultura familiar mantém entregas fora do domínio distrital. Por exemplo, uma das associações do município já entregou produtos para Sabará e para a capital Belo Horizonte. Embora as entregas estejam paradas e haja, segundo relatos, dificuldades em retomá-las, o fato mostra um potencial: explorar a demanda de outros municípios.

Para que um grupo de agricultores consiga explorar demandas de outros municípios é necessário articulação (inserção em rede) e planejamento. Capacidade produtiva não tem se revelado o maior problema, nem em Rio Doce e nem nos outros quatro municípios. Em contrapartida, a concretização desse processo perpassa pela consolidação da política de Extensão Rural nos municípios, esse fato indica que o papel assumido pela Emater e pelas assessorias técnicas é fundamental. Considerando os relatos generalizados sobre a postura passiva dos grupos de agricultura familiar em relação ao acesso aos programas e às políticas públicas, são os agentes de extensão rural que protagonizam as iniciativas de acesso à demanda pela compra institucional dos produtos da agricultura familiar.

O papel da Emater, em Rio Doce, pode ser observado no relato a seguir: “Por exemplo, PNAE, a gente já senta no final do ano com os agricultores já pra poder ver com os agricultores o que vai ser feito no ano que vem, já deixa mais ou menos encaminhado”. Nesse breve relato, fica nítido o envolvimento direto da Emater na tentativa de organizar o processo de planejamento. Em Rio Doce, a Emater é protagonista no planejamento e na organização do processo de compra institucional, e a prefeitura, por sua vez, disponibiliza todo processo de logística, sendo esses dois atores centrais na rede que articula o acesso dos agricultores às demandas das escolas.

Analisando a forma de operacionalização do PNAE nos municípios, percebe-se que a lógica de passividade das organizações da agricultura familiar é reforçada. Para um entrevistado:



O PNAE aqui, vai o secretário aqui da Emater, até prefeitura vai buscar legumes e as coisas lá na Associação do Jorge toda semana, toda segunda-feira. [A prefeitura] fornece carro e a pessoa pra ir lá ajudar a pesar, traz e entrega. Ao mesmo tempo que esse processo ajuda,

está se tornando um problema. A gente [prefeitura e Emater] está tendo que administrar tudo porque o pessoal ficou mal acostumado, né? (ADT 04)

O esforço dos atores governamentais é inerente à necessidade de tornar o programa efetivo nos municípios. Para alcançar os resultados desejados, adotam iniciativas imediatistas e com respostas pontuais aos problemas, estabelecendo uma relação de clientelismo, muito mais que de parceria. Esse processo também revela (e, por vezes, conduz) a baixa capacidade organizativa local e a falta de protagonismo dos atores da agricultura familiar no que tange às estratégias de acesso a políticas e a programas governamentais.

Em Rio Doce, os relatos dos representantes das associações mostram que o PNAE é um programa que promove diretamente a diversificação da produção e induz, com isso, a geração de renda extra. Essa afirmativa foi corroborada pelo depoimento do ator PPM 04:



PAA era um grande motivador, eles deixaram de comprar doce para a merenda escolar, porque diz que né, não podia mais e tal. O PNAE também, eles chegaram a vender em Nova Lima, perto de Belo Horizonte, chegou a vender, sabe, fora também pra PNAE, mas depois teve essa redução, aí minou um pouco, minou por causa disso. (PPM 04).

Esse depoimento aponta como as políticas de compra governamentais se tornam um instrumento indutor da produção local e de diversificação da renda. Ao mesmo tempo, revela que o fim ou a diminuição dos programas também gera um impacto significativo à dinâmica econômica local.

Em Santa Cruz do Escalvado, por não ter escritório local da Emater, a prefeitura assume importante papel na operacionalização. Os dados de campo mostram que no máximo oito agricultores entregam produtos para a alimentação escolar, ou seja, um número muito baixo.

Entretanto, não se identificou qualquer esforço para que, por meio do PNAE municipal, os agricultores pudessem acessá-lo em outros municípios, ou seja, que agricultores de Santa Cruz do Escalvado ou de Rio Doce pudessem fazer entregas em Ponte Nova, visto a demanda existente. O PNAE, como supracitado, é uma política fundamental para os municípios, sobretudo, na criação de oportunidades comerciais para a agricultura familiar. É evidente que a compra institucional só ocorre porque o poder público e a Emater assumem um papel central na rede de operacionalização.

A partir das análises, constatou-se também que os programas de compra institucionais são modelados e determinados localmente pelas relações sociais, e a natureza e a estrutura dessas relações imprimem características particulares a cada experiência. Assim, a forma como os atores locais interagem determina o modo de operacionalização local do programa. Isso quer dizer que podemos afirmar que a dinâmica de implementação é uma construção social,

visto a necessidade de negociações e de acordo entre os atores. Não é só “o quê” vamos fazer para acessar o mercado, ou “que jogo vamos jogar”, mas “como” vamos fazer para que a implementação aconteça atendendo as necessidades dos atores envolvidos; ou quais as regras para que o jogo aconteça. Antes de ser um processo normativo, a implementação do PNAE é um processo sociopolítico e é isso que o diferencia de município a município, apesar de terem uma referência legal comum.

Assim como o PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, promove a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Porém, desde 2017, o PAA sofreu grandes cortes pelo governo federal e, desde então, deixou de ser expressivo para a agricultura familiar. O que se encontrou em campo é que: “O PAA já foi bom demais, mas acabou”; “era burocrático, mas trazia muita vantagem, mas a gente não tem mais PAA” (SR02). O PAA foi um programa expressivo, mais não é executado em nenhum dos municípios analisados.

5.3. Acesso ao crédito e ao Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar

Para as populações rurais, principalmente as de baixa renda, o crédito é um meio do qual dispõem as famílias na obtenção do que necessitam para produzir. A função estratégica do crédito relaciona-se à capacidade de contribuir com a viabilidade, a sustentabilidade e a expansão das atividades econômicas. Entretanto, esse papel estratégico pode ser exercido somente quando há disponibilidade de crédito, o que requer considerar a acessibilidade por diferentes agentes econômicos. Dessa forma, o crédito ágil, oportuno e compatível com as necessidades de seus tomadores, é um importante instrumento para o desenvolvimento econômico e social, pois gera oportunidades de crescimento, ocupação e renda (ABRAMOVAY, 2004).

Segundo Cazella e Búrigo (2009), a maioria das redes financeiras não prioriza as regiões periféricas, principalmente as regiões rurais e os agricultores familiares, perpetuando-se as limitações no acesso ao crédito. Em se tratando de populações rurais, o crédito rural é uma das modalidades de crédito mais importantes. No entanto, conforme Meyer e Buchenau (2003), esse crédito possui algumas particularidades que dificultam a implementação, como: os altos custos de transação para instituições e para clientes, devido à dispersão espacial destes; montante relativamente baixo das transações; vias de acesso e de comunicação prejudicadas; maior risco covariante devido aos riscos climáticos, pragas, variação dos preços agrícolas e sazonalidade; e maior necessidade de ajustar o consumo no tempo, já que a renda é variável e sazonal.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, 2011), em 2010, 38% dos municípios brasileiros eram desprovidos de agência bancária. Em 2019, o Banco Central estimou que 2 a cada 5 municípios brasileiros estivessem desbancarizados, o que deixaria uma parcela da população carente de crédito, ou pelo menos com seu acesso dificultado. Essa realidade não foge ao que se apresenta no território aqui analisado, implicando de diversas formas na dinâmica econômica dos municípios e no desenvolvimento rural. A Tabela 8 evidencia a realidade bancária nos 5 municípios estudados.

A Tabela 8 mostra que apenas os municípios de Ponte Nova e de Mariana possuem agências bancárias. São as maiores cidades do território, em porte, população e economia, além de mais urbanizadas e com menor importância econômica da agropecuária para o PIB municipal. Nos outros três municípios, não existem agências de bancos públicos ou privados, o que prejudica a circulação financeira e a manutenção da renda no próprio município. No entanto, uma forma alternativa que pode suprir essa carência são cooperativas de crédito ou cooperativas financeiras, pois são apontadas como instrumentos de referência na operacionalização do crédito a populações de baixa renda, especialmente no meio rural (CAZELLA; BÚRIGO, 2009; BÚRIGO, 2010). Assim, o setor cooperativo é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os riscos correspondentes em favor da própria comunidade na qual se desenvolve.

De acordo com a Tabela 8, Ponte Nova possui 4 cooperativas de crédito, Mariana 3 e Barra Longa 1, que teve funcionamento iniciado em 2020. Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce seguem sem agências bancárias e sem a presença de cooperativas. Considerando a importância da agropecuária nesses dois municípios e a ausência de bancos e cooperativas financeiras, percebe-se que há uma lacuna importante para potencializar esse setor, já que a presença de uma instituição financeira vocacionada para as realidades locais pode impulsionar um ciclo virtuoso de investimentos e poupanças, orientando as atividades produtivas e a geração de renda.

Como as cooperativas de crédito são instituições financeiras capazes de atingir um público a que os bancos muito dificilmente abrem as portas ou não têm propensão para atender. Uma vez que possuem caráter localizado e tamanho limitado para reduzir custos operacionais, as

Tabela 8 Número de instituições financeiras em Dez/2019

Município	Número de bancos	Número de cooperativas de crédito	Total de instituições financeiras
Barra Longa	0	1	1
Mariana	5	3	8
Ponte Nova	6	4	10
Rio Doce	0	0	0
Santa Cruz do Escalvado	0	0	0

Fonte: Bacen (2020).

cooperativas são uma alternativa importante, considerando o papel estratégico que o acesso ao crédito possui para a retomada e a qualidade das atividades agropecuárias do território.

A presença de instituições financeiras formais pode, sim, dinamizar as atividades econômicas e até impulsionar cadeias produtivas. Na Tabela 9 é explicitado as modalidades e o monte de crédito rural que estavam registrados nos bancos em dezembro de 2019 para os municípios de Mariana e Ponte Nova. Nesse valor não se incluem operações de crédito com cooperativas, mas os dados sobre os bancos evidenciam montantes muito expressivos de recursos transacionados para financiar a agricultura e a agroindústria.

A Tabela 9 mostra que, nos bancos, a modalidade de empréstimos concedidos foi a de custeio e de investimento da agricultura, para as agroindústrias. Os números de Ponte Nova indicam um volume maior de concessão de financiamentos, dado justificado pela composição da economia local. Em comparação com Mariana, um município que possui parte da economia dependente da atividade de mineração e serviços, Ponte Nova tem um setor de agropecuária com mais expressividade.

Os dados até aqui analisados, revelam que apenas Mariana e Ponte Nova possuem regular oferta de crédito por agências bancárias. Entretanto, esses dados não discriminam sobre o acesso a produtos e serviços bancários pela agricultura familiar. Os dados do Censo são contraditórios em relação a essa informação e, por isso, não foram apresentados. Contudo, tem-se a hipótese de que a maior parte dos recursos bancários acessados e mostrados na Tabela 9 são acessados por estabelecimentos agropecuários não familiares e por empresas rurais. Esse cenário, evidencia o aprofundamento da lacuna de deficiência na oferta e no acesso ao crédito pelos agricultores familiares, impactando, assim, na produção de alimentos. As cooperativas de crédito figuram como alternativas de inclusão financeiras eficientes para atender às demandas e às especificidades da agricultura familiar local.

Ao analisar as políticas públicas de crédito rural nos municípios em estudo, compreende-se que o Pronaf figura como a mais acessada entre os agricultores familiares, porque é também a principal política de crédito para esse segmento no Brasil. Nas entrevistas, o Pronaf é a princi-

Tabela 9 Valor dos financiamentos rurais, em reais, em Mariana e em Ponte Nova (municípios com bancos) em Dez/2019

Modalidade de crédito	Mariana	Ponte Nova
Custeio e investimento da agricultura	17.170.205	117.614.319
Custeio e investimento da pecuária	0	0
Comercialização da agricultura	0	0
Comercialização da pecuária	0	0
Agroindústria rural	349.032	1.310.419

Fonte: Bacen (2020).

pal referência para se falar em crédito. Nos dados secundários analisados, foi possível desvelar a tendência de redução do acesso ao PRONAF, associada à redução do aporte de crédito para agricultura familiar no plano nacional. As Figuras 10 e 11 comprovam essa realidade.

Os gráficos mostram que tanto o volume de contratos como o valor global dos contratos do Pronaf apresentaram diminuições em todos os municípios na comparação de 2013 com 2018, com exceção a Mariana, que a partir de 2015 teve ampliação do crédito acessado, exatamente o ano do rompimento da barragem de Fundão, fato que pode ter sido um dos responsáveis para o aumento de acesso ao Pronaf, já que agricultores do município passaram a ter maior assistência proveniente de ações de recuperação da Bacia do Rio Doce.

Ressalta-se que Rio doce e Santa Cruz do Escalvado, por não possuírem agências bancárias, realizam as operações do Pronaf em outros municípios. Outra questão de análise é que em Rio Doce, tanto a quantidade de operações de crédito quanto o volume movimentado estão, consideravelmente, abaixo da realidade dos outros quatro municípios. Esse dado pode ser justificado pela ausência da Emater no município, a principal elaboradora de projetos de acesso ao Pronaf no território.

Com o crédito do Pronaf, o produtor pode investir em sementes, insumos, benfeitorias para a propriedade, tecnologia e muitos outros recursos com potencial de gerar aumento de produção, de qualidade e de produtividade. Para conseguir acessar ao crédito do Pronaf, um produtor precisa da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é um documento que comprova que o indivíduo é um agricultor familiar. Essa declaração pode ser emitida pela Emater ou pelo Sindicato do município. Em Ponte Nova, Mariana, Barra Longa e Rio Doce, a Emater é a principal organização encarregada da emissão da DAP.

Em posse da DAP, o agricultor familiar precisa elaborar um projeto técnico de investimento, no qual descreva como o crédito será usado na propriedade. Para a elaboração desse documento, pode-se recorrer novamente às agências de extensão rural, ao sindicato ou a algum técnico da prefeitura. Posteriormente, deve-se submeter o projeto em alguma agência do banco do Brasil. Como a Emater é responsável pela DAP e pela construção do projeto de investimento, tornou-se o principal agente de assessoramento dos agricultores no acesso a esse programa. Além disso, o investimento do crédito também é orientado pela Emater, o que amplia a efetividade do uso. Portanto, a falta de acesso à ATER e ao crédito são grandes barreiras para a agricultura familiar.

O Pronaf possui várias modalidades de crédito que podem se dividir nas categorias custeio e investimento. A modalidade custeio é destinada a financiar atividades de produção, de beneficiamento ou de industrialização. Já a modalidade investimento é focada na implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, de beneficiamento, de industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

PERFIL DOS CONTRATOS DO PRONAF

Figura 10 Números de contratos do Pronaf entre 2013 e 2018.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2013-2018).

- Barra Longa
- Mariana
- Ponte Nova
- Rio Doce
- Santa Cruz do Escalvado

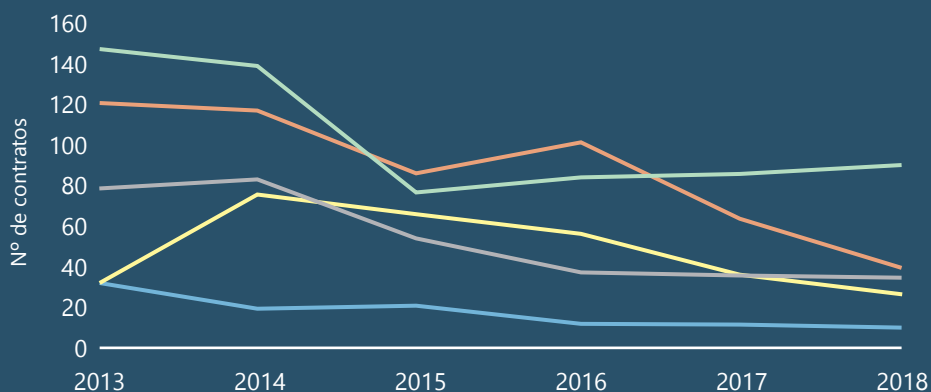
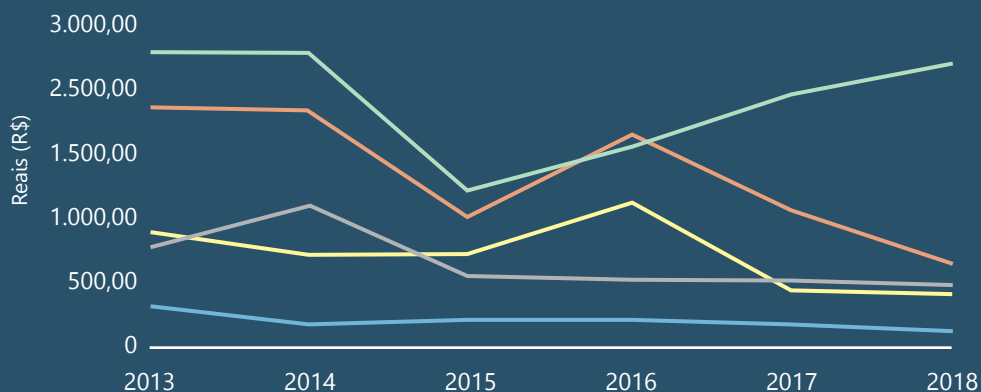


Figura 11 Valor total dos contratos do Pronaf entre 2013 e 2018.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2013-2018).

- Barra Longa
- Mariana
- Ponte Nova
- Rio Doce
- Santa Cruz do Escalvado



Segundo o ator ADT 02, o Pronaf é “a melhor política de todos os tempos”, pois é uma política de concessão de crédito a juros baixos. Quando questionado sobre as modalidades do Pronaf acessadas pelos produtores rurais, ele argumenta que:



[...] os de custeio hoje estão sendo feitos direto no banco, através do Geomapa rural eles já fazem um croquizado e o banco já libera, a gente faz muito pra investimento pra aquisição de trator que o pessoal aqui produz eucalipto e aquisição de matrizes também. (ADT 02).

Os projetos do Pronaf na modalidade investimento são elaborados em parceria com a Emater, instituição que se tornou protagonista no processo de acesso ao Pronaf em Mariana. O Pronaf se quer foi citado pelo representante do poder público quando questionado sobre as políticas e programas acessados no município. Apesar de ser uma política importante no contexto geral do desenvolvimento rural no município de Mariana, com foco na produção de leite, o representante da Emater afirmou que pouco agricultores aderem.

Em Ponte Nova, o foco dos projetos do Pronaf vai além dos produtores de leite. As agroindústrias transformaram-se em um elemento-chave de geração de renda para a agricultura familiar do município. Duas agroindústrias são de caráter coletivo e outras são de caráter individual. Nesse contexto, o Pronaf é uma política acessada pelos agricultores envolvidos com a produção agroindustrial. De acordo com relatos do técnico da Emater, algumas unidades produtivas não são “legalizadas”, ou seja, não possuem todos os certificados e registros nos órgãos de fiscalização de produção agroindustrial. No caso das que “não se legalizaram”, ainda assim a produção é passível de venda, mas não em canais do varejo tradicional. O Pronaf é acessado tanto pelas unidades formais, quanto pelas informais, que investem os recursos acessados na melhoria ou ampliação da produção.

Em Rio Doce, o Pronaf é a política pública mais antiga acessada atualmente por alguns agricultores. Entretanto, a política de crédito rural encontra uma barreira cultural em Rio Doce e em todos os outros municípios analisados. A aversão ao risco e as obrigações financeiras fazem com que parte dos agricultores, normalmente aqueles que mais precisam, não tenham predisposição para contrair qualquer tipo de “empréstimo” ou dívida. Segundo o ator ADT 04, essas duas palavras – empréstimo e dívida – não são bem aceitas por parte dos agricultores, para ele “geralmente essas pessoas têm medo de fazer um financiamento, e o medo de não dar conta de pagar. Só enxergam risco, e nunca oportunidade”.

Os dados de campo mostram que a demanda pelo Pronaf em Rio Doce é muito baixa e, normalmente, os solicitantes são aqueles agricultores que já acessaram ao crédito anteriormente, ou seja, que já possuíam relação com a agência bancária. Logo, há sempre uma renovação dos contratos do Pronaf, mas dificilmente um contrato novo é construído no município.

Dos contratos do Pronaf que são renovados, a grande maioria é na modalidade investimento e, principalmente, para os produtores de leite. Segundo relatos da Emater: “99% é para o leite”. Do crédito acessado, há os investimentos que são orientados. Para a Emater, a assistência técnica precisa atuar para tornar o investimento do Pronaf mais efetivo. Como afirmado em entrevista: “Ele fez o Pronaf, ele comprou vacas de alta produção, porque foi orientado a isso” (ADT 04). A solicitação e o investimento do crédito foram orientados. Mas isso não é condição para a permanência na atividade leiteira, por exemplo. Seguindo relatos do entrevistado ADT 04, a produtividade de um produtor de leite no município prescinde de investimento e nem todos têm condições de investir. Logo, preferem produzir o mínimo para não ter que investir e garantir a reprodução social. Ademais, dos produtores que fizeram considerável investimento, a partir do Pronaf, alguns não conseguiram manter a produção. As oscilações de preço e o alto custo de produção fizeram com que alguns investimentos tivessem apenas resultados iniciais positivos, não perdurando como eficientes por muito tempo.

Dessa forma, é possível concluir que os investimentos proporcionados pelo Pronaf são importantes e cruciais, diante da realidade da agricultura familiar, mas não são condições *sine qua non* para garantir aumento de renda e dinamização da economia local. É uma confluência de fatores que envolve a articulação de diferentes programas, o apoio do poder público, a assessoria técnica continuada e o protagonismo do produtor rural.

Como no município de Santa Cruz do Escalvado não existe Emater, o acesso ao Pronaf é viabilizado pela prefeitura. Um representante de associação comunitária apontou que: “O PRONAF fica a cargo do pessoal da prefeitura, eu não sei como está o PRONAF hoje, mas já fomos atendidos pelo PRONAF sim, não sei na gestão atual” (AEC13). Sobretudo, com base nas análises, é importante frisar que alguns programas estão tão dependentes do poder público local que os próprios agricultores constroem a representação de que “é o programa da prefeitura” ou “aquele programa do rapaz da prefeitura” (AEC13).

5.4. Políticas regulatórias como barreiras à produção das agroindústrias

Políticas regulatórias são aquelas que estabelecem padrões de comportamento, de serviço ou de produto para atores públicos e privados, como políticas de adequação sanitária de agroindústrias. A padronização de instalações, de mudanças de infraestrutura e de condições adequadas de manejo de alimentos são definidas em regulamentações, sem bases para a autorização de funcionamento de unidades de processamento de alimentos para comercialização.

Em todos os municípios analisados, as políticas regulatórias são uma barreira à produção da agroindústria familiar. A adequação sanitária tem um custo e as exigências parecem distantes da capacidade de investimento e da própria vontade dos produtores. Para a Emater,



“pra conseguir legalizar uma agroindústria de leite está complicado, porque tem o IMA, aí tem que ver o local...” (ADT 03).

As políticas de regularização sanitária, que exigem que a produção de produtos de origem animal seja realizada de acordo com medidas vigentes, são compreendidas como barreiras à entrega de alguns produtos da agricultura familiar às escolas, como o doce de leite que era produzido em Rio Doce. A associação de mulheres do Matadouro abandonou a produção de doce de leite por causa das exigências sanitárias exigidas pela fiscalização. Em Barra Longa, um representante da prefeitura afirmou que



“é difícil conseguir uma produção toda regulamentada. Os agricultores desanimam de investir em agroindústria, apesar de sempre ter bons ganhos” (PPM01).

De forma geral, a produção das agroindústrias é compreendida como importante indutor do desenvolvimento rural, porém, há muitas barreiras sanitárias que dificultam o investimento e a consolidação da estratégia. A viabilidade das agroindústrias familiares, no território Rio Doce, é dada pela atuação intersetorial e pela formação de uma rede de atores que, por meio das parcerias, consegue consolidar as estratégias de efetivação das ações em prol da agregação de valor ao produto.

As políticas regulatórias estão diretamente ligadas à agregação de valor dos produtos da agricultura familiar. Assim, fica em evidência uma importante alternativa econômica relacionada à agricultura familiar: a agroindústria. Entretanto, essa alternativa não tão inovadora, pois essa atividade faz parte da própria história e cultura da agricultura familiar e, por isso mesmo, possui todas as condições para “dar certo”, desde que haja planejamento e apoio adequados. Logo, ação pública e políticas públicas são essenciais, ou seja, é necessário criar e acessar programa de agroindustrialização da produção dos agricultores familiares.

Além disso, podemos considerar que essa alternativa econômica é uma estratégia para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural como um todo e não como um mero espaço ligado à produção agrícola. A agroindustrialização da produção pelos próprios agricultores familiares é uma ação facilitadora do processo de geração de oportunidades de trabalho e de renda e, conseqüentemente, de inclusão social. Além disso, abre a possibilidade de uma maior participação de mulheres, idosos e jovens no processo produtivo. Para essas pessoas, pode representar o (re)início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais, evitando o êxodo e criando perspectivas de vida no meio rural.

O estabelecimento de uma agroindústria na pequena propriedade mantém a mão de obra familiar, beneficiando sua própria matéria-prima ou proveniente de comunidades próximas, com máquinas e equipamentos em menor escala, gerando desenvolvimento local diretamente por

meio da integração da comunidade. Não há dúvidas que as agroindústrias são importantes para o desenvolvimento rural, pois proporcionam agregação de valor ao produto.

Economicamente, um produto inspecionado (de acordo com as exigências regulatórias) fornece mais garantias de comercialização, visto que, nos dias atuais, os consumidores buscam cada vez mais a segurança alimentar. Entre as alternativas para produção agroindustrial da agricultura familiar, está a transformação da matéria-prima de derivados lácteos, provenientes do leite. Os derivados lácteos estão submetidos a inúmeras políticas regulatórias e atendê-las requer investimento, o que aumenta os custos de produção. Por isso, a produção sendo é, por vezes, inviabilizada em muitos casos. Assim, podemos apontar a preocupação da qualidade e a garantia da segurança alimentar do produto acabado de origem animal como fatores que movem a existência das políticas regulatórias.

5.5. Políticas públicas e empreendimentos locais

Para acessar as políticas públicas, os agricultores familiares precisam ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física e as organizações, a DAP jurídica. Toda organização na qual mais de 70% dos associados possuem DAP física está apta a receber a DAP jurídica. Segundo dados do FNDE (2016)²⁰, no Brasil, no ano de 2009, existiam apenas 91 empreendimentos da agricultura familiar com DAP jurídica, com um total de mais de 11.674 associados. Em 2015, foram registrados 4.083 empreendimentos com a DAP jurídica, com um total de 625.608 agricultores vinculados. Os impressionantes números mostram o quanto esta nova geração de políticas públicas para a agricultura familiar tem incentivado a formalização de organizações rurais.

Com a premissa de que o fortalecimento das práticas organizativas locais prescreve melhores condições de êxito para os programas é que o PAA e o PNAE edificaram suas diretrizes, privilegiando organizações de agricultores no acesso ao mercado institucional. As práticas organizativas são caracterizadas por Appendinne e Nuijtem (2002) como diferentes ações e estratégias construídas pelos atores locais para realizarem seus projetos de vida.

No entanto, se as organizações dos agricultores são tão centrais à execução dos programas de compra governamental, a preocupação deveria recair sobre a qualidade dessas organizações, mas que sobre a quantidade (FREITAS; FERREIRA; FREITAS, 2019). Priorizar a qualidade significa compreender a capacidade de operar as responsabilidades atribuídas por meio dos programas, pois o Estado, ao incentivar as organizações formais, pode estimular a criação de pessoas jurídicas, mas organizações desenraizadas da base social.

²⁰ Informações enviadas por e-mail pelo FNDE diretamente ao pesquisador.

Políticas como o PAA e o PNAE proporcionam uma via alternativa de comercialização e garantia de renda. No entanto, a burocratização e a administração impostas por esses programas restringem o trabalho associado a uma participação instrumental, o que pode reduzir a autonomia e a autogestão. Além desses programas, diversas outras iniciativas, como recebimento de emendas parlamentares ou outros tipos de recursos financeiros, também demandam organizações coletivas formais.

As organizações, criadas por incentivo de agentes externos à comunidade, com a finalidade de acessar políticas públicas ou qualquer outro recurso, podem ser meramente formais, vinculadas ao ato de se associar e não propriamente a qualquer prática de cooperação. Pode haver, pois, considerável distância entre a institucionalização das práticas cooperativas e as condições objetivas e subjetivas que os agricultores encontram nessa forma de organizar o trabalho e a produção.

Em Barra Longa, a história da fábrica de rapadura é emblemática para compreender como agentes externos induziram a constituição de organizações locais e, em alguns casos, o fazem de forma imediatista. Para o entrevistado:



Essa fábrica de rapadura veio junto com o recurso com o PRONAF infraestrutura 1999. Ela foi concluída em 2003 e 2004. Ficou parada, aí em 2009, quando eu assumi a secretaria de agricultura tinha esse edital, da SAMARCO, que ela abre edital todos anos, nas áreas que vai passar o mineroduto. Então a gente fez esse edital, então com tava parado o local e era só 11 mil, o que que a gente pensou? Então vamos colocar pra rodar, porque o recurso também era pouco pra se fazer outra coisa e aí deu esse gás nela lá, que conseguiu funcionar. Foi uma coisa também que foi um elefante branco. Tinha estrutura, mas tava parada. Então a gente pegou”. [...] Então, essas coisas que vem assim, essas políticas públicas que às vezes vem assim... Você tem o recurso e tem que usar pra, sabe? Aí acaba que não é culpa de quem fez, e nem da comunidade, porque não tem nem tempo da comunidade pensar, né? (PPM 01).

Alguns empreendimentos, considerados “elefantes brancos”, são induzidos (criados) por ocasião de uma oportunidade gerada por uma política pública. O caráter imediatista dessas políticas sobrepõe-se à capacidade local de planejar a execução dos empreendimentos, levando, por vezes, a resultados não desejados. No caso da fábrica de rapadura, a história arrastou-se por 10 anos, até que fosse então concluída – e o longo tempo não foi fator de maturidade. O depoimento acima demonstra como as oportunidades geradas por políticas públicas podem desencadear empreendimentos, mas isso não garante sua viabilidade. A viabilidade, é dependente do associativismo, ou seja, práticas de cooperação, e também da capacidade de gestão – como discutido neste relatório, no capítulo sobre Organizações Locais.

Em Mariana, o “Laticínio” é um caso ilustrativo. Segundo relatos do Secretário de Desenvolvimento Rural, o caso tem um histórico de “frustração”, pois foi criado “tudo certinho com DAP

e tudo”, o termo de seção foi “passado para a diretoria antiga da cooperativa, e não deu certo. Tudo ficou parado”. Houve, então, inicialmente, uma movimentação no sentido de viabilizar o laticínio por meio da organização cooperativa. A falha é atribuída à diretoria, ou seja, a problemas de organização social e de gestão.

A cooperativa surgiu por uma ação política por volta de 1998, por iniciativa e incentivo do poder público local. A cooperativa foi constituída unicamente para viabilizar o funcionamento do laticínio. Segundo relatos de representante da associação de Monsenhor Horta, para o funcionamento foram eleitos como diretores “algumas pessoas, que não tinham, não detinham o leite. E aí o que que aconteceu? Por questões políticas, a cooperativa ficou inadimplente e com vários problemas, entendeu? E ela funcionou apenas três meses e deixou um débito, algo em torno de 700 mil reais”. A razão de constituição somada à prevalência de interesses pessoais sobre os interesses coletivos levou à situação relatada.

No entanto, a partir de 2019, uma nova diretoria tomou posse, e a Fundação Renova comprometeu-se com apoio financeiro necessário para realizar um estudo de viabilidade técnica e econômica (EVTE) e para mudança da estrutura de máquinas e equipamentos. Segundo o Secretário, “este é um sonho antigo e que deve se concretizar agora”. A justificativa mais relevante dada pelo poder público para a reestruturação do empreendimento é que os produtores de leite de Mariana (que são médios e pequenos) vivem refém dos grandes laticínios que colocam o preço que querem. A falta de agregação de valor e de poder de barganha sobre o preço do leite leva os produtores locais a perder receita.

Esse contexto específico, já nos revela que as organizações locais têm origem no curso das ações empreendidas pelos atores sociais. Portanto, o contexto sócio-histórico não é apenas um pano de fundo, mas uma variável essencial na compreensão do comportamento dos atores e dos resultados da interação. Dessa forma, só é possível compreender as organizações, analisando-se o contexto de criação e o desenvolvimento.

Além do caso da constituição da cooperativa para viabilizar um projeto de interesse do poder público, em Mariana, segundo relatos do ator ADT 02, “todas as comunidades rurais possuem associações, e elas foram constituídas por incentivo de um programa da prefeitura, já de anos atrás, de disponibilizar tanque de resfriamento de leite às comunidades, desde que estivessem constituídas em associações”. Por meio do programa citado, foram disponibilizados 14 tanques de resfriamento de leite. O caso narrado aponta que recursos públicos e agentes externos foram os principais indutores da constituição das associações. Essa conclusão pode ser generalizada para os outros municípios.

Segundo relatos do entrevistado ADT 02, as associações do município também foram constituídas pra atender a algum programa. E “a participação, o associativismo da comunidade é muito baixa”. Entretanto, a estratégia da Emater para ajudar a operacionalizar programas públicos é

colocando-os como instrumento das associações. No depoimento, a seguir, é possível compreender essa questão: “qualquer programa a nível de município a gente envolve a associação, até como forma de valorizar e de fortalecer, mas a gente percebe assim, uma resistência muito grande de participar, desse entendimento da importância disso” (ADT 02). O entendimento da agência de extensão rural é que os programas públicos são implementados de forma mais efetiva quando são vinculados à ação coletiva local, no caso, à associação. Nesses casos, o processo de confiança e de coletividade, segundo relatos, “é maior”.

A princípio, a constituição de qualquer organização social parece ser induzida pela necessidade local de estabelecer ação coletiva para assim obter, conjuntamente, algum tipo de vantagem que não teriam se estivessem sozinhos. Porém, o que se encontra na realidade e na história das organizações coletivas no território é que parte significativa delas foi induzida por agentes externos, bem intencionados, os quais acreditavam que o caminho para a resolução de um “problema” seria uma associação ou uma cooperativa.

Quando questionamos os representantes de associações de Rio Doce sobre o que levou a constituição das organizações, a resposta foi “quem criou a associação no caso foi a Emater”. Em Santa Cruz do Escalvado: “um funcionário da Emater aqui em Santa Cruz, ele que foi, ele que, praticamente o idealizador, né?”. Também em Mariana, a resposta foi semelhante: “por grande incentivo da Emater, que fez tudo pra gente e constituiu”.

Os principais incentivadores da constituição de associações rurais e de cooperativas foram a administração pública local, por intermédio de alguma secretaria municipal, e a Emater. Os agentes externos são cruciais no processo de criação e de consolidação das organizações. O que se pondera nesta pesquisa é a forma como isso ocorre. Contudo, sem o agente externo, quais seriam as condições de existência? Na seguinte passagem coletada em campo, percebe-se o papel assumido pelo técnico da Emater:



A Emater foi fundamental, fundamental, tinha um tal de Lima que na época ele que tomou a frente de tudo e organizou, fez estatuto, fez as atas de fundação, a parte documental, toda associação foi o Lima. Até acredito que se não fosse o Lima, isso não teria acontecido. (AEC 06).

As organizações tiveram, então, o surgimento mais atrelado à mobilização realizada pelos agentes externos do que de qualquer movimento organizado forjado nas redes e nas dinâmicas dos agricultores familiares. Isso condiciona o modo como as organizações agem e desvincula a organização como entidade social (organização como substantivo – ato de se associar) de outros processos de organização (organização como verbo - associativismo). Essa dinâmica pode induzir a emergência de organizações formais, mas não necessariamente há indução de processos cooperativos.

Em alguns casos, a organização parece, inclusive, desconectada da realidade social da comunidade e pertencente à própria organização externa que ajudou ou induziu a sua constituição, na qual associados dizem “a associação da Emater” ou “a associação da prefeitura”. O acesso a programas de compra pública (mercados institucionais) é o principal motivo pelo qual organizações coletivas da agricultura familiar são induzidas. Nesses casos, o incentivo à criação sempre esteve vinculado à necessidade de comercialização, da mesma forma como também acontece no caso de associações e cooperativas vinculadas à venda do leite.

O acesso ao PNAE e ao PAA se deram basicamente por meio de associações e de cooperativas. Logo, para viabilizar que localmente esses programas pudessem ser operacionalizados, foram constituídas organizações onde ainda não existiam. De acordo com relatos do ADT 04, “foram criadas duas associações na época em fundação do PAA: Associação do Jorge e Associação de Santana do Deserto” (ADT 04).

Ademais, para que recursos públicos possam ser atrelados a atividades das associações, é imprescindível que as organizações estejam devidamente legalizadas; principalmente se envolver produção agroindustrial que tenha infraestrutura básica e as condições exigidas pelos órgãos reguladores. E, nem sempre, isso acontece, tornando-se um fator impeditivo a concorrer a editais públicos ou mesmo acessar a políticas direcionadas aos agricultores familiares. Como exemplo, pode-se citar um recurso da Fundação Banco do Brasil, na ordem de 250 mil, conforme relato do ator ADT 02:

[...] chamamos as 3 associações. E aí, com esse dinheiro, na época nós conversamos com as três associações e fizemos três projetos. Só que na última hora que a gente foi ver, as duas associações, do Jorge e do Santana, não tinham documentação do prédio lá, porque é aqueles trem antigo que faz parte da igreja. E aí não conseguimos recurso pra lá, era a reforma dessas agroindústrias. E com o recurso do Banco do Brasil foi construído o Entrepasto de Hortifrutigranjeiros.

Em Santa Cruz do Escalvado, a situação não é diferente de outros municípios mencionados. Organizações coletivas foram citadas como resultado de uma sugestão ou orientação de um agente externo. De acordo com o presidente de uma das associações: “Ela foi criada quando houve o rompimento da barragem. Aí fundaram essa cooperativa aí para melhorar a renda do pessoal que foi afetado lá em Nova Soberbo, aí criaram essa cooperativa”. A afirmativa demonstra que a organização foi criada em função de programas que são posteriores ao rompimento da barragem. A criação de organizações coletivas está vinculada a pressupostos positivos de mudança da realidade, no entanto, os casos desses municípios mostram que, não raro, os efeitos posteriores não surtem os resultados desejados.

O ator ADT 01 traz a reflexão sobre a importância de compreender as demandas dos agricultores para então refletir sobre a constituição de organização. A seguir, o depoimento sobre o processo de constituição da cooperativa Gesteira:



E outra coisa, eles meio que assim, não ouvem o que o produtor quer, meio que é uma coisa deles. Às vezes, por exemplo, dando um exemplo, às vezes o produtor não tá querendo uma Ferrari, ele quer um Fusca. Então, assim, por que que não ouve? Né, Zezé? Às vezes... Ela tem que ouvir mais o que as pessoas tão querendo ali. Esse grupo, por exemplo, poderia estar de forma informal, aí trabalhar a gestão com eles, ver o que é viável pra realidade delas. Porque, olha só... Como eles vão fazer uma agroindústria de leite sendo que elas não têm a matéria-prima? Tem que comprar de terceiros. É viável um negócio desse? Então, é ... Essa questão da cooperativa lá (ADT 01).

Percebe-se, de forma geral, que há o desafio de definir a forma organizacional diante dos impasses das demandas e da falta de informação sobre o que é cooperativa e o que é associação. Relatos de campo mostram que a diferença não está clara e que, quando há cooperativa, a decisão pela forma organizacional foi motivada pela máxima de que “cooperativa é que pode comercializar”.

A definição por associação ou por cooperativa também é influenciada por agentes externos. Uma das afirmativas de um cooperado em Barra Longa sinaliza para essa questão: “Elas não têm noção do que que é uma cooperativa, né? Uma cooperativa para você ter lucro tem que ter uma produção muito grande, né? Porque o custo de cooperativa é muito caro. A gente sabe é que se não for cooperativa, não pode comercializar” (AEC 02). Outra grande dúvida que parece existir é sobre a aposentadoria rural e a condição de cooperada: “E sem falar que essas mulheres como produtoras rurais correm risco de dar problema na aposentadoria”.

As organizações são constituídas sob a premissa de melhorar as condições comerciais, mas sua constituição está imersa em desinformação. A rede de agricultores compartilha entre si confiança – o elemento fundamental para a constituição das organizações. Dessa forma, a constituição está mais fundamentada na confiança da existência de apoio de um agente externo e na credibilidade das lideranças que assumem o processo, não na informação e no conhecimento capaz de garantir o engajamento no processo comercial e na autonomia da gestão.

É possível concluir que qualquer análise de política pública implementada ao público da agricultura familiar e que leve em consideração as organizações locais precisa se atentar à forma como os atores estão envolvidos e ao processo sociohistórico que deu origem a essa realidade relacional.

A forma de constituição das organizações de agricultores familiares tem determinação direta no funcionamento e no modo como acessam e implementam as políticas públicas. Assim, organizações desenraizadas de uma trama social, meramente jurídicas, podem incorrer em dependência do poder público e de agentes externos para acessar a certos programas governamentais, ou mesmo para se manterem operativas.

Nesse sentido, as análises apontam que os programas de compra institucional ampliam as práticas de mercado e o fortalecimento dos laços sociais entre os associados. Por outro lado, a melhora qualitativa das organizações coletivas ocorrerá se existir processos educativos que socializem conhecimentos e habilidades para que elas possam deixar de ser apenas fornecedores de produtos e possam ser partes ativas da gestão do programa no município. Do contrário, essas organizações podem criar relações de dependência e de instrumentalização com o programa.

Além de cooperativas e de associações, quando se discute políticas públicas, é imprescindível analisar o papel dos conselhos gestores. No caso das políticas voltadas ao desenvolvimento rural, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural possui papel relevante.

5.6. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)

O processo de democratização política vivenciado a partir das décadas de 1980 e 1990, fruto da pressão de movimentos populares, abriu espaço para a criação de uma série de experiências de participação popular nas arenas públicas de decisão política. Como exemplo, pode-se citar a estruturação dos diferentes conselhos municipais de gestão, como os de saúde, os de educação e, posteriormente, os de desenvolvimento rural sustentável (LABRA; FIGUEIREDO, 2002).

A estruturação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) relaciona-se com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que indicou novas bases para a formulação das políticas públicas de desenvolvimento rural (MARQUES; FLEXOR, 2006). O programa parte da proposta de privilegiar a agricultura familiar no desenvolvimento rural, indicando as instâncias locais participativas (conselhos) como espaço apropriado para a manifestação de interesses e a tomada de decisão democrática.

De fato, além de aprovar, acompanhar e avaliar os planos municipais de desenvolvimento rural, os CMDRs teriam o papel de controlar os gastos e a destinação dos recursos para o meio rural. Entretanto, alguns limitantes têm sido apontados neste sentido. Muitos conselhos são formados estritamente como contrapartida à exigência legal para a obtenção de recursos públicos por parte dos municípios e não expressam uma dinâmica social significativa (ABRAMOVAY, 2001).

Em Barra Longa, no CMDR não há reuniões planejadas. Segundo a fala do representante do poder público, as reuniões ocorrem de dois em dois meses, ou de três em três meses, basicamente a partir das demandas existentes. De acordo com informações do ADT 01, há sempre a preocupação de nomear como presidente do conselho um produtor rural, como forma de dar centralidade às demandas desses atores.

O conselho é um espaço de participação de cunho deliberativo, cuja finalidade também perpassa pela contribuição na definição de linhas de ação e de diretrizes para políticas e programas dos governos locais. O depoimento do respondente PPM 01 mostra que há uma tentativa de tornar as estratégias de desenvolvimento local mais aplicadas ao contexto, de modo que o conselho de desenvolvimento rural seja protagonista na ação.

“ Na verdade, a secretaria de agricultura, os programas que a gente desenvolve aqui é discutido com o conselho. O conselho aprova ou não e a gente tenta fazer de acordo com a orientação deles, porque a maioria são produtores rurais e quando a gente tem a necessidade de querer ter algum projeto ou de mudar os que tão aí, a gente se reúne e eles dão as diretrizes e a gente procura seguir. Até nas questões de acesso às estradas rurais, melhoria dentro das comunidades, algumas coisas que eles querem e precisam da prefeitura, a gente faz a reunião, faz uma ata, faz um ofício e encaminha pra prefeitura solicitando essas medidas. A prefeitura devolve essas respostas pra gente aí na reunião seguinte a gente entrega, né. A prefeitura fez, não vai fazer, ou está em estudo... (PPM 01).

Assim como indicado neste depoimento, o conselho é compreendido como um instrumento político importante. Porém, é mister afirmar que essa compreensão varia conforme a orientação política do executivo local. Segundo depoimento do ADT 01:

“ Cada administração vê o conselho de uma forma, né? As duas últimas administrações veem o conselho como um órgão importante e vê o valor, a voz do conselho. A gente tava vindo de umas duas últimas administração que via o conselho mais como inimigo. O conselho cobrava, o prefeito achava ruim que o conselho cobrava. (ADT 01).

Portanto, pode-se entender que a viabilidade do conselho e sua eficácia perpassa, sobretudo, pela importância atribuída a ele.

Em Mariana, o conselho tem funcionado de forma muito restrita e peculiar. Segundo relatos da gestão pública municipal, alcançar o quórum tem sido complexo, principalmente por alguns conselheiros serem residentes em áreas rurais mais afastadas. Segundo representante do ADT 02, “é raro a reunião que dá quórum” e, por esse motivo, não foi elaborado um plano municipal de desenvolvimento rural (PMDR). A ausência do PMDR e o não funcionamento regular do CMDR evidencia a ausência de uma política de planejamento do desenvolvimento rural.

Em Rio Doce, o Conselho de Desenvolvimento Rural não funciona e não há um PMDR, embora a prefeitura reconheça a importância desse instrumento no processo de implementação de políticas públicas. A justificativa da prefeitura é que há falta de interesse dos agricultores para que o conselho seja instituído de forma efetiva, ou seja, a baixa participação.

Não estar inserido em conselhos também é visto como um elemento negativo, pois os conselhos gestores são considerados instâncias de defesa de posições e de conexão com outros atores e recursos. Em todos os municípios, representantes do poder público, das associações e das agências de extensão rural apontaram para a importância da existência dos CMDRs. A importância de participação em conselho não foi sinalizada apenas aos relacionados ao desenvolvimento rural, mas em outras instâncias participativas de regional, como os comitês de bacias hidrográficas. O depoimento, a seguir, corrobora essas colocações:

“” Outro dia, eu até fui procurado para ter projetos aqui e eu fiquei sabendo que o nosso Município não está no comitê de bacias, nem do Rio Piranga e nem do Rio Doce e nós somos bacia do Rio Piranga e Rio Doce e os outros Municípios circunvizinhos como Rio Doce e Barra longa estão. (AEC 12).

O município de Ponte Nova é único em que o funcionamento do CMDR destoa dos demais, pois, de fato, cumpre com sua função, além de promover reuniões mensais. A Emater, em qualquer município, tem representação nos conselhos, além de ser ator atuante. Em Ponte Nova, desde a criação do conselho, a Emater ocupa a secretaria. No município, o conselho é atuante e, segundo representante da Emater, os conselheiros têm prazer em participar: fazem confraternizações e tem conselheiro que, em mais de 10 anos nunca faltou a reuniões.

O depoimento, a seguir, aponta a importância do CMDR no processo de influenciar as decisões e as ações do governo local:

“” Esse ano aí teve dois trabalhos bem relevantes, né, que foi a questão do PNAE que teve uma dificuldade lá da chamada pública, aí o conselho entrevistou e resolveu mesmo e... a questão da feira, pessoal pedindo, fazendo os questionamentos da feira. Então dentro do conselho a gente montou uma estratégia e é essa estratégia que a gente tá trabalhando. (ADT 03).

O conselho em Ponte Nova também atua nas pautas que são importantes ao município, como observado no exemplo dado pelo ator ADT 03: a intervenção em relação às questões inerentes ao PNAE ou à Feira Livre. Os conselhos são reelaborados a cada gestão municipal. Quando muda a administração municipal, o plano de trabalho é apresentado. Pode-se afirmar que o funcionamento efetivo do conselho representa um aparato institucional importante de suporte às decisões do poder público.

Dessa forma, conclui-se que ter um conselho de desenvolvimento rural ativo e atuante no município é positivo como estratégia democrática de efetivação das estratégias de desenvolvimento rural. Em um processo de definição de prioridades e de reestruturação produtiva, os CMDRs podem assumir um papel fundamental, sobretudo na construção de sinergias (Evan, 2006) entre o poder público e a sociedade civil. Então, faz-se necessário fortalecer os CMDRs, principalmente para que os problemas da agropecuária e da socieda-

de rural ascendam com mais força à agenda pública e para que se possa ampliar o diálogo entre os atores.

Como vimos, nos municípios analisados, os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PM-DRs) não são construídos e nem utilizados pelos conselhos. Eles constituem-se como instrumentos fundamentais, utilizados pelos CMDRs, integrando ações de assistência técnica, de pesquisa, de treinamento e de infraestrutura, de forma descentralizada. O CMDR, como órgão consultivo criado pelo Poder Legislativo Municipal, tem seu valor relacionado ao processo geral de desenvolvimento do meio rural vinculado às diretrizes do Plano Diretor Municipal (PDM). Assim, o papel desse conselho na política agrícola municipal é o de gestor do PMDR, integrado ao PDM, responsável pela coordenação na elaboração do plano, da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das ações programadas e executadas no meio rural, com a participação efetiva dos produtores e da sociedade.

Como relatado nesta pesquisa, alguns conselhos foram criados, inicialmente, para atender a exigências legais. Os resultados observados nos municípios, em especial quanto à falta de conhecimento e de participação dos produtores, indicam a necessidade de um sistema de orientação educacional e tecnológica, focado no atendimento das necessidades dos conselheiros e agricultores e na missão do conselho na sociedade: articular o processo de desenvolvimento rural sustentável.



ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO ALTO RIO DOCE

Neste capítulo, serão analisadas as realidades que envolvem a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no território do Alto Rio Doce. Foi realizado o levantamento das instituições que estão atuando na prestação de serviços de ATER e a forma como desenvolvem esse tipo de trabalho. Constatou-se que a Emater, A OCA e a equipe PROGEN/Renova são as principais organizações de ATER. As reflexões aqui apresentadas foram derivadas das percepções dos técnicos entrevistados e o foco desta etapa do trabalho foi construir a realidade organizacional e de atuação dos agentes de ATER. Com o intuito de organizar a exposição dos dados da pesquisa, optou-se por apresentar seis subtópicos, que são categorias de análise e servem para organizar as informações, as descrições e as reflexões. Em cada um dos tópicos, serão abordados eixos importantes no contexto de operacionalização da ATER.

Primeiramente, descreve-se a importância das parcerias institucionais na execução das atividades com foco na necessidade da criação de agendas comuns entre essas instituições. Posteriormente, é discutido o papel da ATER na execução das ações das políticas públicas. No terceiro subtópico, apontam-se os desafios que a prática extensionista vivencia. Esses desafios são considerados gargalos que precisam ser sanados para que a ATER consiga ampliar os serviços, beneficiando mais agricultores e potencializando ainda mais o desenvolvimento rural.

Em seguida, apresenta-se uma análise das metodologias, dos métodos e das equipes de extensionistas nas instituições. No quinto subtópico é feita uma breve descrição do território sob

a visão dos extensionistas entrevistados. No último subtópico, discute-se a perspectiva dos extensionista sobre as organizações coletivas da agricultura familiar existentes no território. Por fim, apresenta-se uma autoanálise de pontos fortes e fracos das principais instituições de ATER do território.

6.1. A importância das parcerias para o desenvolvimento das ações de ATER

Durante a pesquisa, identificou-se diferentes atores que, de alguma medida e forma, atuam direta ou indiretamente no trabalho de ATER, são eles: associações e cooperativas ligadas aos agricultores; Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS); Cáritas Regional Minas em Mariana; Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini; comissões dos atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER); Fundação Renova; gestões públicas municipais; Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Sindicatos Dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato dos Produtores Rurais (SPR) e Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Os relatos de campo possibilitaram o entendimento que dentre as parcerias existentes, para a operacionalização dos serviços de ATER, a relação entre as secretarias municipais de agricultura/ desenvolvimento rural e os escritórios locais da Emater é a que estabelece um caráter de mais proximidade. Ao descreverem sobre as atividades desenvolvidas, os responsáveis das duas instituições sempre se mencionam a outra instituição. Ademais, às vezes, as duas instituições funcionam no mesmo escritório, como é o caso de Barra Longa, de Mariana e de Rio Doce.

Esse fato é explicado porque, no estado de Minas Gerais, os escritórios locais da Emater são instalados mediante celebração de convênio com as gestões municipais. Nesses convênios, os municípios assumem a responsabilidade de repasses mensais para que a empresa de ATER custeie as despesas dos escritórios. Além disso, foram justamente esses os atores os mais citados como parceiros pelos agricultores: Emater e prefeitura. Quando perguntados sobre quais as instituições apoiam seus trabalhos, tanto de produção, quanto de comercialização, os agricultores responderam:

“” Apenas a Emater, e eles são muito atenciosos. (CEF 01).

“” A secretária da Emater, temos até medo de um dia ela ir embora da cidade. (CEF 03).

“” Adubo por exemplo a prefeitura dá, a secretaria compra pra nós, pra todo mundo, pra todo mundo que queira, mas não associado com a associação nossa, compra pra todo mundo do município. (AEC 04).

Por meio das entrevistas, além das gestões municipais e a Emater, o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) foi a instituição mais citada no território, no âmbito das parcerias que potencializam o desenvolvimento do setor agropecuário e os serviços de ATER. É importante especificar que a presença do SENAR no território ocorre por meio de seus mobilizadores e das parcerias que possuem com os Sindicatos de Produtores Rurais (SPRs) de Mariana e de Ponte Nova. A parceria com o SENAR foi ressaltada pelas prefeituras, escritórios locais e gerência regional da Emater e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado.

Além das gestões municipais, da Emater e do SENAR, os relatos apontam a existência de outras instituições/organizações parceiras no território, que estão colaborando, segundo os extensionistas, para o desenvolvimento das ações de ATER:

“[...] a Fundação Renova também tem sido nossa parceira, inclusive na participação de eventos fora do município, sempre atendendo nossos pedidos para apoio para transporte. (ADT 01).

“[...] a cooperativa de crédito SICCOOB também é um grande parceiro agora. Sim, a gente tem também uma empresa aqui terceirizada pela Renova que patrocinou a questão da horta comunitária os insumos os materiais, foi uma parceria que a gente fez com ela, tem também algumas ações com SENAR, e SEBRAE alguns cursos, né? [...] a própria universidade também, né? A gente já desenvolveu alguns projetos, alguns trabalhos ali também com ela. (ADT 04).

“[...] a UFV a gente tem parceria com a semana do fazendeiro e eventos, professores específicos, EPAMIG, com a EMBRAPA também nesse mesmo molde de evento né, mais sindicatos por exemplo né, são parceiros das empresas também nos municípios, secretarias dos municípios secretaria de agricultura sindicatos, associações, cooperativas, o CECA²¹, né? E um parceiro importante em vários eventos. (ADT 05).

É importante mencionar que os extensionistas da Emater destacaram duas formas distintas de parcerias: a primeira, chamada de parceria técnica, está diretamente relacionada às práticas cotidianas de ATER; a segunda diz respeito à realização e à participação em eventos. Nesse contexto, é de extrema relevância afirmar que para os extensionistas entrevistados, não há parcerias para construção de agendas em comum. Apesar da similaridade dos objetivos, cada instituição/organização segue sua agenda institucional para prestação de seus serviços.

Na mesma esteira, o relato a seguir retrata essa situação:

“Eu acho que parceria mesmo não, acontecem momentos em que a gente tá presente em eventos comum, mas parceria eu acredito que não” (ADT 06).

²¹ Centro de Pesquisa e Melhoramento da Cana-de-açúcar (CECA) da Universidade Federal de Viçosa.

Portanto, faz-se importante potencializar as parcerias institucionais para a prestação de ATER e para a construção de agendas em comum, visto que as parcerias podem:

- i) ajudar a suprir à quantidade insuficiente de extensionistas (GREGOLIN; DANSA; YARA, 2006), queixa comum no território, conforme será apresentada mais a frente neste relatório;
- ii) aumentar a área de atuação e o potencial de mobilização e articulação territorial junto aos agricultores, uma vez que o número de atores envolvidos em torno de objetivos comuns possibilita essa ação (MOURA et al. 2015);
- iii) possibilitar maior potencial de barganha junto a instituições governamentais e privadas, bem como maior poder de captação de recursos devido ao aumento de capital social oriundo da união das expertises entre os extensionistas;
- iv) propiciar espaços mais produtivos de reflexão e de diálogo sobre as realidades locais e as ações que podem ser desenvolvidas de acordo com as demandas dos agricultores e as possibilidades dos extensionistas, evitando falsas expectativas e frustrações futuras.

Outra organização de ATER relevante é a OCA. Como vencedora de dois editais da Fundação Renova para prestação de ATER no território, essa instituição tem procurado se articular e formar parcerias que possibilitem a melhor desenvoltura dos trabalhos, conforme se constatou por meio de entrevista com a equipe técnica da OCA. Dentre os parceiros, pela importância do trabalho que desenvolve junto aos agricultores familiares e por atuar principalmente com jovens, podendo minimizar a questão do êxodo rural, a EFAP é considerada uma das parcerias fundamentais: “A EFAP é uma parceira, né? Desde o começo. Com todo processo, infraestrutura, diálogo, enfim, avançando para as conversas de vincular estagiários, enfim, todo um processo ali de aporte do território que EFA tá ali também.” (ADT 07).

Os editais vencidos pela OCA previam a prestação de ATER de base agroecológica. Para executar as ações nessa direção, a organização também cita outros parceiros que atuam com agroecologia: Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata (Rede Sapoqui), Instituto Elos, Universidade Federal de Ouro Preto, Núcleo de Agroecologia de Ouro Preto, Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Articulação Mineira de Agroecologia (AMA).

Os “parceiros” citados são instituições que, reconhecidamente, possuem relevância na temática de desenvolvimento rural, com ênfase em educação popular, agroecologia, juventude e mulheres rurais, temas fundamentais na composição dos trabalhos da OCA no território. Diante disso, essas parcerias, segundo os extensionistas, são fundamentais para compreender o território e o papel que a agroecologia pode representar no território local.

A equipe PROGEN/Renova, apesar de ainda não ter parceria contratual com a EFAP, também apontou essa instituição como sendo de suma importância para realização de parcerias pelo enorme potencial que a instituição possui, com foco no desenvolvimento rural do território, uma vez que os jovens que lá estudam se formam como técnicos agrícolas e podem atuar

como extensionistas ou como agricultores multiplicadores. Os parceiros também citados por essa equipe foram a Emater e o poder público dos municípios, apesar de existirem desafios relacionados a essas parcerias, devido aos insuficientes investimentos públicos, comuns no país na área do desenvolvimento rural em âmbito da agricultura familiar.

Com a pesquisa de campo, constatou-se que as parcerias e as articulações entre agentes de ATER ainda é fragmenta e, muitas vezes, inexistente. Ademais, a consolidação de parcerias e a construção de agenda comum no âmbito da prestação ATER pode possibilitar o alcance de melhores resultados também para as ações e demais políticas públicas de desenvolvimento rural, as quais, em grande parte, dependem dos extensionistas para serem implementadas.

6.2. O papel da ATER na execução de ações e demais políticas de desenvolvimento rural

Nesta seção, procurou-se evidenciar potencialidades e fragilidades existentes nos serviços de ATER no que tange à implementação de ações e de políticas públicas de desenvolvimento rural. Constatou-se que, historicamente, a Emater é a maior facilitadora ao acesso dos agricultores a políticas públicas. Além da ATER prestada nos estabelecimentos, com vistas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, diagnosticou-se também, ainda que em menor escala, a participação dos extensionistas no apoio a atividades não agropecuárias, indicando a pluriatividade.

Artesanatos, trabalho com pedra sabão, prestação de serviços, dentre outras atividades foram identificadas na pesquisa de campo. Os agentes de ATER, ao se depararem com essa realidade, precisam assessorar essas atividades econômicas levando em consideração a reprodução social das famílias e a importância dessas atividades para a composição da renda bruta familiar.

Quando questionados sobre as políticas públicas diretamente trabalhadas no âmbito de exercício da Emater, umas das extensionista respondeu:



Então, tem o PNAE, né? Que é o programa da alimentação escolar. Nós temos o programa da feira livre, estamos com dez feirantes [...] o Pronaf que é uma linha de crédito rural. Eu faço a DAP, né? Faço a visita aos produtores pra ver o enquadramento da DAP e quem nos apoia é o técnico de Acaiaca. E trabalhamos também em 2017, 2018 no programa BSM, que é Brasil Sem Miséria [...]. (ADT 01).

Outro relevante papel dos serviços de ATER também foi trazido no relato: a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF, as DAPs. Em campo, constatou-se que os agricultores que possuem DAP só as têm porque estão acessando alguma política pública, ou porque em algum momento já acessaram. Com relação as DAPs, cabe principalmente aos extensionistas da Emater a emissão desse documento. O relato do ator AEC 02, a seguir, retrata essa realidade. Ao ser perguntado

se os associados possuíam DAP para ter acesso às demais políticas públicas, o ator AEC 02, respondeu: “Acho que tem, a maioria tem. Hoje 80% tem, se não tiver é 20%.²²”. Questionado sobre qual instituição é parceria da associação, tanto para emissão da DAP, quanto para demais ações, respondeu: “É a Emater. Quem nos dá total apoio aqui e nos ajuda demais é a Emater”.

O apoio e o incentivo dado aos agricultores na busca e na adoção de novas tecnologias, seja para agricultura, seja para pecuária, também foi lembrado pelos extensionistas como importante prática em seus trabalhos, conforme demonstrado no relato a seguir:

“[...] essa renovação de rebanho, né? E a gente começou a fazer o ano passado também, que não deixa de ser uma política pública, o Pró-Genética²³, né? Que já mexe com um programa da Emater, do Governo do Estado, em parceria com a ABCZ, é que as pessoas criadoras de girolando vem pros municípios pra fazer vendas de touro, novilhas e tal, a própria EPAMIG participa dessas vendas também, fraga? Então é uma feira, uma feira. (ADT 02).

O Pró-Genética é um programa lançado em 2006 pelo governo mineiro, com o objetivo principal de possibilitar que os produtores melhorem a genética de seus rebanhos, por meio da comercialização em feiras agropecuárias, seja pecuária de corte ou de leite. Segundo as diretrizes do programa, cabe aos extensionistas da Emater, dentre outras ações: i) articular parcerias para operacionalização do programa; ii) prestar ATER aos produtores; e iii) potencializar acesso ao crédito para que os produtores possam realizar a compra do gado com melhores características raciais e melhorar seus rebanhos, principalmente por meio do acesso ao PRONAF (FERREIRA, et al., 2010).

Ciente da importância do melhoramento genético dos rebanhos no território, a Fundação Renova vem desenvolvendo, por meio dos extensionistas da equipe PROGEM/Renova, o programa “Renova Rebanho” para atender os agricultores. Já são aproximadamente três anos de programa, segundo relato dos extensionistas.

Os extensionistas também se ocupam de ações relacionadas aos manejos alimentar, sanitário e reprodutivo dos rebanhos. O fornecimento de suplementação alimentar aos rebanhos é de fundamental importância, ainda mais durante o período seco, por oportunizar a suplementação nutricional e evitar perda na quantidade e qualidade do leite (NEUMANN et al. 2017). O manejo sanitário, por sua vez, possibilita a manutenção da saúde e bem-estar do animal, contribuindo também com a produtividade e com qualidade do leite. Por fim, o manejo reprodutivo objetiva diminuir o intervalo de lactação, manter o número de vacas lactantes elevado em relação ao total do rebanho, diminuir os custos com os animais pouco produtivos e aumentar a produtividade por animal (RIBEIRO JR.; NARDI JR., 2016).

²² Nesse caso, em especial, a maioria dos agricultores, segundo o relato, possui a DAP. Contudo, essa realidade não se replica a todas as associações, como será apresentado posteriormente.

²³ O Pró-Genética é uma iniciativa do governo de Minas Gerais construída por meio da parceria com diversos atores. Para saber mais, acesse: <http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/component/gmg/story/3680-pro-genetica-ajuda-a-melhorar-rebanho-bovino-do-vale-do-jequitinhonha>.

Ademais, é relevante destacar também os trabalhos que vêm sendo realizados como reparação aos impactados pelo rompimento de Fundão no território. Os Planos de Adequação Socioeconômica e Ambiental (PASEAs) preveem a adubação das pastagens como forma de buscar a sustentabilidade produtiva dos estabelecimentos agropecuários. Além disso, logo após o rompimento, a equipe de extensionistas PROGEM/Renova trabalhava com amostragem de solos e de adubação nas áreas de cultivos alimentares junto aos impactados, conforme mencionaram os extensionistas durante a pesquisa de campo.

Apesar da constatação de que a pecuária leiteira é a principal atividade desenvolvida nos estabelecimentos comerciais do território, o que também é comprovado pelo Censo Agropecuário 2017, é importante ressaltar que se verificou, junto a todos os atores entrevistados, que o hábito de cultivar os “quintais produtivos” continua bastante comum. Esse fato é significativo para a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras.

O trabalho dos extensionista para possibilitar que os agricultores tenham acesso a políticas públicas, com potencial para a diversificação, é demasiadamente importante, como retrata a fala do ADT 02: “o Minas Sem Fome, você já ouviu falar, né? Minas Sem Fome é uma distribuição de semente que a gente faz gratuita pros agricultores; sementes, mudas, semente de milho, feijão, mudas, semente de horta, né?”. Desde o rompimento da barragem de Fundão, os extensionistas que estão atuando na área por meio da PROGEN/Renova procuram incentivar a diversificação produtiva entre os impactados, diminuindo a dependência das famílias à produção leiteira.

Os serviços de ATER também foram apontados, principalmente pelos agricultores, como ferramentas que buscam potencializar o associativismo em todos os municípios do território. O papel da ATER prestada pela Emater citado no relato a seguir exemplifica e confirma o importante papel da empresa de ATER no contexto local:



A Emater sempre tocou nesse ponto, de que a gente precisava de criar uma associação. Só que ninguém disponibilizava tempo [...]. Então, procurou a Emater [...]. E daí foi fazendo as reuniões [...] começamos com 12 produtores, hoje a gente está com 50. Fechamos o mês passado com 255 mil litros, e na época que criou, a Emater doou três tanques [...] se não fosse isso acho que ela nem teria saído do papel. (AEC 02).

Não obstante, o processo de ajuda e incentivo a associações por meio da ATER é igualmente um incentivador dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRs), principalmente no caso da Emater. De maneira geral, cabe a esses atores mobilizar, articular e ajudar na capacitação e no acompanhamento das atividades dos CMDRs, inclusive ocupando assento no conselho, o que foi constatado em todos os municípios.

6.3. Desafios da prática extensionista

Um dos maiores desafios apontados pelo extensionistas entrevistados refere-se à questão dos jovens rurais, que está atrelada a uma questão emblemática do meio rural: a sucessão familiar. A evasão dos jovens do campo é um problema consensual, e trabalhar com uma agenda que possibilite relacionar esse desafio à execução de outras ações é essencial. O relato abaixo exemplifica a preocupação dos extensionistas sobre o assunto:

“ [...] Rio Doce é um município que os jovens não ficam mais na zona rural e quem está na zona rural já são as pessoas já idosas, aposentadas, já tem a renda da aposentadoria, e não depende tanto da produção para viver. Então, com toda certeza, esse é o gargalo principal. (ADT 04).

Os relatos apresentaram outra situação relevante nesse contexto do êxodo rural. As atividades agropecuárias são consideradas laboriosas pelos jovens, os quais, em busca de outras condições de vida, migram para as cidades vizinhas ou procuram outras atividades nos municípios onde moram. Em Ponte Nova, o comércio e algumas indústrias são outras opções laborais. Já em Mariana, as empresas de mineração apresentam-se como as principais alternativas. Os demais municípios tiveram as realidades alteradas após o rompimento da barragem de Fundão, conforme já foi destacado neste relatório. O relato abaixo descreve uma situação interessante e, ao mesmo tempo, preocupante:

“ [...] a gente trabalhou com produtor com um programa de inseminação artificial na bovino-cultura, a gente trabalhou durante 6 anos, e teve produtor que saiu de 70 litros de leite por dia para 350 [...] ele tinha várias vacas produzindo 50 litros de leite por dia, coisa que jamais ele iria imaginar, ele passou a produzir silagem de milho, coisa que nunca existiu aqui com o pequeno produtor, então ele entendeu o programa e saiu de 70 para 350, investindo na tecnologia, tecnologia de produção, só que o que aconteceu, hoje ele não tira mais nada, porque ele hoje é um produtor com 68 anos, com bastante filho que ajudava ele lá, só que os filhos todos saíram, foram trabalhar nas+ empreiteiras da Samarco aqui, [...] ele não tem mão de obra e o custo da atividade leiteira para vacas de alta produção ficou muito caro, então ele estava recebendo 90 centavos pelo litro de leite no laticínio e pagando às vezes quase 2 reais em um quilo de ração, então inviabilizou a produção dele. Então, simplesmente ele saiu dos 350 litros para zero, ele não tira mais leite, ele parou. (ADT 04)

Nesse contexto, muitas vezes, conforme descrito acima, o trabalho de anos dos extensionistas junto aos agricultores acaba rapidamente por falta de mão de obra familiar para dar continuidade ao que vinha sendo desenvolvido. Assim, a ação extensionista deve considerar essa conjuntura e orientar atividades produtivas que integrem os jovens e oportunizem a autonomia econômica juvenil. No entanto, ações específicas e complexas como esta, demandam mais tempo e planejamento, assim, adentra-se em outra grande limitação encontrada no território:

o número de extensionistas é insuficiente se comparado a grande quantidade de agricultores existentes nos municípios, conseqüentemente a demanda de serviços é desproporcional.

Ainda nesse contexto de desafios, outro extensionista, ao relatar sobre o planejamento das atividades do escritório onde trabalha, destacou a impossibilidade de conseguir cumprir o planejamento anual, conforme preestabelecido pela gerência regional da empresa, uma vez que atua sozinho no município: “tem o planejamento anual com a regional, inclusive eu tenho que terminar ele na semana que vem. Mas, volta naquilo que eu falei no início, o fato de eu ser sozinho eu não consigo cumprir, é quase que impossível cumprir isso” (ADT 02).

Ademais, além dos agricultores, os extensionistas costumam trabalhar também com a população urbana, conforme exemplifica o relato do entrevistado ADT 04: “a gente não atende só produtores rurais, a gente atende muita gente aqui da cidade...o cara que tem lá um pé de laranja no fundo da casa, tem uma hortinha no fundo da casa, procura a gente...”, aumentando ainda mais a demanda de serviços.

Nesse contexto, a equipe PROGEM/Renova destaca a importância das gestões municipais, por meio das Secretárias de Agricultura e/ou Desenvolvimento Rural, investirem na prestação de ATER, inclusive porque entende que esses serviços prestados para os impactados podem ser multiplicados no restante do território. Entretanto, as realidades municipais no âmbito da prestação de ATER não são suficientes para que isso ocorra.

Ainda no âmbito da demanda dos serviços, duas extensionistas que atuaram no PNAE citaram o expressivo tempo dispensado às atividades do programa, apesar de reconhecer a importância das ações desenvolvidas. Apoiando-se na importância do associativismo no contexto da agricultura familiar, as extensionistas promovem o PNAE por meio das associações existentes nos municípios em que trabalham. Elas citaram que os planejamentos anuais, de maneira geral, não conseguem ser plenamente seguidos devido à assistência que precisam prestar às associações que acessam o PNAE e aos outros programas que surgem como demanda no decorrer do ano. Este é um problema recorrente nas empresas públicas de ATER no país: cumprir com as demandas que precisam ser atendidas pelo número de agricultores específicos para cada programa; uma vez que o número de extensionistas é reduzido, atender às demandas torna-se um grande desafio.

Apesar do incentivo ao associativismo, os relatos no território indicam que a baixa cultura associativista é apontada como um dos gargalos existentes. Contudo, entende-se que o associativismo pode potencializar o desenvolvimento rural e, dessa forma, esse desafio precisa ser superado. O relato da extensionista abaixo expõe a situação:



Você sabe que nossa região ela não tem muito a cultura do associativismo, né? [...] Então, além da gente orientar, motivar, fazer esse trabalho de motivação, mostrar a importância

deles estarem organizados, a gente lida com muita dificuldade das pessoas participarem, da participação do associado. Então, na verdade [...] todo o foco do trabalho é voltado pra associação, se criar um programa é via associação, [...] PNAE é via associação, se tiver um outro programa a nível de município a gente envolve a associação, até como forma de valorizar e de fortalecer, mas a gente percebe assim, uma resistência muito grande de participar, desse entendimento, da importância disso... (ADT 03).

Incentivar a superação da pouca diversidade produtiva nos municípios com vistas à comercialização também é percebida pelos extensionistas como desafio em suas práticas cotidianas. Inclusive, preocupa-se até mesmo com o abastecimento interno da sede dos municípios, conforme retrata o relato do ator ADT 01: “Eu sempre falo pra eles, quem vai a feira quer encontrar ali de tudo um pouco, né? Não só folha, porque tem vez que só tem hortaliças, só folha. Eu falei – Gente, cês tem que plantar uma cenoura, uma beterraba, né? Diversificar mais a produção”. O depoimento seguinte, também de uma extensionista, mas de outro município, expõe situação semelhante:

“[...] ela tá no PNAE aí desde que começou. E desde que começou se fala que eles têm que investir, tem que ampliar, tem que diversificar. Mas, ainda tem a resistência [...]. Eu não sei se é a questão de mão de obra, eu volto lá na mão de obra, os feirantes também né? [...] assim, a gente percebe que é um povo meio tradicional, começa a produzir folhosos e não quer mudar [...] já é cultural, sabe? Eles produzem folhosos, não sei se é mais fácil? Se é a mão de obra? não sei te explicar [...]. Mas, tem essa resistência, sabe? Porque o próprio PNAE compra produtos no supermercado que eles poderiam tá ofertando. E, a gente não consegue fazer com que eles melhorem, diversifiquem isso aí [...]. (ADT 03).

No que tange ao apoio aos agricultores, o grande desafio dos extensionistas é desenvolver ações que gerem protagonismo, evitando situações semelhante à descrita no relato abaixo:

“Os prefeitos, os gestores sempre passaram muito a mão na cabeça do pessoal, [...] a gente tem programa de aração, de aquisição de adubo [...] a gente tem os programas de vacinação de brucelose, [...] de graça pela prefeitura, a vacina de raiva que é feita pela prefeitura. Então, são programas que se você for pensar bem, todo município tem, né? Só que não cobra nada de ninguém, entendeu? O cara pede o trator, o trator vai lá e o cara não planta nada, só pra mexer na terra ali assim, então, esse é um problema [...]. (ADT 02).

Uma vez que as perspectivas e as ideologias em jogo são diferentes, as intuições presentes no território precisam dialogar para traçar caminhos a serem percorridos de forma conjunta, pois se entende que o objetivo principal é buscar a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no meio rural. Nesse sentido, o relato abaixo retrata a necessidade e o desafio para a construção da agenda comum entre as instituições que estão atuando no território, uma vez que cada uma possui a própria agenda institucional para atuar:



[...] a gente tenta dialogar e tenta construir uma agenda conjunta. Eles [...] sempre muito abertos ao diálogo [...] não tem problema com isso de dialogar. Agora é isso, a Emater tem uma agenda, [...] a Renova tem outra agenda, a gente também tem uma agenda, né? Então, como que mistura e promove um caminho, né? Por isso que a gente adorou aquela proposta do Fórum, né? Pra gente ter mais clareza de uma estratégia conjunta mesmo. Se for dar certo ou errado a gente vai descobrir lá na frente. Mas, diminui a margem de erro, entendeu? [...] ou a gente constrói uma agenda conjunta de vocês trazendo a Emater e o poder público municipal ou a gente tá a pé. (ADT 08)

Diante do relato exposto, é relevante citar que a equipe PROGEM/Renova, que inicialmente prestava ATER em campo, hoje é responsável pela fiscalização de algumas empresas contratadas. Entre as empresas, destaca-se a OCA, que presta inclusive serviço de ATER, e a Biokratos, que está iniciando trabalhos específicos com hortas e pomares nos estabelecimentos agropecuários impactados.

Entre as ferramentas utilizadas para acompanhamento da prestação de ATER estão os relatórios, treze parâmetros que compõem o ISA – Indicador de Sustentabilidade, criado para cada estabelecimento agropecuário impactado, e a Pesquisa de Satisfação com o agricultor. Concomitantemente às avaliações do processo de fiscalização, existe o diálogo contínuo entre as equipes para que a prestação de ATER possa estar em sintonia com os objetivos do contrato e as expectativas dos agricultores. Nesse âmbito, metodologias e métodos de ATER são fundamentais para se compreender a discussão e o desenvolvimento da ATER no território.

6.4. Metodologias, métodos e perfil das equipes de ATER

Os métodos e as Metodologias de ATER variam de acordo com a instituição implementadora. Ademais, existe um conjunto de ferramentas metodológicas que, junto com o perfil dos técnicos, molda as formas de intervenção na realidade. Para a Emater, por exemplo, existe um contexto institucional da empresa pública que já define e apresenta as possibilidades de ação e os métodos. A Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010 foi instituída como Lei de ATER, delimitando definições conceituais para a atuação da ATER e métodos e técnicas que compõem o arcabouço prático.

Em campo, buscou-se apreender sobre os métodos e as formas de intervenção dos agentes de ATER no território. Os relatos abaixo exemplificam os métodos utilizados pela Emater, segundo os extensionistas, mediados pelo conhecimento e pela relação que eles possuem com comunidades e agricultores:



(...) a gente já tá há algum tempo no município né? A gente já conhece a comunidade, mínimos detalhes, a gente conhece as pessoas né? A gente usa diagnóstico, a gente usa

de visita, às vezes a pessoa demanda nossa presença. E isso vai no dia a dia mesmo (...). Aí, quando surge essa oportunidade de novos programas, a gente implementa. Às vezes, programas municipais, programas estaduais ou federais, mas sempre baseado em diagnóstico, de comercialização, diagnóstico a nível de comunidade, né? (ADT 04).



Ou, às vezes, discussão com a comunidade. Quando existe alguma oportunidade a gente leva, discute se a comunidade quer ou não, como é que vai ser a participação, mais ou menos isso mesmo né? (ADT 04).



A Emater, há um tempo, ela até editou um livro chamado MEXPAR, que nele tem várias metodologias, né? de trabalho pra extensão rural, várias. E muitas delas são utilizadas, né? Em momentos específicos que também vem contribuir muito. (...) Ali tem uma metodologia própria e bem dinâmica, onde a comunidade vai participando, né? (...) você vai resgatando muitas coisas, problemas, coisas que já existiram na comunidade, enfim. E aí você vai a partir daquilo ali, com o apoio da própria comunidade, buscando caminhos né? possíveis (...) de atividades que podem ser buscadas e trabalhadas na comunidade. (...) além dos dias de campo, né? A gente tem os seminários, né? (...) os encontros, né? Onde aí tem essa troca de experiência, não só da equipe técnica, mas também de algumas organizações e agricultores. (ADT 06).

Portanto, percebe-se pelos relatos que Emater possui as metodologias participativas como orientação. Porém, há limitações de tempo, de espaço e de pessoas para efetivar a implementação de todos os métodos participativos preconizados pelos técnicos. Estudos indicam que é comum extensionistas de empresas públicas de ATER passarem pela situação de terem que escolher entre desenvolver métodos participativos, que necessita de mais tempo para sua efetivação, ou atender mais agricultores que demandam seus serviços (ANDRADE, 2014; ANDRADE, 2019). Nesse contexto, os extensionistas da Emater possuem liberdade para adequar os métodos e para desenvolver as atividades visando os melhores resultados possíveis, de acordo com a visão da equipe em campo.

A equipe PROGEN/Renova realiza, essencialmente, trabalhos de assessoria e de extensão rural individual, atendendo a cada estabelecimento agropecuário impactado. A natureza do trabalho guarda diferenças de outras formas de atuação de atores de ATER. Assim, a equipe tenta identificar as principais necessidades das propriedades e das famílias para, em seguida, desenvolver os trabalhos, identificar conjuntamente outras demandas e construir uma relação de confiança entre extensionista/agricultor.

A OCA também apresenta particularidades na forma de atuação. A instituição foi contratada para prestar serviço para um público determinado, priorizando mulheres e jovens. Nos editais da Fundação Renova, consta que a ATER que será prestada aos impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, obrigatoriamente, precisará adotar as metodologias participativas

em suas diretrizes, inclusive porque elas fundamentam a ATER de base agroecológica, também trazida como diretriz. Diante disso, os depoimentos obtidos nos levantamentos primários com a equipe da OCA, sobre quais métodos eram adotados em trabalhos de campo, confirmaram as diretrizes. Os relatos abaixo exemplificam:

“ A gente faz entre os núcleos familiares mais próximos entre si, as relações que eles têm entre si e a partir da demanda local também. Aí tem os encontros também com a juventude e com as mulheres. A partir disso, estamos começando a trabalhar o coletivo (...). Por exemplo, a partir da comunidade das mulheres, com beneficiamento de frutas, retomada da cozinha comunitária. Então, assim, tem a própria metodologia também dos encontros coletivos. Eu costumo fazer junto com elas, faço também escola participativa, são as formas nossas de atuação (...). Mas, ainda tem outras coisas que tãõ no planejamento, que é fazer as caravanas, o terreiro cultural, nós já fizemos um também, “de Calango” (...) a metodologia segue mais ou menos esse fluxo. (ADT09).

“ (...) visitas técnicas e atividades coletivas. (...) visitas individuais, normalmente em duplas. O padrão é duplas irem na propriedade. Esse é o padrão do maior volume das visitas. Só que no desenho do projeto, e no nosso sonho, vamos dizer assim, o processo do camponês, a partir das atividades coletivas locais, conseguir construir uma espiral, isso é uma agenda (...) que tem rodado bem mais devagar do que a gente sonhou, sacou? A gente tem muitas dificuldades. Mas, para gente é intercâmbio, caravana, terreiro cultural, atividades coletivas, até de formação mesmo. (ADT 08).

Observa-se, então, que os extensionistas seguem a programação dos editais, além de expertises profissionais. A OCA já trabalhava na prestação de ATER com viés agroecológico, o que requer o embasamento na perspectiva construtivista de aprendizagem e leva mais tempo para realizar as atividades de campo. Também é relevante citar que, quando possível, a equipe vai além do que o edital prevê. A realização da atividade cultural denominada “Terreiro Cultural” comprova essa afirmação. O relato abaixo descreve um pouco sobre a realização dessa atividade:

“ [...] eles tinham essa prática do calango, mas aí, faz mais ou menos uns cinco anos, desde o rompimento da barragem, que eles pararam. Tipo, tiveram alguns encontros que eles cantam, falam alguma coisa de calango, mas não tem mais evento de calango. Então, na conversa com eles, nós vimos, soubemos disso, e falamos: vamos fazer então, vamos reunir, cês topam? E eles ficaram super animados, inclusive tomou uma proporção, uma dimensão muito maior do que a gente imaginava. A gente mal chegou em casa, na sede depois do campo, e eles já estavam fazendo postagem, chamando o pessoal pra participar do calango. Então, assim, teve uma adesão muito grande, eles ficaram muito satisfeitos em retomar a atividade. (ADT 09).

O depoimento acima apresenta uma dimensão dos trabalhos de ATER que, normalmente, está à margem das análises sobre extensão rural: uma dimensão cultural. Ações de promoção cultural também podem ser consideradas como um dos papéis de ATER, pois a cultura é parte do mundo vivido e compõe as relações dos agricultores com a comunidades e com outros vizinhos e conhecidos. Essa experiência também revela que o processo dialógico do agente de ATER é o mecanismo pelo qual as ações são construídas conjuntamente.

Um ponto importante na discussão sobre a implementação das ações de ATER e os métodos de ATER é a composição e a formação da equipe. No caso da OCA, a equipe que está atuando no território foi montada seguindo os editais da Fundação Renova, que previam a formação de duas equipes multidisciplinares para atuarem nos Lotes I e II, formadas por trezes extensionistas com experiência em agroecologia, sendo sete no Lote I e seis no Lote II. Os editais prescreveram que as equipes deveriam ser formadas por dois coordenadores, oito extensionistas das áreas de Agrárias ou Biológicas e três das áreas Sociais ou Humanas, com formação nos seguintes cursos:



- a. AGRÁRIAS E BIOLÓGICAS - Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Técnico Agrícola, Engenharia Ambiental, Medicina Veterinária, Zootecnia, Biologia ou áreas afins;
- b. SOCIAIS E HUMANAS – Ciências Sociais, Assistência Social, Psicologia, Pedagogia, Geografia ou áreas afins. A equipe também poderá ser formada por profissionais da área de agrárias com pós-graduação na área específica de conhecimento. (RENOVA, 2018, p.10).

Além da presença da multidisciplinaridade, a equipe de extensionistas da OCA possui outro grande diferencial em relação às realidades existentes no âmbito da prestação de ATER pública no Brasil: a média de extensionista/estabelecimento agropecuário. Contudo, cabe ressaltar que se entende que o contexto também é outro. As dificuldades são inúmeras, uma vez que o público a ser atendido foi impactado pelo maior desastre ambiental do país, o que requer, com toda certeza, mais atenção e presença nos serviços de reparação.

A título de comparação, a Emater possui escritório local em quatro dos cinco municípios do território analisado. Já a proporção média de extensionista para estabelecimentos da agricultura familiar por município vai de 1/65 até 1/392, muito além dos 1/15 famílias constantes no contrato firmado entre a OCA e a Fundação Renova. Os editais do governo federal, que são considerados um avanço para a realidade da ATER pública, geralmente, indicam a relação de 1/80, o que já é considerado um avanço para a realidade do país.

6.5. O território e as organizações coletivas da agricultura familiar na percepção dos extensionistas

Ao encontro dos dados apresentados ao longo deste documento, os extensionistas entrevistados percebem que o território, no contexto de produção agropecuária, é altamente dependen-

te da pecuária, especialmente a pecuária leiteira. Nesse cenário, foi destacado que parte dessa realidade pode ser atribuída também à existência dos laticínios na região e às características da cadeia, uma vez que essas empresas centralizam e dinamizam a produção por meio da coleta coletiva do leite nas propriedades ou nas comunidades dos próprios agricultores.

Os relatos expuseram um grande potencial da cadeia do leite: a facilidade maior de comercialização. Entretanto, esse fato pode também ser considerado um entrave para a diversificação produtiva. A diversificação das atividades é apontada pelos extensionistas como meio para amenizar a alta dependência do leite e colaborar com o processo de sucessão local – um dos maiores problemas a ser enfrentado devido ao êxodo rural por parte dos jovens, como já apontado neste relatório.

Dessa forma, os extensionistas acreditam que a diversificação produtiva é uma importante alternativa de emprego e de renda para os moradores do campo no território. Mas, reforçam que a organização social e produtiva ainda é baixa, bem como a eficiência das atividades desenvolvidas pelos agricultores, o que reflete nas baixas produtividades locais. Apontaram, também, sobre a ausência da mão de obra para atividades essenciais nos estabelecimentos agropecuários e sobre a questão de dependência da Fundação Renova após o rompimento de Fundão.

Ademais, além da questão da pouca eficiência produtiva, os relatos também trouxeram outros elementos considerados essenciais para se entender as realidades produtivas do território. As características geográficas, a pouca tecnificação das atividades agropecuárias e a falta de fomento e de incentivo público para o desenvolvimento do setor agropecuário, apesar da relevância no contexto territorial, conforme já descrito neste diagnóstico, foram destacados como elementos que corroboram para o entendimento dessas realidades locais.

Assim, o processo de restauração oriundo do rompimento da barragem de Fundão é percebido como um potencial alternativo para as realidades produtivas existentes, inclusive via prestação da ATER agroecologia e da busca da diversificação produtiva. Conforme dados de análise, apesar da problemática do êxodo rural por parte dos jovens no território, entre os impactados existem muitos jovens que gostariam de permanecer no meio rural, contudo, lidando com outras atividades que não a pecuária de leite, por considerá-la muito laboriosa.

De acordo com os extensionistas, os jovens enxergam que o processo de reparação, até o momento, vem resolvendo o problema das atividades produtivas dos pais, entretanto, as atividades culturais, de esporte e de lazer ainda não foram reestabelecidas de maneira integral. Esse fato é considerado mais um entrave para permanência juvenil no campo. No encontro da juventude, segundo depoimentos, parte dos jovens apontou que, além das questões citadas, falta assistência técnica para que eles possam se capacitar melhor e potencializar a produção, melhorando assim as condições socioeconômicas.

É importante ressaltar que o cenário territorial nem sempre foi esse, conforme vários relatos obtidos durante a pesquisa de campo. Os entrevistados descreveram que, anteriormente, a produção principal era cana-de-açúcar, devido ao número de usinas na região, mas a diversidade de cultivos alimentares também se fazia presente. O cenário começou a mudar quando essas usinas fecharam e o êxodo rural foi aumentado com os jovens saindo para estudar e buscar alternativas de vida e trabalho nas cidades, como pode-se observar no relato a seguir:

“ Há 14 anos atrás, quando inaugurou o escritório da Emater em Rio Doce, se produzia bastante milho, bastante feijão, né... hoje em dia não existe mais isso, é mínima a produção. Por quê? Porque não existe força de trabalho. Eu acho que não deve ser muito diferente nos outros municípios, né? [...] pouquíssima mão de obra, envelhecimento da comunidade rural, boa parte da comunidade rural é aposentada, né? E os jovens, geralmente os jovens não trabalham na comunidade, eles estudam fora, fazem faculdade ou estudam na outra cidade e depois que terminam os estudos vão embora, né? E quem tá ficando na roça? Só as pessoas de 60, 70, 80 anos e já são aposentados, né? Não dependem tanto da renda rural pra sobreviver e nós estamos aí nesse, nesse ambiente pra desenvolver ações extensionistas. (ADT 04).

Outro importante elemento destacado pelos extensionistas é a preferência dos próprios pais para que os filhos não fiquem no campo, em alguns casos:

“ Lá em Barra Longa é que os pais não querem que os filhos continuem na roça, eles preferem que vá estudar. Então eu percebo isso. Lá os jovens, tem poucos jovens, então a família às vezes não dá muita oportunidade pro jovem” (ADT 01).

A dependência dos programas assistenciais e a insuficiência de terras para cultivo também foram aspectos destacados pelos extensionistas, principalmente pelos agricultores que moram nos povoados. Ademais, também foi mencionado que parte da população rural mora no campo, mas trabalha na cidade, algo que vem se tornando cada vez mais comum no Brasil.

Muitos agricultores deixaram seus afazeres cotidianos para trabalhar nas empreiteiras que prestam serviços à Fundação Renova, entendendo que o serviço com carteira assinada é mais compensatório. Ademais, os impactados recebem valores mensais por meio de cartões emergenciais. Assim, alguns extensionistas citaram que essa nova realidade trouxe descontinuidade em alguns serviços de acompanhamento. O relato abaixo expõe essa situação de mudança no território:

“ [...] eu tive bastante problema com relação ao que veio de benefício, aqueles cartões [...] de ajuda pras famílias. Além disso, os restaurantes, porque lá em Santana do Deserto, por exemplo, hoje deve ter uns cinco, seis restaurantes lá, e o pessoal começou a absorver a mão de obra que tinha na agroindústria lá pra trabalhar no restaurante, né? A associação,

não era uma coisa que existia, só, só tem por exemplo, tinha PAA acabou, PNAE a gente tem, mas aí aquilo acaba. Então, [...] apareceu no caso, né? Essa oportunidade de trabalho lá nos restaurantes eles começaram a migrar. E outra coisa, o cartão também, [...] a gente sempre conversou sobre isso, não foi um dinheiro disponibilizado em maior quantidade pra pessoa fazer um investimento. É aquele negócio do pingado, todo mês a pessoa tem um valor e aí achou que tava assim, com a vida feita e muita gente não queria trabalhar mais não. Foi um problema. (ADT 04).

Cabe ressaltar que os extensionistas não tem a intenção de determinar o que é melhor para a vida dos agricultores. Percebe-se que eles se preocupam com esses atores, pois essas atividades via empreiteiras são provisórias. As atividades cotidianas foram secundarizadas ou até mesmo totalmente substituídas por atividades temporárias. O receio dos extensionistas é que, com o término do processo de reparação, os agricultores que se dedicaram a essa empreitada se sintam deslocados das suas atividades anteriores e, sem ânimo de recomeçar, isso potencialize ainda mais o êxodo rural no território em estudo.

Nesse cenário, percebe-se que as organizações coletivas da agricultura familiar podem desempenhar relevante papel na vida socioeconômica dos agricultores, podendo inclusive potencializar as atividades econômicas e minimizar o êxodo rural. Como já citado, as organizações coletivas da agricultura familiar no território possuem estreita ligação com os escritórios locais da Emater e com as gestões municipais, por meio das Secretarias de Agricultura ou de Desenvolvimento Rural. Essas, respectivamente, são as instituições que mais visam potencializar o associativismo no território. Dessa forma, é fundamental conhecer a percepção dos extensionistas sobre essas organizações, uma vez que se reconhece a importância do associativismo para o desenvolvimento rural. Os relatos dos extensionistas da Emater comprovam a importância da instituição na criação e na manutenção das organizações coletivas ligadas à agricultura familiar:



“[...] a Emater teve sim um papel fundamental nessas associações. Eu acho que talvez naquele momento era a coisa certa a se fazer. Hoje a gente talvez até analisa, né? Pra ver se talvez a gente fez certo. Mas, eu digo certo por causa dessa questão aí da comercialização, essas associações, elas são fundamentais nas comunidades, como forma, assim, de tá reunindo as pessoas, discutindo os problemas das comunidades, discutindo também o problema da produção, da comercialização. Às vezes um problema relacionado à saúde, à educação, transporte escolar, né? Então, isso é muito importante, e as associações são muito importantes nessas comunidades. E a Emater teve, e tem, esse papel muito direto, não só na constituição, mas na vida mesmo das associações. E aí, houve um aumento, e o trabalho se intensificou a partir do momento em que foram chegando aqueles recursos governamentais para as associações, depois veio o PAA depois veio o PNAE, na época do PAA então a gente teve um trabalho totalmente focado, direto, e muito intenso com as associações.” (ADT 06)

Os relatos comprovam também que apesar dos esforços dos extensionistas, de maneira geral, a cultura associativista na região é baixa e, como já mencionado neste relatório, as associações ainda são muito dependentes dos extensionistas para se manter funcionando, conforme os relatos abaixo descrevem:

“[...] Essa associação [...] é uma associação mais antiga. Ela foi criada em 1993. Então, essa associação tem 27 anos. A gente, assim, a Emater, sempre participou, desde a época, ajudou a criar essa associação, e desde essa época a Emater vem junto. Então, eu não sei te falar assim, “se não tivesse mais a Emater [...]”, não posso te falar se essas associações elas iam caminhar sozinhas, porque a gente sempre tá ali do lado auxiliando. (ADT 01).

“[...] nós temos oito associações. Uma de artesanato que elas caminham independentes, assim, é bem tranquilo, a gente dá apoio lá em algumas ações. As outras, quatro estão comercializando alimentação escolar e as outras três não. Mas, [...] a gente tenta promover a autonomia delas, mas precisa estar sempre ali, acompanhando, cuidando, porque ainda falta muito pensamento coletivo entre os membros. (ADT 03).

No caso da OCA, segundo os extensionistas, existem apenas três associações na área considerada impactada pelo rompimento da barragem de Fundão. No âmbito da prestação de ATER da OCA, os extensionistas já buscaram contato e iniciaram trabalhos junto com uma dessas associações, contudo, devido ao distanciamento social em virtude da pandemia do Covid-19, as articulações foram paralisadas. Após a situação se normalizar, é pauta dos extensionistas buscar novamente o diálogo com essas organizações para construção de trabalhos conjuntos.

6.6. Autoanálise da organização de ATER

Por meio de uma autoanálise realizada pelas organizações de ATER entrevistadas, foi possível elencar elementos positivos e negativos relativos à atuação, à organização institucional e ao futuro do trabalho. O objetivo dessa construção é proporcionar aos leitores a possibilidade de analisar essas realidades, a partir da perspectiva dos próprios extensionistas.

Os relatos indicaram que os elementos considerados positivos para o desenvolvimento dos trabalhos foram: a tradição da Emater; o capital social dos extensionistas, alinhando ao perfil e a credibilidade que construíram aos longos dos anos de trabalho; a formação adequada e as expertises conjuntas. O aprendizado com a formação histórica do território; estar integrado a uma rede maior de agroecologia; a possibilidade de desenvolver a agroecologia no território como processo de reparação em uma região típica de mineração e inserir-se nos trabalhos em grupos específicos de jovens e mulheres também foram fatores citados.

A possibilidade de criar políticas públicas contextualizadas às realidades locais para potencializar o desenvolvimento rural também foi destacada como fundamental pelos extensionistas. Entende-se, pois, que a construção da agenda comum e a possibilidade da realização do Fórum Independente de ATER no território constituem-se em importantes ferramentas para a construção participativa dessas políticas.

Por sua vez, os investimentos orçamentários insuficientes alocados na Emater e demais lacunas que derivam desse problema maior, algo recorrente nas empresas públicas de ATER brasileiras, foram apontados como sendo fragilidades que precisam ser superadas. A dificuldade em trabalhar com a agroecologia no território e em fechar uma estratégia quali-quantitativa para o desenvolvimento dos trabalhos também são obstáculos a serem superados.

O êxodo rural, descrito por diversas vezes neste diagnóstico, foi apontado como fator limitante pelos extensionistas, o que exige deles práticas metodológicas mais apuradas para amenizar essa situação. A presença de um ambiente conflitivo, gerado pelo rompimento de Fundão, e questões institucionais em relação à aceitação da agroecologia no processo de reparação foram outros pontos citados. Por fim, foi ressaltado, também, o engajamento insuficiente dos agricultores, os quais acham que o desenvolvimento das atividades deve ser feito exclusivamente pela Fundação Renova.

6.7. Lojas agropecuárias e seu papel na orientação técnica

As lojas agropecuárias são responsáveis pelo fornecimento de produtos que se posicionam à montante da propriedade rural, representando a indústria e comércio de insumos para produção agrícola e pecuária. Por exemplo, fabricantes de fertilizantes, medicamentos veterinários, fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos, ração animal etc. A natureza desses estabelecimentos comerciais revela a importância para a atividade rural e, não raro, também está associada ao propósito de orientação técnica, sobretudo ao uso e à utilidade dos produtos vendidos.

Todas as lojas agropecuárias que vendem medicamentos veterinários, agrotóxicos e demais insumos precisam ter um responsável técnico (RT). Não é necessário que o RT esteja na loja e acompanhe todas as vendas, mas é possível que ele seja um instrumento de orientação e de aconselhamento da venda. Com o anseio de verificar o papel das lojas agropecuárias na orientação técnica e no fornecimento de insumo, verificou-se no território as formas de atuação desses estabelecimentos. Em Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce identificou-se e colheu-se informações de 1(uma) loja agropecuária em cada município. Em Ponte Nova foram identificadas e acessadas 3 (três) e em Mariana 2 (duas) lojas.

Dessa forma, foi possível tecer constatações gerais e genéricas para todos os municípios. Com exceção de uma 1 loja agropecuária em Ponte nova, que se concentra na venda de produtos

para médios e grandes produtores de suínos, todas as outras agropecuárias comercializam seus produtos, essencialmente, aos pequenos produtores rurais. Em todos os estabelecimentos foi sinalizado a existência de algum tipo de orientação técnica. Em 4 lojas agropecuárias analisadas, há a presença de veterinários; dessas, duas afirmaram que os veterinários realizam atendimento na propriedade do cliente, entretanto, apenas atendimentos a animais domésticos. Inclusive, parcela significativa da venda de produtos veterinários e de ração é para esse nicho de mercado. Nas outras lojas agropecuárias, informaram a existência de veterinários, porém, a atuação na orientação técnica é parcial, visto que não há presença sistemática no estabelecimento. Nenhum dos estabelecimentos afirmou ter vínculo com agrônomos e, neste caso, quando a orientação técnica para agricultura exige conhecimento mais especializado, as lojas indicam que o cliente procure técnicos da Emater.

No que tange à venda de agrotóxicos, as lojas agropecuárias das cidades de Mariana e Ponte Nova alegaram não vender. Já nos outros municípios, há venda, sobretudo do glifosato. A comercialização não ocorre unicamente para o meio rural, uma vez que há grande consumo por moradores de partes urbanas para realização de capina química em lotes e em quintais. Fertilizantes são mais vendidos em período de safra e, principalmente, para a cultura do milho e da cana e para a fruticultura em pequena escala.

Lojas agropecuárias no território são, então, estabelecimentos comerciais que garantem orientação técnica, principalmente no balcão de venda, atrelada a produtos veterinários. Ademais, não oferecem orientação técnica agrícola e indicam a Emater como principal player de assistência técnica aos agricultores familiares.



MATRIZ FOFA: ELEMENTOS QUE FAVORECEM OU QUE LIMITAM A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO

A partir das análises empreendidas e com base nos dados coletados, tanto primários como secundários, em especial a partir da percepção dos entrevistados desta pesquisa, construiu-se uma matriz FOFA, que sintetiza elementos que a compõe: “Forças”, “Oportunidades”, “Fraquezas” e “Ameaças” à agricultura familiar. É importante ressaltar que essa matriz, como relatado, foi construída com base nos achados desta investigação científica e não direta e coletivamente com as organizações da agricultura familiar, como seria ideal.

Contudo, mesmo assim, trata-se de um importante exercício analítico que pode orientar a síntese de uma leitura concreta da realidade do território. Todos os elementos elencados na matriz são consonantes com as observações colhidas em campo, bem como com a revisão de literatura e com o respaldo dos dados censitários.

O exercício, apresentado a seguir, portanto, não é um retrato fiel da realidade, principalmente porque isso é uma questão de interpretação e depende de quem a enuncia. Entretanto, trata-se de uma síntese analítica de importantes aspectos da realidade territorial da agricultura familiar no Alto Rio Doce e, como tal, pode ser instrumento para despertar a reflexão de agentes públicos e privados interessados na leitura e na proposição de ações para o desenvolvimento rural e para o fortalecimento da agricultura familiar.

Como sintetizado na Matriz, o quadrante “Forças”, localizado como “Fator Interno”, refere-se a características da agricultura familiar do território que são concebidas como importantes para

MATRIZ FOFA

AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO ALTO RIO DOCE

Tabela 10 Matriz FOFA - Agricultura Familiar no território Alto Rio Doce

	 FATORES POSITIVOS	 FATORES NEGATIVOS
 FATORES INTERNOS	FORÇAS <ul style="list-style-type: none"> Famílias interessadas em permanecer no campo; Organizações de representação da agricultura familiar interessadas em construir projetos e ampliar a atuação; Predominância da agricultura familiar entre os estabelecimentos rurais no território; Existência de redes e movimentos em defesa da promoção da agroecologia e da agricultura familiar; Apoio da Emater e engajamento dos extensionistas; Quintais como fontes produtivas e matrizes da diversidade alimentar; Iniciativas educacionais voltadas ao público da agricultura familiar (EFA). 	FRAQUEZAS <ul style="list-style-type: none"> Baixa capacidade organizativa local; Falta de interação entre as organizações do território; Limitado acesso ao crédito; Baixa autonomia no acesso e na gestão de políticas públicas, como o PNAE; Acesso limitado a ATER; Gestão deficitária das organizações coletivas; Invisibilidade e marginalização das mulheres na produção agropecuária; Percepção de que não há “futuro” no rural com as atividades agropecuárias.
 FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none"> Existência de inúmeras organizações interessadas em apoiar e assessorar a agricultura familiar; Ampliação dos recursos investidos na retomada das atividades agropecuárias por meio da Renova e do Ministério Público; Presença de instituições de ensino e de pesquisa no território; Aumento gradativo do interesse da população por produtos alimentares de procedência (local, agricultura familiar, orgânico etc.); Consolidação do mercado institucional e ampliação da demanda nos municípios; Mercado privado; Exposição das fragilidades das cadeias longas de abastecimento alimentar frente a pandemia da Covid-19; Grande volume de alimentos demandados pelos mercados privados. 	AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none"> Falta de políticas públicas estruturantes para o desenvolvimento rural e para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios e decomposição da agenda pública federal de apoio à agricultura familiar; Falta de oferta de Crédito e de ATER e baixa capacidade operacional da Emater, devido à quantidade insuficiente de extensionistas; Visão fatalista sobre o futuro da agricultura familiar e da produção agrícola local; Verticalização da cadeia produtiva do leite: volatilidade de preços e dependência dos produtores em relação às grandes agroindústrias da região; Leituras contraditórias sobre a realidade social do rural e, assim, projetos com orientações distintas sobre os caminhos do desenvolvimento rural; Proposição de projetos de desenvolvimento descontextualizados da dinâmica socioeconômica da agricultura familiar; Evasão dos jovens.

Fonte: Dados desta pesquisa.

fortalecimento e que precisam ser consideradas em qualquer planejamento para que haja a valorização e a ampliação. Um elemento basilar na constituição das forças são as experiências organizativas e educativas da agricultura familiar, que explicitam interesse de representantes do segmento em construir novos projetos, conduzir o desenvolvimento rural e construir novos horizontes aos jovens por meio de escolas do campo, como as Escolas Família Agrícola (EFAs).

A agricultura familiar corresponde a maioria dos estabelecimentos rurais do território e isso indica uma força, porque dispõe de representatividade para fazer frente às agendas e demandas próprias. A presença qualificada da Emater no território e o engajamento dos técnicos nas pautas da agricultura familiar também são considerados uma força, fato sem o qual o segmento ampliaria a marginalização na economia e na esfera pública municipal. Ademais, um dos principais elementos que fortalecem a agricultura familiar é o interesse das famílias por ficarem no campo, mesmo diante de todas as adversidades. Esse é um aspecto cultural, inerente à resiliência das famílias.

Ainda na localização dos “Fatores Internos”, é preciso explicitar as “Fraquezas” identificadas como caracterizadoras da agricultura familiar no território. Um dos elementos principais, como produto histórico da falta de apoios e de políticas públicas, é a baixa capacidade organizativa local, expressa pela limitação em operar ações cooperativas, especialmente no âmbito econômico, tendo como referência inúmeras organizações formais constituídas, mas com baixo dinamismo nas atuações corporativas e deficiência na gestão, bem como a falta de interação entre as organizações locais do território.

As limitações de acesso ao crédito e à ATER são elementos que enfraquecem a agricultura familiar, uma vez que são essenciais à produção agropecuária e à qualidade de vida das famílias no campo. A invisibilidade e a marginalização das mulheres na produção também fragilizam a agricultura familiar ao deixar de valorizar o protagonismo feminino, que pode e faz a diferença na produção agropecuária e na liderança de agendas públicas. A trajetória e a conjuntura da agricultura familiar também se encarregaram de induzir a percepção de que o futuro no campo é limitado, o que é um ponto fraco, pois desmobiliza esforços para mudança da realidade.

Já em relação aos “Fatores Externo”, no quadrante das “Oportunidades”, estão relacionados elementos que podem ser aproveitados pela agricultura familiar para impulsionar as atividades econômicas agropecuárias e ampliar as condições de vida no campo. A existência de diversas organizações interessadas em apoiar e em assessorar as organizações da agricultura familiar, como organizações não governamentais e instituições de Ensino Superior, é uma grande oportunidade para desenvolvimento de projetos e acesso a investimentos, inclusive por meio de outra oportunidade: a ampliação de recurso destinados à retomada das atividades agropecuárias ligadas aos Termos de Ajustamento de Conduta pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. As mudanças no comportamento de consumo, orientados a produtos de procedência, a consolidação dos mercados de compra governamental de ali-

mentos e a grande demanda por alimentos nos mercados privados também indicam que há um horizonte próspero para a agricultura familiar.

Por fim, ainda associado a “Fatores Externos”, no quadrante das “Ameaças”, estão relacionados elementos que precisam de muita atenção e que colocam em risco o fortalecimento da agricultura familiar no território, mas que não estão ao alcance dos atores locais. Ausência de políticas públicas estruturantes para o desenvolvimento rural nos municípios, os quais empreendem ações imediatistas, e na conjuntura nacional, além da decomposição da agenda pública de apoio à agricultura familiar, associada à falta de crédito e de ATER para o segmento, são ameaças ao fortalecimento da agricultura familiar. Apesar de a Emater ofertar ATER a esse público, possui baixa capacidade operacional devido à quantidade limitada de extensionistas, associada a decisões políticas estaduais e municipais.

No âmbito econômico, a verticalização da cadeia produtiva do leite, que induz à especialização produtiva da agricultura familiar, como se não houvesse outras oportunidades viáveis à manutenção no campo, expondo os produtores à volatilidade dos preços e à dependência de grandes agroindústrias, apresenta-se como um risco à autonomia das famílias. Entretanto, contraditoriamente, esse fator foi, também, “uma saída” para que muitas das famílias permanecessem no campo. Essa conjuntura consolida também o fenômeno do êxodo rural, cada vez mais forte no território, especialmente com a evasão dos jovens das atividades agropecuárias.

A visão fatalista sobre o “fim” da agricultura, ou a incapacidade de produção da agricultura familiar, também desmobiliza esforços públicos e privados e altera o padrão institucional de apoio ao segmento, fortalecendo um equívoco gnosiológico. Outra ameaça atual são as diversas e contraditórias leituras sobre a realidade social do rural, que orientam projetos distintos, com proposições concorrentes de caminhos do desenvolvimento rural, muitas vezes justificados pelos “interesses locais”, mas estruturados sem a devida adequação sociotécnica de propósitos e de planos de trabalho.



AGENDAS ESTRUTURANTES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO

Neste capítulo do relatório, faz-se um exercício de síntese a partir das análises sobre o território, evidenciando e sistematizando o que se denomina aqui de “agendas estruturantes”. Optou-se por essa classificação porque o objetivo não é dizer como se deve promover o desenvolvimento, já que não existe uma receita específica possível de ser prescrita. Entende-se “agenda” como a própria literatura especializada em políticas públicas²⁴, um conjunto geral de temas, pautas, conteúdos considerados legítimos e merecedores de atenção, voltados à promoção do desenvolvimento rural sustentável.

As agendas foram adjetivadas como estruturantes porque se reconhece que o conjunto de conteúdos abordados se voltam à estruturação da agricultura familiar, considerado o segmento social majoritário no meio rural e de maior potencial para dinamizar a retomada das atividades agropecuárias e, conseqüentemente, da economia rural após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Nesse sentido, são agendas definidas como bases para o planejamento do desenvolvimento rural, capazes de estruturar, de organizar intervenções públicas e privadas em uma ordem, em uma disposição de sentido adequada ao que se analisou como potencialidades e limitações da agricultura familiar no território.

As agendas estruturantes aqui propostas, portanto, são orientações para subsidiar a definição de projetos voltados ao desenvolvimento rural. Elas condensam a percepção da equipe do

²⁴ Para aprofundamento ver Souza (2007).

projeto e são fundamentadas na percepção dos atores entrevistados, dos dados analisados e das análises anteriormente operacionalizadas neste relatório. Há, portanto, um lastro empírico importante, que consolida uma visão sistêmica sobre o território, com foco na agricultura familiar. O capítulo anterior, que apresentou a matriz FOFA da agricultura familiar, constituiu-se como um exercício de base, que subsidiou diretamente essas orientações. Ressalta-se que não se apresentará, a seguir, o detalhamento operacional de ações, mas a delimitação das agendas estruturantes.

As agendas e seus respectivos eixos de intervenção foram pensados a partir dos meios de vida das pessoas, não os marginalizando como “resultados” ou “externalidades” das políticas e dos projetos. É por isso que, apesar de didaticamente separadas, as agendas apresentadas estão integradas, pois incidem em processos sociais (incluindo as atividades econômicas) imbricados entre si e que dizem respeito à reprodução social das famílias. Acredita-se, portanto, que construir agendas estruturantes é um passo crucial diante da necessidade de investir esforços para edificar modelos sustentáveis de desenvolvimento e que isso não pode ser uma ação unidirecional, mas, propositadamente, uma ação colaborativa.

As agendas aqui propostas também foram elaboradas tomando como referência a Agenda 2030, que dispõe sobre 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela ONU. Trata-se de um Plano de Ação no qual os ODS se desdobram em 169 metas para “direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente” (ONU, 2015). Essa agenda global passou a orientar, internacionalmente, programas de desenvolvimento, ações empresariais e governos e tornou-se um marco para políticas públicas e para financiamento de projetos. Neste relatório, destaca-se as áreas de importância crucial da Agenda 2030, resumidas nos “5 Ps”: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, e espera-se que elas sejam centrais na construção de todas as proposições.

Com essa referência político-institucional para a elaboração das agendas estruturantes do desenvolvimento rural sustentável, pode-se investigar como os problemas, aos quais se pretende intervir, estão conectados a um contexto ainda maior de compromisso com a inclusão social e com a conservação da natureza. Identificou-se 9 ODS nos quais as agendas aqui propostas incidirão, ou seja, potenciais balizados no planejamento de projetos: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção sustentáveis; ODS 13 – Combate às alterações climáticas; ODS 17 – Parcerias em prol das metas.

Em seguida, foram definidas 5 Agendas estruturantes para o desenvolvimento rural sustentável no território Alto Rio Doce. As agendas não esgotam em si mesmas todos os temas merecedores de atenção para o desenvolvimento rural no território, mas sinalizam questões fundamentais, algumas já explícitas e com importantes iniciativas em curso, outras invisibiliza-



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Figura 12 Os 17 ODS.
Fonte: ONU, 2015.

das, mas todas pouco ou nada amparadas por políticas públicas e projetos estruturantes que dialoguem com os atores locais e as realidades organizativas. A síntese elaborada é seguida da definição de uma “diretriz geral”, que enuncia o sentido das ações de cada agenda; e de “eixos de intervenção”, que condessam categorias de ações com potencial para a organização de projetos territoriais.

8.1. Fomento aos circuitos curtos de comercialização e de promoção da segurança alimentar



Diretriz Geral:

Apoiar ações e políticas públicas que conectam produtores e consumidores e incidam na ampliação da oferta e do consumo de alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar local, contribuindo com a geração de renda e com a segurança alimentar no campo e na cidade.



Eixos de intervenção:

- 1 Protagonismo das mulheres e valorização dos quintais produtivos;
- 2 Mercados institucionais de compra de alimentos da agricultura familiar, públicos e privados;
- 3 Integração da agricultura familiar com outros setores da economia;
- 4 Feiras Livres;
- 5 Educação alimentar nas cidades;
- 6 Certificação orgânica e agroecológica;
- 7 Comercialização de alimentos por meio de plataformas digitais.

Descrição:

Essa agenda é estruturante de uma série de medidas que podem apoiar a diversidade da produção agrícola, geração de renda para agricultura familiar e abastecimento alimentar das

idades. As constatações deste relatório mostraram a contradição entre a verticalização de certas cadeias produtivas, a evasão dos jovens e envelhecimento do campo, mas também a grande demanda por alimentos saudáveis, questões que fundamentam as medidas necessárias.

A pandemia da Covid-19 expôs ainda mais a importância da agenda de fomento aos circuitos curtos de comercialização e de promoção da segurança alimentar. Ficou evidente o aumento da demanda por produtos locais, saudáveis e de procedência. O isolamento social impulsionou a (re)aproximação entre produtores e consumidores e fez expandir o uso de aplicativos de mensagens e de plataformas digitais para mediar a comercialização local de alimentos. Os cidadãos ficaram mais preocupados sobre onde comprar e como estão se alimentando, intensificando, assim, o vínculo entre alimentação e saúde, que simbólica e operacionalmente impele à valorização da agricultura familiar.

Como este estudo mostrou, os circuitos curtos de comercialização oportunizam maior autonomia econômica às famílias agricultoras e são importantes alternativas para a demanda de cestas variadas de produtos. A diversificação das fontes de renda, como constatado na análise, contribui para a reprodução social. Esse contexto, portanto, alia a construção social de mercados de conexão direta entre produção e consumo à resiliência das famílias agricultoras e à promoção da segurança alimentar.

Um dos principais pontos de destaque para a formatação dessa agenda é **apoiar a estruturação dos quintais nas propriedades rurais e o papel das mulheres na produção de alimentos e na conservação da natureza**. Este relatório já mostrou a invisibilidade histórica das mulheres agricultoras, mas também a importância que elas possuem no território. Definir uma ação direcionada ao protagonismo das mulheres na produção de alimentos, assumindo-as como “guardiãs” da sociobiodiversidade e agentes da restauração ecológica, é uma pauta alinhada à promoção da igualdade de gênero e à segurança alimentar.

Os quintais, espaços produtivos que guardam importante relação com o abastecimento das famílias e dos mercados governamentais de compra de alimentos, como PNAE, precisam ser ressignificados e compreendidos nesses termos. Sem uma ação direcionada às mulheres e respectivos espaços de protagonismo, o território perde a oportunidade de impulsionar a produção diversificada, aliando-a com a sustentabilidade. Essa é, sem dúvida, a linha mestra dessa agenda estruturante, que permeia as demais orientações.

Os mercados institucionais, como o PNAE e o PAA, são mecanismos fundamentais para a construção de circuitos curtos e para a geração de renda no campo. Os municípios do Alto Rio Doce já possuem participação importante nessas políticas, especialmente no PNAE. Contudo, apesar de a obrigação legal ser 30%, de acordo com a Lei Federal 11.947/2009, as possibilidades de expansão desse mercado são grandes, principalmente em Ponte Nova e Mariana,

municípios com maior potencial de aquisição. **Fortalecer o arranjo institucional de implementação do PNAE e ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar, apoiando suas organizações na superação dos desafios operacionais e logísticos**, pode resultar num círculo virtuoso: a prefeitura compra da agricultura familiar local, oferta alimentos saudáveis à população; por sua vez, os agricultores investem recursos no comércio local, que paga tributos, e intensifica o consumo.

Além desse mercado institucional de compra pública, uma alternativa no território é **induzir a compra de alimentos da agricultura familiar por restaurantes corporativos, vinculados a grandes indústrias, como das mineradoras, e apoiar a organização da agricultura familiar para seu abastecimento**. Isso amplia a demanda, mas exige que a oferta tenha escala e regularidade, demonstrando que outras agendas estruturantes precisam ser empreendidas para viabilizar essa ação.

Nessa mesma linha, as cidades históricas e turísticas, como Ouro Preto e Mariana, **poderiam criar incentivos ao turismo sustentável e promover interseções entre a produção de alimentos e de artesanatos da região para abastecer pousadas e restaurantes com comidas e tradições** de procedência, que elucidem a história regional e criem valor, entregando uma experiência mais completa e customizada aos turistas,

Além dessas ações citadas, outros canais de comercialização precisam ser valorizados. As Feiras Livres há muito figuram espaços de interação entre produtores e consumidores e possibilitam o acesso a alimentos frescos à população. Contudo, como constatou-se neste relatório, elas precisam ser admitidas como estratégias de desenvolvimento rural. É preciso **qualificar a organização das feiras, melhorar sua infraestrutura e direcioná-las como feiras da agricultura familiar, dando condições para participação ampliada de agricultoras e agricultores e controlar a participação de varejistas locais**. Na pesquisa de campo, percebeu-se que algumas feiras são mantidas como tradição, mas sinalizam pouco apoio público e falta de vinculação dessa estratégia com outras, como oferta de crédito e ATER. Ademais, a participação é majoritária das mulheres, fator que deveria ser valorizado e remete às considerações anteriores sobre protagonismo da mulher do campo.

Diante disso, e tendo em perspectiva o contexto pós-pandemia, será necessário que o poder público assuma seu papel como agente do desenvolvimento sustentável e empreenda **campanhas de educação alimentar na cidade e nas escolas**. O consumo de alimentos localmente produzidos, além de gerar renda para a agricultura familiar, é uma ação que pode ser aliada da saúde pública. As pastas de saúde e agricultura integram-se no esforço institucional de promover a segurança alimentar e nutricional.

Para tanto, não basta incentivar a produção agrícola local, é preciso produzir alimentos saudáveis de forma sustentável. **Apoiar os processos de certificação participativa or-**

gânica e agroecológica que acontecem nos municípios, fortalecendo a articulação regional do Sistema Participativo de Garantia (SPG), faz parte da iniciativa de se pensar e agir sobre a transição produtiva, para agregar valor aos produtos da agricultura familiar e ofertar à sociedade produtos naturais e sem agrotóxicos. Muitas famílias do território estão envolvidas nesse processo e apresentam uma inovação importante para ser valorizada na região.

O período de distanciamento social, como mencionado acima, impulsionou a venda on-line de alimentos. Isso foi importante em todo o Brasil e continuará sendo após a pandemia. Porém, o suporte às famílias agricultoras para construir essa relação comercial também será necessário.

Apoiar o acesso à internet, capacitar os(as) agricultores(as) e dar suporte à venda direta de alimentos por meio de tecnologias digitais de comunicação são ações cruciais para ampliar a renda das famílias, bem como para orientar o consumo no município. Esse mecanismo de venda tem sido protagonizado por muitos jovens, socializados com as redes sociais, e isso pode dinamizar esse circuito de comercialização, bem como induzir o engajamento dos jovens na atividade agropecuária.

Essa agenda, como se pode ver, incide diretamente em um problema que é global e uma demanda que é pautada aos municípios: alimentar sociedades cada vez mais urbanizadas. A preocupação sempre maior com a saúde humana e sua base alimentar é o que orienta esses eixos. A conexão entre produção e consumo, por diversas formas, é capaz de construir novos hábitos e dinamizar a econômica local. Essa é uma agenda fundamental para a realidade dos municípios pós-pandemia e poderá ajudar os gestores públicos a planejarem políticas para o desenvolvimento rural sustentável.

8.2. Fortalecimento das organizações econômicas coletivas da agricultura familiar



Diretriz Geral:

Contribuir para o desenvolvimento da capacidade organizativa do território, fortalecendo organizações coletivas da agricultura familiar, com foco em cooperativas e associações, tornando-as mais autônomas e capazes de assumir protagonismo nas cadeias produtivas.



Eixos de intervenção:

- 1** Planejamento e gestão da organização;
- 2** Integração entre as organizações e fortalecimento das redes dos agricultores familiares;
- 3** Capacitação, educação cooperativa e criação de oportunidades para os jovens;
- 4** Ampliação do escopo de atuação e da inteligência mercadológica das organizações.

Descrição:

Essa agenda é transversal a todas as outras e diz mais sobre a necessidade de fortalecer estratégias coletivas existentes do que sobre ampliar o número de organizações formalizadas. A proposta da agenda é estruturar ações que ampliem a autonomia das organizações da agricultura familiar, com foco em cooperativas e em associações.

Este relatório mostrou os desafios de âmbito gerencial e o baixo envolvimento de cooperados na gestão e no funcionamento das cooperativas. Também revelou algumas experiências pouco exitosas do cooperativismo no território e associações em situação de fragilidade e de dependência em relação ao poder público. Conhecer a realidade organizacional das inúmeras associações e cooperativas importa para trazer mais clareza sobre os desafios a serem superados. A realidade organizacional refere-se a um diagnóstico de gestão envolvendo uma leitura dos processos e das atividades desenvolvidas pelas organizações no âmbito da relação com os associados, com o mercado e com outras instituições.

No entanto, ao longo das discussões deste relatório, é possível compreender o importante papel que as associações e as cooperativas desempenham em diferentes cadeias produtivas, a exemplo do leite. É inegável o papel estratégico destas organizações também para o acesso a políticas públicas e para acessar aos mercados diversos, como o PAA e PNAE, oriundo de programas públicos, e mercados que extrapolam os limites municipais, a exemplo de casos mencionados neste relatório.

Contudo, é importante compreender que os dados deste diagnóstico chamam atenção não apenas para a quantidade de organizações, mas, sobretudo, para a qualidade dessas orga-

nizações. Não significa olhar apenas para a organização como entidade, mas a organização como o ato de organizar e, assim, extrapolar a mera formalidade de ter um CNPJ, ampliando as oportunidades dos agricultores familiares. No sentido de ampliar a capacidade organizativa local e fortalecer as organizações e cooperativas, o primeiro eixo de intervenção é direcionado ao planejamento e a gestão das organizações. As cooperativas, como agentes econômicos que viabilizam a mediação entre o cooperado e o mercado, são organizações cuja finalidade está intimamente ligada a esse processo comercial, ou seja, a natureza jurídica indica a finalidade econômica. Tal afirmativa sugere que a **gestão é um elemento (uma condição) para a prosperidade**. Relações com o mercado e com os cooperados são rotineiras e controles financeiros são importantes para garantir a transparência visando perenidade da organização.

Ao analisar as cooperativas e as associações no território, notou-se que um dos maiores desafios está na gestão. Cooperados relatam que não querem se envolver em gestão e/ou que não têm conhecimento do que precisa ser feito. Em resumo, não querem assumir a gestão e possuir receita das complexidades da administração do negócio. Por isso, **investir em apoio/assessoria para planejamento e gestão é um foco essencial para garantir o bom funcionamento das organizações**.

A organização interna, das documentações e dos processos gerenciais rotineiros, colaborará não só para evidenciar a legalidade da organização, mas também para gerar aprendizado de questões básicas ligadas à gestão. A contabilidade das organizações entra nessa toada. Vista como “bicho de sete cabeças”, a contabilidade precisa ser desmitificada. Nesse sentido, um acompanhamento sistemático ajudará os cooperados a se envolverem nas questões organizacionais. Cooperativas e associações são atores cruciais para a efetivação de qualquer estratégia voltada à agricultura familiar. Ao reestruturar a gestão das organizações coletivas, a agricultura familiar será fortalecida.

A formação de uma associação ou de uma cooperativa precisa se sustentar em uma rede de agricultores familiares e criar identidade com a comunidade. No território analisado, já existem várias redes intersetoriais que apoiam a agricultura familiar, como as redes de agroecologia, as redes de restauração florestal, as redes de pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento rural, entre outras. Valorizar essas redes e aproximá-las das organizações coletivas ajuda a buscar convergências para o desenvolvimento rural.

Um dos princípios do cooperativismo que precisam ser considerados nessa agenda é a intercooperação. A integração entre as organizações é tão importante quanto pensar nas organizações de forma singular. Criar uma rede de organizações da agricultura familiar potencializa as conexões e fortalece os laços existentes. **Quanto mais integrados em rede, mais os agricultores criam relações de confiança e de identidade que irão nutrir a perspectiva do trabalho coletivo**. Desta forma, promover o debate sobre os desafios das associações e cooperativas em nível de território é uma estratégia a ser considerada.

Atuar com o cooperativismo no território, e não com uma cooperativa específica, significa incorporar ao debater os desafios compartilhados e a criação de laços que extrapolam os limites geográficos. Não se consegue constituir uma cooperativa regionalizada se os laços entre os agricultores estão restritos aos limites municipais. É possível criar uma conexão da expertise da universidade com as cooperativas estabelecendo uma forma sistemática de acompanhamento. Nesse sentido, é importante estabelecer um evento voltado ao cooperativismo e ao associativismo no território, cujo centro do debate seja as organizações e as oportunidades que elas podem criar. Quanto mais canais de diálogo sobre o tema, menor a resistência em aderir.

Para gerar esse capital social, essencial às organizações, é preciso mais que ensinar gestão. A educação cooperativista, prevista como um dos princípios do cooperativismo na Lei 5764-71, que regulamenta as cooperativas, é um trabalho pedagógico e comunitário que visa fortalecer a cooperação, construir essa identidade citada e aguçar o senso de responsabilidade com o trabalho coletivo. **Processos de capacitação e de educação voltados à prática da cooperação e ao cooperativismo mostram-se preponderantes quando se analisa a realidade das organizações do território.**

O diagnóstico revelou que muitos cooperados vinculados às organizações formais reconhecem que elas não funcionam e admitem desconhecer as organizações e a gestão. Esse fato pode gerar afastamento, comprometendo a fidelização. Para manter um processo coletivo e o funcionamento das organizações de forma efetiva, é importante construir um processo educativo que incite ao processo cooperativo e amplie o conhecimento sobre a cooperativa e a cooperação.

É necessário elaborar um plano de formação baseado nos princípios da educação cooperativa para que os cooperados se capacitem para a efetiva participação. Também é importante ter cursos específicos para os jovens e para as mulheres, estejam esses atores vinculados a uma organização pelos núcleos familiares ou não. O envolvimento dos jovens direciona-os para o processo de sucessão nas organizações. Desta forma, o jovem será inserido no processo organizativo do território e poderá assumir o protagonismo da organização. O envolvimento das mulheres também incide sobre isso, além de contribuir com a igualdade de gênero e qualificar a gestão.

Por fim, constata-se a importância de compreender as cooperativas como organizações capazes de diversificar a renda dos agricultores familiares, ou seja, como instrumento de acesso a mercados que extrapolam os limites municipais. Porém, **é preciso ampliar a inteligência mercadológica das organizações.** Segundo o criador do conceito, José Augusto Minarelli (2009), a inteligência mercadológica é a capacidade de perceber oportunidades, desenvolver bens e serviços, assim como vendê-los, visando prover soluções que acompanham a evolução da demanda.

Nesse sentido, com mais capacidade de gestão e com maior engajamento dos cooperados, é possível alcançar mercados mais promissores e melhorar as condições de vida dos agriculto-

res. A conexão com mercados institucionais de grande porte, como os restaurantes corporativos, passa pelo fortalecimento das cooperativas e das associações. Sugere-se aqui ampliar a discussão das condições de acesso a novos mercados, análise de infraestrutura necessária e o planejamento e organização da produção.

8.3. Ater e financiamento para a produção sustentável de alimentos



Diretriz Geral:

Ampliar a oferta de ATER e de produtos e serviços financeiros adequados às especificidades das famílias rurais e ao fomento da produção orgânica e agroecológica.



Eixos de intervenção:

- 1 Ampliação da oferta de ATER e a interação regional das entidades prestadoras desse serviço;
- 2 Apoio e ampliação da atuação de cooperativas de crédito;
- 3 Fomento à produção orgânica e à agroecológica.

Descrição:

Entende-se aqui que a ATER, o acesso ao crédito e a produção orgânica e agroecológica estão relacionados entre si. ATER é concebida não apenas como orientação técnica com foco em aumento de produção agrícola, mas também como instrumento pedagógico voltado ao desenvolvimento rural que se atenta a elementos socioprodutivos e comerciais. Compreende-se o acesso ao crédito como condição de investimento e as cooperativas de crédito como o mecanismo mais adequado à realidade da agricultura familiar. Nesse contexto, a agroecologia não é entendida apenas como práticas agrônômicas voltadas para a sustentabilidade, mas como novos meios de vida e de integração das famílias nos agroecossistemas.

A partir das realidades descritas neste relatório, resultado de pesquisa com atores do território, identifica-se que o acesso à assistência técnica e à extensão rural é limitado e que a Emater, principal agente de ATER, possui baixa capacidade operacional devido às limitações de recursos humanos, ou seja, a quantidade de extensionistas é insuficiente diante da demanda latente. Sinaliza-se para a necessidade de **ampliar a oferta de ATER, mas uma ATER que extrapole os problemas produtivos e consiga compreender as estratégias de reprodução social das famílias e sua relação com o ecossistema.**

A articulação de ATER é outro ponto estratégico no território. Entrevistas com agentes de extensão rural revelaram que as organizações de apoio à agricultura familiar atuam de maneira isolada e que há divergências entre elas sobre as leituras da realidade rural. **Efetivar e dar continuidade ao Fórum Independente de Articulação de ATER** é estratégico para que possa haver mais trabalho colaborativo e construção conjunta de projetos para o território. Percebeu-se que uma oportunidade é a existência de inúmeras organizações interessadas em apoiar e assessorar a agricultura familiar. Assim, com a existência de uma rede de ATER, articulada em fórum, pode-se canalizar esforços para problemas mais latentes e criar convergência de agendas, potencializando as ações desenvolvidas.

Outro eixo de intervenção que carece de descrição se refere à falta de oferta de crédito, já sinalizada na pesquisa e reforçada no quadro de pontos fortes e fracos do território. A limitação de acesso a instituições financeiras nos municípios de menor porte é uma realidade. Porém, a existência de instituição financeira também não significa acesso a crédito em condições adequadas à realidade das famílias agricultoras. Logo, **garantir condições adequadas de acesso a crédito e serviços financeiros é uma agenda crucial para o desenvolvimento da agricultura familiar.** Nesse sentido, sinaliza-se que o apoio e a ampliação da atuação de cooperativas de crédito no território representam condição de superação dos desafios relacionados à oferta de serviços financeiros.

As cooperativas de crédito já possuem forma de funcionamento consolidada e normatizada pelo Banco Central e por seus sistemas cooperativos. Há inúmeras diferenças entre as cooperativas e as instituições bancárias tradicionais, mas, no cerne da questão, está um modelo de gestão democrático, cujo resultado financeiro é revertido para a própria instituição ou dividido aos cooperados proporcionalmente às suas operações financeiras. Como as cooperativas não visam lucro, o foco é no cooperado e na vida financeira desse ator social, além de assumir como princípio, a preocupação com a comunidade. O desafio é compreender qual o sistema mais adequado à realidade do território e às demandas financeiras da agricultura familiar e orientar a instalação nos municípios.

Com base nessas condições, na Zona da Mata Mineira, há mais de uma década, existem cooperativas de crédito da agricultura familiar, surgidas das próprias organizações locais, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), cuja preocupação central é esse segmento. Nesse

contexto, o sistema Cresol, voltado ao crédito rural e ao microcrédito urbano, também possui programa próprio de oferta de ATER.

Na Zona da Mata, por exemplo, em parceria com a UFV, a Cresol oferece assistência técnica a produtores de leite, buscando qualificar a produção e orientar melhores investimentos na cadeia produtiva. Apoiar a constituição das cooperativas pode ser uma estratégia para viabilizar crédito e outros serviços associados, bem como contribuir para a organização social da agricultura familiar. Além disso, empreender junto com instituições que ofereçam programas de educação financeira incidirá na necessidade de mudança nas práticas de gestão dos recursos financeiros pelas famílias.

O fomento à produção orgânica e agroecológica está conectado aos eixos de ampliação ATER e de acesso ao crédito. Por meio da pesquisa, identificou-se que o uso de agrotóxicos no território é significativo na visão dos entrevistados e que a matriz de produção convencional já é questionada por diversos agricultores. Produtos orgânicos e agroecológicos também são fontes de agregação de valor, pois o mercado reconhece que produtos livres de agrotóxicos possuem valoração maior em relação aos convencionais. Portanto, não se trata apenas de conversão de matriz produtiva, mas de novos meios de vida e de integração das famílias nos próprios agroecossistemas.

Orientar a ATER e a disponibilizar crédito para a produção orgânica e agroecológica é parte integral dessa agenda e orienta sobre como a reestruturação produtiva deve seguir. Assim, não basta ampliar a produção agropecuária, mas fazer isso integrando a saúde humana e a conservação e recuperação da natureza. Dessa forma, é necessário consolidar a capacitação, a disseminação de novas tecnologias e o conhecimento que assegurem a produção sustentável de alimentos e os recursos financeiros em condições adequadas para viabilizar essa transição, bem como a ampliação de espaços de socialização de ações dos projetos voltados a essa lógica produtiva.

Para acessar mercados formais com produtos de origem, baseada na prática da agroecologia ou da produção orgânica, a certificação parece ser um processo central. Assim, produtos orgânicos livres de agrotóxicos precisam de Selo de Certificação Orgânica atestado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Desse modo, o já mencionado processo organizativo do SPG ganha ainda mais relevância e consolida-se como estratégia ao próprio fortalecimento da produção de base agroecológica. Nesses termos, o envolvimento de diversos atores é preponderante para disseminar e fortalecer as experiências de produção orgânica e agroecológica e essa ação demanda políticas públicas.

8.4. Desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira familiar



Diretriz Geral:

Incidir na reestruturação da pecuária leiteira familiar, ampliando a produtividade e a qualidade do leite, e estruturar uma governança regional nessa cadeia produtiva, centrada na agricultura familiar e suas organizações coletivas.



Eixos de intervenção:

- 1 Organização dos produtores de leite nos municípios e integração regional;
- 2 Melhoramento genético dos rebanhos e assistência técnica e acompanhamento sistemático da pecuária leiteira familiar;
- 3 Crédito adequado à pecuária leiteira familiar;
- 4 Sistemas familiares de produção sustentável de leite e associados à restauração ecológica.

Descrição:

Como apresentado neste relatório, a cadeia produtiva do leite é a mais proeminente do setor agropecuário e tem ampla participação na formação do PIB do setor em todos os municípios analisados. O número de famílias de que dela dependem é grande e crescente e, por isso, essa cadeia produtiva foi definida como uma agenda específica, apesar de se compreender que as outras agendas também impactarão nessa pauta, já que todas dizem respeito aos meios de vida das famílias e não apenas a uma atividade econômica.

Essa agenda estruturante orienta-se para o reposicionamento da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite. Essa proposição é fundamentada pelos dados e análises anteriormente apresentados, os quais mostraram a agricultura familiar e as associações de produtores de leite marginalizadas na cadeia, sem agregação de valor, dependentes da indústria e cada vez mais integradas a ela.

Nesse sentido, a proposta da agenda é estruturar ações que ampliem a autonomia das organizações da agricultura familiar na cadeia e, assim, das famílias que investiram nessa atividade econômica, visando ampliar também a renda dela decorrente. Aborda-se o reposicionamento porque se trata de refletir sobre como a agricultura familiar será integrada à cadeia, compreendendo que a indústria, representada por importantes laticínios da região, permanecerá dominante, com grande influência sobre preços, demandas e ofertas.

Essa agenda é a mais dependente das outras, apesar de ser a mais singular. Uma primeira interseção, basilar aos objetivos da agenda, é **fortalecer a organização coletiva de produtores de leite nos municípios e promover sua integração regional, buscando construir uma governança territorial da pecuária leiteira familiar**. A complexidade da cadeia produtiva do leite e a verticalização nesse setor exigem escala e gestão integrada da produção e da comercialização. Agricultores familiares isolados tornam-se meros fornecedores dependentes da indústria ou produtores para consumo próprio. Por sua vez, as associações de produtores de leite municipais isoladas possuem grande limitação para coordenar a atividade e tendem a manter uma escala relativamente baixa, com baixa capacidade de viabilizar a mediação com os laticínios e organizar a oferta do leite.

O reposicionamento da agricultura familiar e a ampliação de sua participação econômica na cadeia demanda, essencialmente, a organização da produção. Construir projeções de viabilidade dessa empreitada é pensar a organização coletiva municipal, com as associações já constituídas, representando núcleos produtivos locais, mas integrados a uma organização cooperativa regional, que apresente modelo organizacional mais robusto e que seja a mediadora comercial da agricultura familiar. A agregação de valor e o processamento do leite figuram também como uma alternativa importante e possível para ampliar a autonomia e a renda das famílias produtoras de leite. A viabilização econômica de uma agroindústria, voltada primordialmente para a agricultura familiar e assentada sobre aquela estrutura de governança cooperativa regional, é uma etapa posterior que precisa estar em perspectiva.

Logo, faz-se necessário ressaltar que queimar etapas poderá resultar em um custo considerável a esse processo e um risco à própria agricultura familiar. Iniciar a atividade de agroindustrialização e (re)inaugurar um laticínio da agricultura familiar, como poderia ser o caso de Mariana, que já possui a estrutura física pronta, sem a devida mobilização e organização das associações e cooperativas e capacitação de seus associados, é aqui considerada um equívoco. O problema e a solução não estão na disponibilização da estrutura de processamento de leite, mas no processo de governança da cadeia produtiva.

Esse fato está associado, necessariamente, a outras intervenções que podem contribuir para ampliar a produtividade e a qualidade do leite produzido pela agricultura familiar, imprescindíveis aos objetivos dessa agenda. Uma consideração dos próprios laticínios, que reforçou a percepção de vários atores da região, é que a qualidade do leite é baixa, o que reduz o preço

pago pelo litro do leite. Além disso, a produtividade média da região está abaixo da média estadual e tem ainda grande potencial de melhoria. Esses dados estão relacionados à qualidade dos rebanhos, à infraestrutura de produção e ao manejo em geral.

Promover o melhoramento genético dos rebanhos e prover assistência técnica e acompanhamento sistemático da pecuária leiteira familiar é uma etapa fundamental para qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia e melhorar os rendimentos com essa atividade. Essa ação diz respeito à reestruturação da produção familiar do leite, com adoção de tecnologias e novas práticas que interferem no cotidiano e no orçamento familiar. Por isso, essa ação precisa ter as pessoas como centro de planejamento e não apenas os rebanhos.

Essa agenda demanda atenção dos governos locais na promoção de políticas públicas estaduais e federais e na articulação direta com as organizações dos agricultores e com a indústria. Trata-se mesmo de pensar o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira familiar, estruturada como um programa regional, que precisa ser assim planejado, com possibilidade de configuração de um consórcio intermunicipal que articule as prefeituras para reduzir custos e dinamizar as ações.

Refletir sobre o financiamento adequado dessa atividade será importante e, como mencionado em outra agenda estruturante, isso pode ser feito em parceria com cooperativas de crédito, que possuem em sua essência a cooperação e a orientação para seus cooperados. **Linhas de crédito customizadas para a pecuária leiteira** podem ser planejadas com condições especiais, adequadas às necessidades e aos tempos de produção e de comercialização do leite e seus derivados. Além disso, uma instituição bancária próxima aos produtores pode ajudar a organizar a vida financeira das famílias e orientar investimentos mais eficazes.

Todas essas ações precisam, no entanto, ser assentadas sob a premissa da produção sustentável do leite, ou seja, **adequar o sistema familiar de produção de leite para reduzir seus impactos na natureza**, gerando ainda mais valor à pecuária leiteira familiar da região. A região já possui alto índice de degradação ambiental, com redução das coberturas vegetais do solo e o empobrecimento dele, e uma atividade extensiva, sem preocupação ambiental, levará à degradação da própria atividade econômica ao longo prazo. O consorciamento de pastagens, a implantação de sistemas agrossilvipastoriais e outras medidas que integram a **pecuária leiteira familiar como agente de restauração florestal** podem ser um diferencial competitivo para esse setor e ajudar a gerar renda complementar às famílias.

Essa agenda estruturante, portanto, articula propostas de intervenção voltadas ao desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira familiar, tendo em perspectiva o reposicionamento na cadeia, tanto para ampliar a autonomia e a renda auferida, como também para explorar nichos de mercado cada vez mais amplos, preocupados com os impactos que o produto causa na natureza. Inclusão social e relação harmônica com a natureza são valores a serem explorados como diferencial competitivo na cadeia produtiva da pecuária leiteira familiar. Contudo,

a construção dessa agenda precisa seguir um fluxo botton up, de baixo para cima, endógeno, induzindo a cooperação como elo estruturador da ação econômica e de um processo regional de governança colaborativa na cadeia.

8.5. Fomento à educação do campo e à cultura e formação sociotécnica da juventude rural



Diretriz Geral:

Reconhecer as Escolas Família Agrícola (EFAs) como instituição educacional adequada ao desenvolvimento rural sustentável e dotá-las de condições para que possam exercer a formação sociotécnica da juventude e a promoção cultural nas comunidades rurais.



Eixos de intervenção:

- 1 Estruturação e ampliação das EFAs;
- 2 Formação técnica de jovens rurais adequada à produção agropecuária e conservação e restauração de ecossistemas;
- 3 Promoção cultural e resgate de tradições;
- 4 Integração entre as EFAs e as universidades.

Descrição:

O envelhecimento da população rural, associado ao êxodo dos jovens, é uma tendência projetada a partir dos dados estatísticos, fundamentada por uma série histórica de décadas de ocorrência desse fenômeno. A falta de oportunidades no meio rural, incluindo educação, cultura e trabalho, consolida um cenário trágico para a produção agropecuária e para a sociedade rural. Contudo, não se pode enunciar constatações fatalistas sobre esse cenário, pois diversas experiências regionais emergem e destacam-se no processo de construção de alternativas efetivas para a formação dos jovens e para fixação desses atores no campo.

A educação, historicamente, assumiu papel relevante de condicionamento da população rural rumo à cidade, especialmente os jovens, reproduzindo valores e significados que simbolicamente representam a vida no campo como uma condição pretérita (atraso), fazendo alusões diretas à realidade da vida na cidade e reduzindo o rural ao agrícola. Além disso, a ausência histórica de serviços públicos e de políticas públicas adequadas à agricultura familiar e à vida no campo fortalece a migração e o êxodo.

Na contramão disso, como mostrou o relatório, estão as Escolas Família Agrícola – EFAs, que se orientam pela educação do campo, em regime de pedagogia da alternância, e pela agroecologia, ensinando e promovendo sistemas produtivos que conservam e restauram os ecossistemas. São escolas técnicas que formam jovens rurais para que possam continuar no campo, valorizar o rural e integrar a formação curricular à realidade das comunidades rurais. Não são escolas tradicionais, pois emergem das próprias comunidades, e são gerenciadas por organizações locais em parceria com diversos atores que incidem no desenvolvimento rural e os quais buscam desenvolver projetos comunitários com o protagonismo dos estudantes. Essas escolas associam a formação técnica à formação social e cultural, buscando imergir nos territórios em que estão sediadas, como é o caso do Alto Rio Doce.

Nesse território, duas EFAs possuem atuação direta, apesar de não estarem sediadas em um dos 5 municípios deste estudo: a EFA Paulo Freire, sediada em Acaiaca, e a EFA Camões, sediada em Sem Peixe. São instituições enraizadas no território, na realidade da agricultura familiar, e que compartilham os desafios, porque são parte integrante, são espaços protagonizados por trabalhadores e trabalhadoras rurais, por jovens que vivem no e do campo. Com propriedade, esses atores articulam projetos em diversos municípios e orientam a atuação dos estudantes, por meio de projetos nos respectivos municípios de origem. Essas escolas possuem parcerias efetivas com universidades, prefeituras, entidades de ATER, cooperativas etc. Isso as coloca em grande diferença quando comparadas com as escolas convencionais, porque o compromisso delas não é apenas oferecer conteúdo acadêmico ou treinamento técnico, mas promover o desenvolvimento rural sustentável, função social que lhes confere legitimidade como vetores institucionais de uma agenda estruturante para o território.

A **estruturação e ampliação das EFAs** é registrada neste relatório como um eixo de intervenção importante, que precisa ser admitido como política pública. Essas escolas passam por inúmeros desafios para se viabilizarem, já que os recursos do governo não são suficientes. São as próprias comunidades e parceiros que ajudam a manter as instituições e assegurar o importante papel extensionista. Investir na infraestrutura das escolas, para a oferta de ambientes salubres e pedagogicamente adequados à formação da juventude, assim como criar novas escolas para ampliar a oferta de vagas, são alternativas salutares para propiciar novas realidades de integração dos jovens com o rural.

É importante ressaltar que a preocupação com a juventude é basilar, pois a sucessão rural é um tema estratégico para o desenvolvimento rural. As outras agendas poderão criar oportunidades e necessidade de trabalho no setor agropecuário, mas isso demandará o engajamento dos jovens para garantir a continuidade das ações. Não basta, assim, criar projetos para novas atividades econômicas, ou seja, mudança estrutural, se eles não forem acompanhados de novos comportamentos, de uma mudança simbólica, de uma nova apropriação dos jovens pelo espaço rural e pelas atividades agropecuárias.

Considerando a capilaridade das EFAs e o papel que assumem, é preciso também **dotá-las de condições para que elas empreendam atividades extensionistas e educativas de formação sociotécnica de jovens rurais**, para além dos próprios estudantes. Nesse sentido, criar um programa coordenado de atuação das EFAs em prol da juventude rural, para a oferta regular de atividades formativas, poderá auxiliar no processo de fortalecimento institucional, e também, sobretudo, oportunizar o relacionamento dessas escolas com as comunidades rurais, integrando um grande número de jovens e os socializando em espaços pedagógicos que refletem sobre a vida rural, a produção agropecuária e a sustentabilidade ambiental.

Além disso, as EFAs estão assumindo um papel significativo no resgate cultural, na valorização das tradições regionais e dos povos originários e, por isso, na integração social das comunidades rurais. A realidade de esvaziamento e urbanização do campo sinaliza para a continuidade da perda das matrizes culturais ancestrais e para as tradições que as integram, fundamentando a proposição de que as EFAs também assumam um programa de **promoção cultural e de resgate de tradições das comunidades rurais**, contribuindo para a formação de capital social e de identidade.

Para potencializar essa agenda, uma estratégia é **viabilizar a integração entre as EFAs e as universidades**. Isso já acontece, mas de maneira voluntária. Em um processo de desenvolvimento e expansão das EFAs, as universidades poderiam assumir um papel de “incubadoras”, não para tutelar o processo e as escolas, mas para assessorar e criar oportunidades que extrapolam planos de trabalho pontual. Poderiam contribuir fornecendo estagiários, criando projetos de ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a experiência dos jovens rurais no cotidiano das universidades, enfim, formalizando uma relação institucional que contribua mutuamente com os partícipes, convergentemente com a juventude e, assim, com o desenvolvimento rural sustentável.

Essa agenda é estruturante, portanto, de um conjunto de eixos de intervenção que subscrevem as EFAs como instrumento institucional de operacionalização. Elas constituem o modelo educacional mais adequado para a demanda do território. Apesar de atualmente fragilizadas pela falta de amparo, representam a resiliência da agricultura familiar, pois, mesmo diante de inúmeras fragilidades, realizam seu potencial e entregam à sociedade importantes resultados, como formação de jovens e projetos comunitários.

8.6. Governança territorial e seu papel na execução de uma agenda estruturante

Para que as agendas estruturantes se desloquem do plano teórico para subsidiar a construção de estratégias territoriais, é necessário pensar na importância dos atores que estão presentes, como eles se relacionam e se articulam em rede, e no processo de governança desencadeado por essas conexões. Assim, um pressuposto para colocar em prática projetos no território Alto Rio Doce é compreender e fortalecer um processo de governança territorial e pensar ações a partir das interações que já foram mapeadas neste relatório técnico.

Segundo Dallabrida (2006), o termo **governança territorial** refere-se às iniciativas ou às ações que expressam a capacidade de uma “sociedade”, organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos **atores** sociais, econômicos e institucionais. Isso significa que o processo de organização em rede, com envolvimento de diferentes atores, potencializa tomada de decisões e criação de oportunidades coletivas.

O contexto atual, do pós-rompimento da barragem de Fundão, levou a novas formas de governança territorial e induziu organizações de agricultores familiares a assumir novos papéis, como participar de diferentes projetos, com diferentes concepções, e, até mesmo, envolver-se com inúmeros atores distintos e deparar-se com novos cenários para o desenvolvimento territorial ou para o manejo de recursos naturais. Isto é observado principalmente a partir de novos discursos que acompanham as tendências dos projetos de incentivo à organização formal da agricultura familiar e à restauração florestal.

Ao longo deste estudo, destaca-se um aprendizado: as relações sinérgicas constituídas entre diferentes atores, e destes com as organizações locais da agricultura familiar, tornam-se importantes na medida em que vão consolidando bases sociais de cooperação. Essas relações formam o tecido social no qual as organizações se alicerçam, potencializando a mobilização de recursos, de pessoas e de ações para uma proposta compartilhada de transformação da realidade social e econômica da agricultura familiar.

Porém, com base nas reflexões apresentadas neste relatório, constata-se que as conexões entre os atores ligados à agricultura familiar são limitadas, principalmente quando tenta-se compreender as conexões das organizações dos agricultores familiares com outras organizações. Pelos resultados apresentados, é perceptível a presença de inúmeros atores intervindo no desenvolvimento rural e com objetivos similares relacionados: **ao fortalecimento da agricultura familiar e da produção agropecuária.**

Contudo, a percepção de sobreposição de projetos, da divergência de leituras da realidade e da proposição de alternativas, sinaliza para a importância de construir uma governança mais colaborativa nesse território. **A interação entre os atores é fundamental para socializar**

experiências e integrar esforços e agendas estruturantes e intersetoriais. A maneira como esses atores interagem condiciona as estratégias e as capacidades institucionais deles de alterar o curso das experiências.

Constatou-se com esta pesquisa que os atores possuem relações distintas entre si, expressando uma configuração reticular diferente em cada município, o que resulta em formas de atuação igualmente distintas. Diversos atores atuam junto aos produtores rurais dos municípios analisados. Muitos deles compartilham funções, modos de trabalho e de interação, além de possuírem objetivos complementares; outros sequer conhecem as iniciativas em curso ou possuem contatos com organizações que atuam no mesmo tema e território. É importante, assim, compreender quem são os principais atores e a configuração das redes do desenvolvimento rural estruturadas nesses municípios. Os atores e a forma como eles se relacionam são cruciais para a concretização das agendas estruturantes e para o desenvolvimento rural sustentável.

Esses apontamentos estão na direção do ODS 17 - fortalecer os meios de implementação e revitalizar as parcerias para o desenvolvimento sustentável. Esse ODS sinaliza para um elemento central do processo de desenvolvimento mencionado neste relatório: as parcerias (conexões). O ODS em questão reforça o papel das parcerias para o desenvolvimento sustentável, a inclusão do elemento multisetorial do compartilhamento de conhecimento, de expertise, de tecnologia e de recursos financeiros, para apoiar a realização de objetivos de uma agenda estruturante do desenvolvimento.

Além disso, importa incentivar a capacidade de construir parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil. A governança territorial perpassa pela edificação das capacidades organizacionais e relacionais dos atores da agricultura familiar. Efetivar uma proposta de desenvolvimento rural sustentável do território perpassa pela capacidade de compreender e fortalecer as conexões entre os atores.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Org.). **Desarrollo rural**: Organizaciones, instituciones y territorios. Ediciones Ciccus: Buenos Aires, 2006. p. 51-70.
- ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2004.
- ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**. New Delhi, India: April 14, 2010.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Bacias Hidrográficas do Atlântico Sul – Trecho Leste**: sinopse de informações do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Sergipe. Brasília: ANA, 2001.
- ALVES, L.; ALVARENGA, C.; CARDOSO, E.; CASTRO, N.; SAORI, S.; TELLES, L. Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais: **Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata**, 2018.
- AMOROZZO, M. C. C. **Agricultura tradicional, espaços de resistência e o prazer de plantar**. Recife: SBEE, 2002.
- APPENDINI, K.; NUIJTEN, M. El papel de las instituciones los contextos locales. **Revista de la Cepal**, Santiago del Chile, n. 76, p. 71-88, abr. 2002.
- ARAÚJO, E. R.; FERNANDES, F. R. C. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: GUIMARES, P. E.; CEBADA, Juan Diego Pérez. **Conflitos Ambientais na**

- Indústria Mineira e Metalúrgica:** o passado e o presente. Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Universidade de Évora e Rio de Janeiro, 2015. p. 65-88. Disponível em: https://www.cetem.gov.br/imagens/publicacoes/livros/caimm/livroEVORA_separatas_07-06-16_Parte2.pdf. Acesso em: 06/04/2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Inclusão Financeira**. Brasília, 2011.
- BARBACENA. Censo Agropecuário revela aumento no número de estabelecimentos em MG. **Barbacena – Portal de Notícias**. 1 ago. 2018. Disponível em: <https://www.barbacenamais.com.br/gente/66-em-destaque/10836-censo-agropecuário-revela-aumento-no-numero-de-estabelecimentos-em-mg>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 72, 1979.
- BELCHIOR, G. P. N.; PRIMO, D. A. S. A responsabilidade civil por dano ambiental e o caso Samarco: desafios à luz do paradigma da sociedade de risco e da complexidade ambiental. **Revista Jurídica da FA7**, Fortaleza, v. 13, n. 1, 22 fev. 2016, p. 10-30. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/38>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- BRASIL. Lei Federal 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispões sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 24 de mar. 2020.
- BUAINAIAN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável:** questões para debate. Brasília: IICA, 2006.
- BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade:** cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó: Argos, 2010.
- CAMPOS S. K.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.
- CARNEIRO, M. G. R. et al. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**, n. 8, v. 2, p. 135-147, 2013.
- CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais. **Política e Sociedade**, v. 14, p. 301-331, 2009.
- CÓCARO, H., RODRIGUES, Y. O., TEODOLINO, F. C., LOURENÇO, F. J. C. Preços de hortifrutigranjeiros comercializados na cidade de Rio Pomba/MG: comparativo entre PNAE, feira livre e varejo. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 20651-20657, oct. 2019. ISSN 2525-8761. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/3958>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- COELHO, André Luiz. Modelagem hidrológica da bacia do Rio Doce (MG/ES) com base em imagens SRTM (Shuttle Radar Topography Mission). **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 22, p. 116-131, 2007.
- COHEN, Jacob. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2. ed. New York: Editora Routledge, 2013.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE (CBH-DOCE). **A Bacia**. 2020. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>. Acesso em: 30 maio 2020.
- CUPOLILLO, F.; DE ABREU, M. L.; VIANELLO, R. L. Climatologia da Bacia do Rio Doce e sua relação com a topografia local. **Revista Geografias**, v. 4, p. 45-60, 2008.
- DIESAL, V.; NEUMANN, P. S.; Sá, V. C. de. **Extensão Rural no contexto do pluralismo institucional**: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos de reforma agrária no RS. Ed. Unijuí, 2012.
- ELLIS, F. Rural livelihood diversity in developing countries: evidence and policy implications. **Natural Resource perspectives**, n. 40, abr., 1999.
- ELLIS, F. **Peasant economics**: farm households and agrarian development. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- ESPINDOLA, H. S. **Sertão do rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.
- ESPÍNDOLA, H. S.; WENDLING, I. J. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 24, n. 39. p. 177-197, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n39/a09v24n39.pdf>. Acesso em: 21 de mai. 2017.
- ESPINDOLA, H. S.; MORAIS, J. C. P. P.; AQUINO, B. P.; ESTEVES, A. C. G.; MARINS, R. F. Nada se perde, tudo se consome: mercantilização dos recursos florestais e ocupação de terras em Minas Gerais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), São Paulo. 2011.
- ESPINDOLA, H. S. O Rio Doce e a emancipação da economia nacional (Brasil). **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 5, n. 1, p. 10-27, 2015.
- EVANS, P. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 178-209, 1996.
- FERRARI, D. L. **Cadeias Agroalimentares Curtas**: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina. 2011. 345 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FERREIRA, A. S.; OLIVEIRA, J. T. A.; BORSATTO, R. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Benefícios e entraves do programa de melhoria da qualidade genética do rebanho bovino (pró-genética) no estado de Minas Gerais. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 40, n. 2, fev. 2010. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2010/tec1-0210.pdf>. Acesso em: 30 mar. de 2020.
- FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: <http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território serra do brigadeiro**: redes, atores e instituições. 2015. 242 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- FREITAS, A. F. **Dinâmicas de implementação do programa de alimentação escolar**. 2017. 223 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, 2017.

- FREITAS, A. F.; FERREIRA M. A. M.; FREITAS, A. F. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 9-28, jan./mar. 2019.
- GALDINO, M. S. S.; NORONHA FILHO, J. B.; GOMES, E. I. A.; SOUZA, E. P. Programa Nacional de Crédito Fundiário no Nordeste Brasileiro. **Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**. v. 9, n. 2, p. 11-19. 2019. Disponível em: <http://www.reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/665>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GREGOLIN, A, C.; DANSA, C. V. A.; YARA, A. Potencializando apoios institucionais e parcerias na formação de profissionais para assistência técnica e extensão rural: o curso técnico em agropecuária e desenvolvimento sustentável em Unaí/MG. **LIV CONGRESSO DA SOBER "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento"**. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/148488/>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- LABRA, M; FIGUEIREDO, I. Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos Conselhos de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEMIEUX, C. A escrita sociológica. In: PAUGAM, S. **A pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LIN, Nan. **Social capital**: Theory of Social Structure and Action. Cambridge University Press, 2001.
- LOPES, Luciano Motta Nunes. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1, p. 1, 2016.
- MACHADO, M. D. **Canais de distribuição para produtores da agricultura familiar**: um estudo de hortaliças. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado) – UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3540/DissMDM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- MARQUES, P. E. M.; FLEXOR, G. **Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural**: indagações em torno dos papéis sociais e ambientais da agricultura. 2006. Disponível em: http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Paulo_Eduardo_Moruzzi_Marques.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.
- MARSDEN, T.; BANKS, J. & BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40 (4), p. 424-438, 2000.
- MAY, P.; ALONSO, L.; BARBOSA F. A. R.; BRITO, M. C. W. D.; LAUREANO, F. V.; SÁNCHEZ, L. E.; KAKABADSE, Y. Alternativas para meios de vida em paisagens rurais da Bacia do Rio Doce após o rompimento da Barragem do Fundão: criando oportunidades para o futuro. **Painel do Rio Doce**, n. 1, 2019.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MELO, T. G., SCOPINHO, R. A. Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso de uma cooperativa de trabalhadores rurais do Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto (SP). **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, v. 18, n. 1, p. 123-136, 2015.

- MEYER, R., BUCHENAU, J. Individual lending in rural finance: the IPC Model. In: **Seminário Current Issues on Microfinance**, Joanesburgo, África do Sul, 2003.
- MILANEZ, B. Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana (MG) é o maior acidente ambiental da História do Brasil. **Verbetes. Banco de dados do Centro de Tecnologia Mineral**. 2015. Disponível em: <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=213>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MOREL, A. P. et al. Negócio Feira Livre: Análise e Discussão sob a Perspectiva do Feirante. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ed. 1, 2015.
- MOURA, N. F.; RESENDE, E. M. S.; ABREU, L.; SANTOS, M. M. E. Construção e fortalecimento da agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais: a experiência de ATER Agroecologia em foco. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2015. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18911/0>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- NEUMANN, M.; LEÃO, G. F. M.; COELHO, M. G.; FIGUEIRA, D. N.; SPADA, C. A.; PERUSSOLO, L. F. Aspectos produtivos, nutricionais e bioeconômicos de híbridos de milho para produção de silagem. **Arch. Zootec.**, 66 (253), p. 51-58, 2017. Disponível em: <https://www.uco.es/ucopress/az/index.php/az/>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/2/>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- PINHEIRO, K. A. P. N. História dos hábitos alimentares ocidentais. *Universitas*. **Ciências da Saúde**, v. 3, n. 1, p. 173-190, 2005. Disponível em: <https://www.gti.uniceub.br/cienciasaude/article/view/553>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA. **O encontro dos rios Carmo e Gualaxo**. 2017. Disponível em: <https://www.barralonga.mg.gov.br/index.php/noticias2/item/283-o-encontro-dos-rios-carmo-e-gualaxo>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna** (3a ed.). Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- REINHART, C. M.; REINHART, V.; TREBESCH, C. Global cycles: capital flows, commodities, and sovereign defaults. **American Economic Review**, v. 106, n. 5, p. 574-80, 2016.
- REGINO, J. A. **Ações de guerra sem o uso de armas: o serviço especial de saúde pública no vale do rio Doce/MG**. 2007. 135 f. Dissertação. (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. 2007.
- RIBEIRO JUNIOR, O. P.; NARDI JUNIOR, G. Importância do manejo reprodutivo na bovinocultura leiteira. **5ª Jornada Científica e Tecnológica da FATEC de Botucatu**. Botucatu – São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.jornacitec.fatecbt.edu.br/index.php/VJTC/VJTC/paper/viewFile/736/1014>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec Anpur, 1998, p. 15-20.

- SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). **Convênio para recuperar rio Doce beneficiará 3,1 milhões de pessoas**. 2015. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/1-ultimas-noticias/307-convenio-para-recuperar-rio-doce-beneficiara-31-milhoes-depessoas>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEAMA). **Espírito Santo e Minas Gerais discutem revitalização da Bacia do Rio Doce**. 2016. Disponível em: <https://seama.es.gov.br/espírito-santo-e-minas-gerais-discutem-revita>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 93-142.
- SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, v. 18, n. 51, p. 99-192, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15988>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Realocação da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.
- SILVA, J. F. **Da especialização produtiva ao rompimento da barragem de Fundão**: uma análise da resiliência econômica para o município de Mariana/MG. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.
- SILVA, P. F.; ZAMBRANO, T. F.; ACOSTA, G. S. Comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos - um estudo exploratório. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 4, n. 5, p. 46-65, set./out. 2019. Disponível em: <http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/273>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- SIMÕES, M. J.; AUGUSTO, A.; CRUZ, D.; WOLF, J. Desafios para os diagnósticos sociais: aprofundamento e reconfiguração. In: **Mundos Sociais: saberes e práticas**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2008. ISBN 978-972-95945-4-0.
- SOUTO JR. J. F. A engrenagem da produção de frutas: Estado, empresários e trabalhadores no Vale do São Francisco. **Revista de Ciências Sociais**, n. 50, p. 213-230, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/40029>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- SOUZA, L. M. **A agenda e as agendas no Brasil**. Coronos, v.7, n. 1, p. 79-101, 2006.
- SOUZA, K. B.; RIBEIRO, K. C.; OCCHI, L. C. M. O atual cenário do consumo de alimentos orgânicos. **Anais do IX Simpósio de Engenharia De Produção De Sergipe**, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7683/2/CenarioConsumoAlimentosOrganicos.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- TELLES, L.; ALVARENGA, C.; FREITAS, A. F. A economia das agricultoras agroecológicas no Brasil e suas estratégias para a construção de autonomia. **Otra Economía**, vol. 12, n. 22, p.166-180, 2019. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14829/9478>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- VIANA, J. P. **Os pescadores da bacia do Rio Doce**: subsídios para a mitigação dos impactos socioambientais do desastre da Samarco em Mariana, Minas Gerais. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016. (Nota técnica n. 11).

- VIEIRA, F. Distribuição, impactos ambientais e conservação da fauna de peixes da bacia do rio Doce. **MG Biota**, v. 2, n. 5, p. 5-22, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/19130924/Distribui%C3%A7%C3%A3o_impactos_ambientais_e_conserva%C3%A7%C3%A3o_da_fauna_de_peixes_da_bacia_do_rio_Doce. Acesso em: 30 jun. 2020.
- VITÓRIA, F. C.; BANDINI, B.; SILVA, E. R.; ALMEIDA, J. R. Desastre ambiental da barragem de Fundão, Mariana, MG – Análise de impactos socioambientais. **Revista Internacional de Ciências**, v. 9, n. 3, p. 2-15, 2019.
- VRIESMAM, A. K.; OKUYAMA, K. K., ROCHA, C. H., NETO, P. H. W. Assistência técnica e extensão rural para certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar. **Revista Conexão**, UEPG, v. 8, n. 1, p. 138-149, 2012. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3929>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- XAVIER, A. L. **História Local E Identidade: Educação Patrimonial E Cidadania A Partir Da Comunidade De Anna Florência, Ponte Nova (Mg)**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, 2018.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- WEICK, K. E. **A psicologia social das organizações**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1973.
- WILKINSON, John. **Mercados, Redes e Valores: O Novo Mundo da Agricultura Familiar**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2008.
- WOOLCOCK, M; NARAYAN, D. Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy. **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000.



10

ANEXOS

ANEXO I - Panorama socioeconômico e demográfico dos municípios

A bacia hidrográfica do Rio Doce abrange uma área de 83.431 quilômetros quadrados. Dessa extensão territorial, pouco mais de 86% localiza-se no estado de Minas Gerais – 71.852 quilômetros quadrados, área distribuída entre aproximadamente 202 municípios do estado (VIEIRA, 2009), sendo que cerca de 90% deles possui menos de 20 mil habitantes. Ademais, um terço da população da bacia vive na zona rural (SEMAD, 2015), em região cujos meios de vida se baseiam, historicamente, na exploração e uso, muitas vezes degradante, da natureza (ESPINDOLA, 2015).

A cobertura vegetal da Bacia do Rio Doce, de bioma Mata Atlântica, permaneceu relativamente conservada até o início da década de 1930. Durante as três décadas que se seguiram, o processo de desmatamento ocorreu de forma generalizada, primeiramente, para extração de madeiras nobres e, posteriormente, para fabricação de carvão vegetal para fundição (ESPINDOLA et al., 2011). Atualmente, estima-se que 95% da extensão territorial abrangida pela bacia caracteriza-se por capoeiras e pastos, demonstrando a extensão do processo de degradação, bem como a representatividade da atividade agropecuária na região (SEAMA, 2016). Nas zonas rurais, encontram-se áreas em estágio avançado de desertificação, processos erosivos e nascentes desprotegidas (SEMAD, 2015).

De acordo com Espindola (2015), o processo de ocupação da bacia do Rio Doce data do final do século XIX, ocorrendo, inicialmente, nas áreas de maior altitude e depois em direção ao vale do rio Doce. As primeiras comunidades estabeleceram-se em clareiras abertas na mata, onde a atividade agrícola de autoconsumo era baseada na cooperação entre vizinhos e na realização de mutirões, explicitando experiências de cooperação e gestão comum de recursos naturais, as quais foram substituídas por ações individualistas e concorrenciais de exploração do solo em torno da propriedade privada.

Foram vários os eventos históricos que orientaram a transformação dessa forma de viver e de produzir em uma economia baseada na exploração de recursos naturais, em geral entrelaçados com o contexto nacional. Entre eles, dois merecem especial atenção. O primeiro evento foi o início da construção, no final da década de 1930, da BR-116, rodovia federal conhecida por Rio-Bahia, que permitiu a ligação de municípios da bacia do Rio Doce com o estado do Rio de Janeiro, gradativamente, induzindo a valorização das terras e a expansão da pecuária bovina. Esse processo culminou na dissolução das comunidades de vizinhança, de forma que boa parte de seus integrantes se converteram em meeiros agregados às fazendas de gado (ESPINDOLA, 2015).

O segundo evento diz respeito à decisão governamental de exportar em larga escala o minério de ferro fartamente encontrado na bacia do Rio Doce. Essa decisão culminou na criação da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale S/A, e na construção da estrada de ferro Vitória/Minas, que possui como principal objetivo escoar essa produção. Nesta época, também se iniciou, em Minas Gerais, o que hoje é o maior polo siderúrgico da América Latina, com a implantação de grandes usinas, tais como: a Belgo Mineira (1935), a Acesita (1944) e, posteriormente, a Usiminas (1962). Além do ferro, durante a segunda Guerra Mundial, destacou-se na região a extração de minérios não metálicos, por exemplo, pedras coradas e mica, utilizada na construção de radares (REGINO, 2007; ESPÍNDOLA; WENDLING, 2008).

Paralelo a esse movimento, ocorreu o aumento populacional e a necessidade de expansão da rede elétrica. Como consequência, a bacia do Rio Doce possui, atualmente, o maior número de pequenas e médias barragens elétricas em Minas Gerais, em comparação a outras bacias do estado (CUPOLILLO; DE ABREU; VIANELLO, 2008). As atividades de mineração e de silvicultura de eucalipto, ambas de grande porte, firmam-se nesse contexto. Outras atividades econômicas expressivas que se estabeleceram na bacia foram as fábricas de celulose, usinas de açúcar e de álcool, frigoríficos e curtumes (ANA, 2001). Ainda, destacam-se a exploração de pedras preciosas e semipreciosas e, como citado, a atividade agropecuária, na qual predominam a pecuária de corte e leiteira, a suinocultura, a cafeicultura, bem como os cultivos de cana-de-açúcar, banana, milho, feijão, mandioca e arroz. (CUPOLILLO; DE ABREU; VIANELLO, 2008; CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Portanto, a história da ocupação territorial mineira e da bacia do Rio Doce está diretamente vinculada à exploração de seus recursos naturais (ARAUJO; FERNANDES, 2015). Esse conjunto

de atividades, em particular da indústria e da mineração, condicionou a sobrecarga dos recursos hídricos ocorrida nas últimas décadas, principalmente, por meio do descarrego de poluentes e da construção de barramentos (ANA, 2001; VIEIRA, 2009). Tal processo, que caracterizou a bacia hidrográfica do Rio Doce como uma das mais degradadas do estado de Minas Gerais (SEMAD, 2015), atingiu seu ápice com o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, na tarde de 5 de novembro de 2015.

Considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil, o rompimento da barragem de Fundão despejou rejeitos de mineração de ferro diretamente sobre o rio Gualaxo do Norte, deixando devastação no caminho dos 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos, destruindo, totalmente, o distrito de Bento Rodrigues e, parcialmente, o distrito de Paracatu de Baixo. A onda de rejeitos percorreu aproximadamente 590 quilômetros de extensão na bacia do Rio Doce até a foz, em Linhares, no estado do Espírito Santo (MILANEZ, 2015).

O rio Gualaxo do Norte desagua no rio do Carmo, situado no município de Barra Longa. Esse encontro de corpos fluviais constitui o “Conjunto Paisagístico do Encontro dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte” – bem cultural tombado pelo decreto nº 158 de 1 de março de 2007 “por seu valor ambiental, ecológico, paisagístico e cultural” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA, 2017). Nota-se que a própria denominação do município deriva do conceito geográfico relativo ao encontro entre mananciais, a chamada “barra”. Rio abaixo, o Carmo é recebido pelo rio Piranga, o maior formador do rio Doce, na região de limite entre os municípios de Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (COELHO, 2007).

O rio Doce, principal manancial da bacia, com 853 quilômetros de extensão até o seu ponto de desague no oceano atlântico, semanas após o desastre, recebeu a lama que seguiu mar adentro e, ainda, acometeu a costa do distrito de Linhares, no Espírito Santo, chegando até o litoral do estado da Bahia. Ao longo de todo o percurso da lama, foram registrados impactos socioambientais e danos humanos imensuráveis, tais como a perda de vidas humanas de trabalhadores da empresa e de moradores das comunidades próximas, o desalojamento de aproximadamente 600 famílias, bem como a destruição de 1.469 hectares de vegetação, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APP), a morte de animais aquáticos e terrestres, a perda de qualidade da água e a interrupção do abastecimento, que foi sentida em toda a extensão da bacia (BELCHIOR; PRIMO, 2016). Outra importante consequência foi a redução ou a proibição das atividades econômicas da população diretamente afetada.

No curto prazo, os estratos da população mais afetados foram aqueles antes empregados nas atividades de mineração e os que desempenhavam atividades agropecuárias. Além disso, setores como o de turismo, da indústria de laticínios e da pesca tiveram suas atividades restringidas. O rompimento da barragem de Fundão marcou, definitivamente, a vida social e econômica daqueles que dependiam direta e/ou indiretamente das atividades desenvolvidas no trajeto dos rejeitos, sejam elas nas zonas rurais, sejam nas cidades.

O processo de reorganização da vida social e econômica passa, desde então, por constantes mudanças. Em decorrência dos danos, foi elaborado, pelo Ministério Público, um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), ou seja, uma série de ações que visam minimizar os impactos causados. Para cumprir o termo, foi criada a Fundação Renova, instituição de direito privado e sem fins lucrativos responsável por gerir os recursos indenizatórios pagos pela Samarco e suas acionistas Vale e BHP Billiton, a fim de indenizar e de reparar danos causados aos atingidos.

É nesse cenário de reparação e de retomada das atividades econômicas, sobretudo as agropecuárias, que se insere o PROATER. A necessidade de assistência técnica a famílias agricultoras ao longo da bacia sempre figurou nas discussões e na prospecção de projetos para retomada das atividades agropecuárias. Apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural, articulando atores, agendas e projetos e construindo convergências para o desenvolvimento rural, foi o objetivo que orientou essa proposta. Para isso, definiu-se a importância de sistematizar dados e informações sobre a realidade dos municípios, consubstanciando uma análise socioterritorial para instrumentalizar tomadas de decisão e ações de atores ligadas aos processos de desenvolvimento rural.

Na próxima seção, serão apresentadas informações sumárias de caráter sociodemográfico e econômico dos municípios mineiros atingidos e localizados na região denominada Alto Rio Doce – Mariana, Barra Longa, Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce –, com o objetivo de contextualizar as realidades dessas localidades e de orientar as demais empreitadas deste relatório.

Decidiu-se por manter esse tópico estruturado e sumarizado de forma direta, a partir das estatísticas descritivas, para ser fonte de consulta pelos atores do território, uma vez que se identificou em campo as limitações de acesso aos dados por parte de todas as organizações entrevistadas. Ademais, são utilizadas bases de dados secundárias e consultas à literatura existente sobre a região e os temas abordados. Essa seção apresenta, assim, uma descrição sumária de dados que caracterizam os municípios e sua produção agropecuária, explicitando os aspectos da realidade rural e indicando dados de forma direta, a qual baseará as reflexões posteriores.

O objetivo, portanto, é caracterizar, socioeconomicamente, os municípios abrangidos pelo PROATER, apresentando dados que possam ser usados para fortalecer e para nortear os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) que são prestados na região, com ênfase na retomada sustentável das atividades agropecuárias neste território. Sendo assim, além de apresentar realidades inerentes aos cinco municípios de atuação do PROATER (Barra Longa, Mariana, Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado), este documento pretende realizar reflexões que contribuam para que atores do desenvolvimento rural possam construir novas leituras sobre a realidade, considerando dimensões importantes da constituição dos meios de vida das famílias rurais e da dinâmica socioeconômica da agricultura familiar.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

População

A última contagem populacional em território brasileiro ocorreu no Censo Demográfico do ano de 2010. A partir desse parâmetro e de informações dos componentes do crescimento demográfico (mortalidade, fecundidade e migração), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza o Método das Componentes Demográficas para projetar a população nos demais anos.

Ao consultar a matriz metodológica do cálculo, percebe-se que o fator migração é o único componente negativo (ou seja, que indica decréscimo populacional) no estado de Minas Gerais, e que esse componente em particular é construído com base em séries históricas. Nos cinco municípios analisados, houve decréscimo populacional em apenas dois e, como veremos abaixo, isso pode ser explicado pela tendência migratória observada em pesquisas censitárias passadas. Portanto, não há indicações de que os números estejam relacionados com ocorrências posteriores ao ano de 2010. A Figura 13 ilustra essas informações.

O município de Mariana possuía, aproximadamente, 60.724 habitantes em 2019, um incremento populacional estimado de 12% em relação a 2010, confirmando a tendência de aumento populacional das últimas décadas. Nota-se ainda que Mariana é o município que vem crescendo à maior taxa, vide a inclinação das curvas do gráfico. Por sua vez, o município de Barra Longa foi projetado com 5.131 habitantes em 2019, indicando um decréscimo populacional de 16,5% em relação a 2010. Essa estimativa relaciona-se ao histórico de migração e, dessa forma, não é possível correlacionar os impactos do rompimento da barragem de Fundão com a redução do contingente populacional.

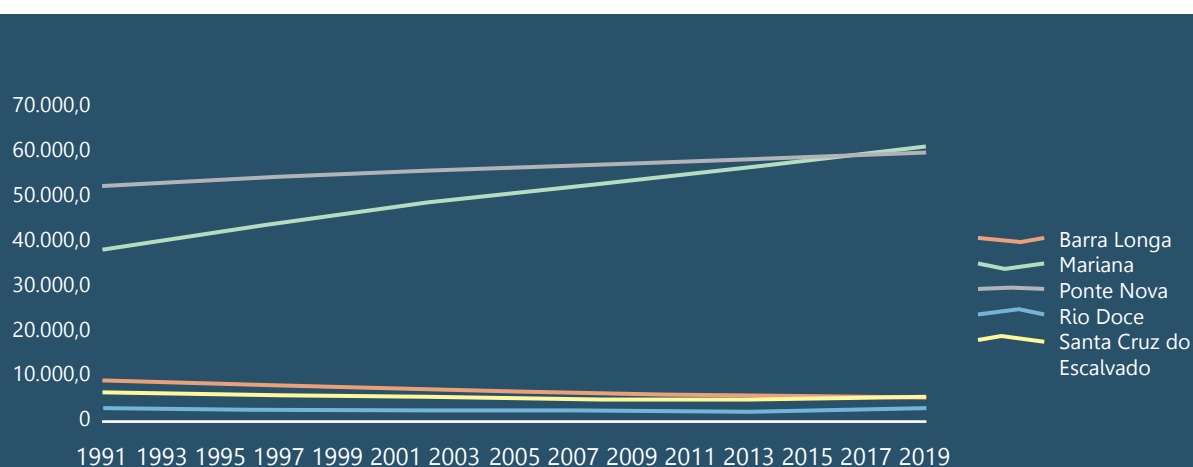


Figura 13 Crescimento populacional dos municípios entre 1991 e 2019.

Fonte: Censo Demográfico do ano de 2010 Municipal (2013-2018).

A mesma análise pode ser inferida sobre o município de Santa Cruz do Escalvado, onde ocorreu um decréscimo populacional estimado de 4,7% em relação a 2010. Em 2019, a projeção populacional foi de 4.758 residentes. Por sua vez, Ponte Nova possuía 59.742 habitantes em 2019, uma projeção de incremento demográfico de 4,1% em relação a 2010. Nota-se que o município possui um contingente populacional semelhante ao de Mariana, mas que vem crescendo à uma taxa inferior. Por fim, município de Rio Doce, o menor em termos demográficos, possui uma população residente projetada de 2.610 pessoas em 2019, indicando uma variação positiva de 5,9% em relação a 2010.

No que diz respeito à população rural dos municípios, é importante destacar que não existem dados censitários atualizados, tendo em vista que a contagem só ocorre no contexto do Censo Demográfico. Ademais, o IBGE não realiza projeções desse indicador, como ocorre com o indicador População Total. De toda forma, ao observar os números dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, percebe-se, observando o que vem ocorrendo no Brasil, que existe uma tendência de esvaziamento demográfico do meio rural em todos os municípios analisados, tanto em termos da magnitude absoluta quanto do número relativo à população total. Tal decréscimo está ilustrado na Figura 14.

Segundo os dados de 2010, dentre os habitantes de Mariana, 12,1% residem no meio rural, percentual similar ao município de Ponte Nova – 10,8%. Em Rio Doce, por sua vez, 32,9% dos habitantes residem no meio rural, enquanto em Barra Longa e em Santa Cruz do Escalvado a população rural predomina em relação ao todo, representando 62,3% e 65,3% do contingente populacional municipal, respectivamente. A título de referência, em Minas Gerais, a população rural representa 14,7% dos habitantes do estado, enquanto no Brasil o percentual é de 16%.

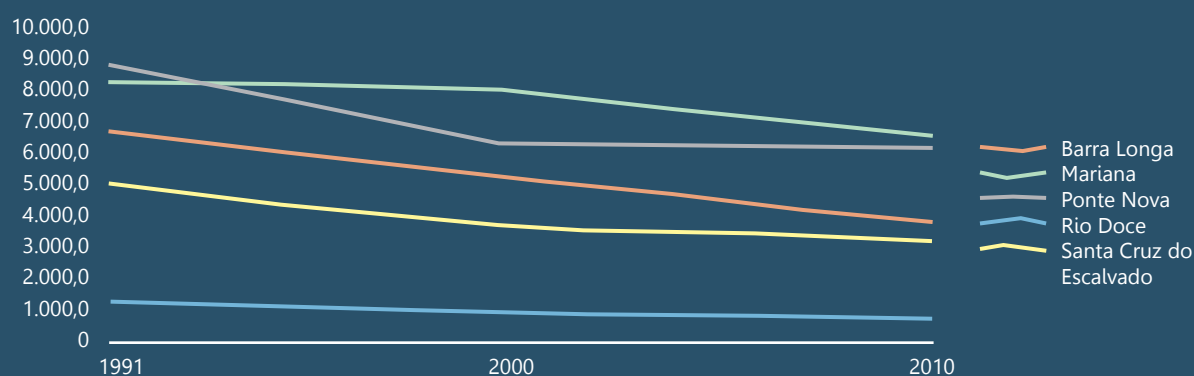


Figura 14 Declínio da população rural dos municípios entre 1991 e 2000.
Fonte: Censo Demográfico do ano de 2010 Municipal (2013-2018).

Nota-se que, independentemente da composição demográfica entre meio urbano e rural, a população rural na região de interesse vem decrescendo nas últimas duas décadas a taxas que variam entre períodos e municípios. Destaca-se, no entanto, o declínio populacional rural dos municípios de Barra Longa e de Mariana entre 2000 e 2010, equivalente a 27,9% e 18,1%, respectivamente. Fatores como o crescimento do setor industrial comumente se relacionam com o êxodo rural, incitando-o. No caso de Mariana, em particular, o estabelecimento da indústria extrativista mineral no município tem gerado efeitos sobre esse fenômeno. Vale destacar que a evasão dos jovens do campo é explícita, impulsionados pela falta de oportunidade no meio rural. A agropecuária é cada vez menos expressiva e a cultura do êxodo rural, marcada por representações pejorativas da vida no campo.

Desenvolvimento

O uso de indicadores de desenvolvimento, ou seja, índices que medem mudanças no acesso à saúde, à educação, à renda, dentre outros, é importante na medida em que permite captar as variações ao longo do tempo e medir o próprio nível de desenvolvimento de uma determinada área geográfica. Assim, permite localizar em que ponto no tempo houve alguma descontinuidade ou ruptura e, a partir disso, identificar os fatores associados. Como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador mais comumente utilizado para analisar desenvolvimento, só está disponível até o ano de 2010, foi utilizado como alternativa o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), este disponível até o ano de 2016 e com parâmetros semelhantes ao IDH no cálculo, apesar de apresentar diferenças metodológicas. No ano de 2010, por exemplo, o coeficiente de correlação entre IDH e IFDM nos municípios analisados foi de 0,69 – esse dado comprova que os índices calculados possuem similaridades significativas entre si¹.

O IFDM é produzido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjam) para todos os municípios brasileiros (IFDM, 2018). O índice é construído a partir de dados e estatísticas oficiais e possui três eixos – (i) emprego e renda; (ii) educação; e (iii) saúde – semelhantes aos utilizados no cálculo do IDH. No Quadro 3, estão listados os parâmetros considerados no cálculo do IFDM para cada eixo.

O IFDM varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo que municípios com pontuação inferior a 0,4 são considerados de baixo desenvolvimento. A partir desse parâmetro, a cada dois décimos, altera-se a classificação, que representa níveis de desenvolvimento regular, moderado e alto. Entre os anos de 2010 e 2016, os cinco municípios analisados enquadraram-se, com apenas quatro exceções, na categoria de desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8), como ilustra a Figura 15.

¹ O coeficiente de correlação de Pearson varia entre -1 e 1, sendo que o sinal indica a direção da relação, e a magnitude indica a força da relação entre as variáveis. No caso da correlação positiva, quanto mais próximo de 1, maior a relação entre as variáveis. Cohen (2013) considera alto qualquer coeficiente de correlação superior a 0,5.

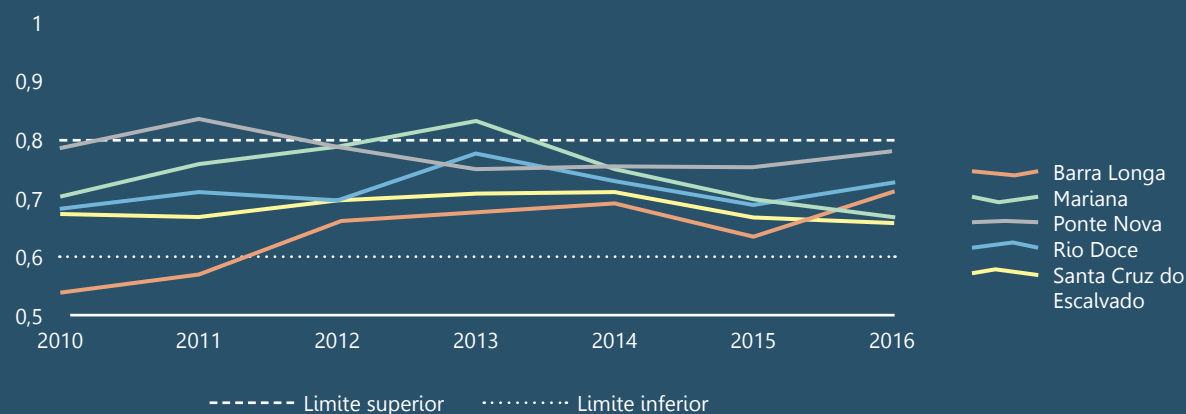
Quadro 3 Componentes do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

Emprego e renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego formal; • Taxa de formalização do mercado de trabalho; • Geração de renda; • Massa salarial real no mercado de trabalho formal; • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à Educação Infantil; • Abandono no Ensino Fundamental; • Distorção idade-série no Ensino Fundamental; • Docentes com Ensino Superior no Ensino Fundamental; • Média de horas-aula diárias no Ensino Fundamental; • Resultado do IDEB no Ensino Fundamental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal; • Óbitos por causas mal definidas; • Óbitos infantis por causas evitáveis; • Internação Sensível à Atenção Básica (ISAB).

Fonte: Adaptado de IFDM (2018).

É importante ressaltar que a variação negativa observada no IFDM, no ano de 2015 (para todos os municípios com exceção de Ponte Nova), deve-se à queda no componente *emprego e renda*. Nesse componente, observa-se que houve uma redução de 43% em Barra Longa, 21% em Mariana, 40% em Rio Doce e 32% em Santa Cruz do Escalvado. Os demais componentes não apresentaram variações significativas. Outra informação relevante é o fato de que, nos municípios de Mariana e de Rio Doce, já existia uma tendência de queda do IFDM desde o ano de 2013. Tal tendência correlaciona-se com a queda da produção industrial nesses municípios a partir de 2013.

Importante salientar que o trabalho rural, que é predominantemente informal, não foi contemplado no índice de maneira compreensiva, ou seja, há uma invisibilidade dessa dimensão do emprego nas estatísticas oficiais comumente utilizadas para a construção de indicadores.


Figura 15 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) entre 2010 e 2016.

Fonte: Adaptado de IFDM (2018).

Os resultados apresentados auxiliam na percepção dos setores em que os municípios se encontram mais debilitados, de maneira global. Com base nessas informações, serão abordadas, de forma mais detalhada, as dimensões do emprego e renda, pois essas foram as que apresentaram maiores variações no período analisado. Para uma análise mais minuciosa, serão utilizadas, também, outras fontes de dados e abordagens para aprofundamento da questão do emprego no meio rural.

Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Agregado Bruto (VAB)

Com o objetivo de apresentar a contribuição das diferentes atividades econômicas na Economia do município, em especial do setor agropecuário, são apresentados os dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Agregado Bruto (VAB) produzidos pelo IBGE para o período de 2010 a 2017. O VAB é a contribuição das atividades econômicas ao PIB e corresponde à diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

A partir de um olhar aprofundado da composição do VAB, é possível adquirir uma percepção da produção municipal como um todo e posicionar o meio rural com base na leitura da atividade agropecuária. Neste relatório, os municípios foram elencados a partir da proporção do setor agropecuário na economia municipal, em ordem crescente: Mariana, Ponte Nova, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Barra Longa.

No município de Mariana, nota-se que o PIB *per capita* foi de R\$48.407,28 em 2017 – o maior dentre os municípios analisados –, totalizando 2,89 bilhões de reais nesse mesmo ano. Desde o ano de 2010, o PIB do município de Mariana enfrenta oscilações, indicando certa volatilidade das atividades econômicas, sendo que em 2016 o indicador atingiu seu menor valor no período – 2,23 bilhões, quase 3 vezes menor que os 6,61 bilhões de reais do ano de 2013.

Essa diferença deve-se, principalmente, à redução das atividades industriais extrativistas e do setor de serviços, motivada pela redução da demanda externa por minério de ferro e, posteriormente, pela interrupção de parte das atividades extrativas minerais após o rompimento da barragem de Fundão. Portanto, confirma-se que a economia desse município é fortemente influenciada pela mineração.

Com relação à questão da demanda por minério de ferro, o processo de urbanização e de industrialização da China induziu uma demanda sem precedentes por esse recurso natural. Atualmente, o Brasil é o segundo maior exportador de minério de ferro do mundo e grande parte desse produto é extraído no estado de Minas Gerais. Foi no período de alta demanda que as atividades extrativistas em municípios como Mariana se intensificaram.

Porém, com a reorientação da política econômica chinesa para o mercado doméstico, ocorreu o fim do boom nos preços de commodities, datado em 2012 (REINHART et al., 2016). Com

menores receitas de exportação, devido aos menores preços, países exportadores de commodities enfrentaram uma desaceleração econômica. Em Mariana, os efeitos foram percebidos no VAB industrial, como já mencionado.

No ano de 2017, o VAB, que subtrai os impostos do PIB, permaneceu na faixa dos 2,79 bilhões, sendo que a atividade industrial contribui com 56,2% desse montante, e o setor de serviços, com 31,6%. Complementarmente, administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social correspondeu a 11,9% do VAB; já a atividade agropecuária representou apenas 0,3%. A partir desse panorama, constata-se que Mariana possui uma economia dependente das atividades minerárias, nas quais se apoia, parcialmente, o setor de serviços.

Em relação ao município de Ponte Nova, o PIB per capita registrado em 2017 foi de R\$27.330,95 – pouco mais da metade do município de Mariana. No agregado, o PIB ultrapassou 1,64 bilhões de reais, enquanto o VAB chegou a 1,42 bilhões. Desse montante, o maior percentual corresponde às atividades do setor de serviços com 59%, seguido pelo setor industrial com 19,9% e pelo setor de administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social com 17,9% de participação no PIB. Por fim, o setor agropecuário contribuiu com 3,2%. O PIB do município vem apresentando trajetória ascendente desde 2010, ano de referência dos cálculos.

No tocante à economia de Rio Doce, a atividade agropecuária corresponde a 8,8% do VAB, sendo que a atividade econômica mais representativa, com 56,4%, é a de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social. De forma complementar, o setor de serviços corresponde a 28,4% e a indústria a 6,5% do VAB. Nesse contexto, o PIB *per capita* era de R\$13.716,99. Assim como nos municípios próximos – Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado, o PIB de Rio Doce cresceu nos últimos anos, mesmo com a queda da atividade industrial, que caiu de 4,12 milhões, em 2013, para 1,95 milhões de reais em 2017.

Em relação à Santa Cruz do Escalvado, o PIB municipal, em 2017, foi de 48,7 milhões de reais e o PIB *per capita* de R\$9.823,43. Subtraindo os impostos, tem-se o VAB de 42,8 milhões de reais, distribuído entre administração pública e seguridade social (53,6%), serviços (23,5%), agropecuária (19,1%) e indústria (3,8%). Similar a Rio Doce e a Barra Longa (dados detalhados a seguir), o município de Santa Cruz do Escalvado tem uma economia fortemente atrelada às atividades do setor público e, também, às atividades agropecuárias – uma combinação muito comum em municípios pequenos com extensa zona rural. O PIB de Santa Cruz do Escalvado vem apresentando crescimento desde 2010 e, assim como em Barra Longa, o setor agropecuário tem oscilado nesse período. Em contrapartida, as demais atividades econômicas cresceram de forma a contrabalancear o comportamento da série agropecuária.

Em Barra Longa, apesar da predominância da atividade agropecuária, que tem oscilado nos últimos anos, as atividades monetariamente mais expressivas do VAB são as relacionadas à administração pública e seguridade social: 42,4% do montante de 61,9 milhões de reais em 2017.

Os serviços contribuíram com 35,2% do VAB, a agropecuária com 16,1% e a indústria com apenas 6,3%. Nota-se que o PIB municipal cresceu no período de 2010 a 2017, mesmo com os impactos sofridos pela atividade agropecuária. O PIB foi de 69,6 milhões de reais em 2017, fato que resultou em um PIB *per capita* de 2.381,61 reais, o menor entre os municípios estudados.

É importante ressaltar que a existência de uma produção setorial relativamente pequena não significa que ela seja irrisória, aponta apenas que existem outras atividades cujo valor associado à produção se destaca em termos relativos. No caso da atividade agropecuária – que corresponde a uma proporção do VAB de 16,1% em Barra Longa, 0,3% em Mariana, 3,2% em Ponte Nova, 8,8% em Rio Doce e 19,1% em Santa Cruz do Escalvado, os valores absolutos da produção são significativos, conforme dados da Figura 16, que expressa o VAB agropecuário a preços correntes entre os anos de 2010 e 2017.

Os dados desse gráfico demonstram que Ponte Nova possui, historicamente, o maior VAB absoluto dentre os municípios analisados. Cabe pontuar que esse município possui a segunda maior população rural, menor apenas que Mariana, a qual possui o segundo maior VAB agropecuário. Essa correspondência entre tamanho absoluto da população rural e histórico da produção agropecuária ocorreu até o ano de 2016, quando houve um declínio pronunciado da produção agropecuária de Mariana.

Por sua vez, Santa Cruz do Escalvado e Barra Longa possuem valores associados à produção agropecuária com trajetórias semelhantes, com oscilações típicas de séries produtivas acompanhadas de uma perceptível descontinuidade em 2015. Por fim, Rio Doce, o município com menor população rural em termos absolutos, apresenta o menor VAB agropecuário e, também, a menor variação ao longo do tempo.

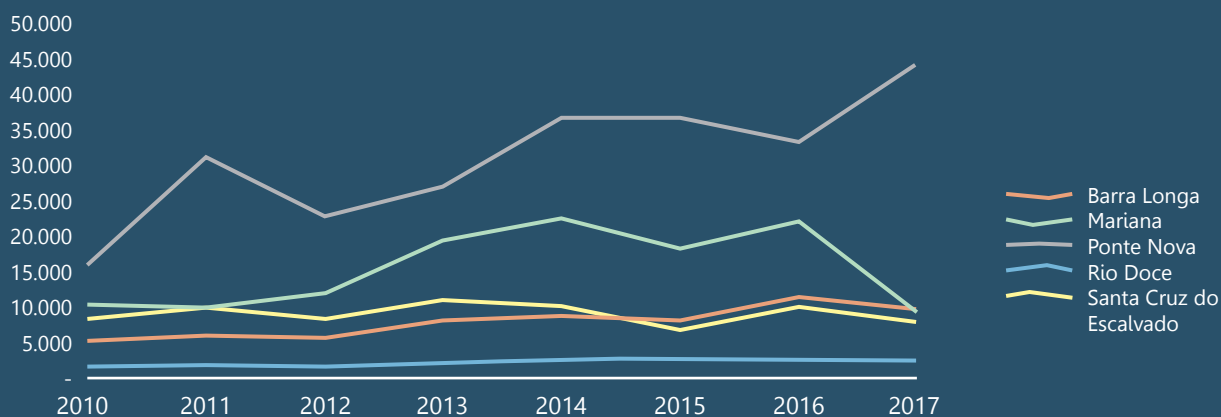


Figura 16 Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes (VAB) municipal da Agropecuária entre 2010 e 2017.
Fonte: IBGE (2018).

Portanto, observa-se que existe uma relação entre o contingente populacional rural e o VAB agropecuário. Mesmo em municípios pequenos, nos quais se observa a importância relativa da administração pública na constituição da economia municipal, a atividade agropecuária constitui-se como fundamental geradora de renda, proporcional ao tamanho do contingente rural. Além disso, constata-se que o município Ponte Nova, de fato, caracteriza-se como economicamente “menos atingido”. Essa posição é confirmada com base nos dados da Figura 16, pois o IFDM da cidade foi o único com crescimento pós-rompimento da barragem, visto que a produção agropecuária cresceu em 2017 a taxas somente observadas em 2011 na série temporal em questão.

Emprego por setor

Com base nas informações sobre as atividades econômicas, apresentam-se nesta seção os dados setoriais do emprego nos municípios, a partir das informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre os anos de 2014 e 2018, relativos à mão de obra formal. Considerando o período de retração do setor minerário nacional, que teve início em 2013 (MILANEZ, 2015), e a conseqüente demissão de trabalhadores, a mão de obra informal, já bastante representativa em municípios mineradores, tende a aumentar. Essa mudança impacta diretamente outros setores em um efeito cascata. Entretanto, dados que retratam a informalidade são escassos, apesar da importância que os indivíduos nessa situação representam na economia de pequenas cidades, principalmente naquelas com grande proporção de população no meio rural.

Tendo como referência a mão de obra formal, primeiramente, serão apresentadas informações sobre os municípios de Mariana e Ponte Nova e, posteriormente, os demais, em função das similaridades encontradas entre os grupos.

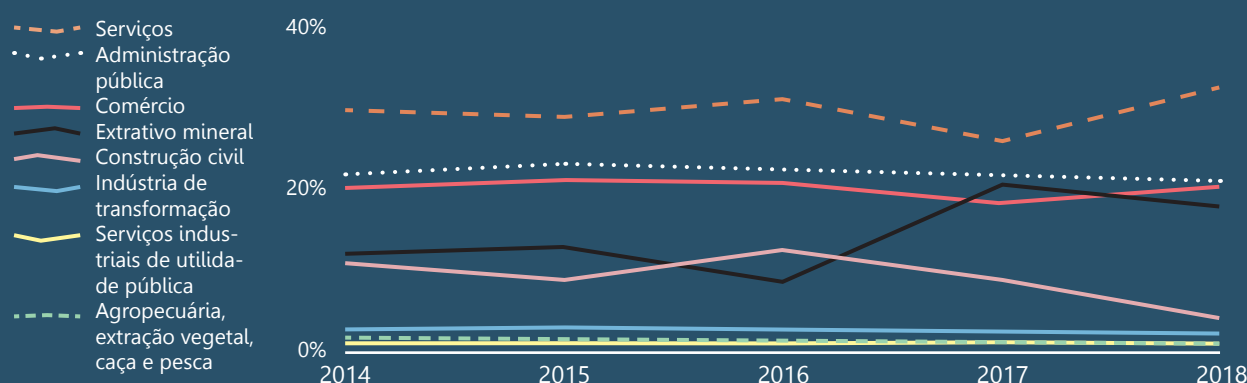


Figura 17 Emprego por setor no município de Mariana entre 2014 e 2018.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A composição do emprego formal em Mariana, conforme gráfico da Figura 17, está distribuída, majoritariamente, entre o setor de serviços, a administração pública e o comércio. No município, o setor de serviço e o comércio são caracterizados por baixo grau de diversificação e complexidade, um reflexo das demandas dos estágios iniciais da extração mineral (SILVA, 2018).

Por sua vez, ao setor extrativo mineral cabia cerca de 10% do total de empregos do município em 2016, passando a, aproximadamente, 20% em 2017. Esse crescimento deve-se tanto ao aumento das contratações desse setor (+173,7%²), quanto à queda do número de empregados em outras atividades, em particular a construção civil (-18,1%). Nota-se, também, que os empregos no setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca reduziu, progressivamente, nos últimos anos: de 225 empregados formais, em 2014, para 107, em 2018, ou seja, uma redução de 52,4% em 4 anos, acompanhando a própria retração da agropecuária.

Em Ponte Nova, como demonstra a Figura 18, também são representativos os empregos nos setores de serviços e de comércio. Porém, há uma diferença estrutural em relação ao município de Mariana, tendo em vista que em Ponte Nova esses setores estão intimamente ligados às atividades agroindustriais, as quais são diversificadas e dinâmicas (XAVIER, 2018). Complementarmente, o setor agropecuário aparece com maior destaque na composição do emprego formal, ao longo de todo período analisado. Percebe-se que a distribuição global do emprego pouco se alterou entre 2014 e 2018, ou seja, mais um indício da menor vulnerabilidade econômica do município em relação a Mariana e, como será visto, em relação aos pequenos municípios. A seguir, as Figuras 19, 20 e 21 ilustram a composição do emprego formal nos municípios de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, respectivamente.

Em Barra Longa, a maior parte dos empregos formais estão vinculados à administração pública, comprovando o fato de que existe uma dependência em relação a esse setor. O emprego no município teve poucas oscilações, inclusive no setor agropecuário (considerando apenas o trabalho formal). Portanto, com base nesses dados, é impraticável situar a relação das oscilações do VAB agropecuário com o emprego no meio rural, que é predominantemente informal.

Já no município de Rio Doce, evidencia-se uma ruptura, ou ainda um deslocamento do emprego no setor público, o qual antes ocupava cerca de 70% dos empregos formais do município, para a construção civil, paralelo também à redução (relativa) pela metade do setor de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, que em 2018 representa menos de 10% do emprego formal, ainda que o município tenha uma população predominantemente rural. Esse fato relaciona-se com as realidades socioeconômicas do município, tal como a predominância de estabelecimentos agrícolas familiares cujos integrantes tipicamente atuam na informalidade. Ademais, as entrevistas

² Tal aumento abrupto relaciona-se, pelo menos parcialmente, ao fato de que as contratações do setor extrativista mineral não necessariamente indicam execução de atividades extrativistas, mas podem estar relacionadas às ações de reparação, ligadas ao fornecimento de serviços.

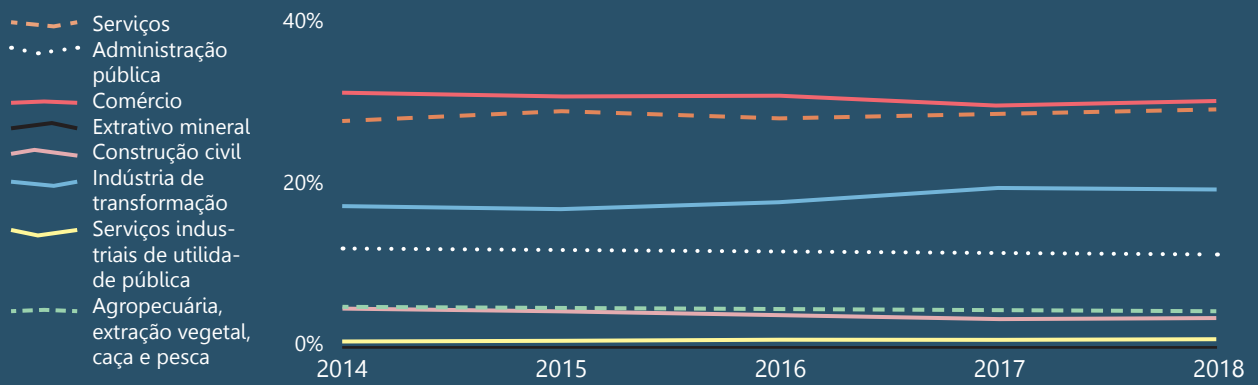


Figura 18 Emprego por setor no município de Ponte Nova entre 2014 e 2018.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2014-2018).

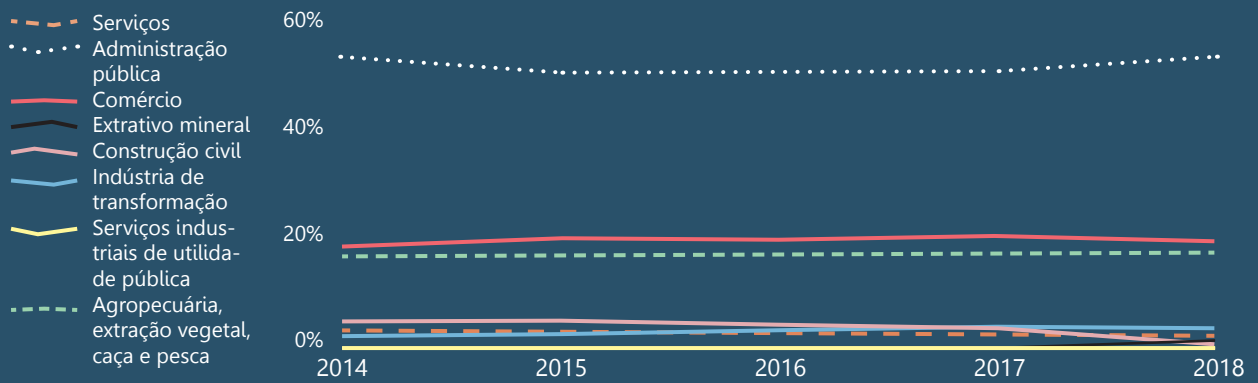


Figura 19 Emprego por setor no município de Barra Longa entre 2014 e 2018.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2014-2018).

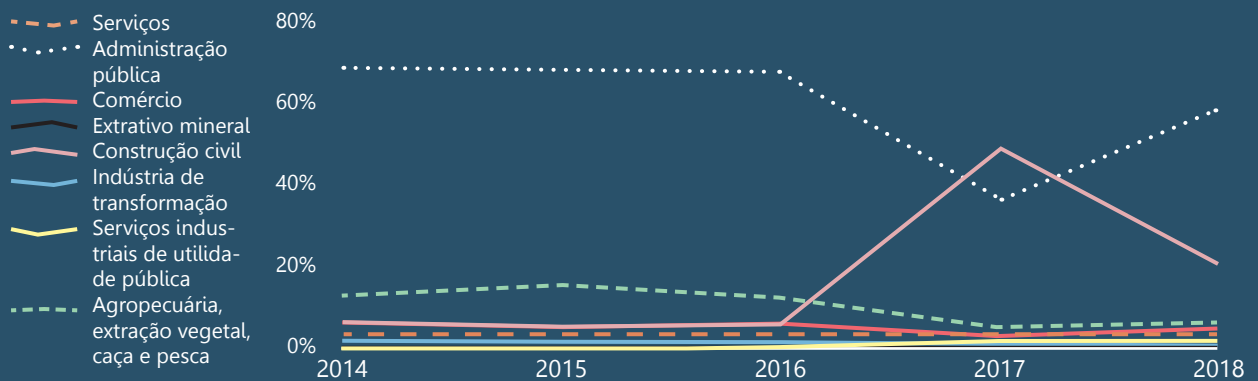


Figura 20 Emprego por setor no município de Rio Doce entre 2014 e 2018.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2014-2018).

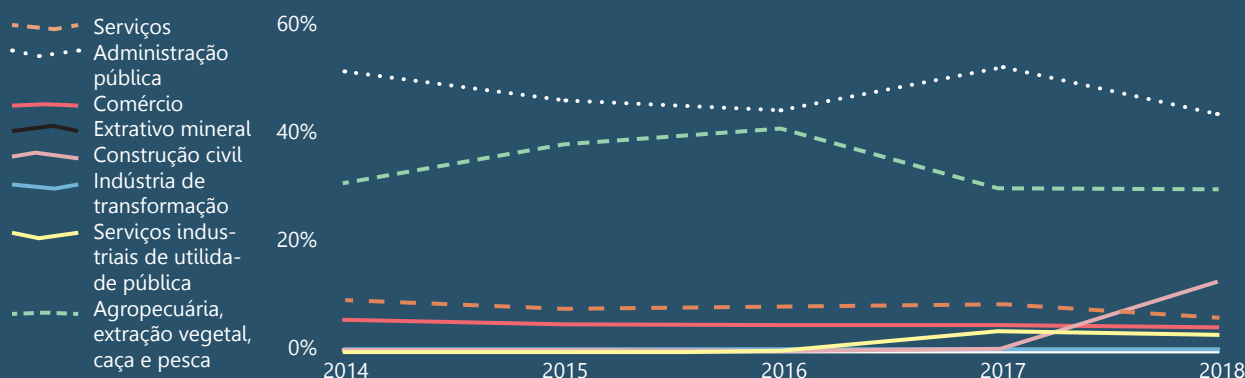


Figura 21 Emprego por setor no município de Santa Cruz do Escalvado entre 2014 e 2018.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2014-2018).

de campo indicaram que os moradores estão deixando de trabalhar na atividade agropecuária, ou em outras atividades, para trabalhar nas empresas que prestam serviços à Fundação Renova devido a melhores condições de trabalho, como carteira assinada e salário.

Por sua vez, em Santa Cruz do Escalvado, existe uma maior proximidade entre a representatividade do setor agropecuário e da administração pública, em referência ao trabalho formal. Nota-se que as oscilações ocorridas nos empregos setoriais entre 2014 e 2018 possuem magnitude semelhante e direção contrária, sugerindo um deslocamento/substituição entre as atividades, tal que a participação relativa da agropecuária vem declinando desde 2016.

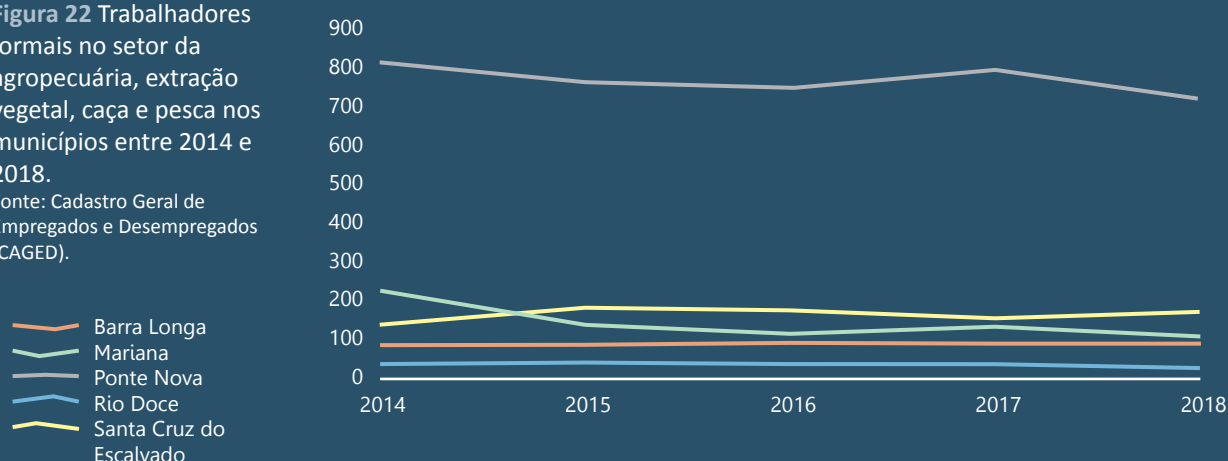
Outro ponto importante é a ascensão do emprego na área da construção civil em 2018, fato que também pode ter deslocado a mão de obra dos demais setores. Esse movimento é similar ao verificado no município de Rio Doce, assim como são similares as causas: composição da população e esvaziamento do meio rural.

De maneira geral, o setor de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca emprega formalmente uma parcela pequena de pessoas, mesmo em municípios com população, predominantemente, rural. Esse fato reflete, principalmente, a informalidade do trabalho presente no setor agropecuário.

Outro aspecto relevante foi percebido em Rio Doce e em Santa Cruz do Escalvado, onde o contingente de empregados no meio rural reduziu de maneira relativa ao total de empregados formais. Porém, essa redução não se manifesta em termos absolutos, visto que o número de empregados formais no setor agropecuário teve pouca variação ao longo dos cinco anos analisados. Essas informações podem ser observadas na Figura 22.

Figura 22 Trabalhadores formais no setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca nos municípios entre 2014 e 2018.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).



Além de ilustrar a pequena variação da mão de obra formal do setor, o gráfico da Figura 22 revela que, em 2018, em Barra Longa, Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, menos de 400 pessoas estavam empregadas formalmente no setor agropecuário, no somatório dos municípios. Esse número representa cerca de 0,5% do contingente populacional desses municípios. Portanto, faz-se necessário empregar outras fontes para identificar a alocação de trabalhadores e trabalhadoras no meio rural. Neste relatório, utiliza-se o Censo Agropecuário de 2017, que permite identificar a porcentagem da população dos municípios que emprega sua força de trabalho (formal ou informalmente, agricultores ou prestadores de serviços) em atividades agropecuárias. As Figuras 23 a 25 ilustram a proporção do contingente população dos municípios que trabalhava no meio rural e o número de trabalhadores rurais por município, desagregados por laço de parentesco.

Em Barra Longa, o total de trabalhadores rurais é de quase 1.500 pessoas, a maioria com laço de parentesco (reflexo da composição dos estabelecimentos rurais, muitos deles familiares). O contingente observado representa 29% da população estimada do município, que é predominantemente rural. Esse mesmo padrão é observado em Santa Cruz do Escalvado com 1.250 pessoas, ou seja, 26% da população trabalha no meio rural e a maioria com laço de parentesco. Em Rio Doce, o menor município (porém, predominantemente urbano), ocorre também o menor contingente de emprego rural: quase 500 pessoas, 19% da população total, e a grande maioria possui laço de parentesco.

Em Mariana e em Ponte Nova, municípios de semelhante porte e distribuição entre meio urbano e rural, porém com diferentes tamanhos do setor agropecuário, ocorrem taxas proporcionais de trabalho no meio rural: 1.620 pessoas em Mariana, apenas 3% da população, e 3.197 em Ponte Nova, 5% do contingente populacional. Assim como nos demais municípios, a maioria

Figura 23 Proporção estimada do contingente populacional que trabalhava no meio rural em 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

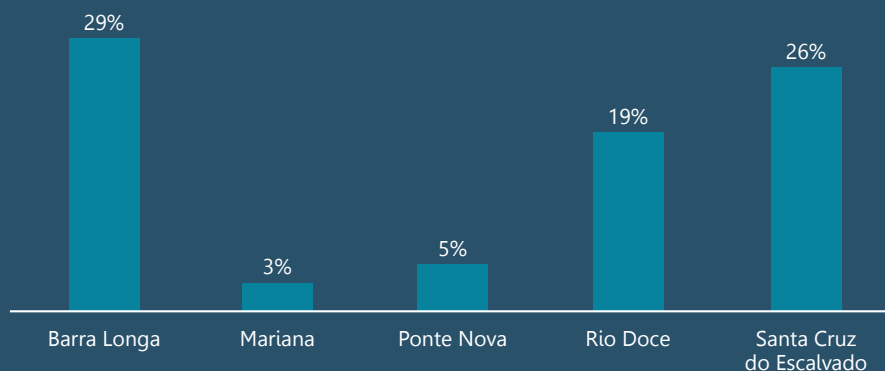


Figura 24 Trabalhadores rurais com e sem laço de parentesco nos municípios no ano 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

■ Sem laço de parentesco
■ Com laço de parentesco

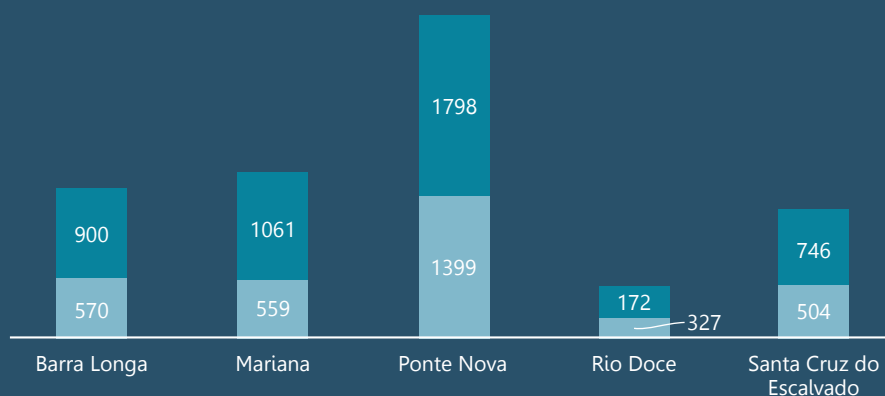
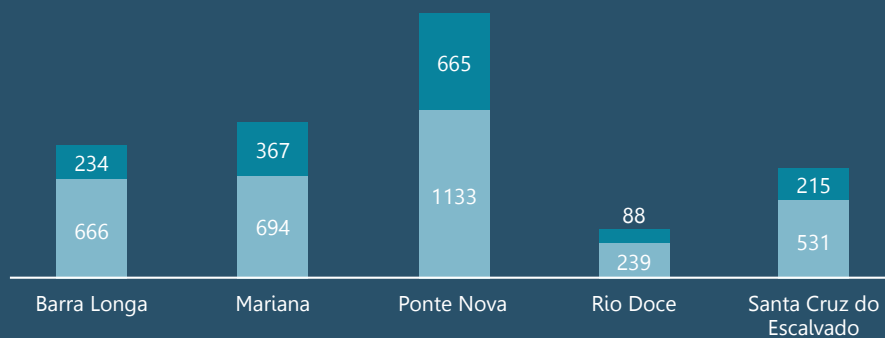


Figura 25 Trabalhadores e trabalhadoras rurais com laço de parentesco nos municípios.

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

■ Homens
■ Mulheres



possui laço de parentesco com a pessoa responsável pelo estabelecimento. Novamente, esse fato sugere a relevância dos estabelecimentos da agricultura familiar nos contextos analisados.

Os gráficos sugerem, assim, que a agropecuária é intensiva em mão-de-obra. Portanto, investimentos para fortalecimento e ampliação do setor podem influenciar positivamente na geração de trabalho e renda para os municípios, especialmente para população pouco instruída, já que trabalhadores integrados à agropecuária tem, em geral, baixa instrução.

De modo complementar, ao aplicar a proporção de habitantes dos meios urbano e rural do Censo 2010 à estimativa populacional de 2019, e dividir o total de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com e sem laço de parentesco por esse contingente populacional rural estimado, obtém-se a proporção estimada de habitantes do meio rural que trabalham no setor agropecuário. É importante ressaltar que essa projeção pode estar subestimada, considerando as tendências migratórias do campo para a cidade observadas nos últimos anos, contudo, ainda assim, ela oferece uma aproximação da população rural *declarada* como trabalhador ou trabalhadora rural. Esses percentuais são: 46% para Barra Longa, 22% para Mariana, 50% para Ponte Nova, 58% para Rio Doce e 40% para Santa Cruz do Escalvado. Ao desagregar por gênero os dados de trabalhadores e trabalhadoras rurais com laço de parentesco e expressar essa relação em termos percentuais, obtém-se os dados que podem ser verificados na Figura 25.

Como pode-se observar na Figura 25, o percentual de mulheres declaradas como trabalhadoras rurais varia entre 26% e 37% nos municípios analisados. Ponte Nova possui a maior proporção de mulheres na categoria, ainda que seja o único município com população rural predominantemente masculina (CENSO, 2010). Mesmo que a composição de gênero nas áreas rurais tenha se modificado desde a última pesquisa, é improvável alterações significativas, baseado no histórico de baixas taxas às quais esse tipo de composição se modifica.

De maneira geral, calcula-se que cerca de metade das pessoas no campo são mulheres, as quais estão ocupadas em atividades diversas cotidianamente. Porém, é difundido que o trabalho das mulheres em atividades produtivas no meio rural, como o desenvolvido na lavoura, é caracterizado como “ajuda”.

Outra atividade produtiva que não é considerada nas estatísticas de trabalho e produção é a produção econômica dos quintais – local que é fonte de alimentação e sustento não só das mulheres produtoras, como de suas famílias. Essa atividade contribui também para a garantia da soberania e da segurança alimentar, bem como para a manutenção da socioagrobiodiversidade.

Há ainda o trabalho doméstico e de cuidados, realizado, predominantemente, por mulheres e que também não é contabilizado como trabalho nos dados oficiais, apesar de ser fundamental para a reprodução e a sustentabilidade da vida humana. Assim, é notável como ambos os

trabalhos produtivo e reprodutivo realizados pelas mulheres rurais são comumente invisibilizados, mesmo sendo essenciais para a manutenção das famílias e das comunidades (ALVES et al., 2018).

Na análise com pessoas empregadas sem laço de parentesco, não é possível desagregar por gênero. Ademais, os dados de 2017 do Censo revelam que o regime de trabalho é, predominantemente, *temporário* em Barra Longa (63%), em Mariana (62%) e em Rio Doce (72%) e, primariamente, permanente em Ponte Nova (51%) e em Santa Cruz do Escalvado (60%).

É possível que exista uma intersecção entre o trabalho aqui caracterizado e o emprego formal analisado, motivo que dificulta o cruzamento e a comparação entre as bases de dados. De maneira geral, pode-se concluir que a informalidade representa, expressivamente, o trabalho rural nos municípios analisados, e que as informações ocultam parte do trabalho que ocorre nos estabelecimentos, em especial quando se adiciona a perspectiva de gênero.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS E DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS

Nessa seção, utilizam-se os dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. Salienta-se que as mudanças temporais nesse período de 11 anos são indicadores: (i) de tendências regionais do meio rural que se concretizaram ao longo da década; e (ii) de impactos do rompimento da barragem de Fundão no meio rural, caracterizados, principalmente, pelas discontinuidades e rupturas dos indicadores. É importante atentar, ainda, para outros eventos ocorridos nesse período que possam ter contribuído para quebras estruturais. Portanto, pode-se, no máximo, fazer inferências de correlação entre os eventos.

Outro detalhe é que os indicadores dessa seção serão desagregados para a agricultura familiar, sempre que possível. Além disso, em alguns casos, não há compatibilidade de informação entre os Censos 2006 e 2017, optando-se, neste relatório, pelos dados de 2017.

Número de estabelecimentos e área ocupada

No estado de Minas Gerais, a tendência foi de aumento do número de estabelecimentos em 10% na última década. Porém, ressalta-se que parte desse aumento pode ser atribuído a expansão da área recenseada no estado, um dos efeitos das novas tecnologias empregadas na pesquisa. Houve, ainda, uma mudança metodológica no Censo 2017, que pode ser fonte de viés na comparação entre os números de estabelecimentos nos Censos:



As áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas [em 2017] como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo muni-

cípio, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal), e, também, desde que estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. No Censo Agropecuário 2006, bastava que as áreas não contínuas do estabelecimento estivessem situadas em setores diferentes para que fossem admitidas como estabelecimentos distintos, consideradas algumas particularidades quanto à existência e localização de sua sede (IBGE, 2018).

A partir dessas considerações, na Tabela 11, são apresentadas as informações com o número de estabelecimentos nos cinco municípios e a variação ocorrida no período analisado.

Como pode-se observar na Tabela 11, há diferenças pronunciadas nos municípios de interesse, em relação ao número de estabelecimentos agropecuários. Enquanto em Mariana e em Ponte Nova houve aumento de 34% e 97%, respectivamente, em Rio Doce quase não houve mudança. Já em Barra Longa e em Santa Cruz do Escalvado ocorreu redução do número de estabelecimentos em 41% e 10%, respectivamente. Observa-se, portanto, a ausência de um padrão nesse quesito. Por esse motivo, não é possível estabelecer conclusões sobre os impactos da mudança metodológica da pesquisa.

Ao desagregar essa informação para estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar, tem-se os dados sistematizados nas Figuras 26 e 27. Com exceção de Mariana, nenhum outro município registrou o aumento do número de estabelecimentos da agricultura familiar. Esse aumento de 89% caracteriza-se como uma ocorrência atípica e de difícil compreensão, que desvia da norma da região e do estado. De acordo com a Figura 26, observa-se que o número de estabelecimentos da agricultura familiar caiu em Barra Longa (52%), em Ponte Nova (2%), em Rio Doce (13%) e em Santa Cruz do Escalvado (3%). Portanto, constata-se que, em Barra Longa, houve a maior redução dos estabelecimentos familiares, também de forma atípica, pois a queda é muito maior que a média observada. A Figura 27 sintetiza as mudanças observadas na agricultura não familiar.

O único município onde a agricultura não familiar apresentou redução do número de estabelecimentos foi Santa Cruz do Escalvado (queda de 27%). Em Ponte Nova, verifica-se que o

Tabela 11 Número total de estabelecimentos em 2006 e 2017

Município	2006	2017	Variação
Barra Longa	839	498	- 41%
Mariana	286	564	+ 97%
Ponte Nova	750	1006	+ 34%
Rio Doce	191	194	+ 02%
Santa Cruz do Escalvado	446	402	- 10%

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

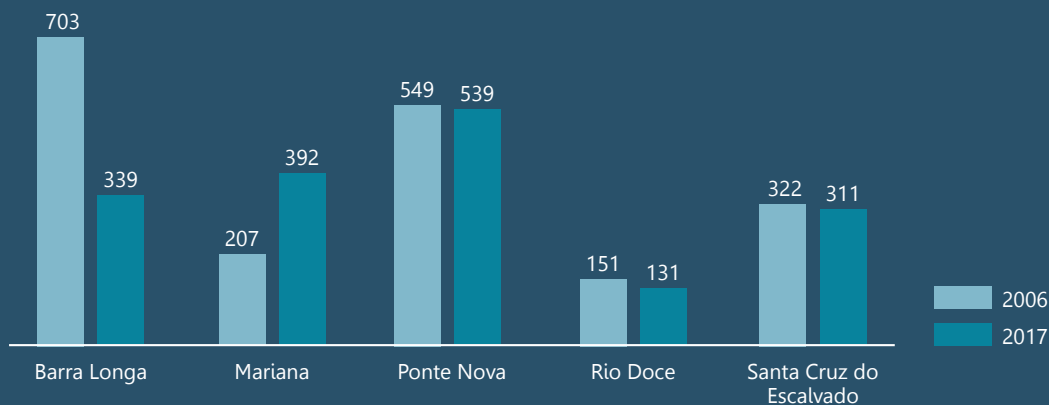


Figura 26 Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

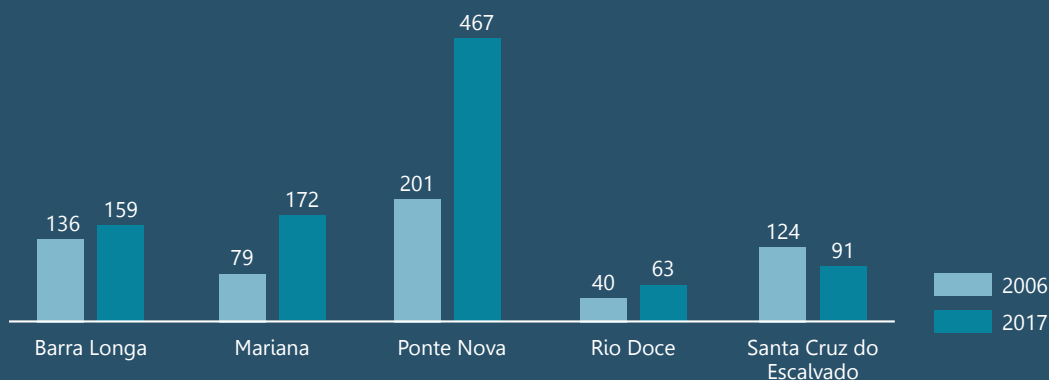


Figura 27 Número de estabelecimentos da agricultura não familiar em 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

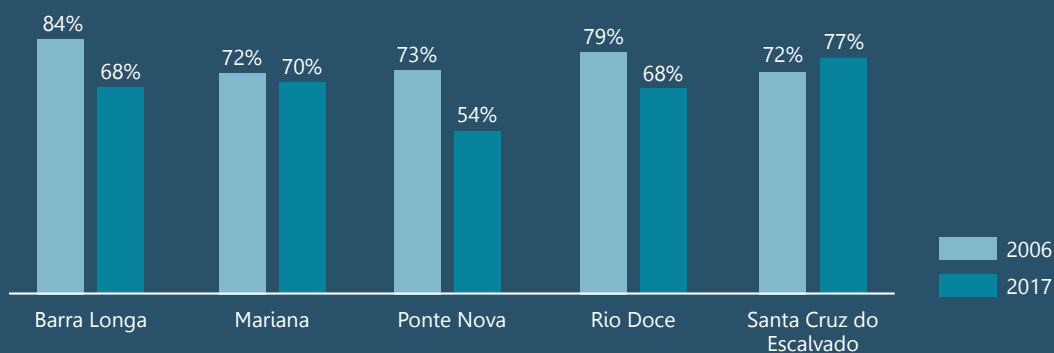


Figura 28 Proporção de estabelecimentos da agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos dos municípios nos anos de 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

aumento do número geral de estabelecimentos atribui-se, exclusivamente, à agricultura não familiar, contexto em que o número mais que dobrou (+ 132%). Em Mariana, ocorreu um aumento semelhante, com um incremento de 117% no número de estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar. Em Barra Longa e em Rio Doce também houve aumento, ainda que em proporções menores: 17% e 58%, respectivamente.

Mesmo com a redução proporcional do número de estabelecimentos da agricultura familiar, essa característica segue representando a maioria dos estabelecimentos dos municípios em questão, como ilustra a Figura 28. Em Minas Gerais, essa redução foi de 6 pontos percentuais (de 79% para 73%). Uma explicação plausível para essa redução é a nova caracterização legal da agricultura familiar no Brasil, a qual requer que pelo menos metade da renda da família seja advinda das atividades econômicas ocorridas no estabelecimento agropecuário. O Decreto 9.9.604 de 2017 dispõe que a renda tem que ser, no mínimo, metade oriunda da propriedade, enquanto a Lei 11.326, de 2006, previa que a renda deveria ser, predominantemente, da propriedade. Portanto, no que tange à questão da renda, a nova caracterização facilitou o enquadramento, pois, para ser considerado agricultor rural, basta ter apenas 50% da renda oriunda da propriedade.

Ademais, com o envelhecimento da população rural, uma maior proporção de produtores e produtoras que recebem aposentadoria ou pensão não mais se enquadra como agricultor(a) familiar (FAEMG, 2019).

Ainda que a agricultura familiar continue representando a maior parte dos estabelecimentos, é notável a redução mais que proporcional da área ocupada por essa categoria, evidenciando uma maior concentração fundiária, como pode-se observar comparando os dados das Figuras 29, 30 e 31.

Os gráficos 29 e 30 demonstram que a área total dos estabelecimentos agropecuários aumentou na maioria dos municípios entre 2006 e 2017. As exceções são Barra Longa, onde a área recenseada caiu em aproximadamente 35%, e Rio Doce, com queda de 4% estabelecimentos. Como apontado anteriormente, uma parcela do aumento observado em Mariana, em Ponte Nova e em Santa Cruz do Escalvado, provavelmente, relaciona-se ao maior alcance da pesquisa em 2017, em relação ao Censo anterior. Não é possível identificar, porém, a magnitude dessa parcela.

Outro dado evidenciado diz respeito à área relativa ocupada pela agricultura familiar. Ainda que os estabelecimentos dessa categoria representassem no ano de 2017, em média, 68% do total de estabelecimentos dos municípios analisados, a área ocupada nesse mesmo ano é de apenas 32%, em média. As proporções variam de 24%, em Mariana e em Ponte Nova, até 39% em Barra Longa.

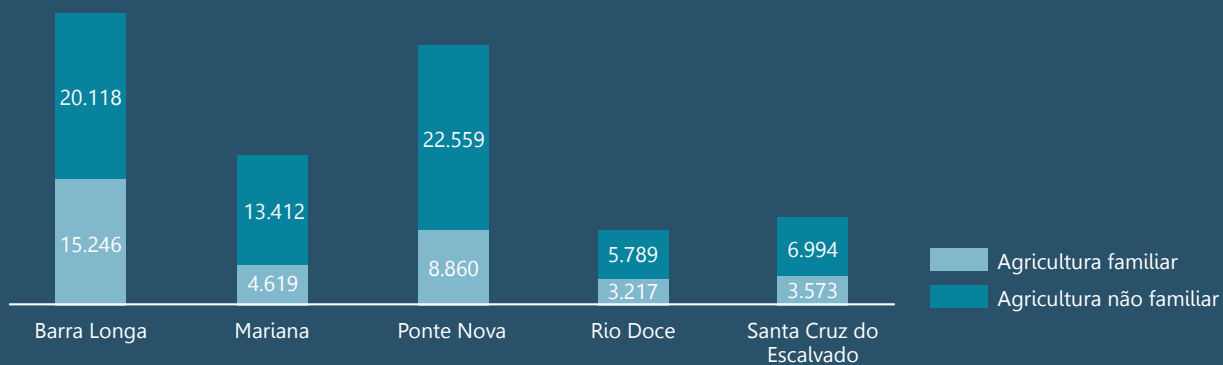


Figura 29 Área total dos estabelecimentos em 2006 (ha).
Fonte: Censo Agropecuário (2006).

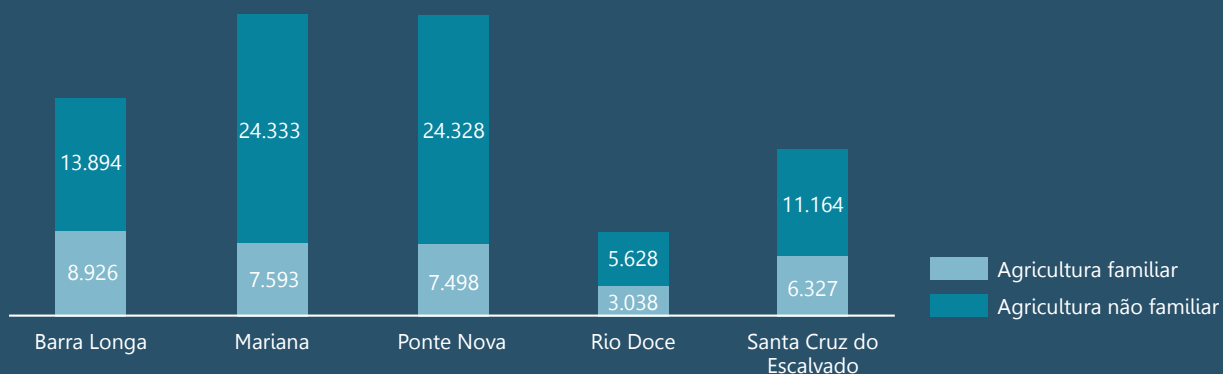


Figura 30 Área total dos estabelecimentos em 2017 (ha).
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

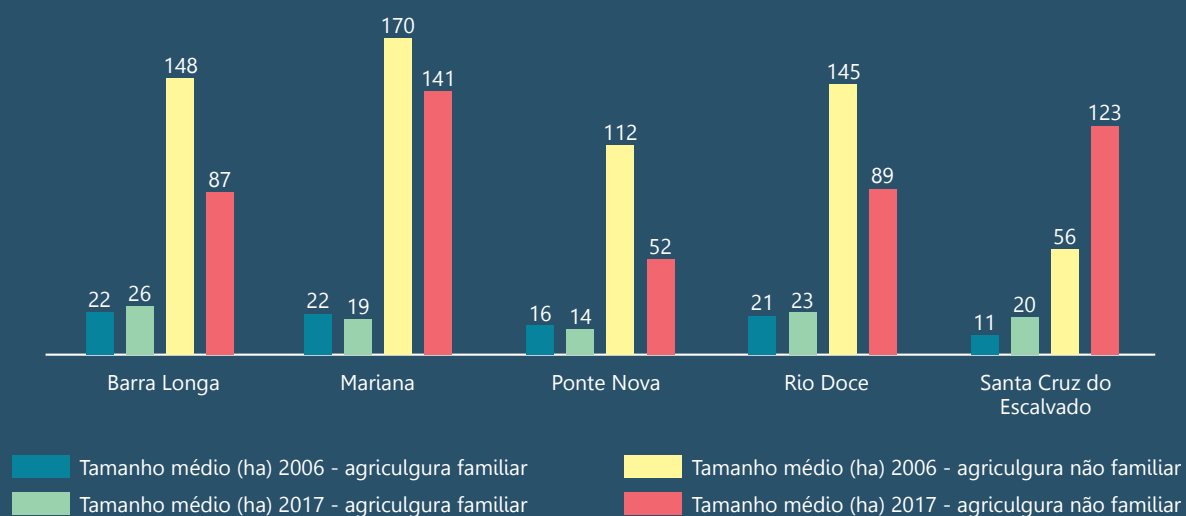


Figura 31 Tamanho médio dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar nos municípios em 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

Observa-se, também, que a concentração fundiária se acentuou levemente no período analisado, visto que esse percentual médio era de 34% em 2006. Mariana e Ponte Nova foram, e permanecem, os municípios onde a agricultura *não familiar* apresenta maior concentração de terras. Por sua vez, Barra Longa mantém-se com o menor índice. Na figura 31, apresenta-se uma comparação das diferenças de tamanhos médios dos estabelecimentos entre a agricultura familiar e não familiar em 2006 e 2017.

Percebe-se que não existe uma uniformidade entre os municípios ao longo do tempo. Assim como nos casos em que a agricultura não familiar apresentou redução do tamanho médio dos estabelecimentos: Barra Longa (-41%), Mariana (-17%), Ponte Nova (-54%) e Rio Doce (-39%), a agricultura familiar apresentou uma redução menor do que o proporcional ou um pequeno aumento. Mesmo com a redução mais acentuada da agricultura não familiar, em 2017 esses estabelecimentos possuíam uma área média quase 5 vezes maior do que os estabelecimentos familiares.

Vale observar que, em Santa Cruz do Escalvado, houve uma ocorrência atípica em relação aos demais municípios, visto que as áreas médias de ambas as categorias apresentaram um aumento substancial de 82% na agricultura familiar e de 120% na agricultura não familiar. Esses dados refletem o que foi observado nos gráficos anteriores, considerando que no município houve aumento da área recenseada total, sem que houvesse aumento do número de estabelecimentos.

De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural, Índices Básicos de 2013, os municípios do território analisado possuem módulo fiscal de 26 hectares – apenas em Mariana o módulo é de 20 hectares. O Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017, que dentre outras assuntos regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define módulo fiscal como a “unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel”. Esse mesmo Decreto determina, também, que a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) deve ter no máximo quatro módulos fiscais. Diante disso, o tamanho máximo dos estabelecimentos agrícolas familiares em Barra Longa, Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado é de 104 hectares; já em Mariana, 80 hectares. Para que se tenha uma melhor noção das peculiaridades de cada município na atualidade, as Figuras 32 a 36 representam os grupos de área dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar em 2017.

Verifica-se que, em Barra Longa, os estabelecimentos da agricultura familiar estão concentrados nos grupos de área entre 5 e 100 hectares, de forma que o maior número se dá no grupo de 20 a 50 hectares. Por sua vez, a maior parte dos estabelecimentos não familiares se localiza no intervalo de 5 a 500 hectares, sendo que o grupo de 100 a 200 hectares é o mais representativo da categoria.

Em Mariana, observa-se uma dinâmica semelhante a Barra Longa para a agricultura familiar, com um pequeno diferencial: as propriedades possuem tamanho entre 5 e 80 hectares. Em

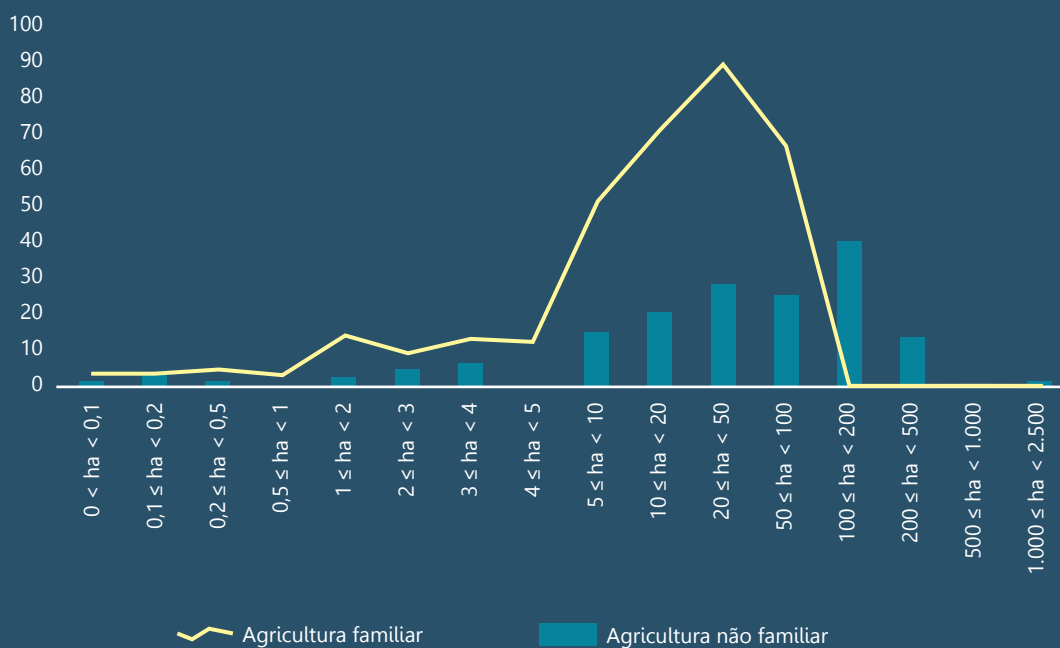


Figura 32 Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Barra Longa.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

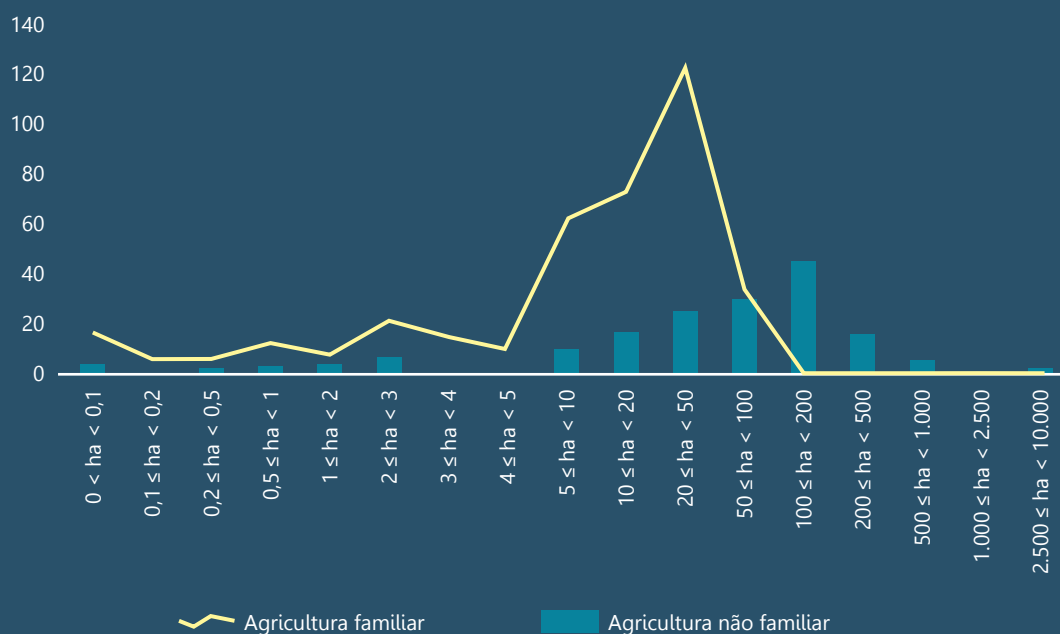


Figura 33 Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Mariana.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

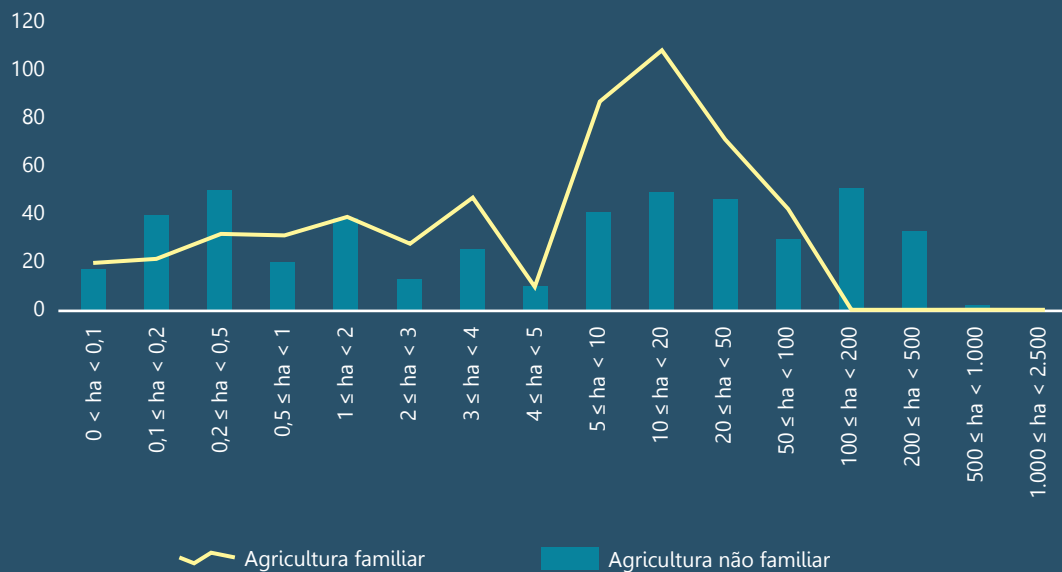


Figura 34 Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Ponte Nova.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

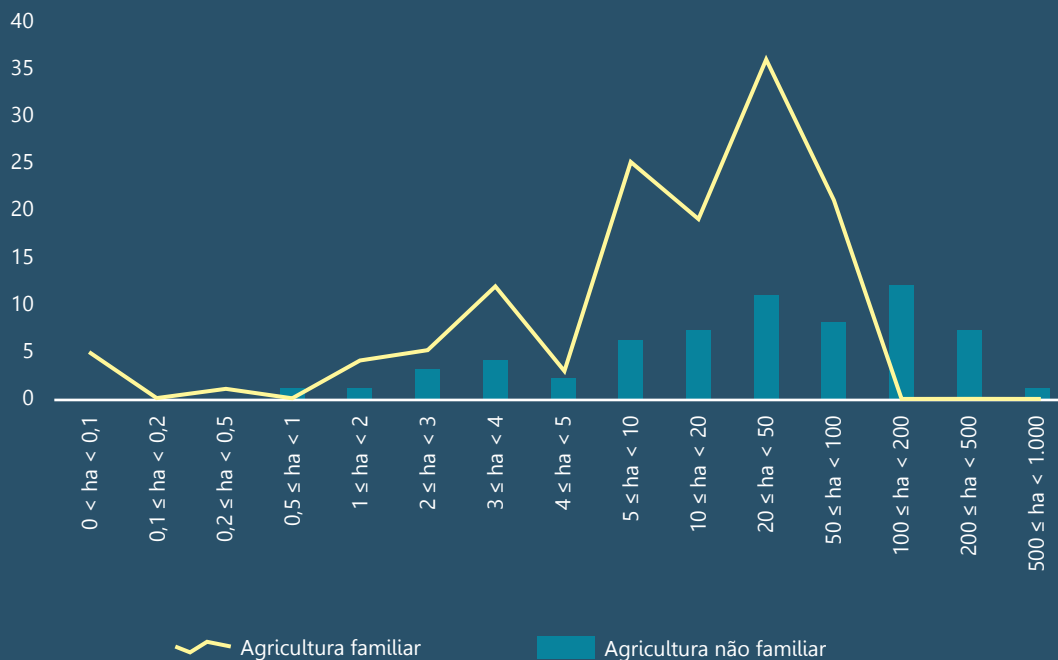


Figura 35 Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Rio Doce.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

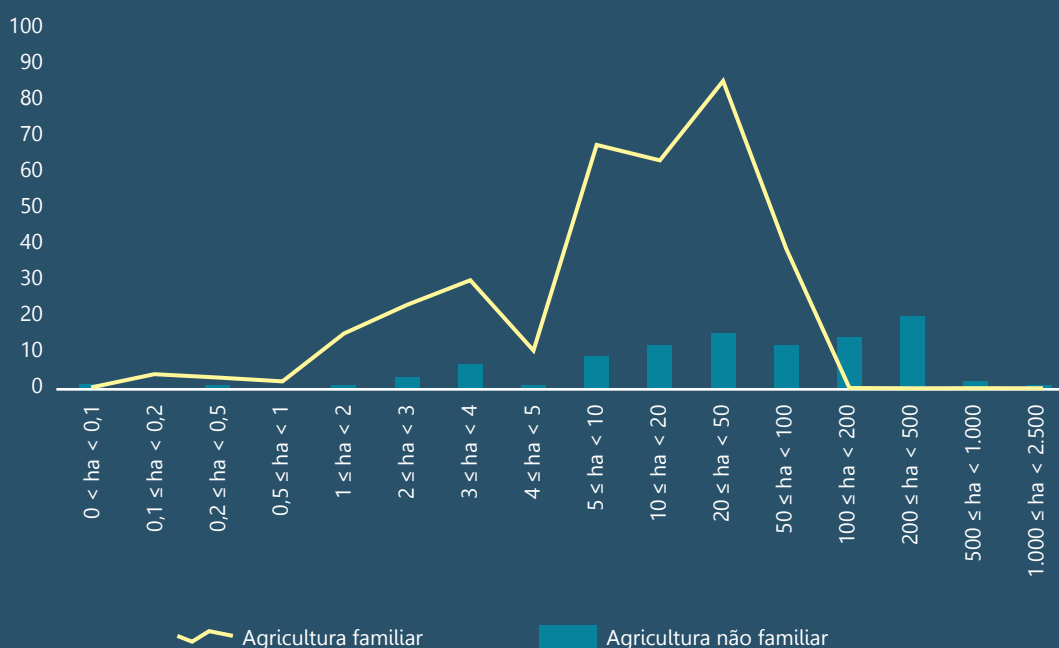


Figura 36 Número de estabelecimentos por grupo de área (em hectares - ha), para agricultura familiar e não familiar em Santa Cruz do Escalvado. Nota: Há um produtor sem área no município.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

relação à agricultura não familiar, percebe-se a existência de estabelecimentos maiores, acima de 500 hectares. De maneira geral, porém, a maior concentração ocorre em tamanho de propriedade, variando de 5 a 500 hectares.

Já o município de Ponte Nova apresenta uma configuração diferente dos analisados anteriormente, dado que o tamanho dos estabelecimentos é mais uniforme. Não há um padrão evidente no caso da agricultura não familiar, pois se distribui ao longo de todos os patamares, até 500 hectares. No caso da agricultura familiar, também há menor uniformidade, ainda que se note uma maior concentração relativa de propriedades entre 5 e 50 hectares.

Por sua vez, o município de Rio Doce apresenta similaridades com Barra Longa, havendo maior concentração da agricultura familiar nos grupos de área de 5 a 100 hectares. Quanto à agricultura não familiar, os estabelecimentos situam-se nos grupos de 5 a 500 hectares.

Por último, em Santa Cruz do Escalvado, a distribuição dos estabelecimentos é semelhante aos demais pequenos municípios, dado que a agricultura familiar está mais concentrada nos grupos de área de 5 a 50 hectares; enquanto a agricultura não familiar se estende até 500 hectares, com alguns poucos estabelecimentos atingindo de 500 a 2.500 hectares.

De forma geral, observa-se que a maior concentração de estabelecimentos da agricultura não familiar, em relação ao grupo de área da propriedade, coincide com os grupos da agricultura familiar. Esse fato reforça o argumento de que parte dos estabelecimentos da agricultura não familiar não possui a posição de propriedade familiar por questões técnicas além do tamanho do estabelecimento, como características de funcionamento e da infraestrutura.

Indicadores de infraestrutura produtiva

Uma importante dimensão dos estabelecimentos agropecuários é a infraestrutura produtiva da propriedade. De maneira geral, percebe-se, nos municípios analisados, uma tendência à “modernização”, como acesso à energia elétrica, mecanização, uso de adubação, tanto nos estabelecimentos não familiares quanto nos familiares. Nesse sentido, nos próximos gráficos, serão apresentadas algumas evidências, desagregadas por município. A Figura 37 apresenta a proporção de estabelecimentos com energia elétrica.

Nota-se que, nos municípios onde o acesso à energia elétrica era menos difundido, como em Barra Longa, houve um salto positivo desse indicador, de modo que no mínimo 85% dos estabelecimentos de cada localidade possuía acesso à energia elétrica em 2017. Destaca-se que Mariana foi único município no qual houve redução da proporção de estabelecimentos com energia elétrica (-2%), contudo, percebeu-se um aumento significativo no número de estabelecimentos, proporcionando “espaço” para uma variação negativa do indicador de energia elétrica. De qualquer maneira, pode-se considerar atípica essa variação.

É relevante pontuar que existem poucas diferenças em relação ao indicador energia elétrica quando se compara a agricultura familiar com a não familiar. No ano de 2017, apenas nos mu-

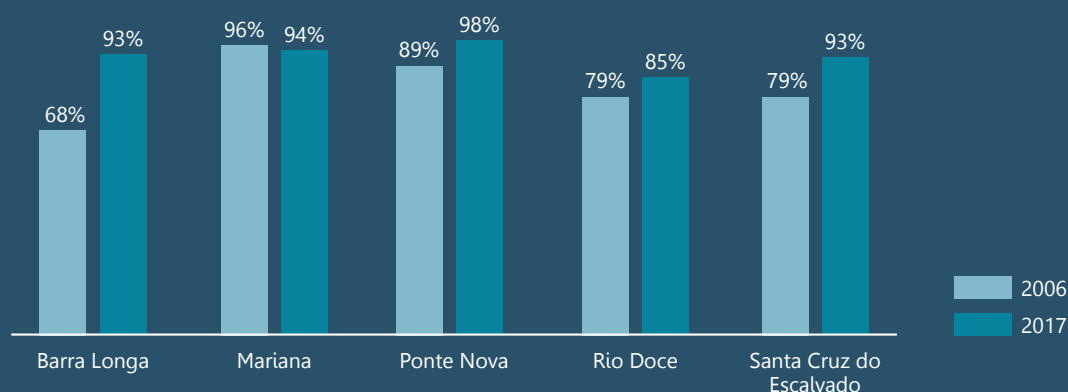


Figura 37 Porcentagem de estabelecimentos com energia elétrica nos anos 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

nicípios de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado foi registrada uma diferença significativa. Em Rio Doce, enquanto 88% dos estabelecimentos da agricultura familiar possuem acesso, essa proporção diminui 10 pontos percentuais com relação à agricultura familiar (78%). Em Santa Cruz do Escalvado ocorre o contrário: o acesso à energia elétrica é mais difundido na agricultura não familiar (96%), comparado com a agricultura familiar (92%). Dessa forma, constata-se que não há padrão ou uniformidade ao comparar os estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar.

Outro indicador que, de maneira geral, apresentou elevação nos municípios analisados foi o uso de adubação nas lavouras, como pode-se verificar na Figura 38.

Observa-se que, nos municípios de Barra Longa e de Santa Cruz do Escalvado, o percentual de estabelecimentos que utilizam adubação mais que dobrou de 2006 para 2017. Nos demais municípios, também houve variação percentual positiva, com exceção de Mariana, onde a proporção pouco se alterou (-1%). A utilização de adubação é o indicador que mais se movimentou no período analisado, tanto em estabelecimentos da agricultura familiar quanto da agricultura não familiar.

Ao analisar os tipos de adubação utilizados nos diferentes segmentos em 2017, encontram-se poucas diferenças entre a agricultura familiar e a não familiar, como demonstram os dados das Figuras 39 e 40. A Figura 39 aponta que o único município onde a adubação orgânica é utilizada pela maioria dos estabelecimentos da agricultura não familiar é Barra Longa. Nesse município, também é bastante difundida a combinação entre a adubação orgânica e a química. Nos demais, a soma do número de estabelecimentos que utilizam adubação orgânica e daqueles que utilizam ambas as formas representa a grande maioria das propriedades. Logo, são poucos (em termos relativos) os estabelecimentos que utilizam apenas a adubação química. Nota-se que em Mariana e em Santa Cruz do Escalvado essa proporção é maior do que nos demais municípios.

Quanto aos estabelecimentos da agricultura familiar, observa-se um padrão muito semelhante: a adubação química representa o menor percentual, e há uma distribuição entre adubação orgânica e combinada que varia entre os municípios. Em Ponte Nova e em Rio Doce, os estabelecimentos da agricultura familiar utilizam ambos os tipos de adubação, abrangendo quase 50% do total de propriedades. Enquanto isso, em Barra Longa, a adubação orgânica é a prática da maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar.

Outro indicador relevante para a análise dos estabelecimentos é o uso de irrigação. Diferente da adubação, essa tecnologia é bem menos difundida entre os estabelecimentos e apenas aumentou em dois dos municípios analisados: Barra Longa e Ponte Nova, conforme dados da Figura 41.

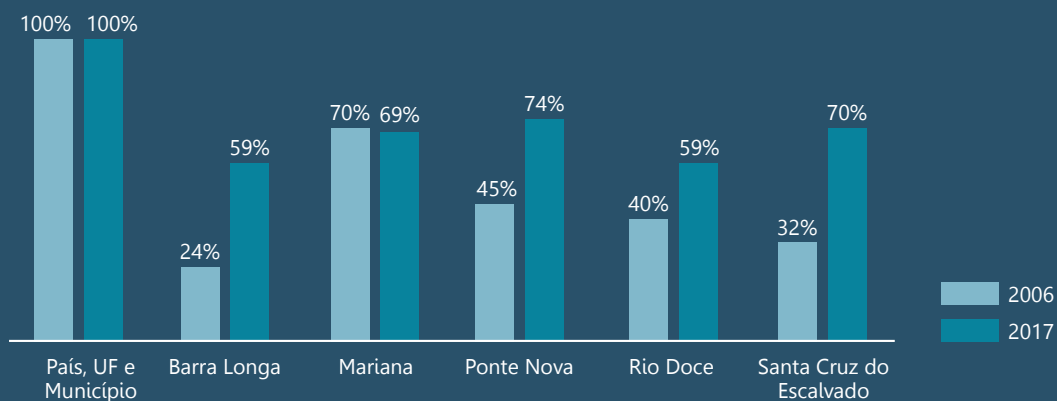


Figura 38 Percentual de estabelecimentos que utilizaram adubação em 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

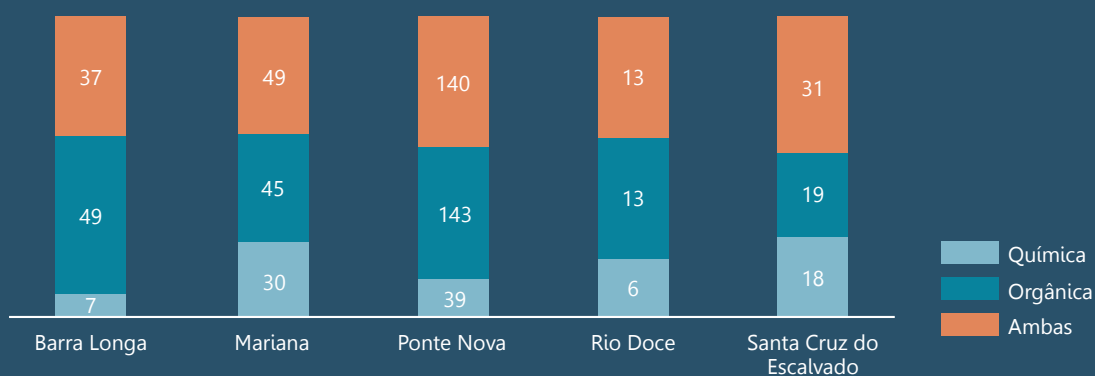


Figura 39 Tipos de adubação utilizados na agricultura não familiar em 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

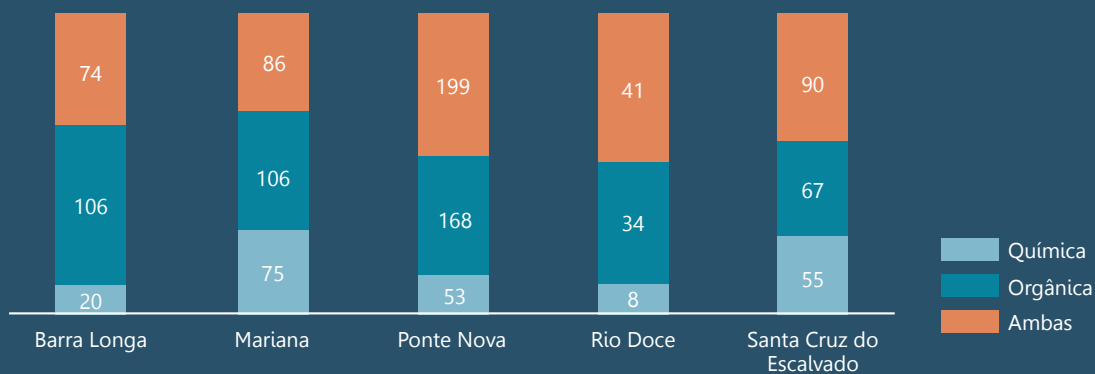


Figura 40 Tipos de adubação utilizados na agricultura familiar em 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

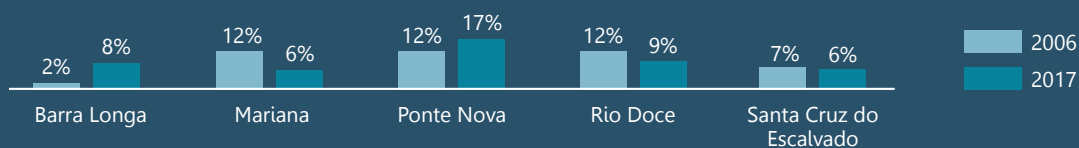


Figura 41 Percentual de estabelecimentos que utilizaram irrigação em 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

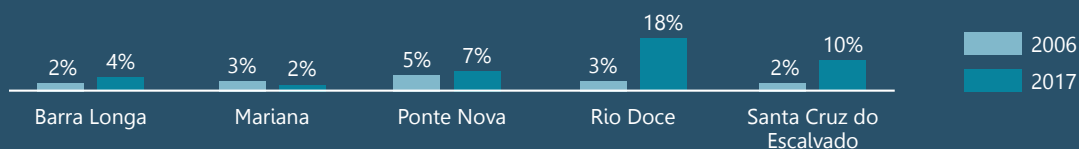


Figura 42 Percentual de estabelecimentos que utilizaram tratores em 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

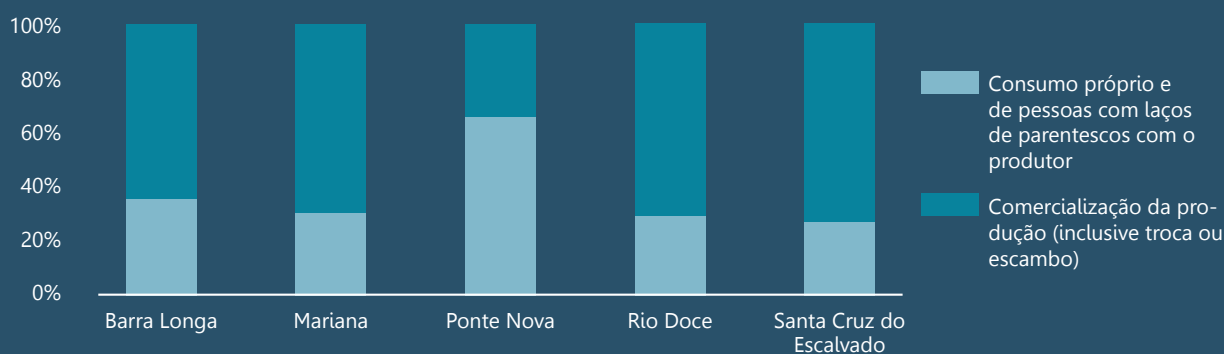


Figura 43 Finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos da agricultura familiar em 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

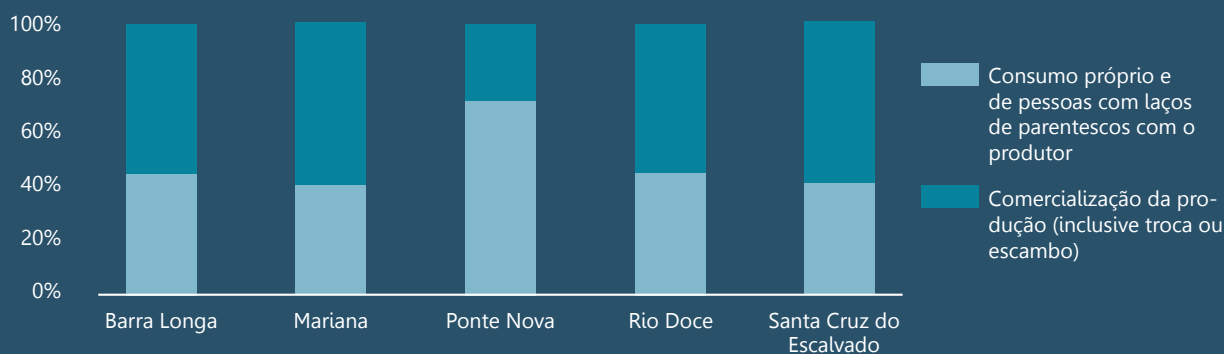


Figura 44 Finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos da agricultura não familiar em 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Em Barra Longa, em 2006, apenas 2% dos estabelecimentos utilizavam irrigação, já em 2017 percebe-se um aumento de 400%. Em Ponte Nova, foi observado um aumento não tão impactante quanto Barra Longa: 50%. Por outro lado, Ponte Nova possui o dobro de adesão à irrigação em 2017, em relação a Barra Longa. Nos demais municípios, a proporção de estabelecimentos que usavam irrigação reduziu. Há diferença de 1 a 2 pontos percentuais entre os estabelecimentos da agricultura familiar e os demais, com exceção do município de Barra Longa onde, em 2017, 10% dos estabelecimentos da agricultura familiar adotavam a irrigação, enquanto apenas 4% dos demais estabelecimentos faziam uso desse recurso.

Quanto à mecanização, outro indicador importante da modernização do campo, as informações estão organizadas na Figura 42.

Observa-se que, com exceção do município de Mariana, a proporção de estabelecimentos agropecuários que utilizam tratores aumentou no período de 2006 a 2017. Nos municípios de Barra Longa e de Ponte Nova, esse aumento foi de apenas 2%, enquanto em Rio Doce e em Santa Cruz do Escalvado o incremento foi mais expressivo: 15% e 8%, respectivamente.

Nota-se que as diferenças entre a agricultura familiar e não familiar são pequenas em termos de infraestrutura produtiva, o que muitas vezes parece contra intuitivo. Um dos fatores que contribuem para essa similaridade, nos municípios em questão, é a pequena proporção de estabelecimentos não familiares com grandes áreas. Como observado nos gráficos de grupo de área, a concentração de estabelecimentos da agricultura não familiar muitas vezes coincide com a distribuição dos demais estabelecimentos.

Ao analisar a finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos, esse argumento se fortalece, pois as diferenças entre a agricultura familiar e não familiar, em cada município, não são frequentes e quando ocorrem são de pequena magnitude, como indicam as Figuras 43 e 44.

Nota-se que, com exceção de Ponte Nova, em todos os municípios prevalece a produção para comercialização (entre os estabelecimentos da agricultura familiar). Com base nos dados desses quatro municípios, cerca de 69% dos estabelecimentos agropecuários possuem como finalidade principal a comercialização da produção, incluindo troca ou escambo. Por outro lado, em Ponte Nova, cerca de 65% dos estabelecimentos produzem para o consumo próprio e da família.

Ao observar a agricultura não familiar, também prevalece a finalidade de comercialização em Barra Longa, Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (em média 58% dos estabelecimentos), enquanto em Ponte Nova prevalece a produção para consumo próprio (mais de 70% dos estabelecimentos). Chama a atenção o fato de que a proporção de propriedades da agricultura não familiar com viés de autoconsumo é *ligeiramente* maior do que entre os estabelecimentos da agricultura familiar, nos municípios analisados.

Além disso, é necessário ponderar a análise de indicadores como adubação e irrigação, quando em muitos casos a agricultura não é a principal atividade econômica dos estabelecimentos da agricultura não familiar. Em alguns municípios, essa observação estende-se aos estabelecimentos da agricultura familiar. Nas Figuras 45 e 46, é apresentada a distribuição das atividades econômicas dos estabelecimentos não familiares e familiares em 2017, respectivamente, caracterizadas pelo produto/área de atividade que obteve maior valor de produção naquele ano.

É possível observar que a pecuária é a principal atividade econômica das propriedades não familiares de todos os municípios de interesse, com representação de 81% dos estabelecimentos de Rio Doce – município onde a pecuária é mais expressiva. Mesmo no município com a menor proporção de estabelecimentos com essa característica, Ponte Nova, o percentual ainda é alto: 69%. A segunda atividade mais recorrente é a produção de lavouras temporárias, de forma mais expressiva (em termos relativos) em Ponte Nova e em Santa Cruz do Escalvado.

Em Mariana, destaca-se a produção florestal, atividade de quase 10% dos estabelecimentos não familiares do município. Em Barra Longa, Mariana e Ponte Nova, há uma pequena representatividade das propriedades produtoras de horticultura e floricultura – atividades inexistentes em Rio Doce.

Nas propriedades da agricultura familiar, o cenário não é muito diferente, visto que a pecuária representa um mínimo de 63%, em Ponte Nova, e um máximo de 82%, em Rio Doce, dos estabelecimentos. Em Santa Cruz do Escalvado, observa-se uma maior participação das propriedades com foco na produção lavouras temporárias – quase 35%.

Em Ponte Nova, destaca-se ainda, em pequena proporção, a produção de lavouras permanentes e a horticultura e floricultura – atividade que também tem alguma representatividade entre os estabelecimentos familiares de Barra Longa e de Mariana. Nota-se, também, que em Rio Doce apenas a agricultura familiar produz horticultura e floricultura. Em relação à produção florestal de Mariana, há uma pequena proporção de estabelecimentos familiares que possuem florestas nativas.

Outra importante dimensão da estrutura produtiva é a assistência técnica. Com relação à essa característica, é marcante a diferença no acesso a ATER entre os estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar. Pode-se perceber que o acesso a ATER aumentou pouco e em alguns casos ele diminuiu, em termos relativos, entre 2006 e 2017. As Figuras 47 e 48 ilustram os casos da agricultura familiar e não familiar, respectivamente:

De acordo com o gráfico acima, nos estabelecimentos da agricultura familiar, houve aumento do acesso a ATER em Barra Longa, Rio Doce e Ponte Nova, respectivamente: 13, 10 e 1 pontos percentuais. No caso de Ponte Nova, portanto, o aumento foi apenas marginal. Em Mariana, diminuiu bastante o acesso a ATER, em 21 pontos percentuais, enquanto, em Santa Cruz do Es-

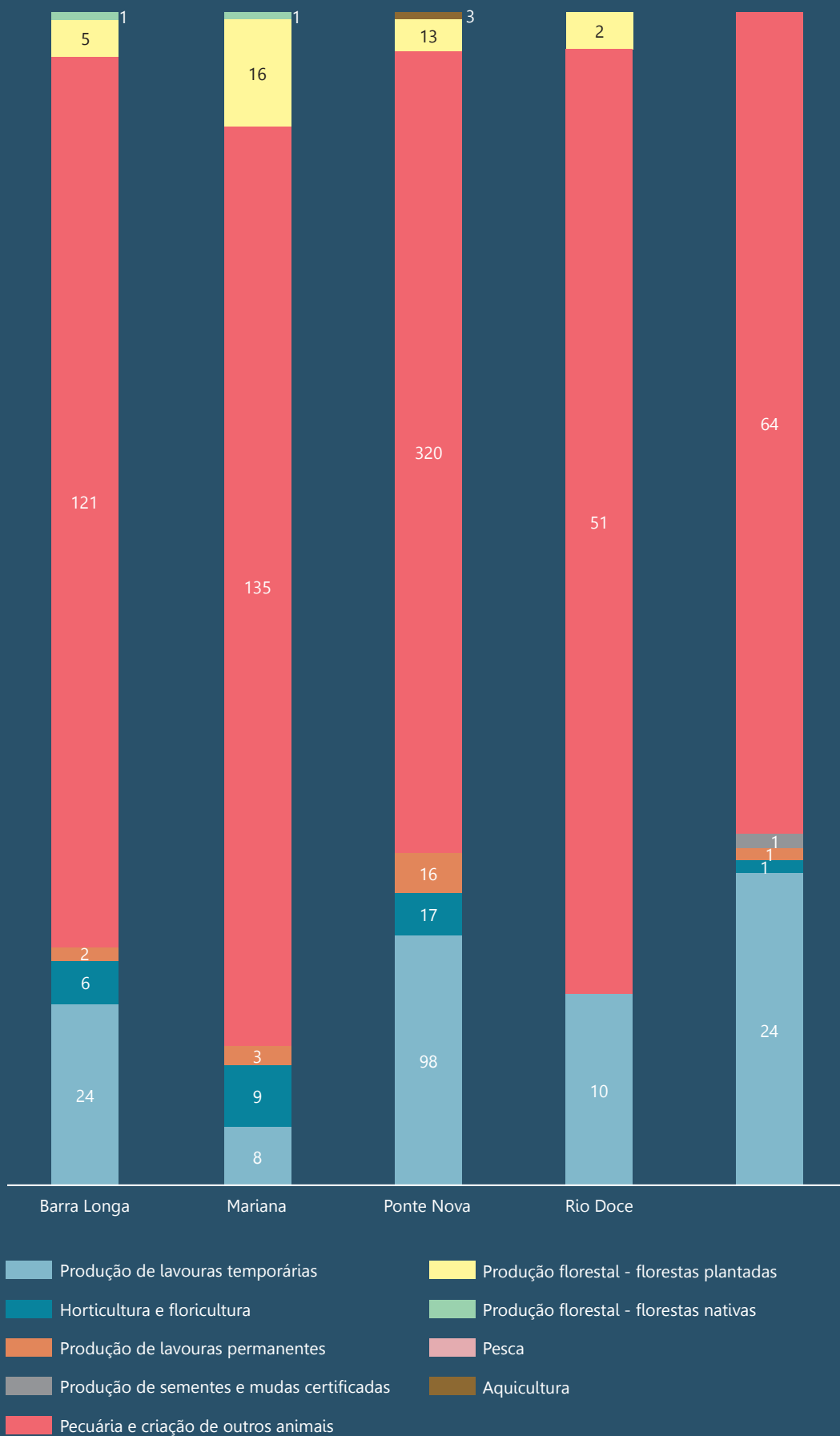


Figura 45 Grupos de atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar no ano 2006.
 Fonte: Censo Agropecuário (2006).

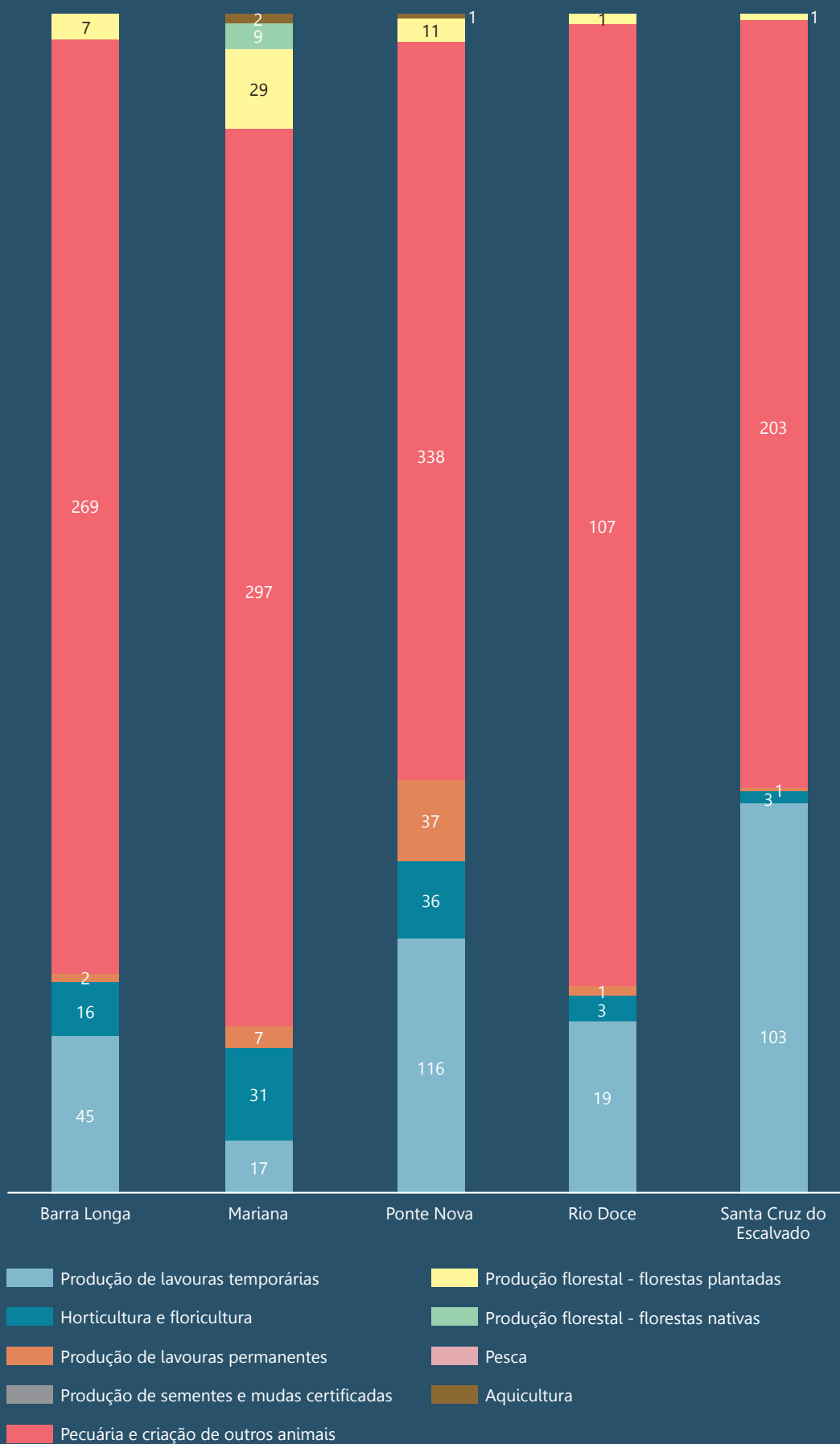


Figura 46 Grupos de atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no ano 2017.
 Fonte: Censo Agropecuário (2017).

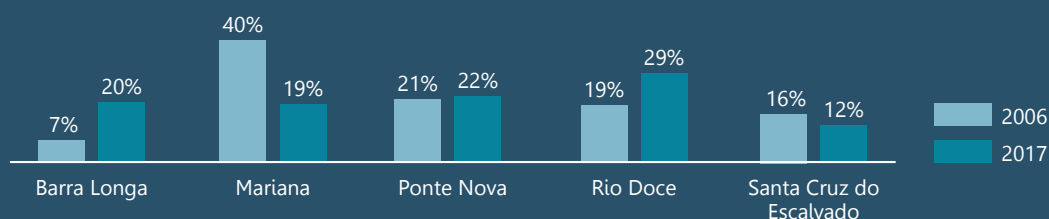


Figura 47 Estabelecimentos da agricultura familiar com acesso a ATER em 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

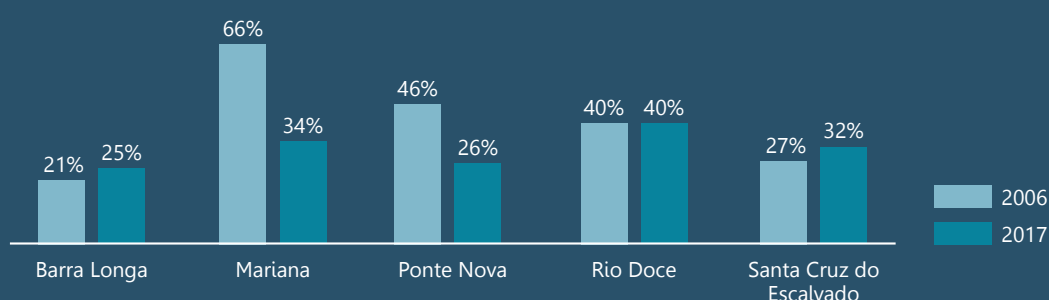


Figura 48 Percentual de estabelecimentos da agricultura não familiar com acesso a ATER em 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

calvado, essa redução foi de 4 pontos percentuais. De maneira geral, observa-se que, em 2017, no máximo 29% dos estabelecimentos familiares dos municípios possuíam acesso – caso de Rio Doce. No município de Santa Cruz do Escalvado, por exemplo, esse percentual não passa de 12%. Por fim, com base nos dados, a média da amostra é de 20%.

No caso da agricultura não familiar, também houve, em Mariana, uma redução vertiginosa de 32 pontos percentuais. Já em Ponte Nova, essa redução foi de 20 pontos percentuais. Em Rio Doce, a proporção permaneceu inalterada (40%). Os únicos municípios que apresentaram aumento foram Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado, em 4 e 5 pontos percentuais, respectivamente. Nota-se que em 2017, entre 25% (Barra Longa) e 34% (Mariana) dos estabelecimentos não familiares dos municípios analisados possuíam acesso a ATER. A média de acesso foi de 31%, ou seja, 11 pontos percentuais superior à agricultura familiar da região.

Um outro aspecto que se destacou ao longo dessa análise descritiva é a diferenciação do município de Mariana em relação aos demais. Esse fato foi observado, primeiramente, com relação à questão do crescimento desproporcional do número de estabelecimentos (97%) – que por sua vez distorce os indicadores percentuais (calculados com base no número de estabe-

lecimentos). Isso indica que uma parte dos novos estabelecimentos registrados em 2017 não acompanha as mudanças de infraestrutura produtiva que se estabeleceram na região ao longo da década analisada.

Os dados demonstram a baixa infraestrutura dos estabelecimentos para a produção agropecuária, representados em termos de acesso à tecnologias de produção e de ATER – elementos que incidem diretamente na produtividade agrícola. A pecuária tem ampliado sua predominância como atividade principal dos estabelecimentos agropecuários, contudo, a precária infraestrutura produtiva indica que a qualidade do leite, que influencia o preço recebido pelos produtores, é baixa. Essa é, portanto, uma área fundamental de atenção para políticas públicas.

Origem da assistência técnica nos estabelecimentos dos municípios, segundo os Censos Agropecuários 2006 e 2017

Ao analisar os dados da Figura 49, é possível constatar que, em 2006, em Barra Longa e em Ponte Nova, menos de 50% dos estabelecimentos familiares com acesso aos serviços de assistência técnica tinham as instituições governamentais como prestadoras. Nesse cenário, Barra Longa destacou-se pela baixa porcentagem: apenas 17% dos estabelecimentos familiares recebiam assistência técnica de origem governamental.

Os dados apontam que, em 2017, em todos os municípios do território, mais de 50% dos estabelecimentos familiares receberam assistência técnica de origem governamental, por exemplo, Barra Longa saiu de 17% para 67% e Ponte Nova de 42% para 79%. Contudo, ainda que, nos outros três municípios, a porcentagem tenha se mantido acima dos 50%, é necessário destacar

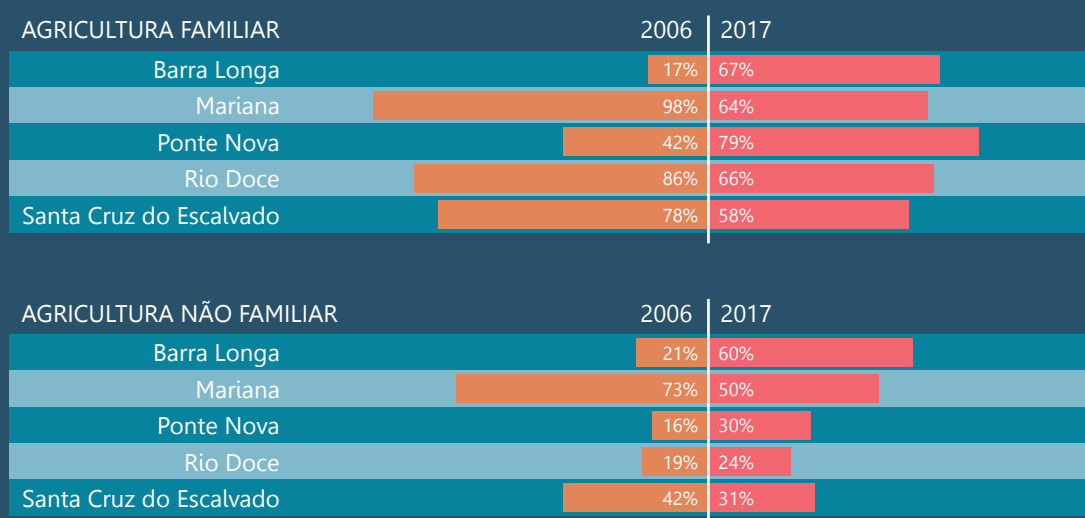


Figura 49 Proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram assistência técnica por meio do Governo (federal, estadual ou municipal), nos anos 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

que houve uma queda significativa em todos eles: Mariana caiu de 98% para 64%; Rio Doce, de 86% para 66%; e Santa Cruz do Escalvado, de 78% para 58%.

Nesse contexto, é importante destacar que a variação na porcentagem pode estar relacionada à variação no número de estabelecimentos agropecuários entre um Censo e outro. É relevante citar que a Emater é a principal instituição governamental prestadora de assistência técnica no território. Já o Senar atua de forma pontual, se comparado com a Emater, que possui escritórios nos municípios. Diante disso, com base nas pesquisas de campo, analisou-se que o potencial de atendimento da Emater em dois desses municípios pode ter declinado pelo fato de atualmente só existir um extensionista em Mariana, e a gestão municipal de Santa Cruz do Escalvado ter extinguido o convênio com a empresa de ATER.

No que tange ao atendimento aos agricultores não familiares por meio dos serviços governamentais, a Figura 49 indica que, de 2006 a 2017, em Barra Longa, Ponte Nova e Rio Doce, o percentual de atendimento nesse setor aumentou, respectivamente, de 21% para 60%, de 16% para 30% e de 19% para 24%. Já em Mariana e em Santa Cruz do Escalvado, a porcentagem desse atendimento diminuiu, respectivamente, de 73% para 50% e de 42% para 31%.

De maneira geral, mediante uma perspectiva territorial, o Censo Agropecuário 2017 demonstra a supremacia dos serviços governamentais de assistência técnica no território, tanto entre os agricultores familiares quanto entre os não familiares. De acordo com dados da Figura 54, a assistência técnica de origem "própria ou do próprio agricultor" possui porcentagens mais elevadas apenas em Rio Doce e em Santa Cruz do Escalvado – ressalta-se que, nesses municípios, o número de estabelecimentos agropecuários é menor.

Relacionando os dados das Figuras 50 e 51, é possível concluir que os serviços de assistência técnica, em todos os municípios do território, possuem origem em duas fontes, em ordem de importância: (i) são prestados por instituições "governamentais"; e (ii) são de origem "própria ou do próprio produtor", independentemente de serem agricultores familiares ou não familiares. Nesse sentido, segundo Diesel, Neumann e Sá (2012), essa origem ocorre quando o agricultor contrata por conta própria um técnico especializado ou um consultor para prestar o serviço em seu estabelecimento agropecuário; ou quando ele mesmo, o agricultor, possui formação profissional e é legalmente autorizado a atuar com assistência técnica agropecuária.

Os dados da Figura 50 demonstram que entre os agricultores familiares, de 2006 a 2017, houve quedas bruscas nas porcentagens dos municípios de Barra Longa e de Ponte Nova, de 62% para 19% e de 44% para 20%, respectivamente. Em Mariana, constatou-se um leve aumento, de 4% para 8%. Já em Rio Doce e em Santa Cruz do Escalvado, os aumentos foram mais substanciais, de 7% para 42% e de 22% para 36%.

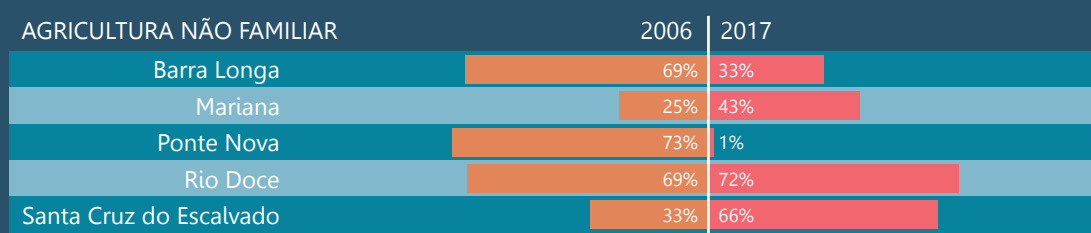
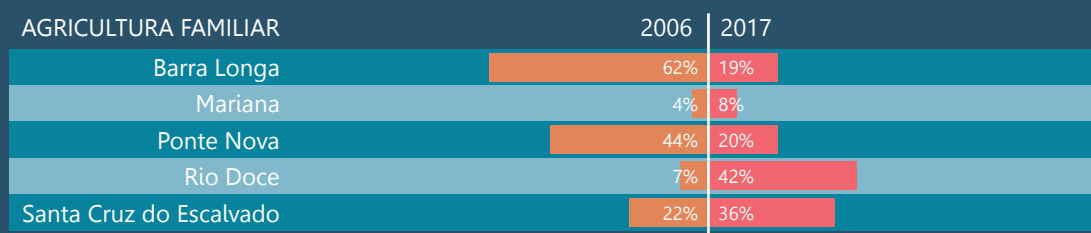


Figura 50 Proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram assistência técnica por meio de assistência própria ou do próprio produtor, nos anos 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

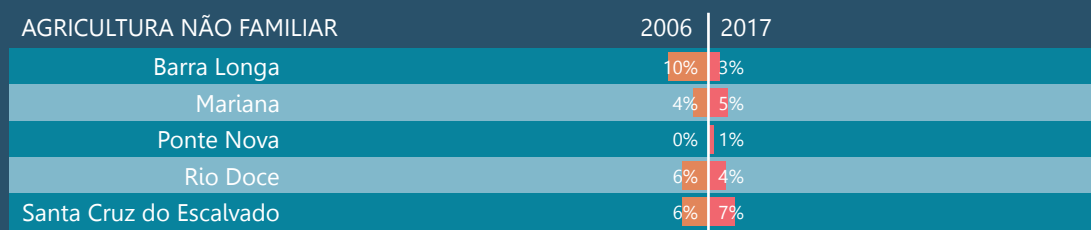
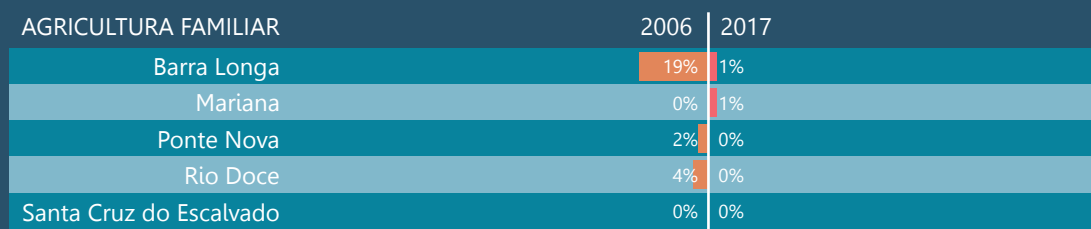


Figura 51 Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de Cooperativas, nos anos 2006 e 2017.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

Considerando que no território analisado, de maneira geral, os agricultores familiares são carentes de recursos financeiros, essas porcentagens comprovam a importância que esses sujeitos fornecem aos serviços de assistência técnica e às possibilidades que esses serviços têm de colaborar para potencializar a produção familiar e, conseqüentemente, agregar valor e renda e maximizar melhores condições de vidas às suas famílias. Para o setor agrícola “não familiar”, a variação no território também foi significativa, de forma negativa para Barra Longa e, principalmente, para Ponte Nova. No primeiro município, houve uma queda de 36 pontos percentuais e, no segundo, de 72 pontos.

A Figura 51 apresenta a porcentagem dos estabelecimentos que receberam assistência técnica via cooperativas. Pode-se observar que as porcentagens mais expressivas foram trazidas pelo Censo de 2006: 19% para agricultura familiar de Barra Longa e 10% para agricultura não familiar do mesmo município. O Censo Agropecuário de 2017 demonstrou ter havido quedas nas porcentagens dessa fonte de assistência técnica, principalmente para a agricultura familiar, posto que essa origem foi citada por apenas 1% de agricultores em Barra Longa e, também, em Mariana.

Entre os agricultores não familiares, as porcentagens foram maiores, mas também com pouca expressividade, por exemplo, o maior índice foi de apenas 7%, em Santa Cruz do Escalvado. Atribui-se esse fato à constatação em campo pela equipe PROATER do trabalho de assistência técnica desenvolvida no município, ao longo dos últimos anos, pela Cooperativa Mista de Trabalho, Produção e Agropecuária de Nova Soberbo - LTDA (COOPSOBERBO).

No Censo de 2006, as Empresas Integradoras foram pouco citadas em todo o território, tanto pelos agricultores “familiares” quanto pelos “não familiares”. No entanto, houve relativa alteração no Censo de 2017 devido ao desenvolvimento do cultivo das florestas plantadas, especialmente do eucalipto. As pesquisas de campo indicaram que, em Barra Longa, e, principalmente, em Mariana, existe o fomento por parte das empresas que necessitam dessa matéria prima para que os agricultores realizem o plantio. Geralmente, esse plantio fomentado é atrelado à prestação de assistência técnica. Nesses municípios mencionados, por exemplo, os agricultores informaram que a assistência técnica recebida é oferecida pelas Empresas Integradoras.

Os dados sintetizados nas Figuras 53, 54 e 55, apresentadas a seguir, não apontam relevância no contexto das porcentagens aqui analisadas, pois, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, empresas privadas de planejamento, ONGs e outra origem foram pouco citadas pelos agricultores do território. Acredita-se que, no contexto da prestação de assistência técnica pós rompimento de Fundão, essa realidade está mudando para uma mais expressiva atuação do segmento das ONGs, uma vez que essas organizações estão prestando assistência técnica no território, especialmente com os agricultores reconhecidos como impactados pela Fundação Renova.

AGRICULTURA FAMILIAR	2006	2017
Barra Longa	2%	13%
Mariana	0%	25%
Ponte Nova	6%	1%
Rio Doce	0%	0%
Santa Cruz do Escalvado	0%	0%

AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	2006	2017
Barra Longa	3%	8%
Mariana	0%	16%
Ponte Nova	3%	1%
Rio Doce	0%	4%
Santa Cruz do Escalvado	0%	0%

Figura 52 Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de Empresas Integradoras, nos anos 2006 e 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

AGRICULTURA FAMILIAR	2006	2017
Barra Longa	0%	0%
Mariana	1%	0%
Ponte Nova	3%	0%
Rio Doce	4%	0%
Santa Cruz do Escalvado	2%	3%

AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	2006	2017
Barra Longa	3%	0%
Mariana	0%	2%
Ponte Nova	9%	0%
Rio Doce	6%	0%
Santa Cruz do Escalvado	21%	0%

Figura 53 Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de Empresas privadas de planejamento nos anos 2006 e 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

AGRICULTURA FAMILIAR	2006	2017
Barra Longa	0%	1%
Mariana	0%	0%
Ponte Nova	0%	0%
Rio Doce	0%	0%
Santa Cruz do Escalvado	0%	0%

AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	2006	2017
Barra Longa	0%	0%
Mariana	0%	2%
Ponte Nova	0%	0%
Rio Doce	0%	0%
Santa Cruz do Escalvado	0%	0%

Figura 54 Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de ONGs, nos anos de 2006 e 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

AGRICULTURA FAMILIAR	2006	2017
Barra Longa	2%	1%
Mariana	0%	0%
Ponte Nova	5%	1%
Rio Doce	0%	0%
Santa Cruz do Escalvado	2%	6%

AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	2006	2017
Barra Longa	0%	3%
Mariana	2%	0%
Ponte Nova	4%	5%
Rio Doce	0%	0%
Santa Cruz do Escalvado	0%	0%

Figura 55 Entre os estabelecimentos que acessaram assistência técnica, proporção de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que acessaram por meio de outra origem, nos anos 2006 e 2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES

Nessa subseção, serão descritas as informações que caracterizam os produtores e as produtoras dos estabelecimentos analisados. No Censo Agropecuário, são registradas apenas as pessoas que respondem à entrevista, normalmente aquelas responsáveis pelo estabelecimento. Assim, é possível construir um perfil dos produtores e das produtoras rurais que possuem protagonismo no estabelecimento e verificar como esse perfil se alterou ao longo da década analisada.

Em relação ao gênero do produtor ou da produtora, a Figura 56 ilustra a proporção de mulheres produtoras rurais entrevistadas nos anos de 2006 e 2017, indicando a proporção de mulheres que chefiam o estabelecimento.

Constata-se que o percentual de mulheres produtoras cresceu em todos os municípios, com exceção de Rio Doce. Essa tendência de crescimento vem sendo observada no Brasil, com percentual de 18,5% em 2017 – valor próximo aos 18% registrados na média dos municípios de interesse desta pesquisa no mesmo ano. Conforme os dados, o município que mais se destacou nesse quesito foi Ponte Nova: o percentual dobrou no período 2006-2017, chegando a 30%. Ainda assim, é pequeno o percentual de mulheres produtoras, visto que o percentual de mulheres no meio rural corresponde a 50% dessa população, aproximadamente.

É importante destacar que, de maneira geral, os percentuais registrados acima são muito parecidos com os valores do recorte de liderança (indivíduos que são proprietários, parceiros ou comandatários), evidenciando que as pessoas entrevistadas nos estabelecimentos são normalmente as responsáveis por eles. Nesse sentido, a Figura 57 ilustra a condição dos produtores e das produtoras em relação às terras.

Como já mencionado, as pessoas responsáveis pelo estabelecimento são, em sua grande maioria e em ambos os anos, proprietárias dele. Ainda assim, observa-se algumas mudanças

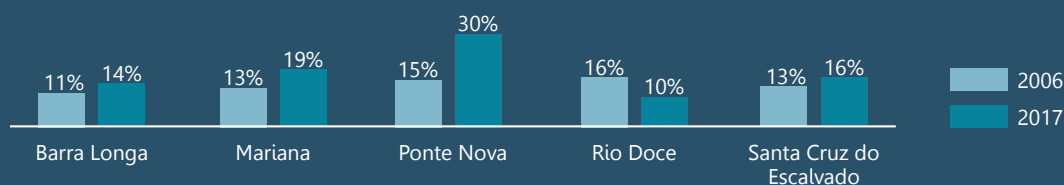


Figura 56 Percentual de mulheres produtoras rurais nos anos 2006 e 2017, segundo o Censo Agropecuário.
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

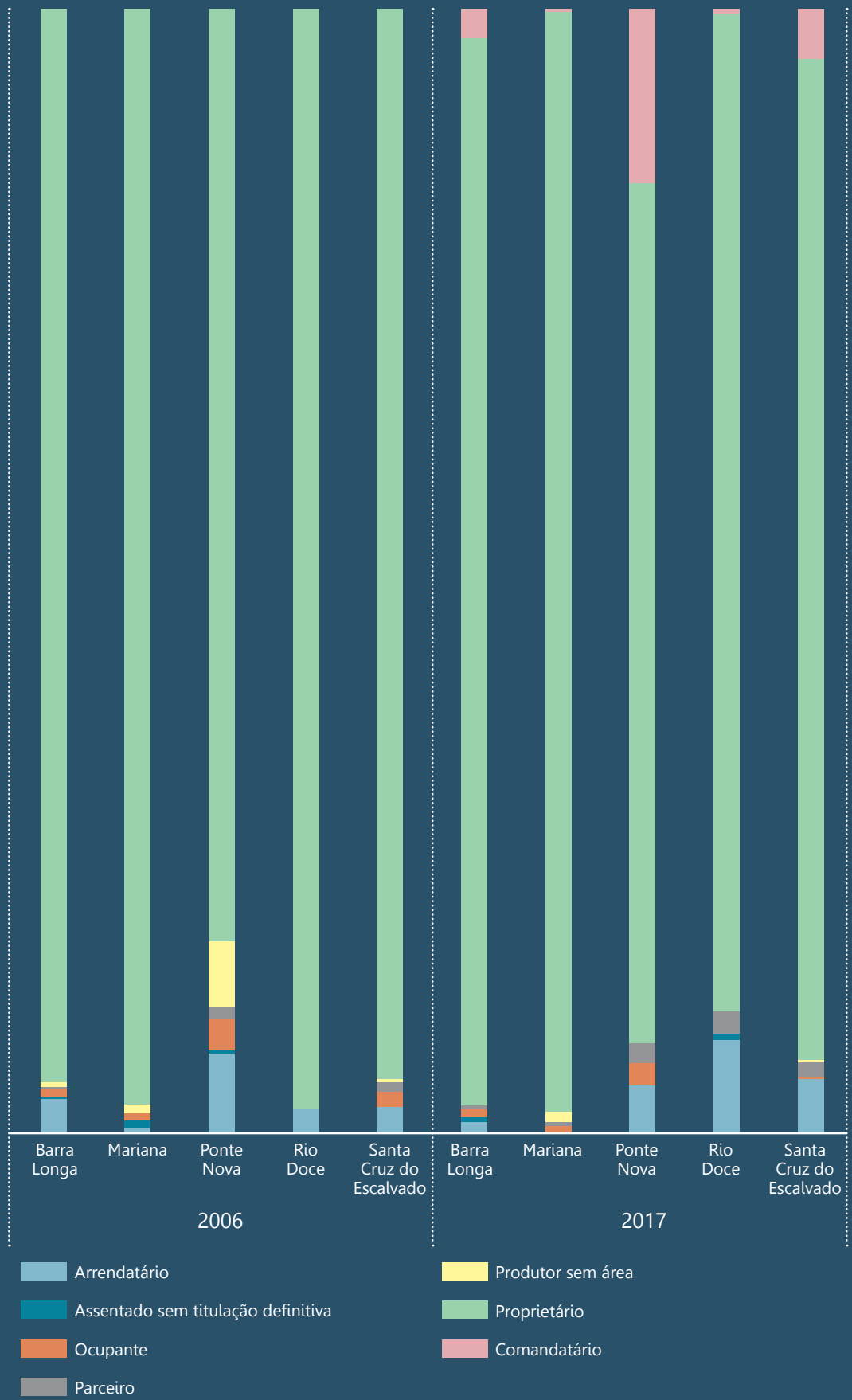


Figura 57 Condição dos produtores e produtoras em relação à terra nos anos 2006 e 2017.
 Fonte: Censo Agropecuário (2017).

no período dos censos. Em Ponte Nova, extinguíram-se os produtores sem área, enquanto em Mariana, elevou-se, marginalmente, a proporção dessa categoria. Em Rio Doce e em Santa Cruz do Escalvado, a proporção de arrendatários aumentou, enquanto em Barra Longa e em Ponte Nova, tal proporção diminuiu. Além disso, nota-se o surgimento da categoria de comandatários, que é mais expressiva em Ponte Nova e inexistente na coleta de dados de 2006.

Os dados comprovam, ainda, que existem poucas diferenças entre a agricultura familiar e a não familiar nesse quesito. Em 2017, em Rio Doce, a proporção de arrendatários e de parceiros era ligeiramente maior na agricultura não familiar, assim como a proporção de comandatários em Ponte Nova.

Quanto à condição legal em relação às terras, quase totalidade dos produtores e das produtoras enquadram-se na condição de produtor(a) individual. Existem, por município, no máximo 5 estabelecimentos cujos produtores e produtoras se enquadram em outra posição, geralmente a de sociedade. Em relação à forma de obtenção da terra, essa permaneceu praticamente inalterada ao longo dos anos e restrita às categorias de compra de particular e de herança, como demonstram as estatísticas das Figuras 58 e 59 para os anos de 2006 e 2017, respectivamente.

Nota-se que as formas de obtenção da terra incorporaram novas categorias e nomenclaturas em 2017. De forma geral, é possível compatibilizar, já que as principais ocorrências – compra de particular e herança ou doação – permanecem dominantes. Observa-se também que houve aumento na proporção de terras obtidas por herança ou doação na agricultura não familiar no município de Barra Longa. Além dessa variação, não houve movimentos significativos.

Outro aspecto relevante para a caracterização de produtores e produtoras diz respeito à idade. Conforme já mencionado neste relatório, a questão do envelhecimento da população rural pode estar relacionada à redução do número de propriedades da agricultura familiar – vale destacar que Mariana foi o único município onde esse fato não foi observado. Além disso, ao decompor essa informação, é possível observar em que proporção há variação da composição de idade entre os gêneros. As Figuras 60 e 61 sintetizam esses dados:

Percebe-se que, entre os homens, houve um envelhecimento uniforme em todos os municípios, tal que os produtores acima de 65 anos passaram a representar, em média, 35% dos produtores em 2017, enquanto representavam apenas 24% em 2006. Verifica-se, também, aumento na proporção de homens entre 55 e 65 anos. Em contrapartida, a população de produtores com menos de 35 anos, que era de 9%, caiu para 5% em 2017.

Em relação às mulheres responsáveis pelos estabelecimentos, houve uma certa variação entre os municípios. Em Barra Longa, Mariana e Santa Cruz do Escalvado, a proporção de produtoras com mais de 65 anos aumentou significativamente, passando a representar 44% das produtoras desses municípios em 2017 – o percentual médio era de 35% em 2006. Por sua vez, nos

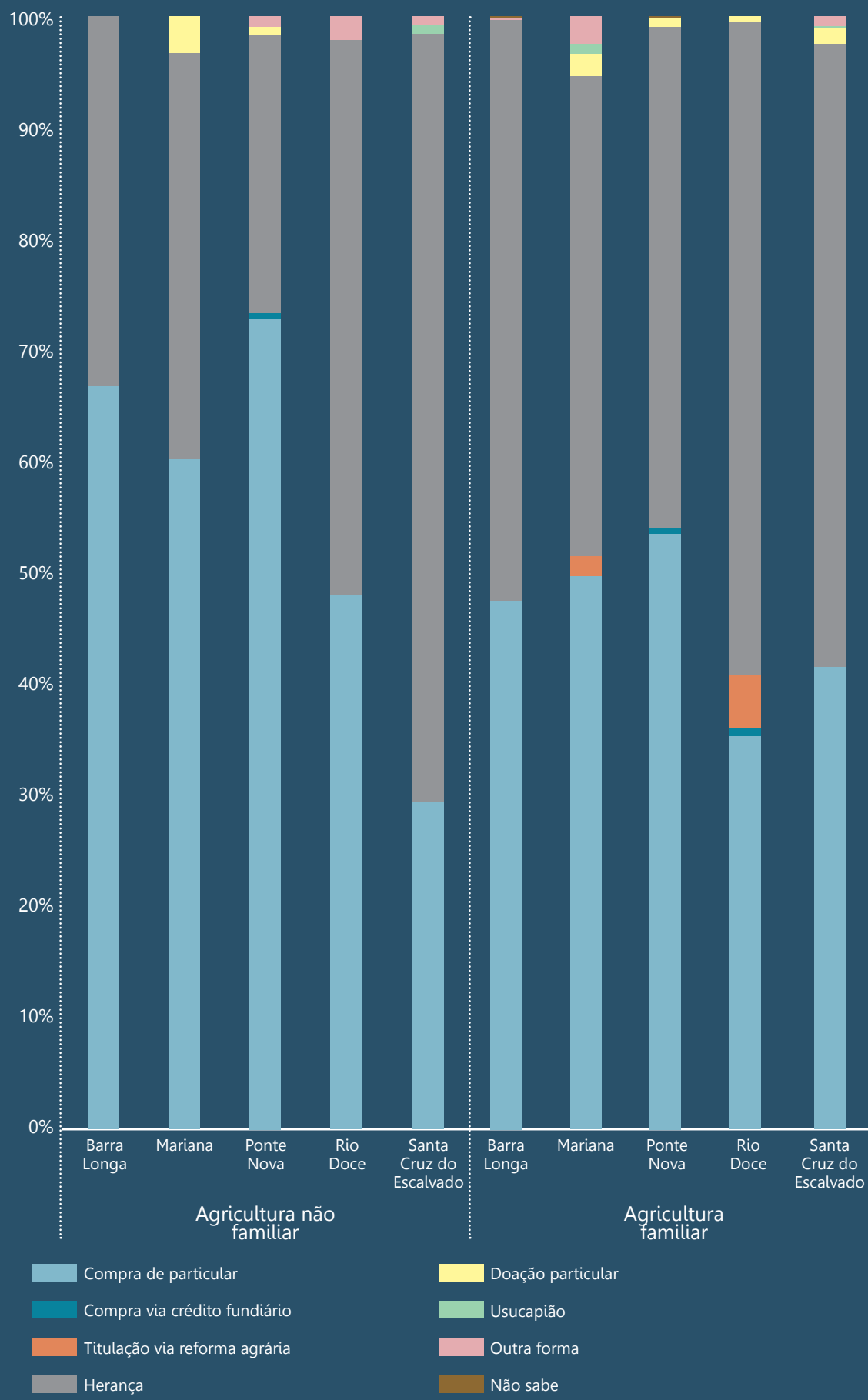


Figura 58 Forma de obtenção da terra da agricultura familiar e não familiar no ano 2006.
 Fonte: Censo Agropecuário (2006).

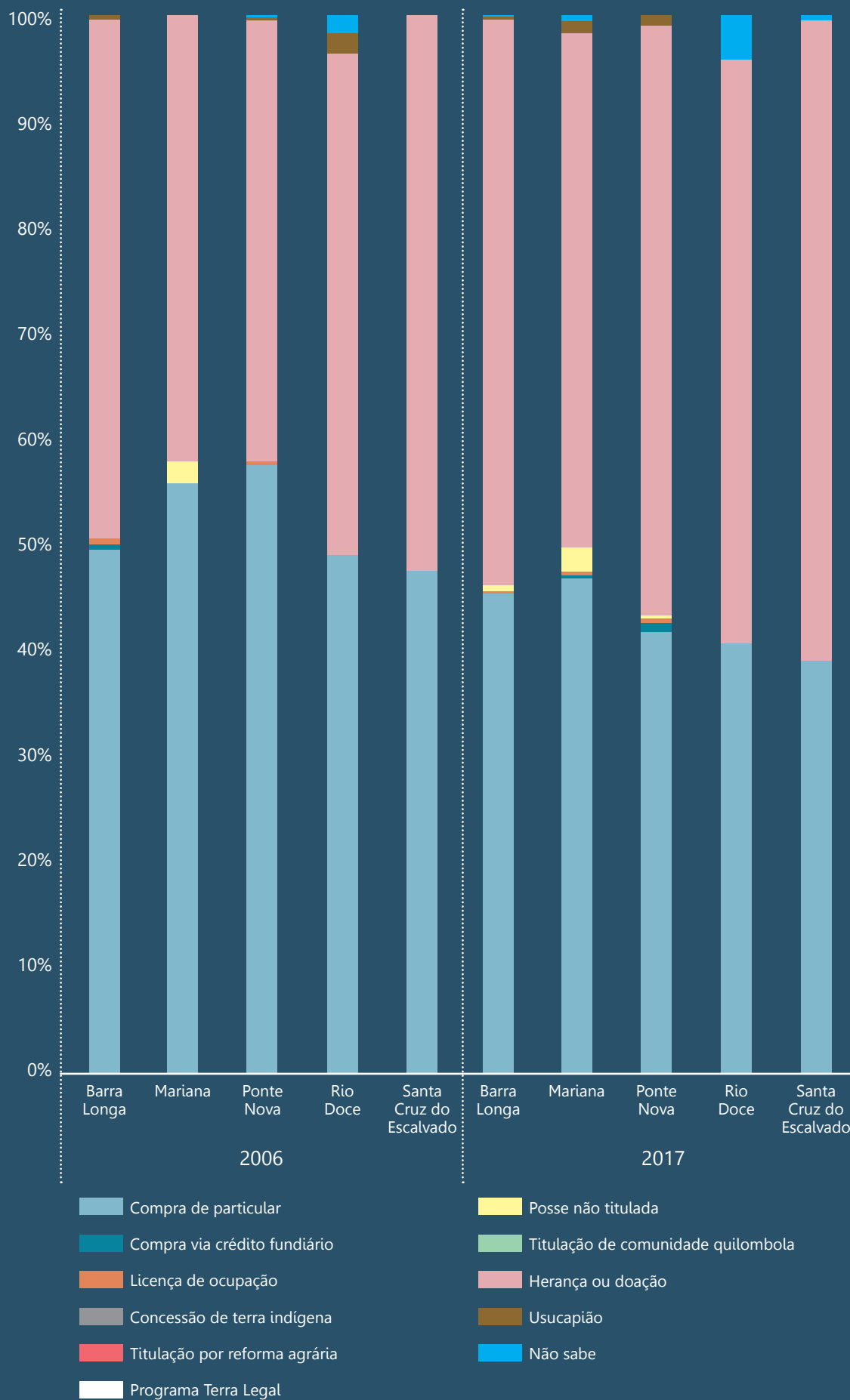


Figura 59 Forma de obtenção da terra da agricultura familiar e não familiar no ano 2017.
 Fonte: Censo Agropecuário (2017).

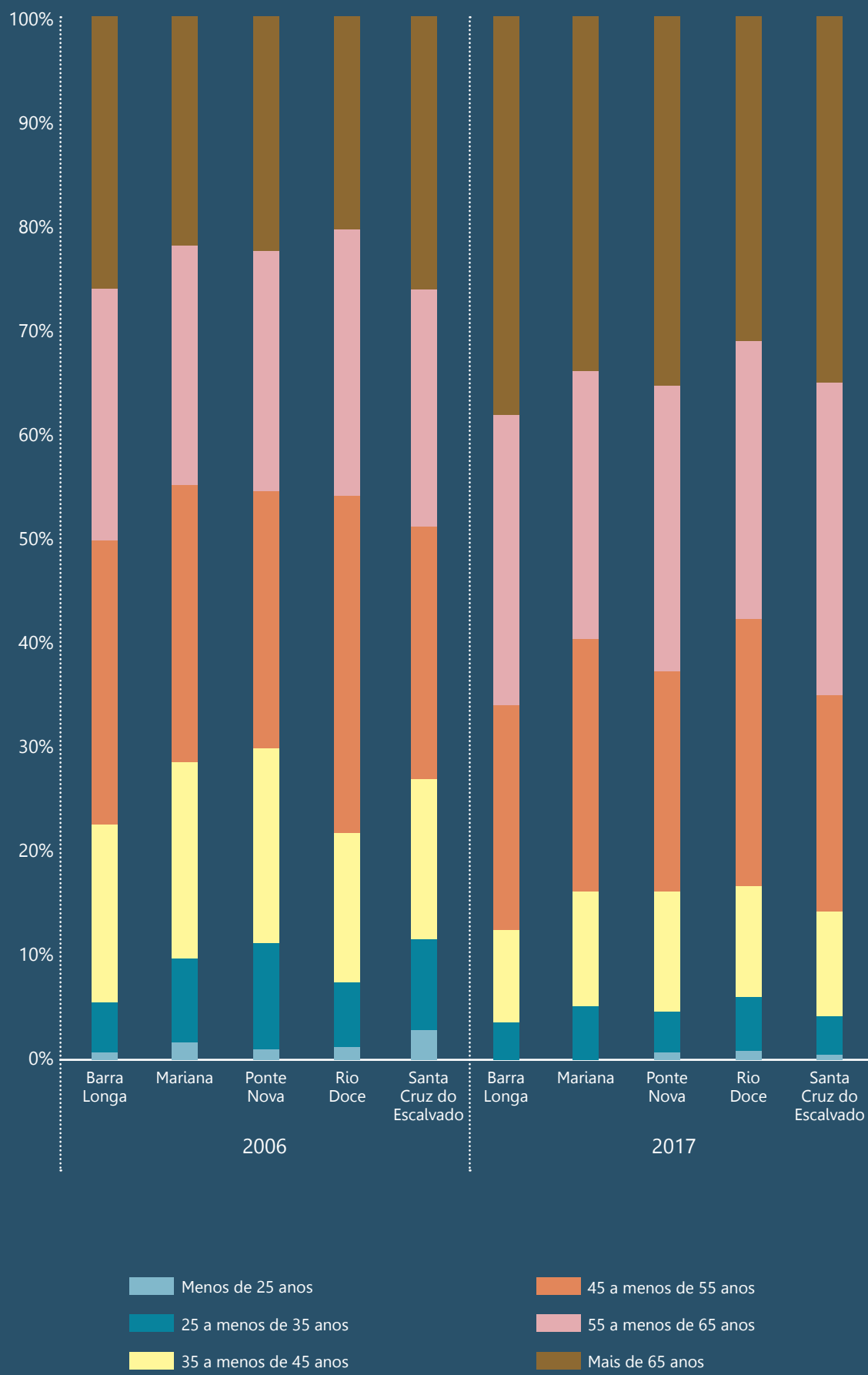


Figura 60 Idade dos produtores (sexo masculino) em 2006 e 2017.
 Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

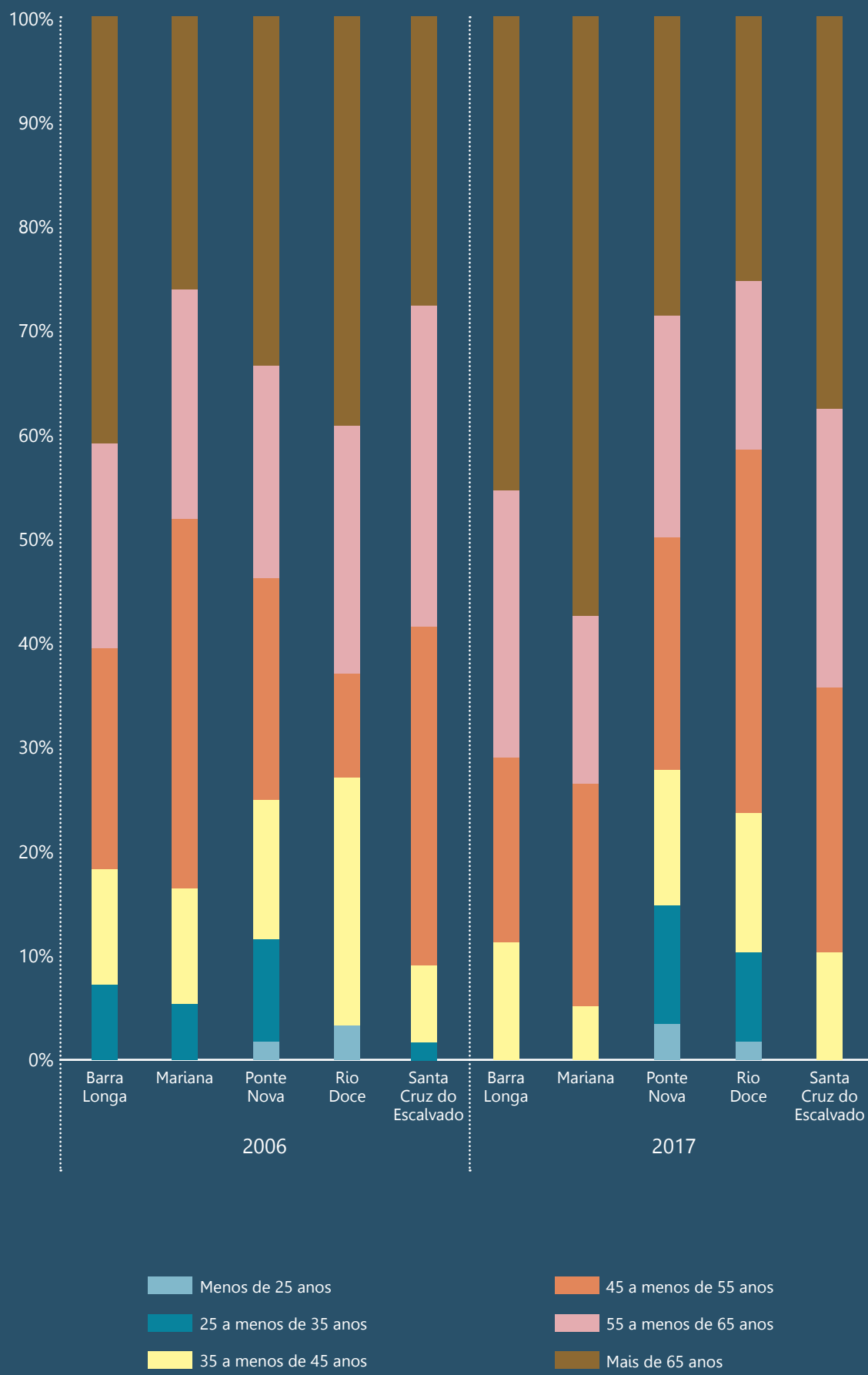


Figura 61 Idade das produtoras (sexo feminino) em 2006 e 2017.
 Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

municípios de Ponte Nova e de Rio Doce, houve redução da proporção de mulheres idosas. Nesses municípios, as mulheres com menos de 65 anos representam 71% do total.

Considerando a totalidade dos produtores e das produtoras, o percentual com mais de 45 anos nos municípios de interesse foi de 83% em 2017 – 8 pontos percentuais a mais do que a proporção observada em 2006 (75%). Em Minas Gerais, a média em 2017 foi 76% (maior que os 67% de 2006); já a média nacional: 70%. Esses dados confirmam a tendência de envelhecimento da população rural e sugerem a continuidade do êxodo rural da população jovem (FAEMG, 2019). Ainda, observa-se que o envelhecimento na região analisada está à frente da média do estado.

Quanto à educação formal dos produtores e das produtoras, mantém-se a prevalência do Ensino Fundamental como escolaridade máxima de aproximadamente 68% dos respondentes.

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NOS MUNICÍPIOS

Em Minas Gerais, algumas mudanças foram observadas no período entre a realização dos censos agropecuários. Uma delas foi o aumento da produtividade do setor leiteiro, visto que a quantidade produzida se elevou em 55% no estado, sem que o número de bovinos tenha aumentado (BARBACENA, 2018). Em 2017, o estado de Minas Gerais foi responsável por 29% do leite produzido no Brasil, sendo que aproximadamente 50% do valor dessa produção ocorreu em estabelecimentos da agricultura familiar. Além disso, a agricultura familiar foi responsável por 66% do valor da produção da horticultura em Minas Gerais e quase 25% do valor de produção do setor agropecuário no estado (FAEMG, 2019).

Tais características também estão presentes, em maior ou menor grau, nos municípios analisados neste relatório. Por meio dos dados históricos anuais da Pesquisa Agrícola Municipal, foi possível observar as participações relativas das lavouras temporárias e permanentes, assim como da pecuária, no valor da produção agropecuária nos municípios. As Figuras 65, 67 e 68 ilustram as participações desses três eixos. Salienta-se que informações relativas à horticultura não foram computadas nessa pesquisa.

O gráfico da Figura 62 retrata a participação percentual do valor das lavouras de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho na produção agropecuária total. Nota-se que essa participação normalmente se situa abaixo do patamar de 50%, sendo que o percentual não chegou a 30%, no período de 2010 a 2018, nos municípios de Barra Longa e de Rio Doce.

Ademais, observam-se oscilações relativas, comuns em dados de valor de produção, e algumas tendências e quebras estruturais. Em Mariana, por exemplo, a participação relativa das lavouras temporárias na produção agropecuária despencou de 54%, em 2016, para 5%, no ano de 2017, permanecendo nesse patamar em 2018. Essa ruptura deve-se ao fato de que a

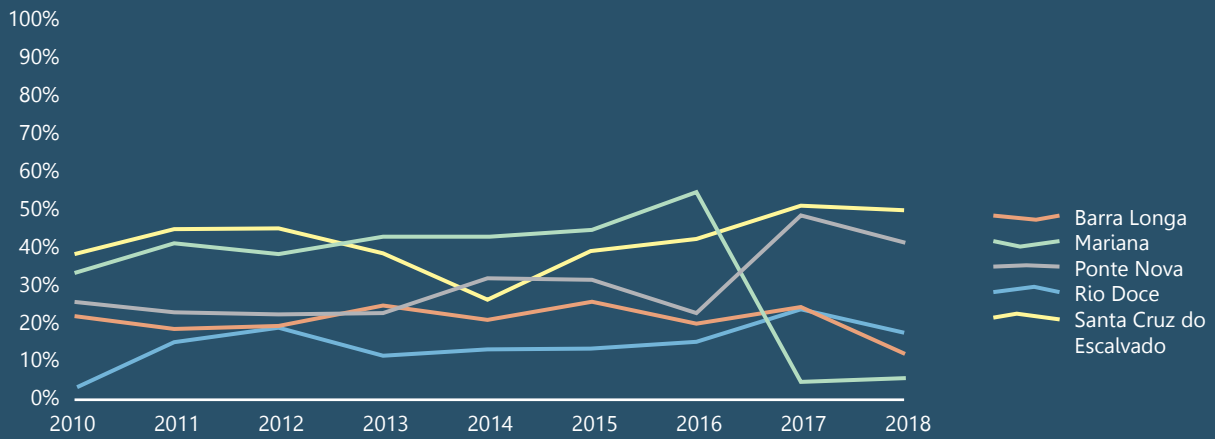


Figura 62 Porcentagem do valor das lavouras temporárias no valor total da produção agropecuária entre 2010 e 2018.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2010-2018).

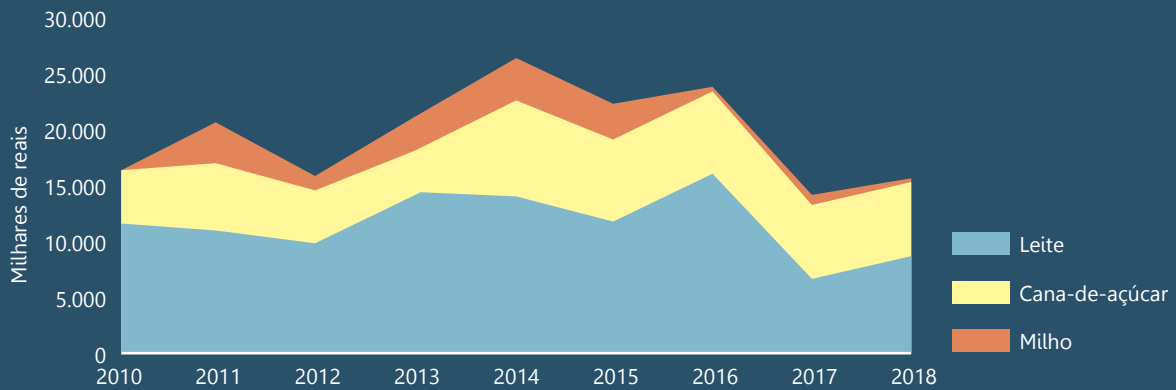


Figura 63 Valor da produção dos principais produtos agropecuários do município de Ponte Nova entre 2010 e 2018.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2010-2018).

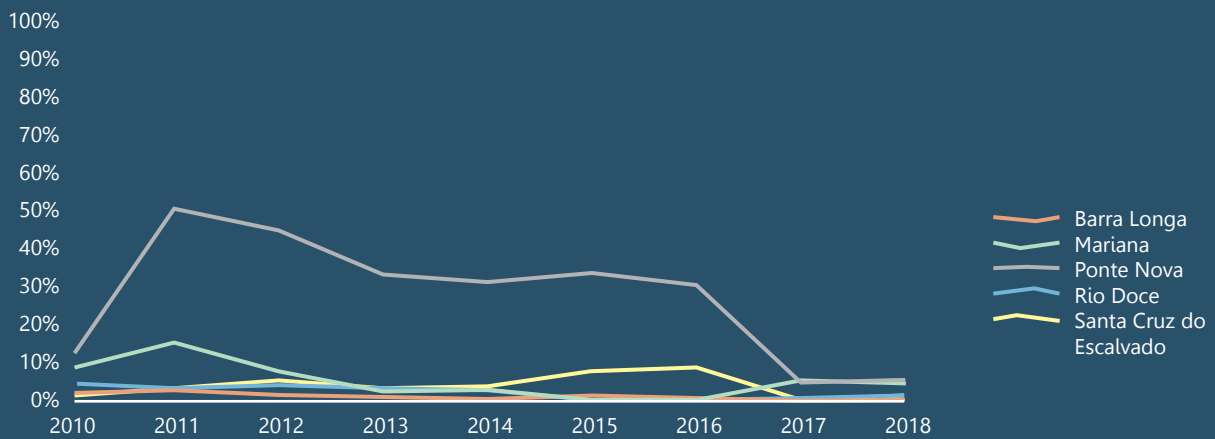


Figura 64 Porcentagem do valor das lavouras permanentes no valor total da produção agropecuária entre 2010 e 2018.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2010-2018).

produção de milho, antes responsável por cerca de metade do valor da produção de lavouras temporárias, foi quase nula em 2017 e apenas, ligeiramente, superior em 2018.

Por sua vez, em Ponte Nova, houve aumento relativo do valor das lavouras temporárias na produção agropecuária. Ainda que a produção de milho também tenha declinado nos últimos anos, esse movimento aparenta ter sido compensado pela redução de mais da metade da produção de leite em 2017, dando a ilusão de que as lavouras temporárias aumentaram em valor absoluto. A Figura 63 ilustra esse movimento.

Conforme demonstram os dados, o decréscimo do valor da produção de leite (representada no gráfico pela área em azul), no ano de 2017, não foi acompanhada pelas lavouras temporárias de milho (em marrom) e de cana-de-açúcar (em amarelo). Dessa forma, constata-se crescimento da participação relativa das lavouras temporárias no município de Ponte Nova.

Em relação às lavouras permanentes, cuja participação relativa está ilustrada na Figura 64, representam menos de 10% do valor total da produção agropecuária no período de 2010 a 2018. A maior exceção a essa regra ocorre no município de Ponte Nova, posto que apresenta a única linha que destoa, significativamente, das demais. Esse fato deve-se à produção de café no município, que teve pico entre os anos de 2011 e 2016, mas queda acentuada em 2017 e 2018. Nos demais municípios, destacam-se as lavouras permanentes de café, de banana e de laranja, ainda que representem um percentual pequeno quando comparadas às lavouras temporárias e, com base na Figura 65, aos produtos da pecuária.

Nota-se que, com exceção do município de Ponte Nova, a produção pecuária representa, na média dos anos analisados, mais de 50% do valor de toda produção agropecuária. Esse percentual justifica-se pela volumosa produção de leite na região, sobressaindo-se aos demais produtos da pecuária e aos da agricultura, em termos do valor associado à produção. Ademais, a última década foi palco da instalação de importantes indústrias de laticínios na região, o que impulsionou, também, a conversão da produção de lavouras para a pecuária.

Além disso, a característica da população rural, como já pontuado, pode definir os meios de vida das famílias e justifica a decisão de focalizar a produção de leite como principal atividade econômica. As informações da Pesquisa Pecuária Municipal, apresentadas nas figuras a seguir, permitem aprofundar sobre a importância relativa da pecuária e, em particular, da produção de leite. Nas Figuras 66, 67 e 68, compara-se o total de cabeças de bovinos, de suínos e de galináceos abatidos entre 2006 e 2018.

O gráfico da Figura 66 explicita que houve poucas e suaves oscilações no número de cabeças de bovinos nos municípios analisados. Com exceção de Barra Longa, onde as oscilações foram mais pronunciadas e houve um aumento de quase 20% no ano de 2018, em relação a 2017, nas outras localidades, manteve-se praticamente constante a produção associada aos bovinos.

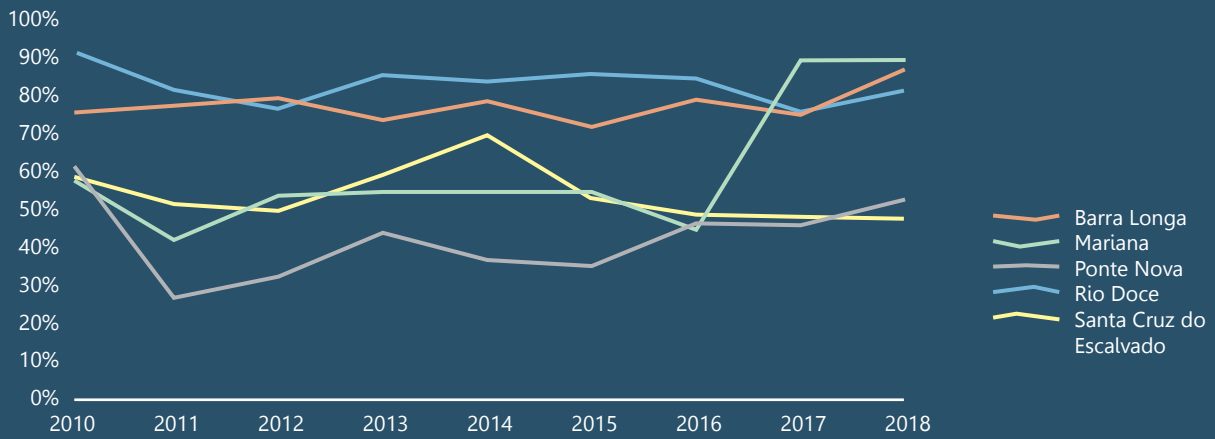


Figura 65 Porcentagem do valor da produção pecuária no valor total da produção agropecuária entre 2010 e 2018.
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2010-2018).

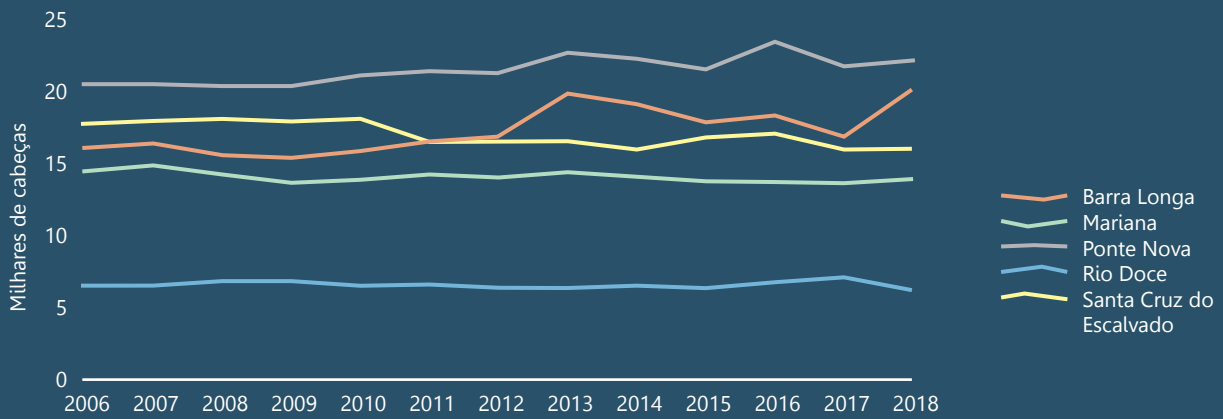


Figura 66 Número de cabeças de bovinos entre 2006 e 2018.
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

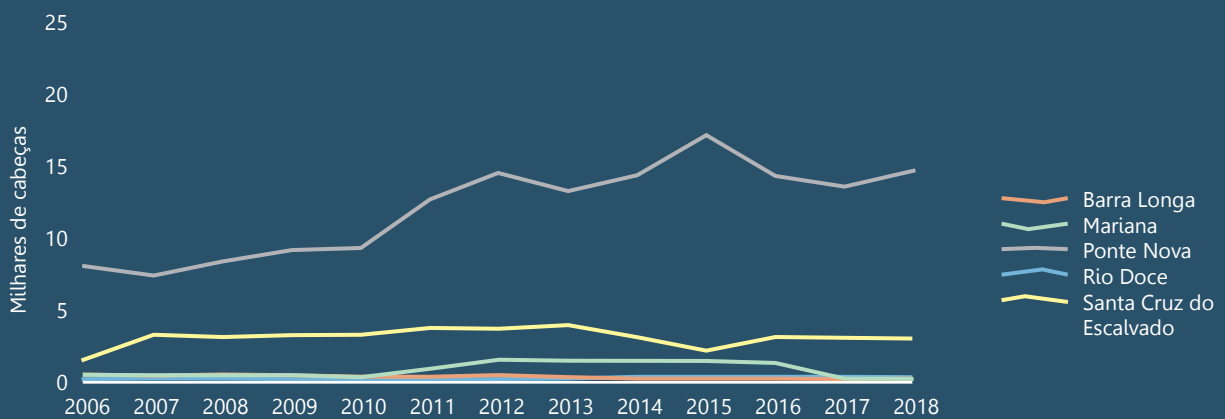


Figura 67 Número de cabeças de suínos entre 2006 e 2018.
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

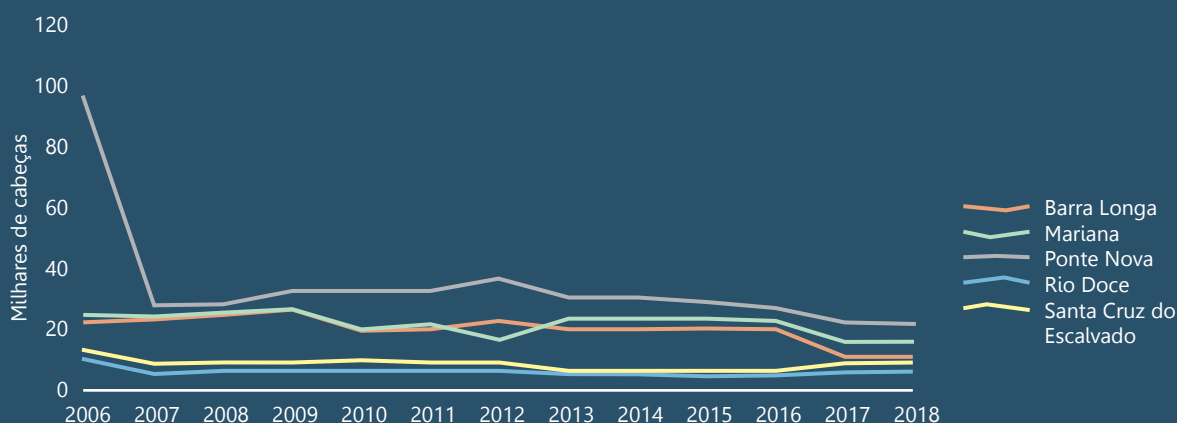


Figura 68 Número de cabeças de galináceos entre 2006 e 2018.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

No caso dos suínos, percebe-se que os municípios variam, significativamente, tanto no comportamento da série temporal, quanto no volume do efetivo de suínos no período. Ponte Nova, considerado polo suinícola da região, descola-se da série nos dois quesitos, pois possui uma produção que varia de 60 a 140 mil cabeças de suínos, muito superior às 31 mil cabeças do município de Santa Cruz do Escalvado, e, além disso, possui oscilações pronunciadas, mas que tendem ao crescimento da produção ao longo do tempo. Por sua vez, os municípios de Barra Longa, de Mariana e de Rio Doce possuem produções pouco expressivas e pouco variáveis, em termos relativos.

Sobre os galináceos, nota-se que existe, de maneira geral, uma tendência de queda no número de cabeças. Observa-se, também, uma variação entre municípios no efetivo de animais, sendo que Ponte Nova se manteve como o maior produtor ao longo do período analisado. Em 2007, o município apresentou uma quebra estrutural, com a redução de mais de 70% no número de galináceos. Após esse período, não houve outras rupturas.

De maneira geral, o município de Ponte Nova destaca-se com o maior efetivo de animais – bovinos, suínos e galináceos. Conforme as representações gráficas das Figuras 69, 70 e 71, na maior parte desse mesmo período, Ponte Nova possuía a maior quantidade de vacas ordenhadas e a maior produção de leite, mas não necessariamente a maior produtividade.

Observa-se que a quantidade de vacas ordenhadas apresentou muitas e pronunciadas oscilações em todos os municípios, com exceção de Rio Doce, onde se nota uma tendência contínua de queda desde 2006. No período entre 2008 e 2012, os municípios de Barra Longa, de Mariana e de Santa Cruz do Escalvado destacaram-se, junto com Ponte Nova, na quantidade de vacas ordenhadas, contudo, após esse período, observa-se uma queda progressiva, que não é

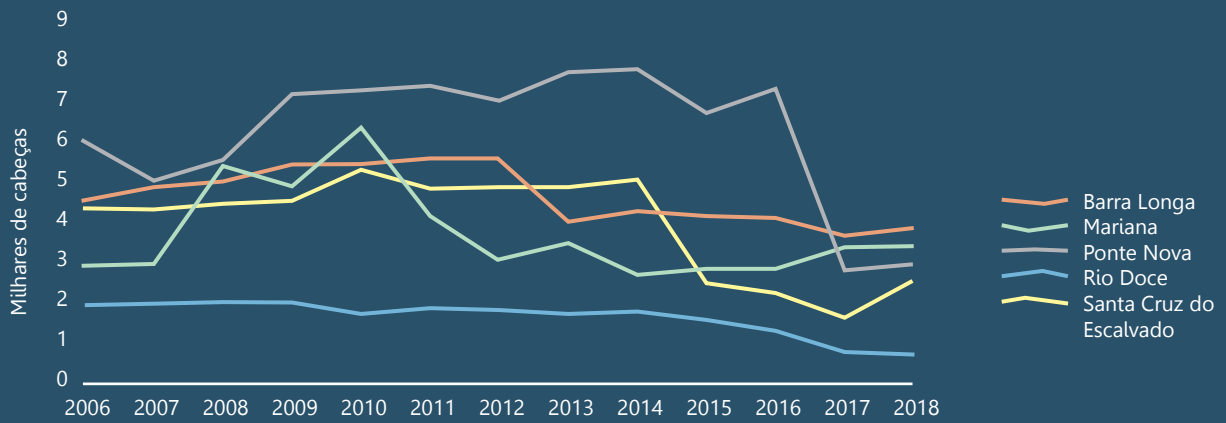


Figura 69 Quantidade de vacas ordenhadas entre 2006 e 2018.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

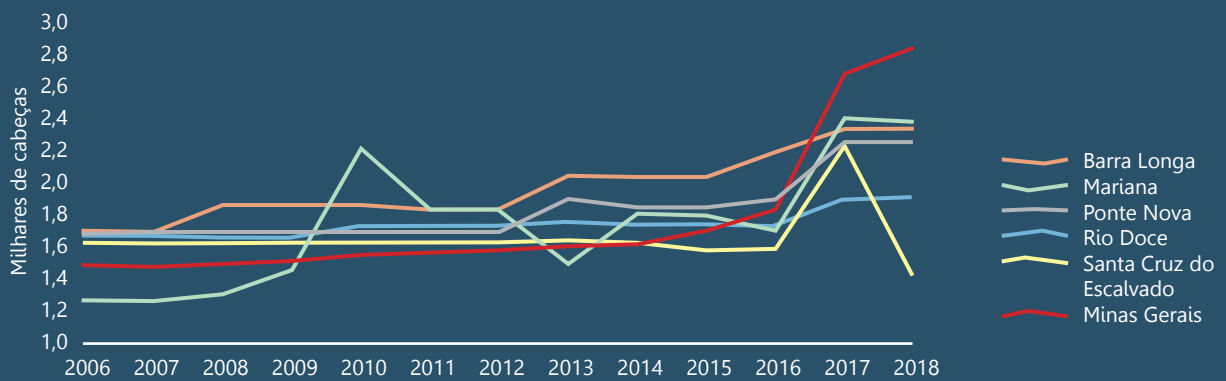


Figura 70 Produção de leite entre 2006 e 2018.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

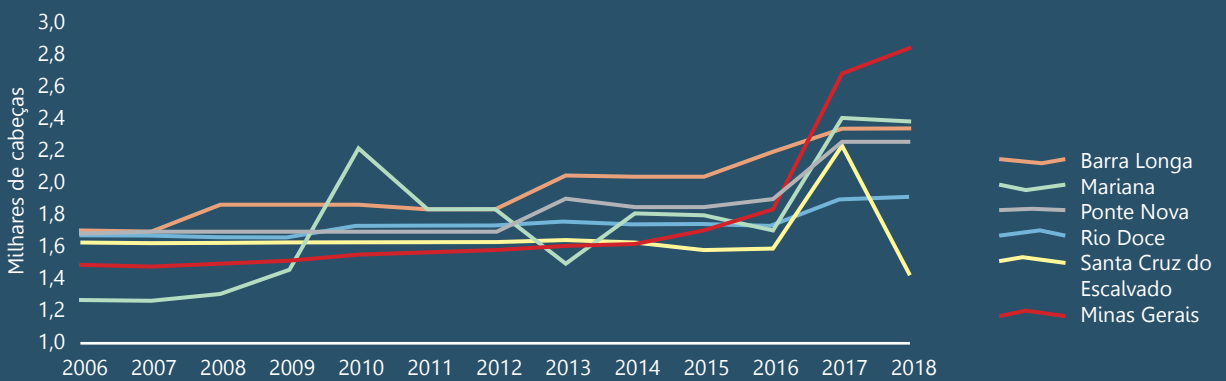


Figura 71 Produtividade do leite entre 2006 e 2018.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

identificada em Ponte Nova. Nesse município, percebe-se ainda uma quebra estrutural de 61% entre 2016 e 2017.

De maneira geral, a tendência da região, no período investigado, foi de redução da quantidade de vacas ordenadas. Porém, essa tendência não necessariamente se traduz em redução da produção de leite, como ilustra a Figura 70.

De acordo com os dados desse gráfico, os municípios que mais se destacam, de maneira consistente, em relação aos litros produzidos de leite são Ponte Nova e Barra Longa. Além disso, observa-se que os valores atípicos de produção coincidem com os extremos da quantidade de vacas ordenadas – vide o pico do município de Mariana em 2010 e o valor mínimo de Ponte Nova em 2017.

Em situações menos extremas, percebe-se que nem sempre a tendência de produção acompanha o número de vacas ordenadas, como é o caso de Barra Longa, no período de 2015 a 2018, onde houve uma pequena redução do rebanho que não foi acompanhada por redução da produção. Esse tipo de dinâmica indica que existem ganhos de produtividade, um importante indicador da produção de leite. A Figura 71 ilustra a produtividade de leite nos municípios.

Os municípios analisados possuem perfis de produtividade muito similares na produção de leite, ainda que Mariana tenha oscilado bastante ao longo do período considerado. Ademais, nota-se que em 2017 ocorreu um salto de produtividade (em conformidade com o movimento do estado de Minas Gerais), mantido em 2018, com exceção de Santa Cruz do Escalvado, que caiu para um valor mínimo de produtividade em 12 anos.

A partir da análise dos dados, constata-se que há ainda uma importante margem de ganho em produtividade a ser alcançada nos municípios, os quais apresentam média distante da registrada no estado. Além disso, há relatos contundentes de que a qualidade do leite também é baixa. Esses fatores são limites estruturais à rentabilidade dessa atividade econômica, sugerindo a necessidade de políticas que ampliem a capacidade produtiva dos estabelecimentos agropecuários no que diz respeito à produção leiteira.

Outros produtos de origem animal são produzidos nos municípios analisados, com destaque para os ovos de galinha e o mel de abelha (este último, principalmente, em Barra Longa e em Mariana). São produções expressivas, mas que quando comparadas ao valor monetário associado ao leite, têm menor importância relativa – em termos monetários. As Figuras 72 a 76 expressam a importância histórica relativa de cada produto de origem animal, em cada um dos municípios de interesse. Tais figuras são gráficos de área, que distribuem a dimensão total da produção de origem animal entre 2006 e 2018 (ou seja, o paralelepípedo que constitui o todo) entre cada um dos produtos.

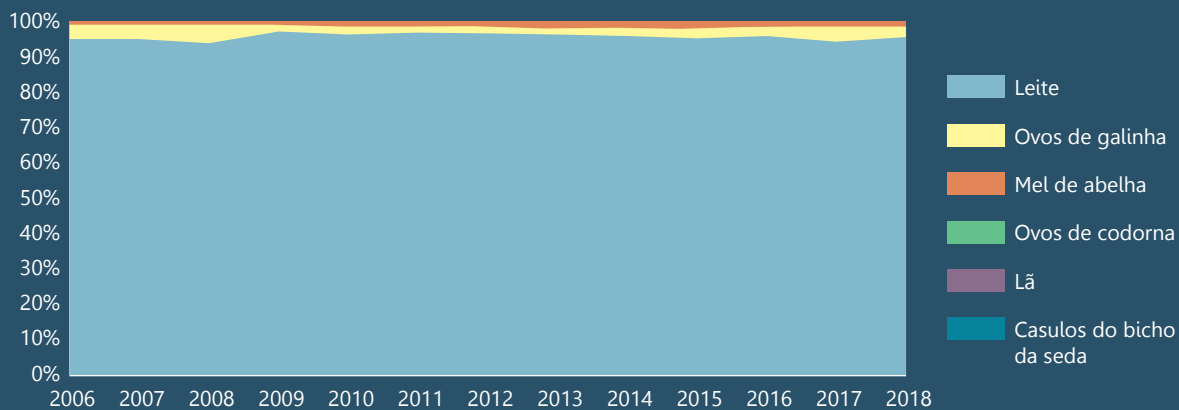


Figura 72 Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Barra Longa.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

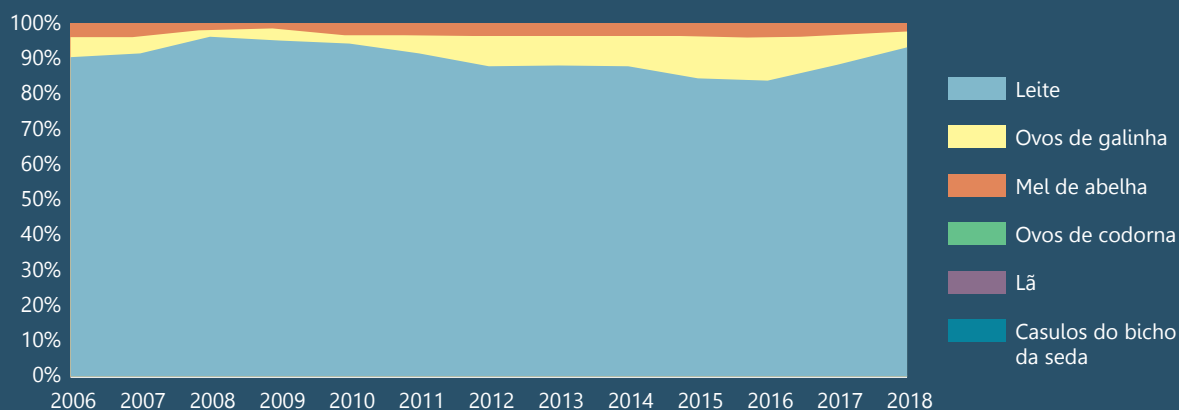


Figura 73 Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Mariana.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

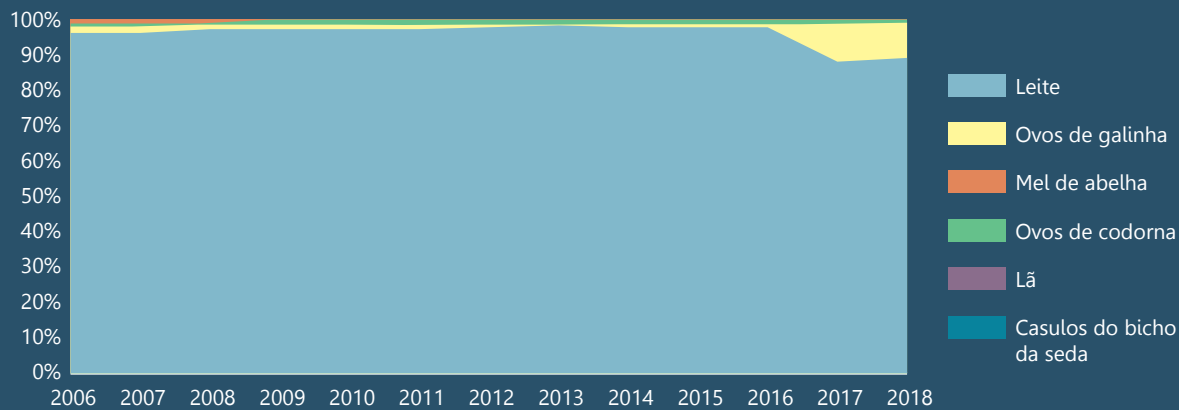


Figura 74 Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Ponte Nova.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

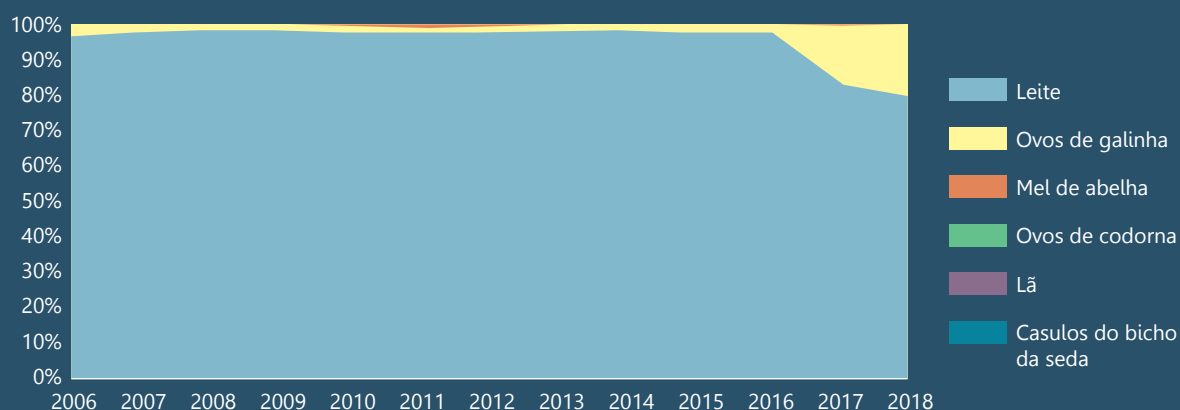


Figura 75 Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Rio Doce.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

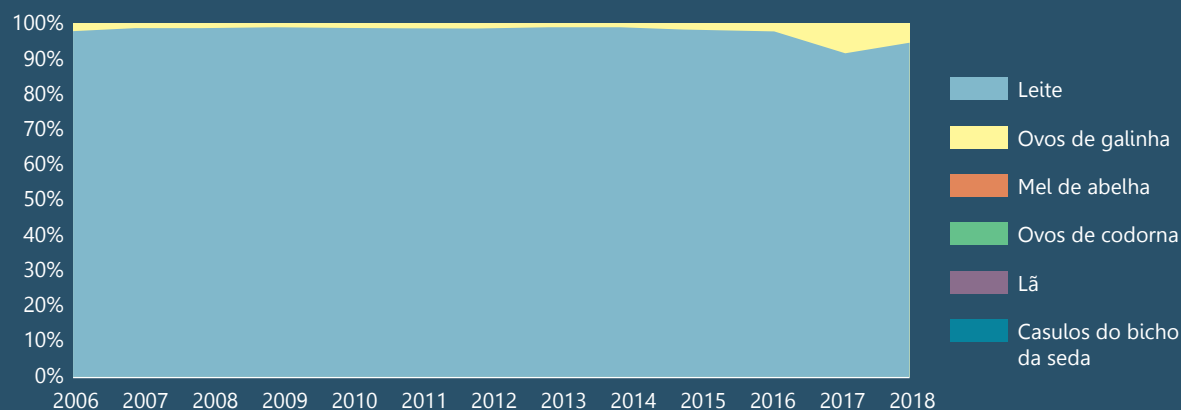


Figura 76 Distribuição do valor da produção de origem animal entre 2006 e 2018 em Santa Cruz do Escalvado.
 Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006-2018).

No município de Barra Longa, observa-se que, historicamente, o valor da produção de leite (área em azul) constitui no mínimo 95% do valor da produção de origem animal. Em seguida, destacam-se os ovos de galinha e o mel de abelha, respectivamente. Nota-se que a distribuição é quase uniforme ao longo do tempo.

Em Mariana, por sua vez, nota-se que a distribuição não é tão uniforme, o que pode ser explicado, parcialmente, pela oscilação da produção de leite do município, especialmente no período de menor produção, entre os anos de 2012 e 2016. Nesse espaço de tempo, destacou-se a importância relativa da produção de ovos de galinha e manteve-se a relevância da produção de mel de abelha. Dentre os cinco municípios, Mariana possui o menor percentual total de participação do leite na produção de origem animal, com 90,6%.

No município de Ponte Nova, a queda abrupta na produção de leite em 2017 impactou na redução (de certa forma também abrupta, descontínua) da participação relativa do valor do leite no valor da produção de origem animal. No período anterior a esse, o leite chegou a constituir quase 99% do valor dessa produção. De maneira complementar, a produção de ovos de galinha mais que quintuplicou em 2017, comparada com dados de 2016.

Assim como em Ponte Nova, no município de Rio Doce ocorre uma descontinuidade na participação relativa do leite em 2017. Porém, os motivos para tal mudança são diferentes, pois, em Rio Doce, a produção de leite reduziu sem que se caracterizasse uma descontinuidade. De fato, o fator que mais contribuiu para o aumento brusco da participação relativa dos ovos de galinha foi o próprio salto na produção desse item, que chegou a ser 11 vezes maior em 2017 (em relação a 2016). No ano seguinte, a produção de ovos seguiu aumentando.

Por fim, em Santa Cruz do Escalvado, a participação histórica relativa do leite no valor da produção de origem animal é a maior entre os municípios analisados, ocupando 98,3% do total do gráfico de distribuição. Percebe-se, ainda, tanto a redução da produção de leite nos últimos anos quanto a quintuplicação da produção de ovos de galinha em 2017.

Com base nos gráficos de distribuição do valor da produção de origem animal, conclui-se que o valor da produção de ovos de galinha tem aumentado nos municípios em termos absolutos – com exceção de Mariana, onde a produção efetiva vem se reduzindo. A depender do movimento na produção de leite, tal aumento representa uma mudança na participação relativa dos ovos de galinha que pode ser grande ou pequena. Outra tendência generalizada, mas que não atinge Santa Cruz do Escalvado, é o aumento da produtividade do leite, a qual não necessariamente se associa a um aumento de produção nos últimos anos, mas sim à necessidade de um menor efetivo de rebanho para produzir a mesma quantidade de leite.

De maneira geral, todos esses dados apontam que a agricultura e a pecuária assumem papel muito importante para parcela da sociedade e para a economia dos municípios analisados. O estudo sinaliza, também, para uma conjuntura complexa ao se analisar o desenvolvimento rural: estruturação da cadeia produtiva do leite, demonstrando especialização produtiva; envelhecimento da população rural com evasão dos jovens, processo esse projetado como tendência; e infraestrutura produtiva deficitária no meio rural.

UFV Universidade Federal
de Viçosa

